

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

José Carlos Brito Silva

Trabalho Autônomo e Conflitos:
O Comércio Ambulante no Território dos Trens

MESTRADO EM GEOGRAFIA

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Setor de Pós-Graduação

José Carlos Brito Silva

Trabalho Autônomo e Conflitos:
O Comércio Ambulante no Território dos Trens

MESTRADO EM GEOGRAFIA

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção
do título de Mestre em Geografia, sob
orientação do Prof. Doutor Gustavo

SÃO PAULO
2009

Banca Examinadora

Dedicatória

Se a sociedade em que se vive é responsável por “moldar” o indivíduo culturalmente, algumas pessoas que fazem parte da vida das pessoas acabam por serem responsáveis por toda uma trajetória e opção de vida por meio da influência que marcam para sempre a mente e o coração. Influências essas que, no meu caso, encaminharam para o exercício do magistério enquanto profissão e pela preferência da geografia enquanto área de estudo. Mais ainda, me ensinaram que a principal “arma” de luta pela vida é o conhecimento, e mais, que a “luta” tem de ser por justiça, dignidade, igualdade e liberdade. Dedico as minhas eternas professoras Dona Juraci e Sueli que em diferentes fases da minha vida, infância e adolescência, tiveram a competência de ensinar-me os mesmos princípios e saberes que me fez estar aqui hoje e acreditar que é possível transformar o mundo, senão ao menos incomodar aqueles que o fazem injusto para a maioria do povo, os trabalhadores.

Agradecimentos

Obrigado é pouco para quem me deu a vida, enfrentou dificuldades que não foram poucas nem pequenas para que eu continuasse vivendo. Obrigado é pouco para quem sorriu sempre que eu estava feliz e chorou quando chorei como se a dor sentida fosse, literalmente sentida. Obrigado é pouco para minha mãe (Dona Maria).

Agradeço aos meus irmãos e irmãs por tudo e por todos os momentos. Aos meus filhos (Mayara, Matheus e Victória) por, simplesmente, existirem, pois se assim não fosse minha vida seria incompleta, sem alguns motivos maiores para continuar vivendo com sonhos e objetivos. Espero continuar vivendo eternamente em vocês e nos que irão gerar, nos sonhos e objetivos. Amo vocês.

A você Carina, sem comentários. A frase é feita, mas é realidade: “nos momentos difíceis é que sabemos quem é o “porto seguro” da vida”.

E, como uma “tradicional” família nordestina, agradeço as dezenas de sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, as centenas de primos e primas, pois tenho a sorte de conhecer e conviver com quase todos e, por isso, afirmar: “os descendentes de Severino Ferreira, assim como ele, são porreta e boa gente”

RESUMO

Esta pesquisa analisa e procura compreender o aumento das atividades informais de maneira geral e do comércio ambulante como um caso específico e os conflitos entre o poder público e esses trabalhadores do comércio ambulante. Esta análise é realizada enquanto resultante de uma dinâmica inerente ao próprio sistema capitalista que se assenta em contradições socioeconômicas, dentre elas a necessidade de geração de um excedente de mão-de-obra para, dessa maneira, ter a sua disposição um exército de reserva. Nesse sentido essa análise leva em consideração o processo de urbanização sofrido pela RMSP como um dos pressupostos de promoção do desemprego que teve suas causas em várias variáveis.

O fenômeno do aumento na prática dessas atividades, denominadas nessa pesquisa como “trabalho autônomo”, praticada pelos trabalhadores ambulantes nos trens e outros espaços públicos da RMSP, se acentuou a partir das décadas de 80 resultantes de crises econômicas que atingiram o Brasil provocando enorme recessão econômica e um desemprego que pode ser caracterizado como conjuntural. Esse desemprego acentua-se de sobremaneira na década de 90 resultante do processo de abertura econômica empreendido pelo Estado brasileiro como forma de integração do País ao processo de globalização.

A forma como se deu essa integração, marcada por uma abertura econômica desenfreada, repercutiu em vários aspectos da economia do País: empreendeu-se uma nova territorialidade das plantas industriais proporcionado pelo desenvolvimento dos meios técnico-científico-informacionais atingindo principalmente a RMSP por ser esta a mais industrializada do País; a mesma também passa por um processo de reestruturação produtiva em que perde espaço o caráter industrial e ganham espaço as atividades terciárias; implanta-se um novo modelo de organização administrativa e do processo de produção adotado pelas empresas, o modelo flexível também denominado pós-fordista, que exigem um novo perfil de profissional com maior e melhor qualificação para executar as tarefas, agora com um maior grau de complexidade e flexibilidade.

Essas transformações repercutiram diretamente nos níveis de desemprego que passaram a atingir índices cada vez maiores. As atividades informais em geral e o trabalho ambulante tornaram-se, dessa forma, numa forma de garantir a sobrevivência para esse enorme contingente de desempregados, passando a se consolidarem não como alternativas temporárias e sim como trabalho de fato. Da mesma forma que crescia o número de praticantes no comércio ambulante cresciam os conflitos que passaram a contar inclusive com ações policiais empreendidas violentamente.

O território dos Trens da CPTM, enquanto espaços públicos e de grande apelo para o comércio devido ao grande fluxo de passageiros, passou a ser um desses lugares onde este quadro socioeconômico se refletiu e os conflitos se acirraram. Esse território que oferece condições mais fáceis de possibilitar aos praticantes dessa atividade uma condição de organização e legalização da atividade visando proporcionar condições dignas a um número significativo de trabalhadores foi o *lócus* escolhido nesta pesquisa como uma das partes da complexa e contraditória dinâmica da economia capitalista.

Palavras chave: trabalho autônomo; desemprego; comércio ambulante; comércio ambulante nos trens; território dos trens; economia informal; globalização.

ABSTRACT

This research analyzes and seeks to understand the increase in informal activities in general and mobile commerce as a particular case and the conflict between the public and employees of these itinerant trade. This analysis is performed as a result of the dynamics inherent in the capitalist system that is based on socioeconomic contradictions, among them the need to generate a surplus of labor to thus have its disposal an army reserve. In that sense this analysis takes into account the urbanization process as RMSP suffered by one of the promotion of unemployment which had their causes in several variables.

The phenomenon of the increase in practice of these activities, named in this study as "independent work", practiced by itinerant workers in trains and other public spaces of RMSP, has widened from the 80's resulting from economic crises that hit the country causing huge recession unemployment and an economy that can be described as the results of politics applied at that moment. This unemployment is particularly accentuated in the 90s resulting from the economic opening process undertaken by the Brazilian Government as a way of integrating the country in the process of globalization.

The way this integration, was made, marked by unbridled economic openness, reflected in several aspects of the economy of the country: it has a new territoriality of plants provided by the development of technical-scientific-media informational affectry RMSP mainly because this the most industrialized in the country, it also involves a process of productive restructuring in which the industrial sector loses its economic space and it is substituted by tertiary activities; as a consequence implemented a new model of administrative organization and the production process adopted by enterprises, the model flexible also called post-fordist, requiring a new profile with more and better professional qualifications to perform the tasks, now with a greater degree of complexity and flexibility.

These changes reflected directly in the levels of unemployment now reaching ever higher rates. Informal activities in general and labor have become mobile, thus a way to ensure survival for the huge number of unemployed, to consolidate is not as alternatives but rather as a temporary work, by effective work. Just as the growing number of than practitioners in itinerant trade grew the conflicts that came to rely even violently with police actions undertaken.

The territory of the CPTM trains as public spaces and great appeal to the trade due to the large flow of passengers, has become one of those places where this picture was reflected socioeconomic and conflict is fierce. This territory, which offers easier to enable practitioners of this activity a condition of legalization of the organization and activities to provide decent conditions for a significant number of workers was the locus chosen in this research as part of the complex and contradictory dynamics of capitalist economy.

Keywords: autonomous work, unemployment, mobile commerce, mobile commerce in trains; territory of trains, the informal economy, globalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO “TRABALHO AUTÔNOMO”	
1.1.Considerações Iniciais.....	26
1.2.Referencial Teórico-Metodológico.....	28
1.3.Considerações e Definições Sobre os Conceitos de Formalidade e Informalidade Existentes no Mundo do Trabalho.....	42
2.PRESSUPOSTOS DA CRISE NO MERCADO DE TRABALHO: OS PROCESSOS DE METROPOLIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA RMSP E A INSERÇÃO DO BRASIL NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO	
2.1.Considerações Iniciais.....	52
2.2.Espacialidade Industrial: Breve Comentário Sobre o Processo de Industrialização Brasileiro.....	55
2.2.1.Espacialidade Industrial: a Concentração/Territorialização na RMSP.....	56
2.3.Migração e Inchaço Urbano: O Processo de Urbanização Concentrado e a Busca Pelo Emprego.....	60
2.3.1.Migração e Inchaço Urbano: A Busca Pelo Emprego e o Adensamento Populacional na RMSP.....	65
2.4.Os anos Perdidos Para a Economia: A Crise Econômica dos Anos 80.....	72
2.5.Globalização e Neoliberalismo: Uma Visão Crítica do Conjunto.....	80
2.5.1.Do Protecionismo Mercadológico à Concorrência Desleal: As Políticas Neoliberais e a Integração do Brasil ao Mercado Globalizado.....	86
2.6.Uma Nova Territorialidade: O Desenvolvimento dos Meios Técnico-Científico-Informacionais e a Nova Função das Metrôpoles.....	92
2.6.1.Uma Nova Territorialidade: Considerações Sobre a Reestruturação Produtiva da RMSP.....	96
2.6.2.A Metrôpole Industrial de Serviços.....	99

3.CONSEQUÊNCIAS DOS PRESSUPOSTOS NO MUNDO DO TRABALHO

3.1.Considerações Iniciais.....	103
3.2.Aumento do Desemprego e do “Trabalho Autônomo” dos Ambulantes a Partir da Década de 80: Uma Análise Crítica Por Meio de Dados Estatísticos.....	105
3.2.1.Causas do Aumento do desemprego e do “trabalho autônomo” dos ambulantes na RMSP	108
3.2.2.Conseqüências da Reestruturação Produtiva.....	110
3.3.Do Taylorismo/Fordismo ao Modelo Flexível: a Substituição do Sistema de Organização da Produção Para Enfrentar a Concorrência.....	113
3.3.1.Do Taylorismo/Fordismo ao Modelo Flexível: A Substituição do Sistema Produtivo e as Implicações no Mercado de Trabalho.....	117
3.4.Migração, Desemprego e Trabalho Autônomo Informal na Metrópole Paulistana.....	120
3.5.De Biscateiro a Vendedor Ambulante: A Crise do Emprego e o Aumento Trabalho Autônomo Informal.....	124

4.O TREM COMO ESPAÇO/TERRITÓRIO DE TRABALHO, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

4.1.Considerações Iniciais.....	129
4.2. Desemprego e “Trabalho Autônomo” dos Ambulantes: Um Pequeno Histórico da Existência e dos Conflitos.....	131
4.2.1.Desemprego e “Trabalho Autônomo” dos Ambulantes: Questões Conjunturais e Estruturais que Explicam o Momento Atual.....	134
4.3.O Trem Como “Microcosmo” da Realidade Econômica e Social Recente.....	138
4.4.Caracterização do Território dos Trens e a Ocorrência do Comércio Ambulante.....	142
4.4.1.Pequeno Histórico da Atividade do Comércio Ambulante nos Territórios da Ferrovia.....	144
4.5.Histórico e Caracterização dos Municípios da Sub-Região Oeste da RMSP “Cortados” Pelo Ramal 8-Diamante da CPTM.....	148
4.5.1.Caracterização Econômica.....	151
4.6.O Aumento da Atividade “Informal” no Território dos Trens.....	155

4.6.1. Um Perfil Socioeconômico: Quem São os Trabalhadores do Comércio Ambulante dos Trens.....	157
4.7. Organização do Trabalho e dos Trabalhadores Ambulantes no Território dos Trens.....	163
4.7.1. Caracterização dos Produtos e Dinâmica de Abastecimento.....	167
4.8. Um Território em Disputa: Os Conflitos Entre os Trabalhadores Ambulantes e a CPTM.....	174
4.8.1. Um Território na “Legalidade”: O Comércio Legalizado no Território dos Trens.....	180
4.8.2. Um Território Contraditório: A Dúbia Postura e Interpretação Sobre Ilegalidades no Comércio Praticado no Território dos Trens.....	183
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
BIBLIOGRAFIA.....	193
ANEXOS.....	198

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado trata de um assunto que neste momento possui grande relevância nos cenários nacional e internacional, a questão do aumento das atividades ora consideradas e definidas como “informais”. Especificamente trataremos das atividades de trabalho exercidas por cidadãos e cidadãs a qual será denominada neste trabalho de pesquisa como “trabalho autônomo”, atividades estas analisadas como resultantes de um processo econômico com base em princípios neoliberais, que norteiam os rumos da economia mundial atualmente provocando um aumento significativo da participação de uma parcela da população economicamente ativa nessas atividades.

Uma das questões mais importantes e significativas deste estudo se refere aos constantes e graves conflitos entre o poder público os trabalhadores autônomos, nesse caso os trabalhadores ambulantes, nas grandes cidades, em particular no espaço da capital paulista bem como no seu entorno, os municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), pela condição de ilegalidade que se encontra o comércio ambulante que é desenvolvido nos espaços públicos.

Do ponto de vista analítico esta pesquisa pode ser vista em diferentes óticas: como voltada para a compreensão de fenômenos econômicos inerentes ao modo de produção capitalista, como o fato de conceber as “atividades informais” praticadas por trabalhadores de forma autônoma enquanto atividade complementar as atividades ditas formais (ou legais); enquanto resultante da dinâmica própria do sistema que é o da formação de um exército de reserva de mão-de-obra, intensificado pelos avanços técnico-científicos aplicados na produção fabril; na compreensão do fenômeno do desemprego e os conseqüentes trabalho autônomo, enquanto resultantes de um processo de urbanização bem característico dos processos de industrialização ocorridos em países não desenvolvidos, como o Brasil, cuja característica principal a concentração das plantas fabris em grandes centros, como ocorreu aqui no País com a cidade de São Paulo que se tornou o *locus* desta concentração.

Ainda no espectro da urbanização temos o fenômeno das migrações internas que ocorreram obedecendo a uma lógica de concentração das possibilidades de emprego, portanto a inserção do tema nessa pesquisa se justifica em função de o

trabalho/emprego, incluindo aí o trabalho autônomo dos vendedores ambulantes, ser um resultante do fato de que *“o processo de urbanização completou e intensificou o movimento de formação e de consolidação dos mercados de trabalho regionais”*, não de forma generalizada e sim *“concentrando contingente expressivo da população em alguns pontos do território”* (OLIVEIRA, 2006 p. 31). Há de levar-se também em consideração nesta parte da pesquisa a análise do quadro socioeconômico dos migrantes na compreensão do fenômeno do aumento das atividades informais frente ao novo paradigma tecnológico aplicado no processo produtivo atual que influencia, em partes, numa maior ou menor capacidade de empregabilidade e na qualidade de emprego que o mesmo consegue se colocar.

Atualmente a discussão em torno da questão urbana está concentrada noutro fenômeno que se apresenta como um fator fundamental para a ocorrência do fenômeno do trabalho autônomo de maneira geral e dos trabalhadores no comércio ambulante especificamente, são as transformações que ocorrem no *lócus* onde será concentrada a pesquisa, a RMSP, a reestruturação produtiva que atinge principalmente o setor industrial e se reflete, dessa forma, no espaço geográfico. Esta reestruturação empreendida com maior afinco a partir da década de 90 e que ainda está em curso, é resultante da ruptura de um modelo de organização da produção que vigorava com êxito até a citada crise do petróleo, considerada pelos economistas (PAMPLONA 2001) como marco de ruptura não só de um modelo de organização da produção nas empresas, mas sim de todo um modelo econômico que inclui uma reformulação do papel do Estado, das leis de mercado, das leis trabalhistas entre outras estruturas que deveriam passar por reformulações com vistas a garantir a reprodução do capital.

Atualmente a capital paulista e sua região metropolitana passam por uma transformação do ponto de vista da função econômica que passa a exercer, a de centro financeiro e de “gerenciamento”, empreendendo uma nova dinâmica locacional por parte das indústrias, com uma reorganização espacial que leva em conta os avanços dos meios técnico-científico-informacionais¹ que possibilita a instalação das empresas um pouco distante do raio de abrangência da RMSP,

¹ No livro “A Urbanização Brasileira” (1994 p. 35;36) Milton Santos faz a seguinte definição do termo: “Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para a sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.”

configurando uma expansão econômica da região metropolitana, e até fora do estado num processo de desconcentração das plantas industriais.

O aumento do trabalho autônomo se deve também, dentre outros fatores que também serão analisados, ao aumento do desemprego em função das diversas crises econômicas que atingiram o País desde a histórica “Crise do Petróleo” em princípios dos anos 70 e que fora seguida de outras tantas na década seguinte. No mesmo sentido foram também significativas as transformações econômicas ocorridas nas duas últimas décadas no Brasil e que fazem parte de um “pacote” de ações que constam do processo de globalização para os países emergentes, cuja marca principal é a abertura do mercado nacional ao capital internacional (financeiro e produtivo). A partir desta abertura ocorreram várias transformações na economia interna que afetaram diretamente o mercado de trabalho como afirma a seguir Oliveira (2006 p. 48):

As orientações macroeconômicas inspiradas no pensamento liberal que foram implementadas, principalmente na década de 1990, implicaram em mudanças profundas na estrutura produtiva nacional. Importantes cadeias produtivas foram atingidas pela entrada facilitada de produtos estrangeiros. O aumento da concorrência contribuiu não apenas para a eliminação das empresas com baixa produtividade, mas também incentivou a modernização de plantas industriais e das formas de organização do trabalho que culminaram na destruição de expressivo número de postos de trabalho no setor industrial.

As mudanças nas formas de organização do trabalho nada mais são do que a mudança do sistema de produção fabril **fordista/taylorista** pelo **modelo flexível**, como será denominado nesta pesquisa, com objetivo de adequar a produção a uma eficiência concorrencial de padrão internacional com custos cada vez menores conseguidos por meio da flexibilização dos equipamentos, das funções e tarefas dos trabalhadores bem como, e principalmente, dos direitos trabalhistas.

Enfim, os conflitos oriundos da atividade do comércio ambulante seja nos trens ou qualquer outro local público, trás consigo a certeza do papel e função exercido pelo estado numa sociedade organizada segundo padrões capitalistas, da maneira como o espaço enquanto *locus* de vivência, convivência e sobrevivência é usado e resguardado por parte dos vários “agentes sociais” para seu usufruto - ou melhor dizendo - “aproveitamento econômico”.

Portanto, a análise desta pesquisa irá ter como foco principal o conflito ora estabelecido entre uma gama de pessoas cada vez mais numerosa que encontram no comércio ambulante uma forma de garantir o seu sustento, outro grupo que se locupleta das “benesses” do mesmo Estado repressor da atividade ambulante e se estabelece no mesmo espaço almejado pelos trabalhadores ambulantes cujas ilegalidades praticadas não são consideradas ou fiscalizadas pelo Poder Público da ação do próprio Poder Público no combate à atividade que inclui desde ação militar até ações de propaganda que colocam a atividade e seus praticantes como marginais no sentido jurídico da palavra.

Como se pode concluir, os conflitos que possuem motivações econômicas se materializam na busca pelo direito de uso dos espaços, sejam eles privados ou públicos, e neste caso públicos, mas que ora são apropriados para benefício de alguns poucos, o que nos remete a afirmação de Carlos (2001 p. 47-48) na compreensão por um viés da Geografia para o fenômeno que esta pesquisa busca analisar e explicar:

A nosso ver, a discussão do valor do espaço nos remete à idéia do espaço-mercadoria, e a forma através do qual o espaço apropriado aparecerá como propriedade de alguém. Trabalhar com a forma de propriedade territorial significa estudar o caráter geral das relações espaciais de produção e o monopólio de certas pessoas que está pressuposto na propriedade e que dá a elas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço geográfico como esferas privadas, excluindo os demais membros da sociedade e determinando como tal parcela será utilizada e qual a classe social que irá desfrutá-la.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Esta pesquisa apresenta uma análise do **processo de crescimento e consolidação no mundo do trabalho** das atividades econômicas ora tidas como informais que são as atividades de **trabalho autônomo no comércio ambulante e dos conflitos oriundos de sua prática** e que atualmente está presente de maneira expressiva nos grandes e médios centros urbanos brasileiros. Esta análise será realizada na perspectiva econômica de país subdesenvolvido (emergente), que é o caso do Brasil, e dentro de uma lógica de globalização onde as conseqüências sociais são nocivas à grande maioria da população desses países, concebendo os fenômenos sociais, políticos, e econômicos como uma cadeia complexa que vai do global ao local, haverá *“uma reflexão independente sobre o nosso tempo, um pensamento sobre os seus fundamentos materiais e políticos, uma vontade de explicar os problemas e dores do mundo”*, como coloca Milton Santos (2006 p. 11) em sua obra “Por uma outra globalização”.

Ao se propor nessa pesquisa a realização de uma reflexão a respeito do processo de globalização e as conseqüências sociais e econômicas do mesmo que está posto como única alternativa de inserção e modernidade ao mundo civilizado, corre-se o risco de ser repetitivo no discurso, no entanto há de se levar em conta que a repetição também ocorre pelos defensores do modelo de globalização que ora se encontra em curso, divulgando suas posições favoráveis por meio das produções acadêmicas e principalmente dos meios de comunicação de massa, com espaço deveras privilegiado, demonstrando haver na prática uma disputa de posições muito clara na sociedade.

Nos debates o discurso é uníssono por parte dos “jornalistas economistas” sobre a necessidade de reformas que atendam a “modernidade”, é como um *“samba de uma nota só”* clamando por tais reformas. Esta repetição visa o convencer a opinião pública das medidas “modernizantes”, mesmo que as mesmas sejam contrárias aos interesses de uma maioria que na literatura acadêmica são intitulados como “minorias”. Sobre esta postura Santos (2006 p. 75) faz a seguinte análise:

Um complicador vem do fato de que a globalização é freqüentemente considerada uma fatalidade, baseada num exagerado encantamento pelas técnicas de ponta (...) tal visão do mundo, uma espécie de volta à velha noção de “technological fix” (uma única tecnologia eficaz), acaba por consagrar a adoção de um ponto de partida fechado e por aceitar como indiscutível”.

Estas reformas ou medidas que acabaram por provocar grandes transformações no mercado de trabalho (oferta de vagas, qualificação e requalificação da mão-de-obra) como um todo, transformações como precarização das condições e relações de trabalho, substituição do modelo de organização do processo de produção industrial, o aumento desemprego causado pela abertura do mercado à concorrência estrangeira em função da extinção setores inteiros de linha de produção e, conseqüentemente um aumento do **trabalho autônomo** no setor informal como **atividade fixa de trabalho** para um grande contingente de trabalhadores que não conseguiam (nem conseguem) um emprego formal. Este quadro será colocado no decorrer de toda a pesquisa, no entanto será objeto de análise mais pormenorizada no capítulo III quando da convergência na análise dos três fatores colocados como sendo responsáveis por um aumento das atividades informais como o comércio ambulante.

Atualmente no território administrado pela Companhia (estações ferroviárias e o interior das composições) aparece como um desses espaços em que a atividade informal surge com grande força, transformando-o em território de ação dos trabalhadores praticantes do comércio ambulante – um verdadeiro “mercado sobre rodas” – e também como um território de disputa e conflito direto com o poder público, tendo em vista que a concessionária que presta o serviço é uma autarquia² sob a administração do Governo do Estado.

Os conflitos oriundos desta atividade possuem uma ligação com o modelo econômico vigente, tendo em vista que a “massa” de ambulantes que povoam o trem é formada por jovens adolescentes e adultos que ainda não conseguiram um “emprego formal” ou que não conseguem mais colocação no mercado de trabalho em função de não possuírem qualificação exigida por esta nova dinâmica de trabalho nem um perfil para as funções criadas.

Como estas transformações ocorrem a partir de uma exigência da concorrência no mercado que é mundializado, há no espaço uma materialização das contradições

² São denominadas autarquias empresas cujo capital é composto de forma mista, uma parte é capital público (estatal) e outra privado.

inerentes ao modelo organizacional, tanto da produção fabril quanto locacional das indústrias. Realidade esta que se mostra contraditória, porém harmônica, já que atende as exigências e objetivos desse mercado. Estas contradições ficam patentes no espaço onde os resultantes destas contradições se materializam de uma maneira que, segundo Santos (2006 p. 114) faz com que “*O território tanto quanto o lugar [sejam] esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor uma nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados*”.

Portanto, neste capítulo III como a relação existente entre os processos de industrialização/urbanização acelerados e complexos e esse processo de reestruturação produtiva a qual passa a RMSP que imprime uma nova dinâmica de localização das indústrias, intrinsecamente relacionados e resultantes de uma dinâmica econômica em escala mundial com o aumento das atividades informais, do trabalho precarizado, do trabalho autônomo com base em novas formas de vínculos e relações de trabalho por parte do capital/trabalho e do trabalho autônomo informal como dos trabalhadores ambulantes. Como afirma Scherer in Carlos (2005 p. 194) sobre esta relação existente entre a ação de agentes econômicos internacionais na economia nacional e a dinâmica territorial decorrente da mesma:

As questões territoriais e urbanas devem ser compreendidas sempre a partir da totalidade complexa, dinâmica e contraditória constituída pela divisão territorial do trabalho, vale dizer, pela rede urbana internacional (...) a mundialização do sistema capitalista não significa que haja universalidade quanto aos problemas existentes em seu interior e, menos ainda, universalidade de soluções para os problemas por eles criados. Isto ocorre entre outras razões porque o Sistema é estruturalmente intersocietário e estruturalmente contraditório do ponto de vista das relações internacionais e dos grupos sociais em cada formação.

Para cumprir a tarefa de analisar de forma ampla o fenômeno estudado se fez necessário trilhar-se por vários “caminhos” científicos, dentre eles os das Ciências Sociais e da Economia Política objetivando identificar e discutir a dicotomia existente por parte dos aparelhos do Estado na compreensão e discernimento (normativo e ideológico) do que é “legal X ilegal” com o “justo X injusto” frente à realidade social posta. Enfim, refletir e discutir a questão da desigualdade social e o papel das instituições públicas na promoção de uma vida minimamente condizente com as necessidades do ser humano obtido por meio do trabalho.

Está discussão surgirá lateralmente no decorrer de todo o trabalho e mais especificamente no capítulo I por meio de considerações importantes e necessárias sobre o “trabalho” enquanto condição *sine qua non* do homem na garantia da vida e também sobre os conceitos de formalidade e informalidade para a economia capitalista, pautada atualmente no neoliberalismo enquanto ideário hegemônico. Sobre a complexidade das compreensões e ações a respeito dos conceitos de legalidade e formalidade assim como seus adjetivos “antônimos”, Santos (2006 p. 120) afirma que *“uma boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer as leis, normas, regras, mandamentos, costumes derivados dessa racionalidade hegemônica. “Daí a proliferação de “ilegais”, “irregulares”, “informais””*.

Além deste contexto social apresentado, o capítulo II por sua vez, será dedicado a uma análise da relação existente entre a origem desta realidade, marcada pelo crescimento do trabalho autônomo dos ambulantes a partir da década de 1980, com o processo de urbanização rápido e sem planejamento na ocupação e uso do espaço concernente a RMSP, um processo marcado pela exclusão social de grande parte da população que compreende a classe trabalhadora, mas que obedeceu a uma lógica do capital industrial em determinado momento.

Agora esta realidade se mostra como um estorvo e um problema para uma parcela da sociedade que se debate em conflitos como: a elite e a classe média renegam a paisagem “poluída” pela pobreza; os empresários atuantes na considerada “economia legalizada” que enfrenta a “concorrência desleal” de quem “não paga impostos”, os trabalhadores ambulantes; o Estado que se confronta com o princípio de promoção da igualdade previsto em cláusulas pétreas da Constituição, enfim, um enorme conflito de interesses entre uma minoria abastada e uma maioria relegada à marginalidade e à miserabilidade. Este processo só pode ser compreendido por meio de uma análise ampla do espaço urbano, como afirma Verás (2001 p. 1):

A metrópole só pode ser desvendada por aproximações sucessivas, iniciando-se por uma ligeira caracterização de suas principais coordenadas socioeconômicas, tais como a desconcentração industrial, os ritmos de crescimento populacional, níveis de renda das famílias, auto-segregação das elites, formas precárias de moradia para vastos contingentes de pobreza. Entre vários aspectos estão as assincronias urbanas, ou as diferenças de ritmos

entre usuários da cidade, abrangendo desde a velocidade conectada à globalização, até a história lenta que pode transformar fracos em fortes, recuperando um tempo perdido na vida das cidades: o da fruição.

Torna-se, portanto, fundamental fazer uma leitura crítica da maneira como ocorreu o processo de urbanização dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em particular os localizados na Sub-região Oeste da RMSP³ e que são servidos (“cortados”) pelo ramal “8-Diamante” da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)⁴ cujo percurso liga as estações Júlio Prestes a Itapevi, para uma melhor e mais completa compreensão do fenômeno do trabalho autônomo exercido pelos ambulantes nos trens.

Com o objetivo de obter um quadro socioeconômico mais geral da população da RMSP e da sub-região a qual a pesquisa está centrada foram analisados e selecionados alguns dados considerados importantes para melhor assentar a associação realizada entre as condições de vida de sua população e os fenômenos do desemprego e do conseqüente “trabalho autônomo informal”. Afinal, a situação do mercado de trabalhos na RMSP e o aumento das atividades informais estão intrinsecamente relacionados à maneira como se deu o processo migratório em direção às cidades do entorno da capital paulista, entorno que compreende as cidades da grande São Paulo e da área correspondente a “metrópole expandida” que será explicitada posteriormente.

A condução do processo de urbanização num primeiro momento em função da dinâmica locacional das plantas industriais imprimiu ritmos diferenciados de crescimento das cidades no decorrer do tempo, bem como características econômicas também diferenciadas que acabaram por influenciar na configuração do mercado de trabalho por Sub-regiões a partir da distribuição da mão-de-obra de acordo com a especialização provocada por esta distribuição territorial.

Portanto, pode-se afirmar que o espaço da RMSP, desde o início do processo de industrialização foi moldado, do ponto de vista de estrutura física e social, de

³ Os municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) agrupados em sete sub-regiões: Centro (A cidade de São Paulo), Leste, Nordeste, Norte, Oeste, Sudeste e Sudoeste. No caso, a Sub-região Oeste da RMSP é formada pelos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba e Vargem Grande Paulista. Pela importância econômica do município a Sub-região Oeste também é denominada como Sub-região de Osasco.

⁴ Os municípios atravessados e servidos diretamente pelo ramal 8-Diamante da CPTM na Sub-região Oeste da RMSP são Osasco, Carapicuíba, Barueri, Jandira e Itapevi.

acordo com as necessidades exigidas (criadas) por este processo de territorialização e hoje de re-territorialização do capital associando as exigências de um novo perfil da mão-de-obra. Sobre esta dinâmica Sánchez (1992 p.6) afirma:

Las posibilidades de división, y su combinatoria, llevan a manipular el espacio-territorio de forma tal que éste asuma el papel de una variable más a tener en cuenta en la organización del proceso productivo, aprovechando los aspectos homogéneos o los aspectos diferenciales, según cada circunstancia, que se presenten como más favorables a la estrategia empresarial. Homogéneos en cuanto a aprovechar economías de escala; diferenciales en cuanto a aprovechar las diferencias económicas, sociales o políticas que garanticen una mayor rentabilidad al proceso: economías de aglomeración frente a espacios monoespecializados, bien sea en un tipo de producciones, bien sea a un nivel de cualificación, desde zonas con un mercado de trabajo de alta cualificación, hasta zonas en las que sólo se ofrezca una fuerza bruta de trabajo, a bajo nivel de exigencias salariales, con un alto grado de excedente de recursos humanos que se conformen con bajos salarios y que presenten una gran docilidad en su uso.

Neste mesmo capítulo será também tratado do chamado processo de mudança do perfil e função econômica da cidade de São Paulo e, conseqüentemente de sua região metropolitana, mudança esta que tem como conseqüência uma reconfiguração territorial com relação à ocupação das plantas fabris. Portanto haverá uma análise dos processos de metropolização e de transformação da capital paulista e de sua região metropolitana, dentro de uma perspectiva pós-fordista, voltada para o desenvolvimento das atividades terciárias (comércio e serviços) a luz da reestruturação produtiva, já citada, a qual a região está passando e que levou alguns estudiosos a afirmarem de forma equivocada na existência de processos de desmetropolização e desindustrialização da região. Sobre essas afirmações Acca (2006 p. 3) afirma o seguinte:

O entendimento equivocado de que o espaço produtivo metropolitano estaria seguindo uma senda sem retorno rumo a uma economia terciária evidencia que as relações entre os setores industriais e de serviços são analisadas de modo estanque pela literatura, de maneira a engendrar confusões empíricas que têm conduzido a uma fantasia pós-industrial que se distancia cada vez mais da complexa dinâmica produtiva e territorial. Dinâmica que, por sua vez, está no centro de um movimento de reespecialização das atividades econômicas na malha produtiva metropolitana.

Será também colocado em discussão neste trecho da pesquisa, a partir de uma análise política, a função e o papel desempenhado pelo Estado brasileiro em suas diversas esferas de poder, que desde a década de 1990 tem sua organização e,

conseqüentemente, suas ações assentadas no modelo econômico neoliberal, modelo esse seguido pelas elites dirigentes nacionais com alterações pontuais de um governo para outro, adotando e concebendo a palavra “flexibilidade” (e suas variáveis de mesmo significado) como a palavra chave deste modelo.

Esta mesma “flexibilidade” não é levada em consideração na aceitação ou possibilidade de reformular as relações e visão para com as formas de sobrevivência encontradas pelos “sobreviventes” desempregados ou ainda os que nem conseguem entrar no mercado de trabalho formal. Na prática isso significaria reformular uma política onde as atividades de trabalho dos ambulantes fossem legalizadas a partir de uma normatização.

A análise e compreensão do fenômeno do aumento e consolidação do “trabalho autônomo” e dos conflitos advindos dessa atividade, em particular o comércio ambulante em áreas públicas, serão feitas levando-se em consideração a inter-relação estabelecida entre todos esses fatores citados até então que se apresentam de forma complexa em função das contradições e complementaridades inerentes ao modelo de sistema econômico ao qual esta realidade encontra-se inserida. Fatores esses que se manifestam na existência e atuação dos vendedores ambulantes que atuam no interior dos trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, e que por esse motivo serão utilizados como referência concreta para compreender esta realidade posta, restringindo o a área de estudo para exemplificação no ramal 8-Diamante: Julio Prestes/Itapevi localizado na Sub-região Oeste da RMSP e que será explicitado no capítulo IV desta dissertação.

A dimensão deste fenômeno nos trens é perceptível empiricamente, sendo comprovada, dentre outras formas, pelos avisos, placas e orientações dadas pela empresa, bem como por meios de comunicação que constantemente abordam o assunto, a exemplo desta reportagem do jornal DIÁRIO DA REGIÃO de 12/13 de agosto de 2006 e em demais citadas posteriormente com números mais recentes.

As linhas de trem que cortam Osasco foram alvo, entre janeiro e julho, desse ano, de 6.343 ações de agentes de segurança (...) contra o comércio ambulante nas estações e composições (...) a fiscalização resultou na apreensão de 287.934 mercadorias comercializadas pelos camelôs (...) em todo o sistema, de acordo com o balanço divulgado ontem pela empresa, foram confiscadas 994.880 unidades de mercadorias, em 26.634 ações (...)

ano passado, a CPTM retirou dos ambulantes, 1,5 milhões de produtos irregulares contra 1,4 milhões no ano de 2004 (...) segundo Leopoldo Correia Filho – “(...) estamos apertando o cerco e eles sabem”.

Focando a atividade dos ambulantes nos trens foi possível desvendar a dinâmica de trabalho, o quadro socioeconômico dos ambulantes/marreteiros e da população da região, bem como ocorreu o processo histórico de ocupação e construção da Sub-região Oeste da RMSP. Este estudo irá refletir, por sua vez, na compreensão de uma realidade macro que envolve o processo de globalização vigente e que se concretiza nas mais diversas escalas; nos espaços em suas várias concepções; nos lugares; na definição e redefinição dos territórios a partir da concepção de atuação e uso, por parte dos indivíduos e grupos sociais, por meio das relações mantidas com o espaço vivenciado. Relações estas pautadas em uma constante construção e reconstrução através da participação direta de indivíduos enquanto agentes ativos e “vítimas” de uma dinâmica superior que lhe foge o controle responsável por tornar concreta esta realidade como afirma Santos (2006 p. 132):

A sociedade urbana pode escapar aos seus intérpretes, nas faculdades; ou aos vigias, nas delegacias de polícia. Mas não aos atores ativos do drama, sobretudo quando, para prosseguir vivendo, são obrigados a lutar todos os dias. Haverá quem descreva o quadro material dessa batalha como se fosse um teatro, quando, por exemplo, se fala em estratégia de sobrevivência, mas na realidade esse palco junto com seus atores, constitui a própria vida concreta da maioria das populações.

Retomando o propósito inicial da pesquisa, a mesma terá como objetivos centrais os seguintes pontos:

- Analisar as causas políticas, econômicas e sociais do aumento do trabalho autônomo na atividade considerada informal do comércio ambulante e os conflitos originados pela existência de tais atividades nos espaços públicos, focando o trabalho dos vendedores ambulantes nos trens da CPTM;
- Verificar até que ponto o processo de metropolização e de reestruturação produtiva da cidade de São Paulo e sua região metropolitana aparece como consequência do modelo econômico seguido pela elite dirigente e como causa das mudanças no mercado de trabalho, do desemprego e, conseqüentemente, do aumento do trabalho autônomo.

- Como se desenvolve as relações de disputa pelo uso dos espaços públicos, a exemplo do trem, para fins comerciais entre grupos sociais, agentes econômicos e o Estado;
- Constatar se a atividade de trabalho no comércio ambulante (marretagem como é denominada pelos mesmos), classificada como “informal” e denominada nesta pesquisa como “trabalho autônomo”, já se tornou efetivamente uma modalidade de trabalho ou apenas uma alternativa de sobrevivência.

Para realizar uma pesquisa qualitativa em sua abordagem houve uma exigência do tema em abarcar outros assuntos de maneira a assentar melhor as conclusões. Por este motivo esta pesquisa se pautou também em buscar compreender demais fenômenos que ocorrem em paralelo ou decorrência dos pontos centrais colocados. Fenômenos estes elencados a seguir:

- O trabalho enquanto ação humana na construção e reconstrução dos espaços e territorialidades;
- Localização das indústrias: como se mostra esta nova dinâmica territorial a partir das divisões técnica e social do trabalho resultante do avanço tecnológico e sua relação com a oferta de emprego na RMSP;
- O grau de impacto do avanço tecnológico dos meios de produção no mundo do trabalho;
- O papel do Estado nos conflitos sociais gerados com esta nova dinâmica econômica, tendo a posição de garantir os direitos fundamentais à vida, entre eles o trabalho;
- A quantidade e o perfil sócio-econômico dos ambulantes (renda média, escolaridade, idade, sexo, profissionalização, etc.) que atuam na área de pesquisa para se traçar um paralelo entre este quadro e a realidade macro que cerca estas os sujeitos inseridos nestas atividades;
- A relação existente entre as atividades consideradas “informais” e “ilegais” com o setor considerado “formal” e “legal” a partir do levantamento dos tipos de produtos comercializados e dos locais de abastecimento;

- Dimensionar a importância econômica de tal atividade a partir do volume financeiro gerado, do volume de mercadorias apreendidas pela CPTM e do número estimado de participantes.

Cabe ressaltar que o capítulo I também será dedicado a uma exposição das várias definições a respeito do que é considerada “economia informal” pelas várias ciências e pelo senso comum por parte da população. Além da análise sobre as definições da “economia informal” haverá também justificativas e esclarecimentos a respeito das terminologias a serem usadas na pesquisa.

Por ter se deparado com a necessidade de buscar um caminho que levasse a uma análise mais ampla e concreta do fenômeno, ou seja, que a pesquisa fosse além dos pressupostos da ciência geográfica e também do campo puramente teórico houve a necessidade de amparar-se em autores e obras que explicitassem também essa amplitude e também que representasse um discurso político da conjuntura atual de acordo com o “caminho” trilhado pela pesquisa. Isto está colocado no mesmo capítulo no Referencial Teórico e Metodológico que é alongado em função de tal opção.

Em atendimento aos pressupostos colocados no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), a presente dissertação está voltada para a linha de pesquisa “Urbanização, Meio ambiente e Novas Tecnologias” que possui, entre outros, objetivos desenvolver *“estudos que se proponham a conjugar, na análise regional e urbana, a reflexão sobre as implicações espaciais, sociais, econômicas, políticas e ambientais, suscitadas pela reestruturação territorial da técnica, do trabalho e dos processos político-culturais”*. No que concerne de forma mais específica a esta pesquisa está a busca por *“entender como os novos padrões de organização econômica (privada e estatal), a emergência de novas tecnologias e formas de comunicação, contribuem para a formação de novas redes territoriais”*.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO “TRABALHO AUTÔNOMO”

“a realidade é, além disso, tudo aquilo em que ainda não nos tornamos, ou seja, tudo aquilo que a nós mesmos nos projetamos como seres humanos, por intermédio dos mitos, das escolhas das decisões e das lutas”

Milton Santos

1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO “TRABALHO AUTÔNOMO”

1.1. Considerações Iniciais

Este capítulo tem como objetivo fornecer aos examinadores e leitores dessa dissertação uma base teórica daquilo que denominamos de conceitos ou categorias da geografia, bem como procurar identificar aquelas as quais serão mais usadas na análise do fenômeno pesquisado, tendo em vista que a variedade de concepções sobre as definições de tais categorias de acordo com as “escolas da ciência geográfica” tem de ser levado em conta, já que esta pesquisa tem o propósito de seguir um caminho metodológico, o que exige, portanto, tais definições de acordo com suas concepções.

Esta discussão teve como base os debates, textos e obras das aulas da disciplina Teoria e Método ministradas pelo Prof. Dr. MARCOS BERNARDINO DE CARVALHO, um dentre os vários autores de alguns dos textos usados nesta primeira parte desse capítulo como: Geografia e complexidade e Diálogos entre as ciências sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel; MORIN, EDGAR com O Método e Introdução ao Pensamento Complexo; RICARDO ANTUNES com a obra A dialética do trabalho; CASTRO, INÁ ELIAS DE; GOMES, PAULO CESAR DA COSTA; CORRÊA, ROBERTO LOBATO organizadores do livro “Geografia: conceitos e temas” além de outras produções destes mesmos autores e por fim MILTON SANTOS com as produções Da totalidade ao lugar, A urbanização brasileira e Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.

O segundo e último item do capítulo é dedicado a definição do “Setor Informal” da economia, seja ele com relação as condições e posicionamentos dos agentes econômicos bem como das atividades exercidas pelos trabalhadores, em particular os ambulantes. Para suprir tal tarefa houve não só o uso de uma literatura própria da geografia, mas principalmente em autores da sociologia e da ciência econômica, que abordam o tema tanto do ponto de vista da legislação quanto pelo viés econômico. Dentre estes autores podemos destacar LESLIE DELISE BELOQUE com a tese A cor do trabalho informal; um estudo da CUT organizado por SINGER e POCHMANN

voltado especificamente para a cidade de São Paulo – Mapa do Trabalho Informal e EDUARDO G. NORONHA "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil que, como bem coloca (NORONHA 2003 p. 112) que *“no Brasil, o entendimento popular de “trabalho formal” ou “informal” deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada”*.

1.2. Referencial Teórico-Metodológico

O aprofundamento das leituras durante a construção da pesquisa redirecionou, reconstruiu uma concepção de que uma visão dicotomizada ou compartimentalizada da realidade não era condizente com uma ciência que, a princípio, é concebida por Corrêa in Carlos (2006 p. 16); *“como ciência social, [portanto], a geografia tem como objeto de estudo a sociedade”*. Como afirma Sousa Santos (1988 p. 16) de que *“é, pois necessário descobrir categorias de inteligibilidade globais, conceitos quentes que derretem fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade”*. A superação destas fronteiras sempre foi um incômodo para a geografia e outras poucas ciências, tanto é assim que houve como afirma novamente Sousa Santos (1988 p. 14) um comportamento de *“se reconheceram mal nestas distinções e tanto que se tiveram de fraturar internamente para se adequarem minimamente (...) condensaram-se nelas privilegiadamente as contradições da separação ciências naturais/ciências sociais”*.

Uma ciência que busca a compreensão de uma realidade que se apresenta complexa nas relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas, enfim, complexas nas relações entre os homens e destes com a natureza necessita, urgentemente, de exercitar em todos os espaços e momentos a discussão epistemológica para dessa forma superar o que é denominado por Sousa Santos (1988) de **paradigma dominante**, que é assentado em um modelo de racionalidade iniciado com a revolução científica no século XVI sob o domínio das ciências naturais e exatas e que no século XIX estendeu-se às ciências sociais a partir do desenvolvimento de uma análise orientada no positivismo que *“amputa as contradições que afetam o procedimento científico e o seu objeto particular”* (GODOY IN BPG, 2005 p. 39). Um modelo de racionalidade que têm as idéias matemáticas como parâmetro de lógica para a investigação, onde o conhecimento passa a ser aferido a partir da quantificação em detrimento da qualidade dos fenômenos.

Nesse sentido, o pensamento calcado apenas em uma visão linear recairia no equívoco do reducionismo da complexidade na qual se encontra organizada a sociedade contemporânea em suas contradições que são inerentes ao sistema capitalista. Seguir o caminho delineado pela lógica do pensamento clássico, não ultrapassando os limites das disciplinas e também das divisões existentes na própria

geografia, é dar prosseguimento a uma lógica cartesiana de análise da realidade no qual se acentua uma concepção compartimentalizada, divisionista e classificatória dos fenômenos sociais. Esta lógica encontra-se em desacordo com os objetivos já colocados por esta pesquisa que é o de procurar realizar uma análise crítica da realidade do “mercado de trabalho” a partir das atividades dos trabalhadores ambulantes dos trens e dos conflitos decorrentes de tais atividades, enquanto fenômeno resultante das contradições do modelo organizacional da própria economia, refutando desta maneira, o determinismo mecanicista, o positivismo de Conte ou da solidariedade orgânica de Durkheim, que corroboraria com a manutenção do *status quo*. Como afirma Sousa Santos (1998 p. 6):

O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar. No plano social, é esse também o horizonte cognitivo mais adequado aos interesses da burguesia.

Uma análise dialógica¹ desta realidade pressupõe uma compreensão ampla de uma sociedade em constates transformações em função das contradições nela existentes e que a movimentam em determinadas direções, conferindo-lhe feições variadas no tempo e no espaço. Embora a análise do fenômeno do “trabalho autônomo” nesta pesquisa enfoque a atividade dos trabalhadores ambulantes, que se restringem a poucos milhares em todo o território da malha ferroviária dos trens da CPTM e a algumas poucas centenas na linha delimitado para análise, o fenômeno da existência dessa modalidade de trabalho, o aumento considerável nas últimas duas décadas e meia aproximadamente no número de pessoas atuando como ambulantes, os conflitos com o poder público resultantes dessa atuação bem como a contradição na postura do Poder Público (CPTM) com relação ao comércio em sua área de administração, representa em muitos aspectos o modelo de projeto econômico implantado e levado a cabo no Brasil, que têm como marca maior uma relação de dependência externa que acaba por refletir-se em todas as dimensões

¹ (CARVALHO IN BPG: PERSPECTIVA CRÍTICA Nº 83 2005 p. 154) “O princípio dialógico se nutre da associação entre complementares e antagônicos, concomitantes. Sobrevive da dualidade, da ambigüidade e das dicotomias assumidas (geografias físicas e humanas, determinismos e possibilismos) não busca superar contradições, nem forçar sínteses artificiais. Pelo contrário, mantém a unidade graças à diversidade das lógicas assumidas. Lógicas acossistêmicas, portanto. Com espaço para duplas (dúbias) existências – em uma palavra, ambi-entes, dos objetos de interesse das geografias que são físicas e humanas, ao mesmo tempo, e para realidades que não se explicam sem consideração de que todos os fatores, dos físico-naturais aos humano-sociais, são determinantes para a produção das espacialidades”.

da sociedade, do individual ao coletivo, do global ao local e, conseqüentemente, na organização e construção do espaço geográfico.

Portanto a realidade posta se apresenta enquanto resultante de acontecimentos e ações que se entrelaçam, se contradizem e se complementam, exigindo, por sua vez, uma análise com um “olhar” que enxergue uma realidade enquanto sistema. Sobre a visão que se deva ter para alcançar tal êxito Santos (2006 p. 169) faz a seguinte colocação:

A obtenção de uma visão sistêmica, isto é, a possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como conjuntos e de localizá-los como um todo, mostrando sua interdependência (...) encontram, interpenetram e completam as noções de mundo e de lugar, permitindo entender como cada lugar, mas também cada coisa, cada pessoa, cada relação dependem do mundo.

Este tipo de análise requer, por sua vez, uma quebra de “barreiras” impostas historicamente como a de exigência de uma unicidade metodológica que impede uma compreensão abrangente do fenômeno pesquisado. Isto não significa que a adoção de apenas um dos três métodos existentes² para o desenvolvimento de uma pesquisa encaminhe e condene a mesma à superficialidade analítica, afinal a adoção de um método está condicionada, por sua vez, aos objetivos do pesquisador, aos objetos de estudo e até a ciência da qual o objeto de estudo pertence. Sobre a escolha do método que melhor convier Sposito (2004 p.17) é categórico ao afirmar que:

Eles têm seu papel na orientação da produção do conhecimento científico de diferentes maneiras. Ora por se identificarem com critérios de verdade, de ideologia (...) por se identificarem com disciplinas (...) ora por serem fundamentais para estruturação de elementos lógicos básicos para o encaminhamento do raciocínio.

Objetivando uma produção amparada metodologicamente em princípios exigidos para uma produção científica, esta pesquisa foi orientada com a concepção de método como o definido por Alfonso Trujillo citado por Sposito (2004 p. 26) como “a forma de proceder ao longo do caminho (...) os instrumentos básicos que

² (SPOSITO 2004 p. 15): “deixando de lado a multiplicidade metodológica decorrente da fragmentação da ciência moderna, partimos do pressuposto (e queremos que isso fique bem claro, mesmo que possam comparecer opiniões divergentes) de que há somente três métodos distintos e filosoficamente coerentes para o trabalho intelectual; são os métodos hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico”.

ordenam de início pensamentos ou sistemas, traçam de modo ordenado forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo”, locupletando-se de Joaquim Antonio Severino continua Sposito; “é o conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem ao cientista descobrir as relações causais constantes que existem entre fenômenos”.

Superar também as barreiras impostas pela demarcação dos chamados “campos” de estudo de cada ciência, verdadeiros espaços demarcados por “altos muros”, é mais um desafio na produção científica e também desta pesquisa. É importante ressaltar que estas barreiras devam ser superadas sem que percamos a dimensão dos pressupostos de análise geográfica (de um “olhar geográfico”) enquanto ciência social que possui cinco categorias de análise ou conceitos-chave de sua existência *“que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território”*³ (CORRÊA IN CARLOS, 2006 p. 16), categorias que se configuram e reconfiguram a partir de ações da(s) sociedade(s) construindo e reconstruindo-os por meio de processos complexos. Aliás, a complexidade dos tempos atuais, onde o mais remoto dos lugares e, conseqüentemente, cada indivíduo, sociedade ou grupo social só consegue ser desvendada por meio de uma análise que leve em consideração os vários agentes e fatores presentes e atuantes no *locus* fez com que Carvalho in BPG (2005 p. 141) propusesse *“uma outra possível definição da geografia: ciência da complexidade. Ou, caso se prefira, uma das ciências da complexidade, como seria mais adequado dizer nestes tempos excessivamente corretos (plurais)”*.

Este referencial teórico procura responder as questões colocadas, cujo objetivo em realizar uma análise não dicotomizada ou superficial da problemática da existência das atividades dos trabalhadores ambulante, requer, dentre outros campos de pesquisa ou científicos, uma análise do sistema socioeconômico o qual esta realidade está inserida. Uma análise econômica que possibilite essa compreensão não pode deixar de lado as visões diferenciadas das **Escolas Neo-Schumpeteriana**, denominada como **Escola Evolucionista**, a da **Escola Neo-Marxista**, esta última denominada de **Escola Regucionista**. Obras da Economia clássica e neoclássica, com destaque para Adan Smith, Marx, Schumpeter e Keynes, mas principalmente a partir da produção de seus discípulos como Carlota

³ Sposito (2004 p. 17) faz menção a três conceitos na geografia: espaço (e tempo), território e região.

Perez, Freeman, Dosi, Harvey, Robert Boyer são utilizadas como referências citadas ou não. As mesmas deixam bem demarcadas duas características em suas concepções analíticas; o papel a ser exercido pelo Estado enquanto agente econômico e os fenômenos impulsionadores das transformações econômicas e sociais que levam as situações de estabilidade e de crises no capitalismo.

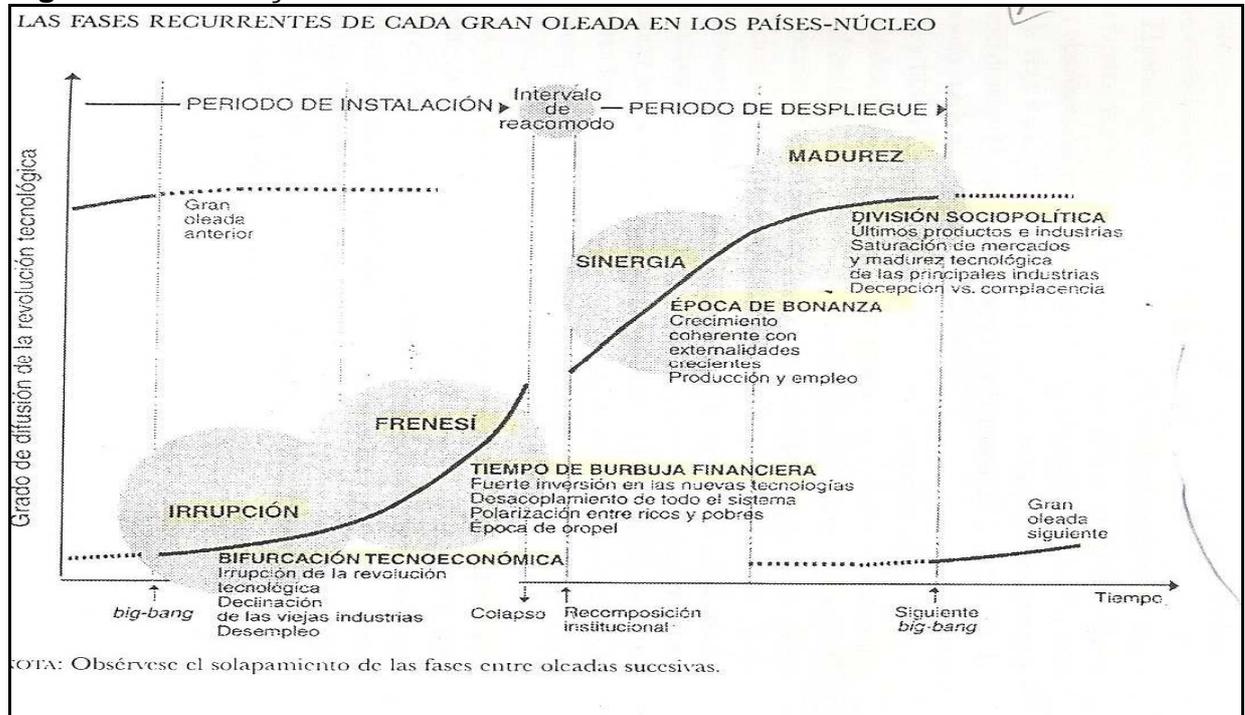
Assentada em uma visão liberal a escola Neo-Schumpeteriana tem como base analítica à concepção de que o desenvolvimento socioeconômico decorre de um paradigma tecnoeconômico, ou seja, de uma inovação tecnológica que promove transformações não só no sistema produtivo e sim em toda a sociedade como na organização social, política e institucional e até com relação ao modelo comportamental, ideológica, cultural dos indivíduos e grupos sociais entre outras. Uma inovação tecnológica é caracterizada como um conjunto de inovações que promovem ganhos de produtividade em todas as dimensões de forma generalizada e também pelo insumo energético (uma nova fonte de energia) que se generaliza⁴.

O termo evolucionismo dado à Escola Schumpeteriana vem da concepção de que o modo de produção capitalista possui uma lógica de desenvolvimento baseado nos paradigmas tecnoeconômicos que provocam as “longas ondas de desenvolvimento”, as ondas de Kondratieff, que possuem fases marcadas por apresentar uma situação de bonança, desenvolvimento social e econômico, estabilidade institucional e política, mas também de crises para adequação de um novo padrão organizacional provocado pela inovação tecnológica ou na substituição total do velho pelo novo padrão, crises estas que neste segundo caso invertem totalmente o quadro social, econômico e político. Estas ondas de desenvolvimento possuem uma duração entre 50 e 60 anos aproximadamente repetindo-se consecutivamente como demonstrado na **figura 01** que representa um modelo esquemático dessas ondas e na **figura 02** um gráfico demonstrando as mesmas já com o adendo da crise atual, cujo objetivo é o de comprovar a eficácia desta análise sobre as crises econômicas de uma forma linear que, como bem afirma Egler (1994 p. 3) ao comentar esta forma de análise da escola neo-schumpeteriana, “*a sua pretensa regularidade e sua determinação técnica podem levar interpretação do tipo*

⁴ (PELAEZ V.; SZMRECSÁNYI p. 112) “Em termos econômicos, as inovações tecnológicas correspondem à aquisição, introdução e aproveitamento de novas tecnologias (conjunto de conhecimentos técnicos) na produção e/ou distribuição de quaisquer bens ou serviços para o mercado (...) bem como as novas mercadorias daí resultantes.”

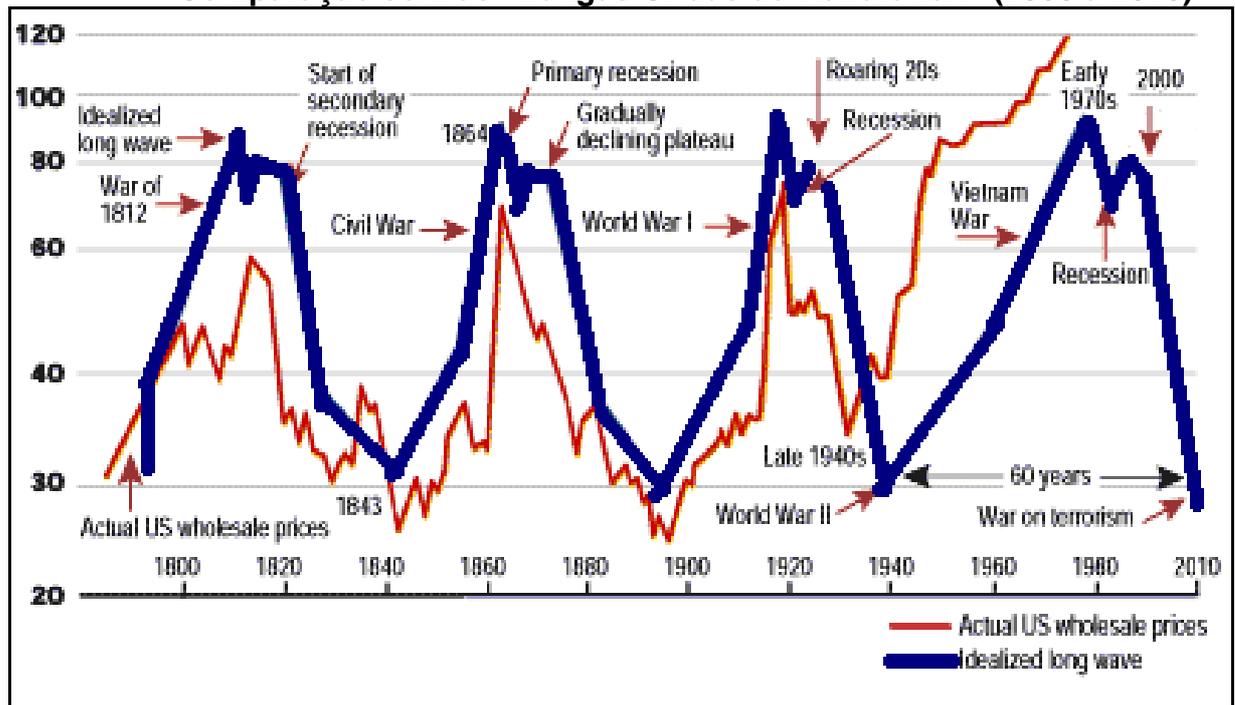
“Deus ex machina”, onde a inovação tecnológica goza de total autonomia em relação aos fatores históricos, econômicos e sociais”.

Figura 01: Ilustração das Fases das Grandes Ondas de Kondratieff



Fonte: PÉREZ (2004 p. 79) In *Revoluciones Tecnológicas y Capital Financiero*

Figura 02: Gráfico Representativo das Oscilações da Economia Mundial em Comparação com as “Longas Ondas de Kondratieff” (1800 a 2010)



Fonte: /jackblack.com.Br/Nicolai-kongratieff-já-sabia-da-crise (acesso em 21/01/09)

Surgida nos anos 70 a Escola Neo-Marxista tem como maior expoente o economista Mark Boyer possui como base teórica o pensamento do pensador alemão Karl Marx, da Escola dos Annales⁵ e também das formulações teóricas do economista inglês Joan Maynard Keynes⁶. O principal sustentáculo desta linha de pensamento se assenta na concepção de conceber um modelo de Estado que age nos fatores institucionais, econômicos, políticos e comportamentais que modelam as relações sociais e o regime de acumulação de capital, portanto um órgão voltado para a regulação normativa das atividades econômicas, sociais e políticas, devendo promover o equilíbrio, a estabilidade na sociedade, mesmo que organizada dentro de um sistema cuja característica principal é a busca do lucro e a o sucesso ou progresso individual, a partir da implantação de um padrão de organização. Harvey (2007 p. 117) assim o descreve:

⁵ A "Escola dos Annales" foi um movimento inovador que surgiu na França, no século XX, dando origem ao que conhecemos hoje de Nova História. Tudo começou com a criação da revista Annales, a qual tinha como público alvo os grandes estudiosos das ciências sociais, a exemplo dos historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, etc. Embora tenha surgido na França o movimento dos Annales conseguiu, ao longo do século XX, expandir-se por todo o mundo adquirindo novos adeptos, os quais iriam contribuir para o crescimento dessa nova abordagem historiográfica (...) defini-se como Nova História a história sobre influência das ciências sociais e não mais sobre a influência das ciências naturais, isto é, até o surgimento dos Annales a história tradicional regia-se pela metodologia positivista, inspirada nas ciências naturais (...) considerando, então, que a nova história pode ser definida em linhas gerais como uma ciência histórica inovada, regida pelos moldes das ciências sociais, voltada para a problemática do homem enquanto objeto social, buscando nas estruturas, apoiada pela interdisciplinaridade, respostas mais satisfatórias para as suscitações sociais vigentes.

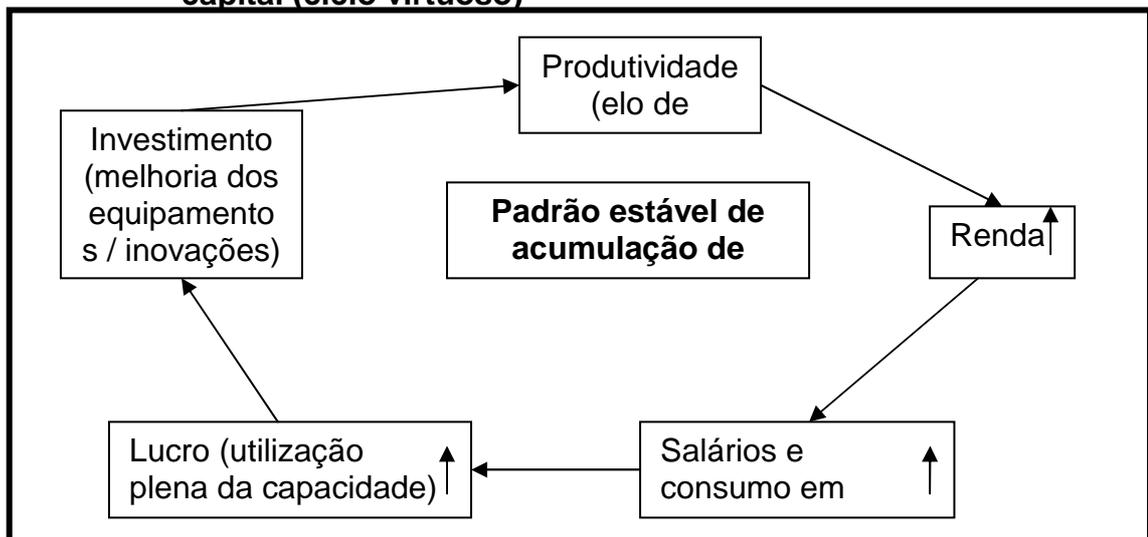
Fonte: webartigos.com/articles/10920/1/a-circulacao-da-implantacao-da-escola-dos-annales/

⁶ (OS PENSADORES 1978 p. XII) Joan Maynard Keynes teve como principal obra, a qual serviu de base teórica para o denominado "pensamento keynesiano" ou a denominada "revolução keynesiana", "The General Theory of Employment, Interest and Money" (Teoria Geral do Emprego, do juro e do Dinheiro) escrito em 1936, portanto no auge da crise dos anos 30, crise esta que para os liberais (marginalistas) era inexistente, sendo apenas um ajustamento temporário. O pilar principal de sua teoria estava no fato de relacionar a renda dos "consumidores" ao nível de empregabilidade dos indivíduos e o equilíbrio entre a oferta e a demanda de bens no mercado. Segundo ele as crises eram resultantes do desequilíbrio entre esses três elementos sendo agravado pelo "entesouramento" do capital passível de ser investido na produção em função de um maior risco de perda e uma menor possibilidade de lucro, sendo, portanto, mais lucrativo os investimentos financeiros. A condição de equilíbrio só é conseguida por meio de ações diretas do Estado na formulação de políticas econômicas como o controle dos juros, os investimentos públicos, o fomento das atividades através de empréstimos, entre outras. "Dessa maneira, Keynes mostrou que uma economia capitalista pode encontrar seu nível de equilíbrio – no qual a poupança corresponde à inversão "deliberada", sem que se formem estoques não desejados – em situações que de modo algum permitem o pleno emprego de todos os recursos, sobretudo dos humanos. Para que tais economias atinjam o pleno emprego e nele permaneçam, é preciso que políticas adequadas sustentem a demanda efetiva, de modo que, a cada elevação da renda, o consumo e a inversão também cresçam. É preciso, portanto, dotar o Estado de instrumentos efetivos de política econômica, que lhe permitam regular a taxa de juros de modo a mantê-la abaixo da "eficiência marginal do capital", incrementar o consumo mediante a expansão dos gastos públicos capazes de absorver os recursos ociosos".

Um regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação de produtos líquidos entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições da reprodução de assalariados (...) uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação, etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem nome de modo de regulamentação.

Embora haja uma influencia de Marx a Escola Regulacionista não tem como objetivo a superação do sistema socioeconômico, no caso o capitalismo, e sim uma junção de mecanismos que promovem a reprodução das formas econômicas e sociais vigentes fazendo com que se mantenha um padrão estável de acumulação de capital de acordo com o modelo representado na **figura 03**⁷.

Figura 03: Ilustração do Ciclo de Estabilidade Ideal para Acumulação do capital (ciclo virtuoso)



Neste momento é que se vê mais uma vez a importância que possui o referencial teórico e o “caminho” a qual se opta em uma pesquisa, ao avaliar-se os momentos de crises ocorridas durante o período em que o capitalismo se estruturou enquanto sistema dominante, inclusive a vivenciada atualmente em todo o planeta e que é anunciada como a pior da história por ocorrer no momento em que a globalização atinge o seu auge. Se a escolha desta pesquisa optasse por uma linha evolucionista chegaríamos a conclusão de que o enorme número de trabalhadores ambulantes seria resultante de uma conjuntura econômica momentânea e inevitável,

⁷ Esquema ilustrativo elaborado pelo Professor Dr. João Batista Pamplona durante exposição em aula.

já que em partes um dos fatores que faz crescer o número de trabalhadores autônomos é o desemprego provocado por mais uma crise de mais um paradigma que se esvai e outro que se inicia, pelo *big bang*⁸ de mais uma inovação que teve o desemprego tecnológico como mais uma faceta deste novo modelo de organização da produção, distribuição e circulação de mercadorias. Basta, portanto esperar para que o curso natural da economia siga seu rumo e o equilíbrio retornará.

Compreendendo a sociedade capitalista como sendo contraditória e harmônica, portanto complexa em sua dinâmica, esta pesquisa procurou realizar uma análise do ponto de vista econômico a partir de reflexões de autores da escola regulacionista. O momento é propício, pois há neste instante um revigoramento da discussão do papel do estado em função da crise financeira que as “duras penas”, tem-se admitido que foi causada por excesso de liberdade permitida às grandes corporações econômicas que monopolizam o mercado mundial.

Nesta pesquisa, portanto, refuta-se o que alguns denominam de “determinismo tecnológico” por entender que as inovações tecnológicas assim como a organização e força que possuem as classes sociais, a cultura, a condução política interna e externa de cada país, as condições sociais e econômicas de cada sociedade ou país, enfim os interesses predominantes tornam os momentos de crise e mesmo de estabilidade em momentos complexos que devem ser encarados desta maneira para não se correr o risco de realizar uma análise superficial ou de manutenção das condições sociais e econômicas que estão postas. Aliás, segundo Santos (2006 p. 35) *“trata-se de uma crise global, cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio de crise”*.

Para alcançar os objetivos propostos a pesquisa teve como referencial teórico e metodológico no campo da ciência geográfica assentado no espectro da geografia crítica, por sua linha de pensamento contemplar a concepção de que *“é imanente à discussão de um discurso crítico a destruição sistemática da aparência lógica do conhecimento científico”* (GODOY, 2005 p. 35).

A necessidade em expor diretamente a linha metodológica da pesquisa vem de encontro às colocações já feitas, embora haja uma preocupação de não colocar esta produção acadêmica no campo da “ciência panfletária”. Ao decidir sobre os objetivos

⁸ *Big bang* é o termo utilizado por Schumpeter para designar a inovação tecnológica propulsora de todas as mudanças no modelo de organização produtiva e conseqüentemente, econômica e social.

centrados nesta dissertação houve a necessidade em adotar um método que atendesse a esses objetivos, afinal “*não adotar um método é guiar-se pelo método hipotético-dedutivo*” (fala extraída do professor doutor Marcos Bernardino de Carvalho durante a aula da disciplina Teoria e Método). No entanto a abrangência e complexidade do tema exigiram o enveredamento por não só por diversas “escolas” da geografia como também por outras áreas no campo das ciências humanas. Como afirma Carvalho (1997 p. 01):

Há momentos, no entanto, em que parece haver mais do que apenas uma estimulação teórica em torno de tais necessidades discursivas. Tratam-se daquelas ocasiões em que a evolução dos fatos e das necessidades do conhecimento, apresentam-se em situações-limite. Em tais situações, as possibilidades de progresso na compreensão do real passam a depender do diálogo efetivo, da consideração dos diversos pontos de vista e da disposição para atitudes inter/multidisciplinares ou, inclusive, do desprendimento requerido por posturas transdisciplinares. Na atualidade, todas as fronteiras, sejam elas econômicas, culturais ou sociais, se complexificam e, mesmo como tendência assintótica, parecem confundirem-se com os limites físicos do próprio geóide que habitamos. Nessa situação, os limites corporativos e as "fronteiras" analíticas do conhecimento não podem mais continuar impondo apenas o cultivo de mútuas e múltiplas ignorâncias.

Aqui, o autor faz uma ressalva importante no que diz respeito à existência das especificidades teóricas e metodológicas, enfim, nas formas de pensamentos consagrados por cada ciência enquanto componente do pensamento que vislumbra a realidade como algo complexo em sua dinâmica. Assim Carvalho (1997 p. 01) conclui:

Mas, diante disso, não é o caso de se propugnar por novas nem desgastadas utopias, nem apenas desejar o dificilmente realizável diálogo transcorporativo, desdenhador de fronteiras entre instituições e corporações, (...) ao invés de insistir na anulação do que está posto, trata-se de acrescentar possibilidades para o desenvolvimento da percepção e do conhecimento da realidade que nos cerca, pois de oposições, anulações e contradições irreconciliáveis, já estamos todos pós-doutorados.

O estudo da realidade dos países subdesenvolvidos como consequência das relações de dominação dos países centrais, sempre foi o objeto de estudo central de Milton Santos, bem como suas consequências na sociedade, no primeiro momento sua análise ocorria na perspectiva da bipolarização capitalismo/socialismo até então existente nos últimos tempos, esta análise passou a ser feita na lógica do ideário existente no projeto de globalização, imposto de maneira totalitária pelos países do norte, ao qual denominou de globalitarismo. Como resultados de seus estudos

nasceu um posicionamento político e ideológico de crítica a este modelo, posicionamento este refletido no texto de apresentação da obra “Por uma outra globalização” (2006 contracapa) que se segue:

A tirania da informação e a do dinheiro são apresentadas como pilares de uma situação em que o progresso técnico é aproveitado por um pequeno número de atores globais em seu benefício exclusivo. O resultado é o aprofundamento da competitividade, a produção de novos totalitarismos, a confusão dos espíritos e o empobrecimento crescente das massas, enquanto os Estados se tornam incapazes de regular a vida coletiva. É uma situação insustentável.

A relação deste modelo macro econômico em voga nos países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, a realidade social e econômica resultante e vivenciada pela sociedade em todos os lugares do país, embora com diferenciação, enquanto uma economia subordinada aos interesses das grandes corporações. Mesmo estando na condição de emergente o Brasil tem amargado situações que levam a obter ainda elevados indicadores sociais negativos. O desemprego, a super exploração do trabalho intensificado com os processos de precarização/terceirização (subemprego), a diminuição da necessidade de mão-de-obra pelas empresas a luz da reestruturação produtiva e o aumento do trabalho autônomo, também em condições precárias, são alguns problemas de relevância, sendo maior e mais visível nas grandes metrópoles. A capital paulista e sua região metropolitana são um bom exemplo desse quadro socioeconômico.

Este motivo é o que torna necessária a discussão nesta pesquisa a respeito de encarar-se o trabalho dos vendedores ambulantes não só enquanto alternativa momentânea e sim enquanto resultante de uma lógica de desenvolvimento do sistema que reduz cada vez mais a necessidade de mão-de-obra na indústria como observa Santos (2005 p. 94/95):

As tendências da modernização contemporânea, produtos do sistema tecnológico, são controladas pelo poder da indústria em grande escala basicamente representada pelas firmas multinacionais (...) nos países subdesenvolvidos, as repercussões deste no período histórico são muitas e profundas. Pela primeira vez na história desses países, variáveis elaboradas no exterior têm uma difusão geral sobre toda ou a maior parte do território e afetam todos os habitantes, embora em diferentes níveis. (...) a indústria é, conseqüentemente, cada vez menos uma resposta à necessidade de geração de empregos. (...) nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho está se deteriorando e uma alta porcentagem de pessoas não tem emprego nem renda permanentes.

Nesse sentido será desenvolvida uma análise dialógica da realidade socioeconômica atual, na qual o objeto de estudo seja compreendido nas suas mais diversas origens e conseqüências, bem como o de que os fenômenos sociais possuem uma dinâmica de causa-efeito-causa e não de uma lógica de regulação ou superação como afirma Godoy (2005 p. 38).

O desmoronamento da ordem suscitou, por sua vez, uma reconstrução teórica do conceito de modo a problematizar suas evidências ontológicas. Nesse sentido, 'regular' ou 'superar' a ordem, como afirma Sousa Santos (2001), possui apenas um caráter tautológico, pois tanto uma como a outra não implica em determinação de um estado de equilíbrio, constância, regularidade e permanência.

Na perspectiva epistemológica dos conceitos/categorias chave da geografia serão desenvolvidos nesta pesquisa os conceitos de “espaço” e “território”. Espaço este compreendido por Corrêa (2006, p. 25) ao analisar a concepção de Lefévre “*como espaço social vivido, em estreita correlação com a prática social (...) o lócus da reprodução das relações sociais de produção*”. A reprodução do capital, indutor da organização social que se estabelece de formas diferentes no decorrer do processo histórico, se materializa na produção do espaço onde “os objetos “geograficizados” *segundo uma dada lógica econômica, e destinam-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de reprodução e da divisão social do trabalho*” (GODOY 2005 p. 45), portanto o espaço não pode e não deve ser analisado com uma visão estática e sim enquanto *lócus* em constante mutação.

A categoria/conceito de território também será tratado conjuntamente com concepções afins como os de territorialidade e territorialização. Está categoria será encarada de acordo com a definição de Souza in Castro (2006 p. 78) como sendo “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”. Espaço e território são conceitos que se aproximam em uma análise crítica da temática proposta na pesquisa, haja visto o defendido na continuação novamente por Souza in Castro (IDEM p. 96):

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criado continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o

poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem estiver presente.

As duas categorias se sobressaem na pesquisa em função do objeto central da pesquisa, a existência dos trabalhadores ambulantes do trem, serem resultado de um processo de construção do espaço empreendido por uma dinâmica onde houve uma maior concentração do capital na RMSP além de uma política por parte do estado de territorialização do desenvolvimento e implantação da indústria no Brasil o que provocou, além de um desequilíbrio econômico, também um desequilíbrio na distribuição populacional levando a uma superconcentração desta.

Ainda com relação ao processo de industrialização temos dois outros fenômenos de territorialização: o primeiro diz respeito à distribuição territorial das plantas industriais na RMSP que ocorreu também de forma diferenciada, pois com exceção da cidade de Osasco os demais municípios da sub-região Oeste não foram contemplados com uma industrialização como as demais áreas; outro, que está ocorrendo atualmente à luz da reestruturação produtiva, tem levado a região citada a um processo de desenvolvimento econômico cujas empresas mais numerosas a se instalarem são prestadoras de serviço (segurança, limpeza, logística, etc.) e, por último, um processo de reterritorialização da indústria com a formação de levado a formação de pólos industriais localizados especializados em cadeias produtivas específicas na borda da região metropolitana, no interior do estado ou em outros estados, fazendo decair os níveis de emprego no setor industrial, como já mencionado.

Outro fator que torna o território e seus conceitos afins pertinentes está no fato de o espaço dos trens, ou seja, o território de propriedade e jurisdição da CPTM criar uma condição diferenciada dos demais espaços públicos, com legislação própria e todo um aparato policial e de segurança, ao mesmo tempo há uma grande leva de ambulantes que desafiam este domínio seja individualmente ou, como normalmente ocorre, por meio de uma organização informal desenvolvida por laços de solidariedade entre eles. Constantes e por vezes graves, os conflitos acabam por representar mais um fenômeno social e econômico resultante das contradições do sistema e de um fenômeno geográfico de constante reconfiguração do espaço e de funções e domínio dos territórios (territorialização) como é explicitado por Souza in Castro (2006 p. 94/96):

Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes: o camelô carioca, ator-símbolo da “economia informal”, que defende o seu “ponto” contra concorrentes e mesmo seu direito de permanecer no local contra a Guarda Municipal, o faz dentro dos limites territoriais do município, do estado e do país – e tanto a prefeitura quanto os governos estaduais e federal representam o poder formal, Poder, o Estado.

Num primeiro momento houve a necessidade de um levantamento bibliográfico mais específico sobre o tema proposto, levantamento este realizado a partir de indicações de livros, revistas, jornais e na *internet* que forneceram uma fundamentação teórica, metodológica e de informações e análises sobre o tema pesquisado.

Junto aos institutos de pesquisas públicos e de entidades de classe como o Fundação Sistema Estadual Análise de Dados (SEADE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (DIEESE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) entre outros, foram levantados dados estatísticos sobre o movimento migratório no Brasil, o processo de urbanização da RMSP – Região Metropolitana de São Paulo, renda salarial, índice de desemprego, de industrialização e demais atividades econômicas. Por meio de uma análise quantitativa dos dados foi possível pautar as conclusões com uma qualidade confiável e necessária.

Paralelamente houve a coleta de dados junto aos ambulantes por meio de questionário (modelo anexo), observação e entrevistas. Este levantamento de dados junto aos trabalhadores ambulantes teve como objetivo montar um perfil sócio-econômico, conhecer a trajetória de vida percorrida pelos mesmos até o momento vivenciado como forma de exemplificação do fenômeno, conhecer a dinâmica de trabalho e a organização dos mesmos para conseguirem romper a segurança da Companhia, além de pautar uma análise macro-econômica, nacional e global com informações concretas.

Uma análise do desenvolvimento econômico e suas implicações nas relações de trabalho, bem como a visão das entidades de classe para demonstrarem seus pontos de vista, foram fundamentais para um delineamento de contrapontos com relação ao projeto de política econômica o qual está inserido o país, a exemplo dos demais países classificados como subdesenvolvidos.

1.3. Considerações e Definições Sobre os Conceitos de Formalidade e Informalidade Existentes no Mundo do Trabalho

Quando se fala em marginalidade subtende-se que o indivíduo, em nosso caso milhares ou milhões, encontra-se de fora daquilo que é essencial a uma vivência digna para uma condição humana, subtende-se, portanto que a sua vivência encontra-se na ilegalidade com relação aos direitos fundamentais da pessoa humana. Neste contexto, surge à questão do “trabalho informal”, também denominado “subemprego”, atividade “subterrânea” ou “clandestina”, portanto, de acordo com as definições envereda-se para uma discussão sobre “legalidade X ilegalidade”, a qual é acrescido o contraponto do que é “justo X injusto” tendo como base o papel de um Estado que tem como fundamentos na Constituição em seu Art. 1º, dentre outras funções, os incisos II, III e IV que prevêem respectivamente garantir “*a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa*”. Isto trazido concretamente para a realidade se traduz em uma contradição, já que há por parte do Estado, em suas várias esferas de poder, um combate a atividade dos trabalhadores ambulantes, muitas vezes com uso da violência, observado-se a chamada “ordem pública”.

O objetivo deste trabalho não é o de pesquisar a informalidade do ponto de vista da terceirização nem dos novos modelos de contrato de trabalho, como, por exemplo, dos contratos realizados por “cooperativas” de trabalhadores com empresas públicas e privadas, criando uma nova modalidade dos antigos “gatos”. Não será também o universo das pequenas e micro empresas que não possuem uma documentação legalizada para funcionamento, este item será citado em referência aos quiosques legalmente autorizados para funcionarem nas estações de trem e metrô, e muito menos para a legalização das relações de trabalho com seus funcionários.

Aproveitando o ensejo cabe aqui um esclarecimento a respeito da relação que é feita entre precariedade e informalidade como sendo uma situação intrínseca, o que não o é, pois a realidade econômica atual possui um aspecto que se pode até considerar semelhante à fase pré-capitalista que são os contratos diretos entre patrões e funcionários, o *face to face*. Isso ocorria por não haver uma legislação

trabalhista o que tornava as condições de trabalho precárias, para não dizer desumanas. Esta mesma situação de precariedade não pode ser enxergada atualmente apenas pela existência ou não de um vínculo legal nas relações de trabalho, pois se torna cada vez mais numeroso o número de pessoas que exercem funções junto a empresas sem que haja vínculo empregatício e ainda mais, amparados por uma legislação.

Retomando a questão central da pesquisa, a mesma irá sim tratar é da informalidade que recebe definições como subemprego, auto-emprego, do trabalhador por conta própria, enfim dos trabalhadores que encontraram e se dedicaram a novas atividades sem vínculo empregatício, fazendo “bicos” e ganhando a vida por meio do comércio ambulante, atividades estas que já fazem parte das paisagens dos espaços urbanos. Noronha (2003 p. 118) coloca três abordagens principais para explicar o fenômeno da informalidade de acordo com algumas teorias econômicas:

A primeira “denominada velha informalidade afirma que a “informalidade” deriva da condição de um país em desenvolvimento, em que muitas atividades não são suficientemente atrativas para o investimento capitalista. Essa era uma abordagem típica no Brasil dos anos de 1960 e 1970, a qual freqüentemente classificava o trabalho “informal” como subemprego”. Trata-se de um ponto de vista exclusivamente econômico, na medida em que o investimento é a variável-chave. A segunda considera o trabalho “informal” o resultado natural da busca por maximização de lucros por empresas em países com extensivo código de trabalho e elevado custo indireto da folha salarial, sobretudo em momentos de aumento da competição internacional por mercados aqui designada informalidade neoclássica. Por fim, outros argumentam que a “informalidade” resulta de mudanças nos processos de trabalho, novas concepções gerenciais e organizacionais e novos tipos de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos. Podemos nos referir a esse tipo como nova informalidade ou informalidade pós-fordista.

Ao reduzir nosso objeto ao “trabalho informal” alguns problemas conceituais passam a existir: o conceito de formalidade e informalidade ou aquilo que é tido como legal ou ilegal se mostra diverso, não só no tempo como também em relação aos lugares; a tolerância por parte do Poder Público também se difere de acordo com os lugares em função das características e necessidades da economia local.

A “informalidade” da qual faz parte os trabalhadores ambulantes de hoje e que permeia os espaços públicos em geral, existiu nas figuras dos mascates, feirantes e “vendedores de porta” nas pequenas cidades do interior e também de grandes metrópoles como São Paulo. No entanto, sua existência em outros tempos não se confrontava tanto com a organização da economia e as leis que disciplinam sua

dinâmica, bem como da ocupação dos espaços públicos, enfim a chamada ordem social. Hoje, esta problemática se mostra como um desafio para o Estado, enquanto responsável institucional e para a sociedade que se encontra em antagonismos com relação às condições de vida e oportunidades no mercado de trabalho.

Vistos como “foras da lei” são perseguidos cotidianamente através de verdadeiras operações militares, principalmente nos locais de concentração dos mesmos. Projetos e programas propostos e desenvolvidos são os mais variados, sendo o principal a construção dos “camelódromos”, locais devidamente organizados e com infra-estrutura e que não atrapalhariam os transeuntes nem os estabelecimentos comerciais “devidamente legalizados e cumpridores dos deveres previstos pelas diversas legislações, principalmente a fiscal e trabalhista”.

Porém um detalhe deveras importante surge com relação a esses projetos, os camelódromos são construídos normalmente em locais que não é trajeto “obrigatório” da massa de populares, local de passagem ou concentração de transeuntes, fator fundamental que determina a escolha do local de trabalho pelos trabalhadores ambulantes.

Quando esta pesquisa estava em fase de formulação inicial foram usados vários termos para designar os trabalhadores e as atividades do setor informal da economia que o exercem de maneira autônoma: subempregados, marreteiros, camelôs, ambulantes, vendedores autônomos e por fim trabalhadores autônomos. Antes de iniciar uma discussão a respeito do conceito sobre os sujeitos que exercem tais atividades delimitaremos algumas características daquilo que é denominado de economia informal na literatura de modo geral.

Em função das ciências em geral utilizar-se do termo “economia informal” e conceberem as atividades do comércio ambulante como parte deste setor da economia, estão colocadas abaixo algumas características do ponto de vista da organização da produção e dos objetivos das mesmas elaboradas por Beloque (2007 p. 34) com base em Cacciamali (1983 p. 609).

- a) *O produtor direto é o proprietário dos instrumentos de trabalho e do estoque de bens para realização de seu trabalho;*
- b) *Emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou ajudantes “como extensão do seu próprio trabalho”.*
- c) *Participa diretamente da produção e combina essa atividade com a de gestão;*
- d) *O montante de dinheiro recebido pela venda de seus produtos ou serviços é utilizado para consumo individual e familiar, assim como para a manutenção da atividade econômica. E, acrescenta a autora, “mesmo que o indivíduo aplique seu dinheiro com o sentido de acumular, a*

- forma como se organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral, não lhe permite tal acumulação;*
- e) *A atividade não é dirigida por uma taxa de retorno competitiva, mas pelo fluxo de renda que gera, da qual, inclusive, são retirados os salários dos eventuais ajudantes;*
 - f) *Nesta forma de organização da produção “não existe vínculo impessoal e meramente de mercado entre os que trabalham”, em razão da presença da “mão-de-obra familiar”;*
 - g) *Mesmo que o “trabalho seja fragmentado em tarefas” não impede o trabalhador “aprender todo o processo que origina o produto ou serviço final”;*
 - h) *E, por fim, para esses trabalhadores por conta própria “a propriedade dos instrumentos de trabalho, o conhecimento e controle do processo de trabalho, a habilidade para a sua realização e a apropriação do produto lhes conferem maior domínio sobre o exercício do trabalho quando comparados à massa de assalariados em relação a seus postos de trabalho”. Contudo, segundo a autora, “o espaço econômico ocupado, a necessidade de adaptar-se, em geral, ao nível de (sic) produtividade média social, o tempo de trabalho, bem como as relações de mercado refletem a subordinação das condições de trabalho e dos níveis de renda desses produtores às formas de organização capitalista”.*

O intuito em colocar este quadro de autores das Ciências Sociais (Sociologia) é o de possibilitar uma abordagem mais ampla que extrapole as barreiras da Geografia, como já fora dito, e também uma comparação entre aquilo que outras ciências utilizam enquanto terminologias, até por que as características colocadas se aproximam em muito da concepção e terminologias usadas, por exemplo, pela Economia, o Direito, entre outras, e, ao mesmo tempo, demonstrar a proximidade dos objetos e fenômenos estudados.

Além destas características vale ressaltar que outras que se mostram importantes: as atividades do setor informal são pouco capitalizadas; possuem unidades estruturais funcionais de pequeno porte; normalmente não são organizadas formalmente, portanto acabam por não cumprir as obrigações legais referentes à legislação social. Com relação a essas formas de organização do trabalho Beloque (2007 p. 29) esclarece:

As “formas de organização simples”, sem assalariamento permanente, por sua vez, abrangem: a) as empresas familiares, b) os trabalhadores por conta própria subordinados, c) os pequenos vendedores de serviços [e produtos] e d) serviços domésticos. Os “trabalhadores por conta própria subordinados” são formalmente “autônomos, mas, de fato, produzem ou prestam serviços a uma única empresa ou capital”. Compõem esse estrato as costureiras de indústrias de confecção que trabalham em domicílio, vendedores ambulantes de sorvetes, bebidas e outros que ganham comissão por unidade vendida. Os “pequenos vendedores de serviços” compreendem uma gama de trabalhadores autônomos que nem desfruta de “reservas de mercado”, nem está subordinada a um capital. Compõem esse grupo os vendedores ambulantes, biscateiros, engraxates, guardadores de carro, entre outros.

De acordo com Beloque (2007 p. 44) opud Kon “qualificam a informalidade com uma gama de termos como setor informal, mercado informal de trabalho, economia

subterrânea, invisível, paralela e negra”. Esses termos só levam a concluir que há por parte da sociedade a concepção de que suas atividades fazem parte de um setor “econômico residual”, portanto são todas aquelas atividades que não fazem parte do setor formal, dessa forma, continua Beloque, “a *“informalidade”* passa a ser *qualificada, preponderante, pelo critério da “ilegalidade”, ou seja, o trabalho realizado sem registro na carteira de trabalho e/ou em empresas “não organizadas juridicamente”*. Nos dois casos, seja do ponto de vista das empresas e sua organização jurídica e destas com os seus funcionários no cumprimento da legislação, encaminha-se à discussão pelo campo jurídico.

Considerado como maior e principal órgão de pesquisa socioeconômica do País o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com Beloque (2007 p. 46), trabalha visão de que *“a composição do setor informal (...) compreende [apenas moradores de áreas urbanas] que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas”*. O próprio documento produzido a partir da pesquisa “Economia Informal 2003” (www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/comentario), cujo objetivo foi o de investigar o funcionamento, o rendimento e a capacidade de geração de postos de trabalho, delimita como setor informal a PEQUENAS EMPRESAS NÃO-AGRÍCOLAS com até 5 (cinco) empregados não por considerar que não há informalidade no campo e sim por ser nas áreas urbanas que se encontra concentrado esse fenômeno como é esclarecido nas “Normas Técnicas” (IBGE, 2003 p. 02) da pesquisa.

Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertencem, ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias. Como consequência desta definição operacional, uma primeira limitação da pesquisa resulta de seu recorte urbano. Assim sendo, ela deixa de cobrir as atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais - de que servem de exemplo a pequena indústria alimentar, artesanato, confecção e serviços - e que, em virtude de seu próprio modo de organização e do cálculo econômico que as rege, deveriam, a rigor, estar incluídas no espectro de economia informal. Justificam tal procedimento a significativa elevação dos custos operacionais que a cobertura de domicílios rurais acarretaria para a pesquisa e a evidência empírica de que é nos grandes centros urbanos que se concentra a parcela mais expressiva da economia informal.

Um fator importante na pesquisa é a desconsideração do quesito da ilegalidade ou ausência ou presença de registros junto a órgãos públicos na consideração de

empreendimentos informais. Portanto, neste caso, a informalidade não foi considerada apenas pelo aspecto jurídico e sim por outros fatores como é colocado a seguir (IBGE - NORMAS TÉCNICAS, 2003 p. 01):

Embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas.

Embora dê tratamento e denomine como “empresa” a pesquisa não só considera como também constata uma realidade, a de que o “setor informal” é majoritariamente composto por trabalhadores autônomos, 88% em 2003 segundo dados da mesma, sendo o comércio e reparação (conserto em geral) as principais atividades desenvolvidas (33%). Esta realidade exposta pelos dados dessa pesquisa serão devidamente colocados e analisados no capítulo III.

É importante ressaltar que embora a pesquisa do IBGE indique que se baseou nas resoluções da 15ª da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1993 há uma diferenciação no tratamento, pois esta organização em sua *International Classification by Status in Employment* agrupa as condições ou relações de emprego em duas situações em relações ao emprego assalariado e o auto-emprego. No primeiro caso o trabalhador estabelece um vínculo, um contrato⁹, não sendo proprietário da empresa; no segundo caso enquadram-se trabalhadores por conta própria, membros de cooperativas de produtores e trabalhadores familiares.

Havendo uma clareza sobre a amplitude do que é considerado como setor informal da economia, caberá agora, portanto, apreender-se sobre a conceituação daqueles que exercem o trabalho no comércio ambulante. São várias as denominações dadas aos trabalhadores inseridos na economia informal, alguns como “biscateiro” inclusive em desuso, e tantos outros dados a mesma função. No caso específico dos trabalhadores que atuam nos espaços públicos como ruas, trens e ônibus de forma autônoma e informalmente comercializando algum tipo de produto há a designação oficial de “ambulante” e as de “camelô” e “marreteiro” de cunho

⁹ (BELOQUE p. 51/52 2007) Artigo 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, a relação de emprego é caracterizada, em primeiro lugar, por ser estabelecida por intermédio de um “contrato individual de trabalho [que] é um acordo tácito ou expresso” (...) ela supõe, pelo menos, dois sujeitos: o empregado e o empregador, o trabalhador e o capitalista”

popular, sendo esta última designação a utilizada pelos próprios trabalhadores assim como de “marretagem” o ato de trabalhar.

Retornado aos critérios da OIT contido na recomendação aprovada na 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho, em 1993 o trabalho informal é caracterizado pelo exercício de atividade por parte de algum indivíduo “sem carteira assinada” além do segmento do “trabalhador autônomo que trabalha para o público”, características que se adéquam perfeitamente aos vendedores ambulantes como pode ser comprovado a partir de Singer e Pochmann (2000 p. 08):

É identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e eventualmente tem algum ajudante remunerado em período de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta seus serviços diretamente ao consumidor, sem usar intermediação de uma empresa ou pessoa.

Do ponto de vista da legislação as definições dos ambulantes não são específicas se confundindo com a dos demais trabalhadores que atuam de maneira “informal”, sendo também muito variada: trabalhador informal, subempregado, trabalhador autônomo (informal), pequeno empreendedor (termo da moda atualmente), enfim, de maneira geral são indivíduos que exercem atividades clandestinas, irregulares, do mercado negro e ilegais sendo estas formas de “desemprego disfarçado” ou uma “estratégia de sobrevivência”.

De acordo com Singer e Pochmann (2000 p. 11) os “ambulantes ou camelôs, são trabalhadores que exercem sua atividade em bancas ou barracas instaladas em diversos pontos da cidade, sobretudo os locais de grande trânsito de pessoas, como estações de metrô ou trens (ou seus arredores), terminais rodoviários ou regiões centrais da cidade”. Entretanto durante a pesquisa de campo verificou-se que há uma diferença entre os trabalhadores que comercializam nos locais públicos, o termo “camelô” é atribuído aos trabalhadores que possuem ponto fixo (banca) e que podem ser legalizados ou não comercializando, normalmente, o mesmo tipo de produto. O “ambulante”, por sua vez, não se fixa em um único local para trabalhar durante todo o dia, podem ou não ter um percurso definido, quando definem um percurso procuram locais com grande trânsito de pessoal, atuam prioritariamente em eventos sociais e culturais com grande concentração de pessoas e em função desses acontecimentos, de datas e eventos comemorativos, de demandas de épocas (início do ano letivo, por exemplo) ou momentâneos (chuva, frio, calor, etc.)

por parte dos consumidores é que pode determinar o tipo de produto a ser comercializado naquele dia pelo vendedor ambulante. Por se encontrar constantemente em trânsito os produtos escolhidos têm de ser de fácil transporte e baratos para a comercialização rápida. Dentro da enorme variedade de produtos destacam-se alguns (IDEM, 2000 p. 43):

Artigos importados do Paraguai (cigarros, relógios, brinquedos, produtos eletrônicos, etc.); artigos de confecção adquiridos principalmente no bairro do Brás e imediações; doces e salgados comprados em atacadistas e distribuidores da região da Luz; e refrigerantes, cervejas ou água que compram em supermercados e distribuidoras.

A princípio houve uma tendência natural em denominar a atividade dos trabalhadores ambulantes do trem como SUBEMPREGO, aliás, este foi o termo escolhido inicialmente, sendo modificado em seguida por AUTO-EMPREGO a partir da leitura e análise da obra de Pamplona (2001 p.78) que o define da seguinte maneira:

É consenso entre os autores que o auto-emprego deva ter independência, autonomia e controle sobre o seu trabalho e seus meios de produção. Isso caracterizaria de forma genérica o auto-emprego. Uma caracterização mais específica deveria levar em conta que o auto-emprego é uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente controla seu processo de trabalho (atividade em si, matérias-primas, meios de trabalho); fornece a si próprio equipamento, o que permite que o proprietário dos meios de produção participe diretamente da atividade produtiva; sua renda não é previamente definida, pois dependerá de seu trabalho, de seu capital e da demanda direta do mercado de bens e serviços; seu objetivo primordial é prover seu próprio emprego (meio de subsistência) e não valorizar seu capital (acumulação de capital).

Por último e definitivamente, a definição escolhida foi TRABALHO AUTÔNOMO, feita após algumas leituras e reflexões, fato comum ao deparar-se com uma problemática que é comum em todas as ciências humanas que é a diversidade de definições a respeito de tal atividade, diversidade esta que se envereda pelos meandros da economia, da legalidade (legislação) e pela junção de ambas. No entanto uma pesquisa que se propõe a realizar um estudo colocando tais pessoas e atividades como centrais exige a escolha de uma definição para os mesmos, deixando claro que a escolha da terminologia não tem a pretensão de anular as demais utilizadas por outras ciências ou pela própria Geografia.

A terminologia escolhida tem haver com a concepção de que a atividade dos trabalhadores ambulantes, em particular dos trens, possui como característica

principal à não existência de vínculos de trabalho assalariado, portanto, uma relação não capitalista onde não há uma subordinação do indivíduo a outro seja por vínculo financeiro (salário) ou de legislação. Como se vê o conceito de auto-emprego, como afirma Beloque, e de subemprego, que fora o termo definido e escolhido inicialmente para a atividade dos vendedores ambulantes, possui uma contradição por si só, pois não há a existência nem o envolvimento de dois sujeitos no desenvolvimento da atividade de trabalho.

Para resumir os três tópicos abordados neste capítulo e justificar a escolha do termo que designa os vendedores ambulantes do trem e que melhor se adéquo ao propósito da pesquisa, faço uso de um parágrafo da obra de Beloque (2007 p. 54):

Em suma, o “trabalho”, ou melhor dizendo, o processo de trabalho é a apropriação de recursos da Terra, da natureza, para serem transformados, com auxílio dos instrumentos de trabalho, em bens indispensáveis à manutenção da vida humana; por isso, é uma necessidade natural do homem e comum a todas as formas de sociedade. Ao passo que a relação de emprego é a realização do processo de trabalho baixo, uma relação de subordinação ao capitalista, real e jurídica, e de assalariamento. Desse modo é socialmente determinada, só existe na sociedade capitalista. A relação de emprego supõem que o trabalhador, por não ter meios de realizar o seu trabalho automaticamente, venda a sua força de trabalho ao capitalista para ser combinada com os seus meios de produção, em troca de um salário e que execute as suas atividades sob uma relação de subordinação. Na economia capitalista, a relação de emprego é a principal relação de trabalho, mas não é a única. O que caracteriza o trabalhador por conta própria, por exemplo, é trabalhar autonomamente e não sob uma relação de emprego. Então, como é possível reduzir “trabalho” a emprego?

CAPÍTULO II

PRESSUPOSTOS DA CRISE NO MERCADO DE TRABALHO: OS PROCESSOS DE METROPOLIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA RMSP E A INSERÇÃO DO BRASIL NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

*Da vida sou mero duvido
Do mundo sou andadô
Garrote sem boiada
E quem voou no vento que me trouxe
Logo imaginou que eu fosso
Me perder na revoada*

*Desmiolado, doido, atirado
Sou baliadeira querendo acertar
A ode do lirismo a minha rima
fecundou
A tristeza meu amor!
Fez o meu verso desandar
(...)*

(Revoada, Caju e Castanha)

2. PRESSUPOSTOS DA CRISE NO MERCADO DE TRABALHO: OS PROCESSOS DE METROPOLIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA RMSP E A INSERÇÃO DO BRASIL NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

2.1. Considerações Iniciais

Embora o tema desta pesquisa seja o trabalho autônomo dos vendedores ambulantes nos trens torna-se necessário também fazer uma abordagem do processo de urbanização pelo qual passou e ainda passa o Brasil, concentrando a análise na RMSP que é a área onde está localizado o fenômeno estudado, além do processo de integração do País no processo de globalização o qual se inseriu (ou foi inserido). A abordagem destes temas se dá pelo fato de ser impossível desassociar no modo de produção capitalista o tema emprego de industrialização e este de urbanização, assim como também o é o desemprego nesta região da reestruturação produtiva e reconfiguração espacial no qual está sofrendo, sendo este fenômeno decorrente justamente dessa integração.

Historicamente as cidades tiveram um papel importante em várias sociedades com papéis variados como centros comerciais, militares ou sede poder político, no entanto, desde a consolidação do capitalismo como modo de produção dominante que ocorreu conjuntamente com o “nascimento” da indústria, esta vem se colocando como a força indutora do processo de urbanização nesse último um século e meio aproximadamente. Como coloca Lefebvre (2006 p. 04) *“se distinguirmos o indutor do induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana”*.

Neste capítulo o processo de urbanização brasileiro será abordado justamente na relação deste com o processo de industrialização ocorrido a partir da década de 50, tendo em vista que a oferta de emprego nos grandes centros urbanos foi fomentado por este setor direta e indiretamente configurando-se, dessa forma, como o indutor do crescimento populacional nos nesses centros, sendo o principal e maior a cidade de São Paulo e a sua região metropolitana em atendimento às necessidades do capital relativo à mão-de-obra.

Embora a RMSP tenha recebido populações de várias regiões do país em grandes quantidades há de se destacar nesta pesquisa o fluxo oriundo da região Nordeste, em particular durante as décadas de 1970 e 80. Este fluxo e esta delimitação estão relacionados ao fato de a sub-região Oeste, área “cortada” pelo ramal da linha férrea escolhido para pesquisa de campo, ter sido ocupada de forma intensa a partir desta época, além de a maioria absoluta da população migrante ter sua origem na região Nordeste do País, concentrando também a análise nas características sociais e econômicas desse grupo.

A crise no mercado de trabalho com aumento do desemprego acentua-se no Brasil em meados da década de 80 em concomitância e decorrência das crises econômicas atravessadas pelo País naquele período. Embora a crise seja sentida só nos anos de 1980 por aqui, ela já se tornara forte o bastante no mundo desenvolvido na década de 1970 desde a “crise do petróleo” que abalara a economia mundial, a ponto de provocar transformações tecnoeconômicas proporcionadas por um novo paradigma tecnológico e o ganho de espaço do ideário neoliberal como referência econômica e que passa a acompanhar o processo de globalização.

Mais diretamente ligado às transformações decorrentes desse processo estão as transformações do sistema de produção adotado pelas empresas para enfrentar a concorrência, que ganhou novos ares com a abertura econômica empreendida nos anos de 1990 tornando-a muito maior em relação às empresas estrangeiras, que tem como pressupostos a flexibilização de funções, máquinas e equipamentos, a horizontalização administrativa eliminando cargos e funções da hierarquia administrativa e a redução da necessidade de mão-de-obra com o uso de tecnologias como a informática e a robótica.

É inegável que essas crises e transformações na organização do sistema produtivo e locacional das empresas de modo geral, provocados por um novo paradigma tecnológico, tenha repercutido no mercado de trabalho como um todo em nosso país e principalmente na RMSP. Transformações como o fenômeno da reestruturação produtiva que surge como resultante do processo de globalização no qual o Brasil está inserido. Uma das conseqüências que pode ser colocada é o aumento das atividades de trabalho autônomo de modo geral, majoritariamente as tidas como informais como a do comércio ambulante, como alternativa de trabalho para grande parte dos trabalhadores, principalmente do setor de secundário da

economia de forma direta e dos demais setores indiretamente, que ficaram desempregados nesse período.

Como afirma Ianni (2001 p. 13), a globalização engendra uma série de transformações que atinge em vários aspectos a sociedade.

Agora, são muitos os que são obrigados a reconhecer que está em curso um intenso processo de globalização das coisas, gentes e idéias. Está em curso o novo curso de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. (...) as forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar.

2.2. Espacialidade Industrial: Breve Comentário Sobre o Processo de Industrialização Brasileiro.

Durante aproximadamente quatro séculos Brasil teve sua base econômica assentada em atividades agrário-exportadoras, conseqüentemente, sua população majoritariamente encontrava-se no campo, em muitos casos praticando uma economia de subsistência quando habitavam em locais distantes das regiões que se encontravam estruturadas para uma produção voltada para o mercado externo.

O governo de Getúlio Vargas entre as décadas de 30 e 40 dá início a um projeto efetivo de industrialização para o país, direcionado e planejado com a participação direta do Estado na formulação e implantação de projetos de infraestrutura e na instalação da indústria de base. Nasce desta forma o grandioso projeto de promoção do progresso nacional com base no desenvolvimento da “industrial de substituição de importações”, acelerado a partir da Segunda Guerra Mundial de forma concentrada na região Sudeste, não por acaso, mas em função de que desde o início do processo *“as economias externas do Sudeste já apresentavam condições para produzir aqui um grande número de bens de consumo duráveis que até então eram importados, tais como automóveis e eletrodomésticos”* (SCARLATO IN ROSS, 2000 P. 349).

A importância da participação estatal como um dos fatores fundamentais para o fomentar o desenvolvimento industrial e a concentração das plantas fabris no espaço de São Paulo é confirmada a seguir por Bordo (2005 p. 04).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o mercado consumidor nacional adquiriu dimensões consideráveis e atraentes para as multinacionais (...) o avanço industrial precipitou pressões e condições para a implantação da indústria pesada, majoritariamente com investimento estatal, que se realizou entre 1956 e 1960, concentrada, principalmente, no Estado de São Paulo.

Este fenômeno de concentração da industrial pode ser verificado a partir dos dados da **figura 04** que, embora com oscilação negativa a partir da década de 1980, resultante de uma nova dinâmica locacional das plantas industriais, a região Sudeste aparece desde o início do processo absurdamente à frente em todos os períodos de levantamento comprovando a tese da super concentração da estrutura industrial brasileira.

Figura 04: Tabela do Valor da Transformação Industrial por Região Brasileira ¹⁰

REGIÃO	PARTICIPAÇÃO					
PERÍODOS	1940	1950	1960	1970	1980	1990
Sudeste	73,3	77,1	79,2	80,7	72,6	65,19
Sul	14,0	12,5	12,4	12,0	15,8	21,06
Nordeste	9,4	8,3	6,8	5,7	8,0	9,34
Norte e Centro-Oeste	3,3	2,1	1,6	1,6	3,6	3,87

Fonte: Scarlato in Ross (2000 pp. 377/379)

Embora o Rio de Janeiro fosse a capital do Império e, posteriormente, da República, foi no estado de São Paulo onde se concentrou a produção e o capital gerado pela atividade cafeeira ao expandir para o interior a cultura do produto, tornando-se, dessa forma, o pólo dinâmico da região e posteriormente também exercendo o papel de pólo político-econômico do país, como afirmou Pierre Monbeig In BPG (2004 p. 134) em artigo da década de 1950 ao comentar sobre a inauguração em 1900 das primeiras linhas de bonde elétrico e o que aquele fato representava na função e importância momentânea e futura da cidade para o país.

São Paulo, a qual já não será apenas a capital dos fazendeiros, mas uma metrópole em toda a extensão da palavra. Reunirá todas as funções urbanas: será a grande cidade obreira e ao mesmo tempo o foco de uma intensa vida universitária, artística, científica; será o grande centro dos negócios, a animadora de uma vida política cujos ecos ultrapassam as fronteiras do estado.

2.2.1. Espacialidade Industrial: a Concentração/Territorialização na RMSP.

A concentração de capital em São Paulo tornou-se fundamental para o seu posterior desenvolvimento enquanto centro industrial, uma rede de comunicação foi o fator determinante que, posteriormente possibilitou a São Paulo tornar-se um centro de atração do capital industrial que viria a se instalar no Brasil no período pós-guerra.

O fenômeno da concentração das plantas industriais em uma determinada região como ocorreu na região SE e principalmente em São Paulo, segue uma

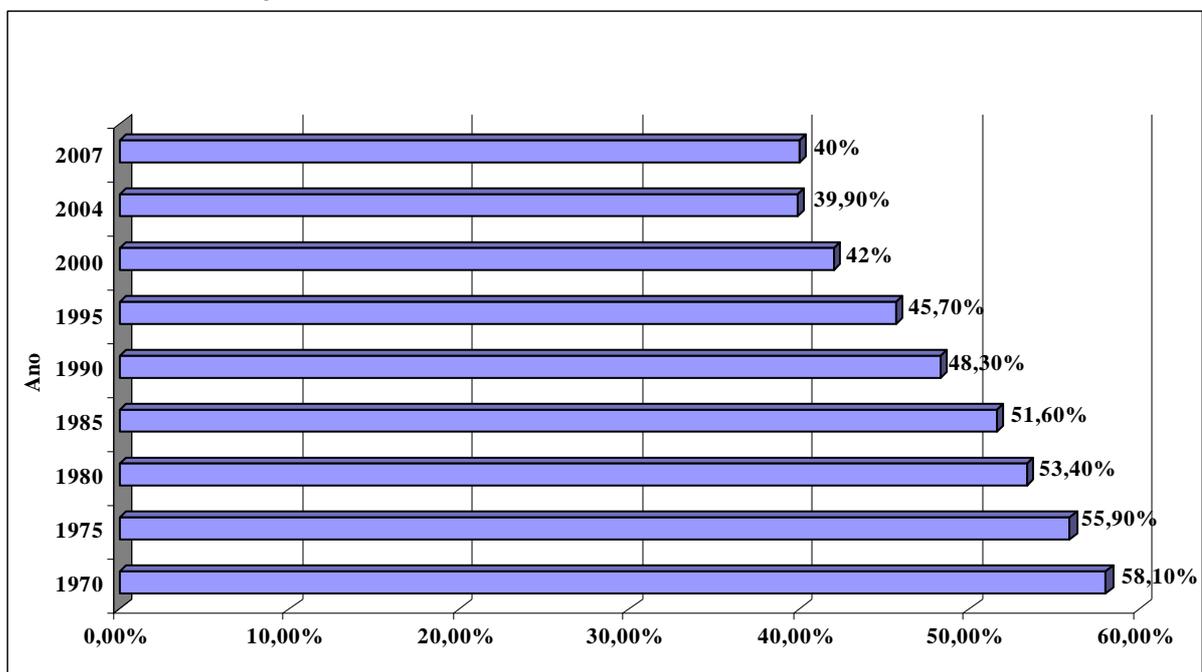
¹⁰ Dados do IBGE demonstram que o Sudeste continuou diminuindo sua participação no setor de transformação brasileiro. Os dados do VTI da região são os seguintes: 1995=63,7% - 2000= 61,5% - 2004=58,5%.

* Dados mais atuais estarão colocados no item da pesquisa que trata da reestruturação produtiva.

lógica do capitalismo em sua fase industrial que é a de aproveitar-se e criar condições para obter as vantagens da economia de escala que é possibilitada pela “utilização de uma mesma infra-estrutura de serviços especializados (de energia, água, esgotos, transportes, comunicações, etc.)” (SINGER, 2002 p. 30), além da disponibilidade de mão-de-obra e um mercado consumidor.

No período denominado como “tempos dourados” da economia mundial a partir da segunda metade do século XX marcado, entre outras coisas, pela expansão das multinacionais pelo mundo com a instalação de filiais nos países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, São Paulo teve consolidada a sua posição de liderança na economia nacional ao ser, de longe, o destino da maior parte dos investimentos estrangeiros no setor industrial, o que pode ser verificado ao analisar os dados do percentual da indústria paulista com relação ao total da produção nacional na **figura 05**.

Figura 05: Gráfico da Participação da Produção Industrial de São Paulo na Produção Nacional



Fonte: Revista CNI – Indústria Brasileira (2007 p. 15) e www.ibge.org.br

A industrialização de São Paulo também não se deu de forma dispersa, houve uma fortíssima concentração dos ramos industriais na área metropolitana ou em suas imediações como a Baixada Santista, Campinas e o Vale do Paraíba, provocando uma reação em cadeia dos demais setores da economia, em especial o

setor terciário aproveitando-se das da infra-estrutura já disponível, promovendo a economia de escala na produção.

Entretanto, uma dinâmica de separação, de divisão ocorreu no interior da RMSP refletindo em uma espécie de especialização dos setores da produção industrial em relação às sub-regiões, as quais o seu território está subdividido, e, conseqüentemente, nos 39 municípios que a compõem¹¹. Este fenômeno não ocorre por um acaso, consiste sim de uma lógica da produção capitalista chamada de “divisão espacial do trabalho e da produção” por Sánchez (1992 p. 01) ao afirmar que *“dividir significa separar en el tiempo. Y si se puede separar en el tiempo, ello posibilita poder separar en el espacio (...)La división, que en la actualidad se nos aparece como algo tan simple, permitió reestructurar sobre ella todo el sistema productivo”*.

Em dependendo da segmentação da produção o qual o município ou a sub-região se especializa ou seu grau de industrialização que *“uma vez fixada, pelo menos por certo período, a especialização de cada cidade, que em boa medida vai determinar seu ritmo de crescimento e, portanto, seu tamanho”* (SINGER 2002 p. 143).

No caso específico da RMSP houve, desde o grande salto da industrialização da década 1950, uma distribuição desigual em sua área de abrangência a partir da concentração das grandes fábricas, com destaque para a indústria automobilística, nas sub-regiões Leste e Sudeste em função da existência de linha férrea e pela implantação de grandes rodovias estaduais e federais. No eixo da sub-região Oeste o limite da industrialização, em grau inferior em comparação com os municípios mais industrializados das sub-regiões citadas, foi o município de Osasco “cortado” pela Estrada de ferro Sorocabana, indicando que o processo de industrialização, bem como o de urbanização, pelo qual passou toda a região pode ser caracterizado,

¹¹ A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é formada pela capital do estado, São Paulo, e mais 38 municípios que se encontram no entorno diretamente a ela polarizados. Criada em 1967, ano em que foi estabelecida a divisão do estado em Regiões Administrativas, pelos Decretos Estaduais 47.863/67, 48.162/67 e 48.163/67, cujo reconhecimento legal em nível nacional se deu em 1973 (Lei Complementar de 8 de junho de 1973 que estabeleceu as regiões metropolitanas no Brasil) perfazem uma área de 8.051 km² sendo composta pelos seguintes municípios: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jujutiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

segundo estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles (2008 p. 01) ¹², pela existência três fenômenos:

1. *A agregação num conjunto urbano contínuo e orgânico de áreas pertencentes a diversos municípios;*
2. *A escala, da ordem de vários milhões, da população residente e/ou exercendo atividades nessa área;*
3. *O desenvolvimento de um sistema complexo de pólos de concentração de atividades secundária e terciária em vários níveis.*

¹² Por meio de pesquisa em diversos sites na internet obtive acesso a um documento intitulado "Região Metropolitana de São Paulo: Caracterização Geral", cujo endereço eletrônico é http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_saopaulo.pdf. Após buscar identificar a autoria e ano de publicação identifiquei o "Observatório das Metrôpoles" (grupo de estudos formado por pesquisadores da área das Ciências Sociais da PUC/SP e da UFRJ) como sendo a origem do mesmo. Após consulta pessoal a um funcionário do departamento obtive autorização para usar o a pesquisa como fonte bibliográfica sem identificar os autores, por tratar-se de uma obra conjunta ainda não publicada, com o título "RMSP: Caracterização Geral" com data do ano em que obtive o acesso na rede (2007) e depositando os créditos de autoria ao Observatório das Metrôpoles.

2.3. Migração e Inchaço Urbano: O Processo de Urbanização Concentrado e a Busca Pelo Emprego.

Uma pergunta simples e repetitiva que é feita em todos os textos, livros e debates sobre processos migratórios é “por que as pessoas migram?”. As respostas são variadas e, tais quais os livros específicos sobre o assunto ou estudos de caso ou até mesmo os mais genéricos como os livros didáticos costumam elaborar uma lista que acaba sendo única em todos agrupando em fatores em econômicos, físicos/naturais e políticos (incluindo aí os conflitos armados, étnicos/raciais, etc.). Em dependendo do assunto, ou melhor, da motivação ou do caso específico, cada autor dará um viés, um destaque a um desses motivos elencados. Martins e Vanalli (1996 p. 34/35) ao tratar da migração campo/cidade com ênfase no Brasil também fizeram esta indagação como um dos tópicos do seu livro e assim a responderam:

Entretanto, o motivo que gera o maior número de migrações no mundo todo, é, sem dúvida, o econômico – as pessoas saindo à procura de seu sustento e sua melhoria de vida. E é este motivo que vamos abordar constantemente – migrações de populações empobrecidas, que apostam na sobrevivência em outras regiões, iludidas com o sonho de um bom emprego, de bom salário, da terra fértil para o plantio, da dignidade de viver! Percebe-se, então, que as migrações seguem a mesma trilha do capital, ou seja, orientam-se para aquelas regiões onde o capital está mais concentrado.

A presente pesquisa que tem como finalidade analisar, compreender, conhecer a dinâmica de funcionamento, os conflitos decorrentes bem como os fatores que provocaram o aumento das atividades consideradas informais praticadas pelos trabalhadores ambulantes nesses últimos 30 anos aproximadamente constatou que um dos fatores principais que promoveram tal fenômeno é resultado do intenso processo de urbanização/metropolização ocorrido no Brasil. Como ficou claro nas últimas citações, o intenso processo de urbanização pelo qual passou o Brasil está intrinsecamente relacionado a um processo de modernização do campo e de sua estrutura encontrar-se historicamente desigual em relação ao acesso e permanência na terra¹³ o que provocou a “expulsão” de um enorme contingente populacional que

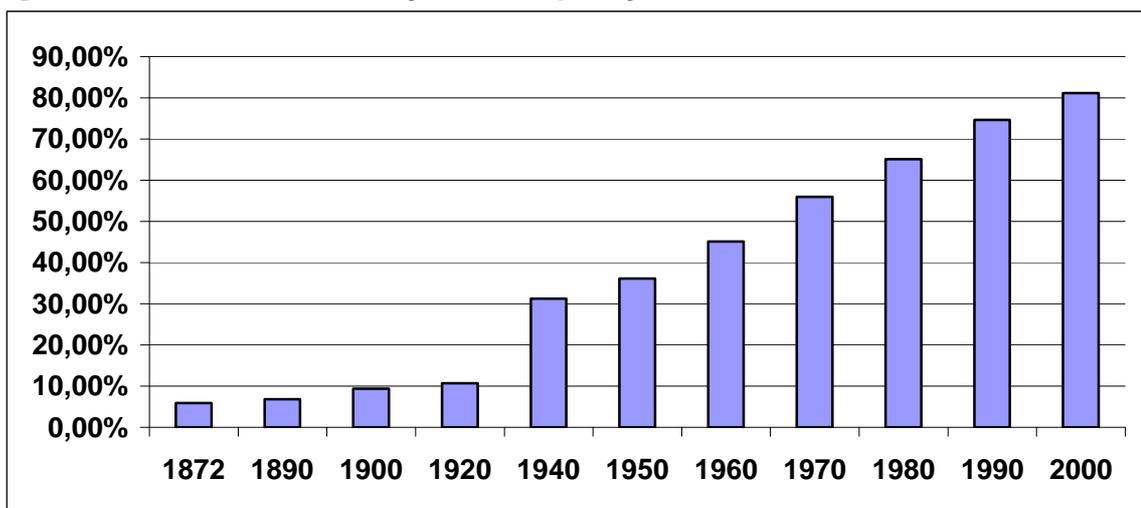
¹³ Singer (2002 p. 116) faz a seguinte análise sobre as relações e o processo de migração campo/cidade: “O desenvolvimento capitalista traz em si um viés notável a favor da cidade em prejuízo do campo. Este vai sendo paulatinamente despojado de uma atividade produtiva após outra, até que nele se restem unicamente as atividades primárias. Cada ramo que assim se desprende da agricultura reaparece na cidade tecnologicamente revolucionado: indústria, comércio, finanças etc. A

passou a contar com um fator de atração para as áreas urbanas com o início e intensificação do processo de industrialização que, ao se desenvolver de forma concentrada tendo a RMSP o seu principal pólo, provocou nesta o processo de metropolização.

Como afirmam Rodrigues & Chaveiro (2007 pp. 35/36) *“as migrações podem ser entendidas como deslocamentos de trabalhadores no espaço territorial por razões econômicas, deslocamentos estes determinados [pela busca de] condições objetivas de trabalho”*, explicitando dessa forma não só os motivos que explicam o fenômeno da migração na lógica do modo de produção capitalista desde sua estruturação enquanto modo de produção dominante com base industrial como também o fator de motivação principal que determinou o destino das populações migrantes no caso brasileiro (região Sudeste com enorme predominância da RMSP).

Os dados da **figura 06** obtidos dos censos demográficos realizados indicam o percentual de urbanização no Brasil deixam claro a lentidão do aumento da população urbana no último quartel do século XIX até aproximadamente o primeiro quartel do século XX, período que coincide com os primórdios da industrialização no País, assim como a grande intensidade ocorrida a partir da década de 1940 que também coincide com o início do processo de industrialização que é intensificado com a instalação das grandes empresas multinacionais instalando-se majoritariamente na capital paulista e cidades de seu entorno.

Figura 06: Gráfico da Evolução da População Urbana no Brasil

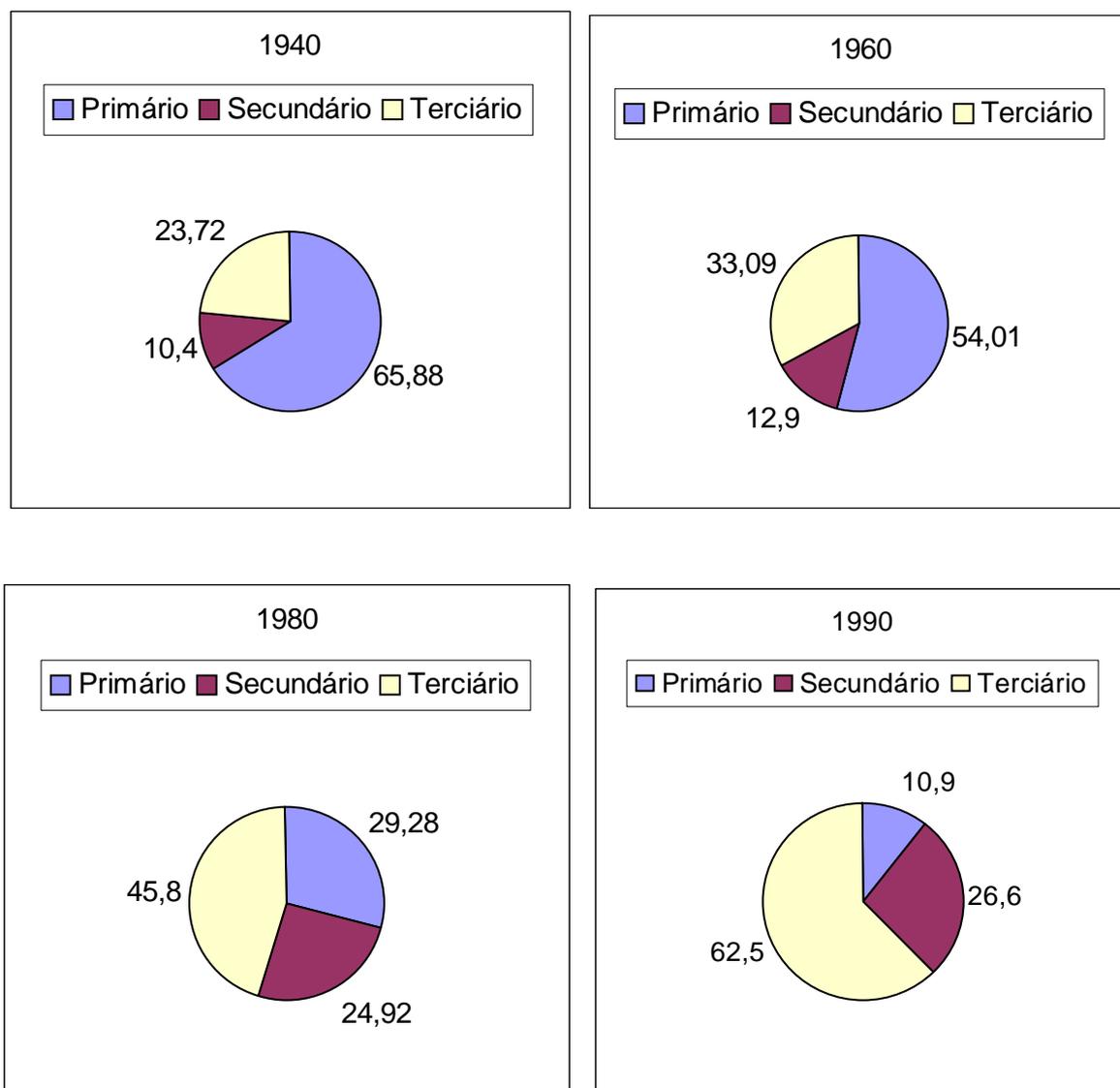


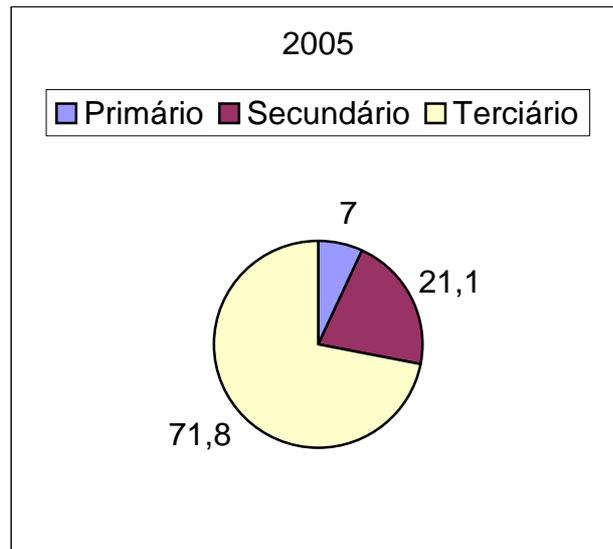
Fonte: Santos (1994 p. 20) e IBGE In www.ibge.org.com.br

esta migração de atividades se segue (embora nem sempre no mesmo ritmo) a migração da mão-de-obra que leva, finalmente ao esvaziamento demográfico do campo, criando assim as condições para um desenvolvimento igualmente revolucionário das forças produtivas na agricultura”.

Da mesma maneira que os números relativos ao crescimento da população urbana mostrados isoladamente demonstram a associação intrínseca entre urbanização e industrialização, os percentuais mostrados nos gráficos da **figura 07** expõem os números relativos população economicamente ativa atuando em cada um dos setores da economia desde o período de intensificação do processo de industrialização brasileiro. Eles deixam cristalina não só a associação entre urbanização e industrialização, como também de uma transformação comum a qualquer país que evolui na modernização do setor industrial, que é o aumento ainda maior do setor terciário da economia ultrapassando o setor secundário, mas que também tem suas atividades concentradas nas áreas urbanas.

Figura 07: Gráficos da Atuação da População Economicamente Ativa nos Setores da Economia





Fontes: Scarlat In Ross (2000 pp. 391/395) para os anos de 1940/60/80 http://www.mte.gov.br/observatorio/Prod13_2007.pdf (acesso em 28/07/2009) para os anos de 1990/2000 e 2005.

Independente do grau de urbanização de cada cidade do País, cada uma delas sofreu conseqüências do processo de urbanização pelo qual passou o Brasil. Com os municípios da Grande São Paulo também não poderia ser diferente, ao contrário, por tratar-se exatamente do entorno do principal pólo econômico e, conseqüentemente, do maior centro de oferta de trabalho/emprego eles surgem como atrativo para as populações migrante, as conseqüências se deram em função ter passado por um intenso processo de metropolização acelerado, desorganizado (urbanisticamente), desigual e combinado, mas que atendeu e atende a lógica do processo de multiplicação e acumulação do capital.

A aglomeração populacional num determinado local, como na RMSp, não se resume ao fenômeno em si, ele é sim uma necessidade que atende uma essa lógica econômica do sistema capitalista que possui como um dos pressupostos para promover a acumulação e reprodução do capital à formação de um **exército de reserva de mão-de-obra**.

Apesar de haver muitos cientistas apregoando o fim da luta de classes e no mesmo sentido desconsiderando questões fundamentais para uma análise da dinâmica do modo de produção capitalista na fase atual, nesta pesquisa, pelos pressupostos levantados e pelo “caminho” teórico-metodológico trilhado para uma análise desta realidade que se assenta, mais do que nunca, em contradições que se harmonizam na continuidade da exploração do trabalho e assim se reproduzir. A

questão que se coloca é exatamente esta lógica da formação e do papel que teve o processo de migração para a RMSP na formação de um exército de reserva de mão-de-obra e que a luz do desenvolvimento tecnológico se torna obsoleta em maior quantidade, o que também é objetivado pelo capital tendo em vista que em grande quantidade na oferta terá o seu preço reduzido, pois como afirma Marx (2006 p. 38) “o salário é, como vimos, o preço de uma determinada mercadoria, a força de trabalho. O salário é, portanto, determinado pelas mesmas leis que determinam o preço de qualquer outra mercadoria”.

Embora seja uma mercadoria, a força de trabalho se coloca de forma diferenciada no capitalismo por ser dela a primazia de criar valor, portanto de produzir a riqueza que, pela lógica do sistema, é fonte de exploração como é colocado por Engels (ANTUNES, 2004 p. 27) na introdução da mesma obra que mesmo sendo tão antiga, tem o original datado em 30/04/1891, suas colocações são pertinentes ao momento vivenciado atualmente.

A força de trabalho, na sociedade capitalista dos nossos dias, uma mercadoria como qualquer outra, mas, certamente, uma mercadoria muito especial. Com efeito, ela tem a propriedade especial de ser uma força criadora de valor, uma fonte de valor e, principalmente com o tratamento adequado, uma fonte de mais valor do que ela própria possui. No estado atual da produção, a força de trabalho humana não produz só, num dia, um valor maior do que ela própria possui e custa; a cada nova descoberta científica, a cada nova invenção técnica, esse excedente de seu produto diário sobe acima dos seus custos diários; reduz-se, portanto, aquela parte do dia de trabalho em que o operário retira do seu trabalho o equivalente ao seu salário diário e alonga-se, portanto, por outro lado, aquela parte do dia de trabalho em que ele tem de oferecer o seu trabalho ao capitalista sem ser pago por isso.

Não foi por outros motivos, foi exatamente essa necessidade do capital que fez fluir um enorme contingente populacional para a metrópole paulistana onde, num primeiro momento houve até certa medida uma condição para acomodar essa população no mercado de trabalho, haja visto que até a década de 70 a economia do País ainda “caminhava” em ascensão. Faz parte de exército esse contingente de trabalhadores que exercem atualmente atividades consideradas informais como a do comércio ambulante e que não está aqui por um acaso nem aportou nesse instante, fluiu e cresceu a partir da conjunção de três processos simultâneos que são os de industrialização, urbanização e metropolização.

Cabe, portanto, nesta dissertação realizar uma análise do processo de metropolização da RMSP a partir da concepção assim colocada por Godoy (BPG Nº 83, 2005 P. 45):

A produção do (seu) espaço consiste, então, na realização prática de produção de objetos “geografizados” segundo uma dada lógica econômica, e destinam-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de reprodução do capital”.

2.3.1. Migração e Inchaço Urbano: a busca pelo emprego e o adensamento populacional na RMSP.

Antes de continuar a análise da relação que existe entre a formação dos espaços metropolitanos, no caso específico da RMSP, com a formação de um mercado de trabalho com base na industrial é necessário estabelecer a definição do termo “metrópole” utilizado nesta pesquisa. Segundo Scarlato in Ross (2000 p. 432) etimologicamente o termo *“metrópole significa cidade-mãe; a maioria das pessoas usam-na como sinônimo de grande cidade. Mas em Geografia a palavra tem significado preciso e só deve ser aplicada a cidades grandes, dotadas das seguintes características”*.

1. *Um crescimento que expande a cidade, prolongando-a para fora para fora do seu perímetro (...) com a expansão e a integração, desaparecem os limites físicos entre os diferentes núcleos urbanos – fenômeno chamado de conurbação;*
2. *A existência de um centro histórico onde se concentram atividades de serviços e a partir do qual surgem subcentros;*
3. *(...) um único espaço edificado resultante da conurbação, porém várias administrações político-administrativas autônomas, como, por exemplo, São Paulo e o ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema). Cada uma dessas cidades tem seu centro administrativo municipal autônomo e juntas formam uma conurbação;*
4. *Fluxos de circulação de veículos com dois picos de maior intensidade, normalmente no período da manhã e no final da tarde, formando o chamado fluxo pendular, atravessando mais de uma cidade.¹⁴*

Quando se trata de analisar a RMSP tem-se que os dados referentes a essa área em todos os aspectos possuem dimensões absurdamente grandiosas tal qual seu tamanho em número de municípios que fazem parte dela (maior dentre as regiões metropolitanas existentes no País), de estabelecimentos industriais e comerciais, de residências, de áreas ocupadas indevidamente por se tratar de locais

¹⁴ A implantação de regiões metropolitanas foi instituída no Brasil com a promulgação da Lei complementar 14, de 1973 que criou oficialmente nove delas (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza Porto Alegre, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro). A Constituição de 1988 delegou aos governos estaduais a premissa de da política urbana, entre elas a de instituir áreas metropolitanas em seu território.

de risco, de loteamentos clandestinos ou irregulares, enfim por uma infinidade aspectos a mesma surge sempre gigantesca. Nos dois tópicos anteriores foram analisados os processos de industrialização e urbanização como sendo concomitantes e numa dinâmica de causa = efeito = causa, ou como bem colocou Lefebvre “*um processo de dois aspectos*”.

Embora os dados e informações colocadas para análise datem da década de 50 a análise se aterá prioritariamente aos anos das décadas de 1970 e 1980, por ser este o período em que os municípios da Sub-região Oeste da Grande São Paulo que margeiam o ramal 8-Diamante ter passado por um intenso processo de urbanização com enormes índices de crescimento populacional.

O crescimento populacional e da mancha urbana da capital paulista tem seu início em grande escala em fins do século XIX intensificando-se durante todo o século XX tendo como marco divisório desse processo a década de 1950, momento em que esse crescimento extrapola a barreira das fronteiras da capital iniciando o processo de conurbação, primeiramente com os municípios limítrofes e posteriormente com os que se localizam na “*franja*” da área metropolitana.

Obedecendo a lógica de distribuição espacial das plantas industriais na consolidação do processo de industrialização concentrado na RMSP já colocado nesta pesquisa, o adensamento populacional também ocorreu concentrado nos municípios em que fizeram parte desse processo no início. Essa população migrante que se destinava a São Paulo provinha das várias partes do país fazendo com que houvesse um crescimento demográfico muito superior ao crescimento vegetativo da população. A **figura 08**¹⁵ revelam os números desse crescimento com detalhes que serão analisados logo em seguida.

Figura 08: Tabela das Taxas Geométricas de Crescimento Anual da População

Período	Estado	RMSP	São Paulo
1950/60	3,24	-	5,17
1960/70	2,9	3,85	4,14
1970/80	3,13	4,01	3,22
1980/91	1,94	1,70	1,05
1991/96	1,35	1,25	0,39
1996/2000	1,09	0,98	0,22

Fonte: www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext

¹⁵ Os dados das décadas de 1950 relativos à RMSP não estão disponíveis em função de a mesma ter sido criada apenas no ano de 1967.

A década de 1970 demarca uma mudança importante com relação à ocupação da região metropolitana de São Paulo, observando os números verifica-se que é só a partir deste período que o crescimento dessa área passa a superar o da capital. Para essa população migrante, a partir das décadas de 1970/80, não restou outra alternativa a não ser destinarem-se para as cidades da “franja” da região metropolitana, enfrentando graves e grandes problemas de acesso a moradia, meios de transportes, saneamento básico, etc.. Isso ocorria por ser este o espaço que restou para ser ocupado a um custo acessível nos preços de aluguéis dos imóveis ou para a compra de lotes em loteamentos, em sua maioria, clandestinos e irregulares. Estas condições são sintetizadas a seguir nas palavras de Camargo (1976 p. 17) e na **figura 09** que de uma maneira simples a arte acaba por retratar esta realidade:

Se examinado o desenvolvimento da cidade do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, verifica-se um levado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. É a distância entre a riqueza, representada nas moradias suntuosas dos “Jardins”, e a pobreza dos bairros de trabalhadores, carentes dos serviços urbanos básicos – transporte, água, esgoto, habitação (...) o próprio contraste entre o grau de desenvolvimento econômico da grande São Paulo – medido pelos níveis globais de acumulação – e a presença de situações de pauperismo recoloca em discussão o que se entende por “situação privilegiada” da metrópole paulistana.

Figura 09: Charge “Moradia de Migrante em São Paulo”



Fonte: Martins e Vanalli (1996 p. 65)

O fluxo migratório proveniente da região Nordeste sempre se mostrou majoritário durante todos os períodos é formado por uma população que mesmo no período de auge da industrialização, apresentava características que dificultavam o acesso em muitas funções do mercado de trabalho. Características como o elevado grau de analfabetismo e a própria origem rural da maioria, portanto alheio ao tipo de organização do processo de produção fabril, para ingressar no mercado de trabalho. Embora no modelo fordista, em voga durante o auge do processo de industrialização do país até a década de 1980, onde as tarefas simplificadas e repetitivas exigiam um treinamento simples e rápido (que na visão Taylorista e colocada como “habilidade bovina”) facilitasse um pouco esse ingresso, porém limitadas a funções pouco qualificadas, conseqüentemente, pouco remuneradas.

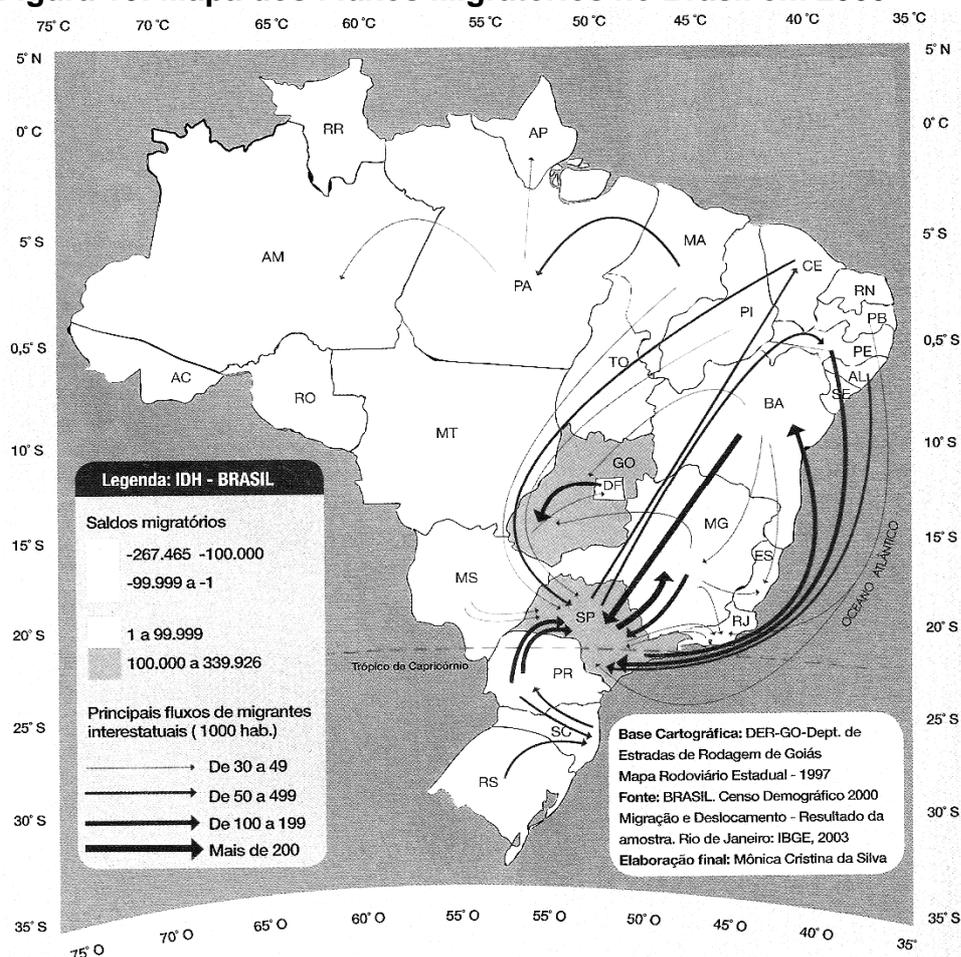
É claro que as opções de emprego não se limitavam ao setor industrial, até por que o setor terciário, como já fora colocado, foi ganhando dimensão na medida em que havia um processo de modernização do setor secundário, portanto é no setor terciário que a partir dos anos 80 a maior parte dos trabalhadores da RMSP passam a ter oportunidade de emprego formal em condições às vezes informal (no sentido jurídico do termo) ou, como se tornou comum denominar, relações precárias de trabalho.

Como pode ser observado novamente nos números da figura 08 houve a partir dos anos 80 uma grande queda no número de migrantes com destino ao estado de São Paulo, sua capital e a RMSP, queda esta muito maior nos anos 90. Durante esse período não há apenas uma redução do número absoluto de imigrantes com destino a RMSP, mas também uma mudança dos locais de origem, com destaque para a imigração estrangeira, entretanto a região Nordeste continua sendo, disparadamente, o fluxo majoritário, como comentam os autores Cunha e Dedecca (2001 p. 05).

A redução da imigração interestadual para a RMSP foi um reflexo da importante queda da emigração desencadeada em Estados tradicionalmente exportadores de população como Minas Gerais e Paraná, tendência também constatada na emigração gerada no Nordeste, embora com uma intensidade menor. Enquanto os volumes de pessoas recebidos dos primeiros dois estados caíram, respectivamente, 48 por cento e 67 por cento entre os anos 70 e 90, para o Nordeste essa queda foi de apenas de 7 por cento, evidenciando a relevância desse fluxo para o comportamento migratório da RMSP ainda no período atual (...) No caso do Nordeste, particularmente para estados como Pernambuco, Ceará, Bahia e Paraíba, São Paulo continua sendo um destino importante, muito embora o que haja de novo seja a volta em maior intensidade.

No final da citação acima é levantada uma questão importante que é a migração de retorno de uma boa parte dos migrantes nordestinos desde meados dos anos 80. Esse fenômeno se deve ao fato de se formar “*progressivamente o quadro de incapacidade de retenção dessa população mobilizada. De fato, as condições objetivas para esse poder de retenção, como o desempenho do mercado de trabalho formal (e até mesmo informal)*” (IDEM p.06) contribuir para que exista, comprovadamente, esse fluxo de retorno de parte dessa população migrante para os locais de origem e que atualmente chega a uma quase situação de equilíbrio nos números como pode ser verificado na **figura 10**. Como motivadores deste fluxo, segundo o SEADE, estão às políticas sociais desenvolvidas pelo Governo federal como o “Bolsa Família” e uma maior seletividade da mão-de-obra no mercado de trabalho em função de transformações na organização do processo produtivo, que passa a exigir um perfil diferenciado de trabalhador daquele exigido no processo fordista, até então usado como padrão pelas empresas de modo em geral.

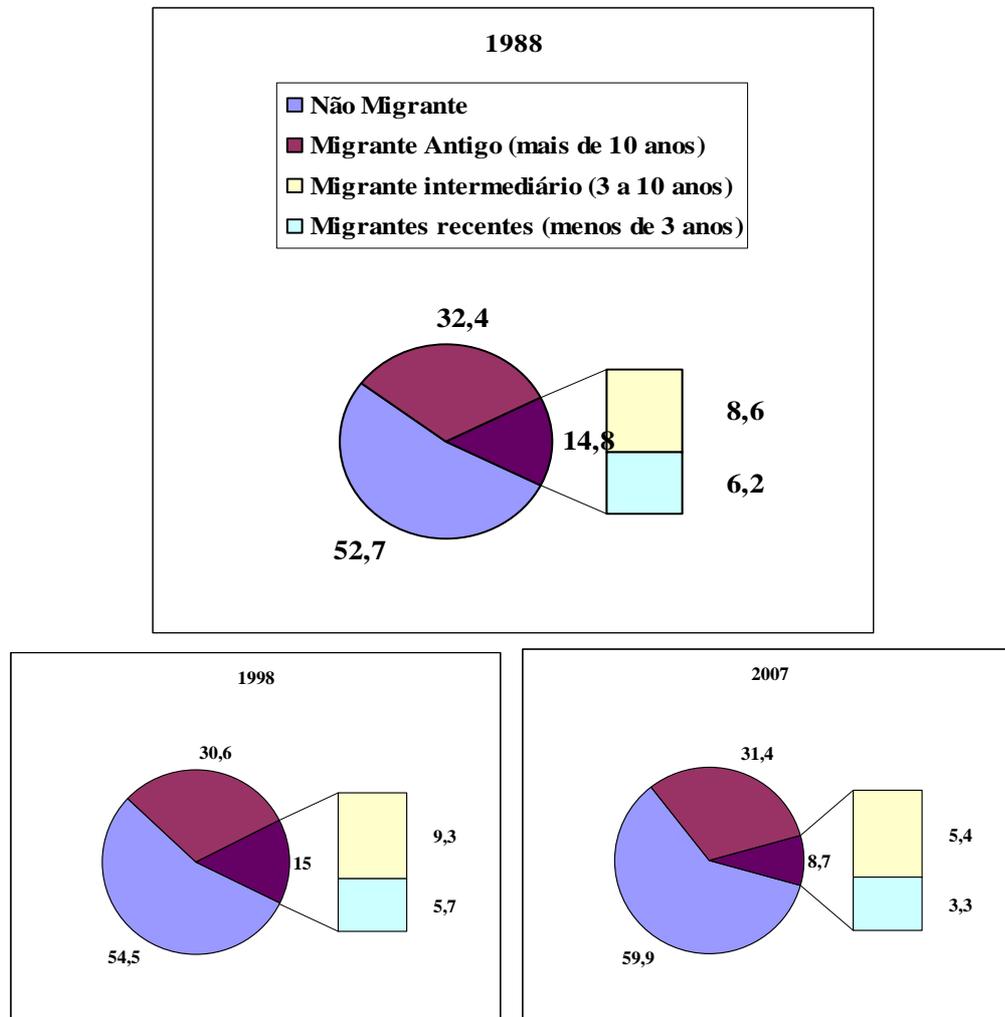
Figura 10: Mapa dos Fluxos Migratórios no Brasil em 2000



Fonte: Revista Sociologia Especial. Ano I Nº 1 (200 p. 34)

Segundo reportagem no jornal Diário de São Paulo em 25/01/2009 (comemorativa do 555º aniversário da cidade) com base em dados do SEADE, cerca de 200 mil migrantes chegam todos os anos para residir na RMSP desde o ano 2000, desse total, “20 mil voltam antes de completar o primeiro ano aqui. Em 2007, a diminuição dos migrantes jovens (recentes) com menos de três anos em São Paulo e dos intermediários (de três a 10 anos na cidade) mostra que aproximadamente outros 160 mil foram embora”. Esse fenômeno é retratado na **figura 12**, de onde também pode ser verificado o aumento da população declarada como não migrante, portanto a geração dos filhos e netos dos migrantes mais antigos.

Figura 11: Gráficos das Porcentagens Referentes à Origem e Tempo de Migração da População da RMSP



Fonte: Jornal Diário de São Paulo (2009 p. A3)

O objetivo em obter um trabalho (emprego) continua sendo o principal motivo da migração com destino a São Paulo e sua região metropolitana. Isto é revelado novamente pela mesma reportagem ao indagar entrevistados na estação rodoviária

do Tietê sobre o motivo da viagem dos que aqui chegavam 33,4% das pessoas entrevistadas declararam ser a procura por trabalho, seguido pela motivação de morar com ou próximo de parentes que aqui já residiam com um percentual de 28,7%. É importante ressaltar que isso ocorre independentemente do fato de a metrópole estar passando por um processo de reestruturação produtiva onde diminui os postos de trabalho industrial e cresce nos setor terciário (serviços e comércio), muito embora sem conseguir atender a demanda da PEA e as características da maior parte desses empregos é de trabalho precarizado e com baixa remuneração.

Portanto, apesar de todas as dificuldades e conjunturas adversas o indutor, ou melhor, o atrativo maior para a população que migra com destino a RMSP continua sendo o mercado de trabalho, ou seja, a possibilidade de arrumar emprego ou qualquer outra forma de garantir uma renda, tendo em vista que, mesmo com a melhora significativa da economia nacional a busca por um emprego com bons salários, garantia de direitos e estabilidade como em décadas atrás, se tornou deveras difícil, por que não dizer, raro.

2.4. Os anos Perdidos Para a Economia: A Crise Econômica dos Anos 80

O significado político, econômico e social da década de 1980 pode ser expresso em uma das músicas de um dos maiores interpretes da MPB, o cantor e compositor Raul Seixas que cantava “*ei anos oitenta, charrete que perdeu o condutor, ei anos oitenta, melancolia e promessas de amor, melancolia e promessas de amor*”. Deixando de lado a metáfora, o fato é que foi exatamente a incapacidade em controlar fatores econômicos, políticos e sociais que se originavam externamente e internamente, que culminou no desencadeamento da maior e mais longa crise econômica vivenciada no País, interrompendo uma ascensão em seu ritmo de crescimento econômico iniciado a mais de um século e meio como é colocado por Pais & Fernandes (2009 p. 02).

Na história do seu desenvolvimento capitalista, a economia brasileira não parou de crescer desde aproximadamente os anos 40 do século XIX, quando o desenvolvimento da cultura de café permitiu superar a crise que se arrastava desde meados do século anterior, quando se esgotara o ciclo do ouro. Isto permite-nos constatar que foram cento e cinquenta anos de extraordinário crescimento, mas a partir de 1981, a economia brasileira entra num longo período de estagnação que se arrasta por toda a década.

Há entre uma parcela dos estudiosos das ciências sociais em geral, juntamente com parte dos militantes dos movimentos sociais uma repulsa em designar os anos que compreende a década de 1980 como a “*década perdida*” em função do desempenho econômico. Nesse sentido C. Oliveira (2005 p. 01) reafirma que a “*década de 80 é considerada a década perdida da economia brasileira, na medida em que os níveis de crescimento do PIB apresentaram significativas reduções, só para recordar o crescimento médio na década de 70 foi de 7%, já na década de 80 foi de somente 2%*”.

A rejeição ao rótulo de “*década perdida*” se dá por haver o consenso entre ambos de que, se o período foi ruim para a economia, o mesmo não se aplica ao movimento social que se fortaleceu nas formas de organização, fundando centrais sindicais (a CUT é um exemplo), reorientando as atuações dos movimentos sindicais

e sociais a ponto de promover a queda do regime militar¹⁶ dominante desde 1964 e a redemocratização do País com o advento da anistia política (no final da década de 1970) e das eleições diretas, como novamente afirma o mesmo autor.

Porém a década de 80 não foi de um todo ruim para o país na medida em que as pressões sobre o governo militar foram tantas e insuportáveis frente à crise que se instalou no Brasil que em 1985 iniciava-se a nova república com a eleição de um presidente civil pelo voto indireto que seria a porta de entrada para a retomada da democracia. Pelo menos no campo cívico o país teve um grande avanço nos anos 80.

As imagens das **figuras 12 e 13** abaixo trazem alguns momentos históricos do forte movimento social que ganhava as ruas com uma grande e variada lista de reivindicações.

Figuras 12 e 13: Fotos de Manifestações na Década de 1980



Fonte: CD-ROM: Resoluções da Conclat e dos Congressos e Plenárias da CUT 1983-2003

A crise econômica que se abateu na década de 1980 surge para os economistas como uma crise não conjuntural e sim “*estrutural, cujos sintomas*

¹⁶ Regime Militar é uma das expressões utilizadas para se referir ao período entre 1964 e 1984 onde os militares das Forças Armadas exerciam o poder político no País, indicando os presidentes (todos militares), governadores e prefeitos de capitais e cidades consideradas importantes estrategicamente. Este período também é marcado pela censura nos meios de comunicação e ausência de democracia para os movimentos políticos, sindicais e sociais que não podiam se manifestar em nenhuma hipótese. Por ser mantido o poder pelo uso da “força” esse período também é denominado de “ditadura militar”, ao passo que, por uma visão diferenciada, os militares o designam como “período da revolução”.

básicos são a estagnação da renda por habitante e a drástica redução da poupança e investimento do país” (PAIS & FERNANDES, 2009 p. 10) que teve como marco inicial a crise do petróleo em 1973, com a elevação do seu preço a patamares altíssimos, só superados no ano de 2008, que afetou toda a economia mundial, por tratar-se de uma commodities que provoca uma reação em cadeia nos preços em geral, em função de ser a principal fonte geradora de energia em muitos países, ser utilizado como combustível no transporte de pessoas e mercadorias e também como matéria-prima para uma grande quantidade de produtos como automóveis e eletrodomésticos.

As conseqüências da crise na América Latina, região que mais sofreu os seus efeitos, podem ser verificadas nos dados da **figura 14** mostrando que os percentuais relativos aos investimentos tiveram uma queda equivalente a um terço repercutindo dessa forma numa redução também do PIB *per capita*.

Figura 14: Tabela com Variáveis Macroeconômicas da América Latina nos Anos 80

Variações percentuais %	1980	1985	1989
Crescimento do PIB (índice)	100	103,5	113,1
Crescimento do PIB per-capita (índice)	100	92,2	91,7
Investimento/PIB	24,2	16,3	16,2
Inflação	54,9	274,7	1157,6
Dívida/ Exportações	2,1	3,5	3,2

Fonte: CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas, Santiago, Chile), in Bresser, L.C. "A CRISE DO ESTADO: ENSAIOS SOBRE A CRISE BRASILEIRA". Disponível em Pais & Fernandes (3810-193, Aveiro-Portugal p. 03).

De acordo com Pais & Fernandes (2009 p. 03) as causas da crise econômica que se abateu sobre o Brasil e demais países latino americanos são vários originados externa e internamente como pode ser verificado a seguir:

Os economistas brasileiros dividem-se quanto ao grau de importância a conceder às principais causas da crise, mas são praticamente unânimes quanto a elas: a dívida externa excessiva, altas taxas de inflação, excesso de intervenção estatal na economia e uma crise fiscal profunda do Estado que lhe retirou toda a capacidade de poupança e praticamente o imobilizou. De qualquer forma não há como negar que a grave crise que se abate sobre as economias latino-americanas, inclusive a brasileira, está intimamente relacionada com o grande processo de endividamento externo. Durante os anos setenta, a abundância de recursos em poder dos bancos internacionais viabilizou o crescente endividamento dos países da América Latina.

Muito embora a corrente majoritária nos discursos econômicos na atualidade seja da corrente ortodoxa¹⁷, não só para analisar a conjuntura atual como também para analisar períodos anteriores e, por esse motivo, há uma centralidade da crítica na intervenção ou presença, do Estado na economia. Entretanto, cabe ressaltar que embora houvesse uma presença do estado na economia suas ações eram norteadas no sentido de contemplar os interesses das grandes corporações nacionais e, principalmente, internacionais como as empresas multinacionais que receberam volumosos empréstimos para se instalarem no País além de todo o investimento direto em infra-estrutura que objetivava, antes de tudo, atender as necessidades das mesmas, como deixam claro Pais & Fernandes (2009 p. 03): *“no Brasil, durante a década de 1970, o processo de financiamento dos investimentos seguiu o padrão clássico dos primeiros estágios de desenvolvimento, em que o investimento total era função do endividamento externo e do investimento estatal”*.

Esses investimentos e financiamentos citados, aliás, foram os responsáveis pelo endividamento externo do Brasil e dos países subdesenvolvidos e que aparecem como o principal vilão da crise, a partir do momento em que o enorme crescimento da dívida externa, que ocorreu em função da alta dos juros no mercado internacional, provoca grandiosas e graves conseqüências econômicas, políticas e sociais internamente como bem coloca Pais & Fernandes (2009 p. 11).

A partir de 1979, esse padrão baseado no financiamento externo ou estatal, com investimento direto do Estado ou com investimento privado subsidiado que prevaleceu durante a década de setenta, entrou em crise, quando o fluxo de financiamento externo líquido cessou em 1982. Assim é que, em razão da crise nacional, emerge uma questão política básica, que é a de que nos anos oitenta, o Brasil perdeu o controle do seu destino.

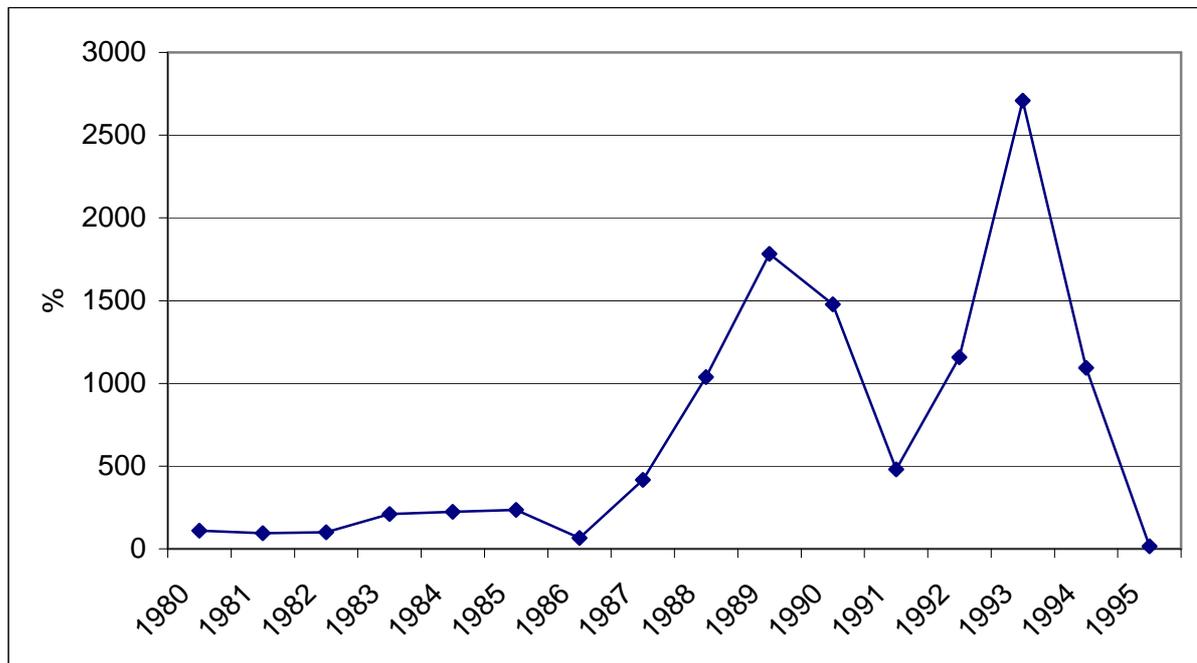
No que diz respeito aos investimentos por parte do Estado houve uma redução drástica não só nos investimentos em infra-estrutura, como criticam os ortodoxos que acreditam na existência do Estado no campo econômico apenas como garantidor do direito da propriedade privada e viabilizador dos projetos de sua

¹⁷ Em Economia Política o termo “ortodoxo” se refere a “linha de pensamento” com base liberal ou neoliberal, cujos princípios básicos se baseiam nas idéias de Adam Smith, sendo a principal a concepção de que o mercado por só equilibra todas as situações, o que justifica a tese de uma não participação ou intervenção do estado na economia. Esta linha de pensamento é contrária à linha de pensamento denominada de “heterodoxa” que se baseiam nas idéias de Karl Marx (os de concepção socialista) e de Keynes (os que desejam o estado de bem estar social, portanto a não superação do sistema capitalista), cuja base comum é a concepção de que o Estado deve intervir na economia para promover o equilíbrio tanto na concorrência entre os agentes econômicos como para promover o equilíbrio entre o capital e o trabalho, ou, no caso dos socialistas, a planificação da economia.

iniciativa, mas principalmente nas áreas sociais (saúde, educação, moradia, etc.), em decorrência do endividamento externo crescente e da dívida interna também cresceu enormemente por meio da emissão de títulos.

A captação de recursos no mercado financeiro foi responsável, juntamente com os elevados gastos com a manutenção da “máquina pública”, pela desvalorização da moeda que se concretizava nos elevados índices de inflação que atingiu uma média 330% ao ano na década de 1980, muitíssimo elevado em comparação aos 40% de média anuais das décadas de 1960/70. Para se ter uma idéia da escalada inflacionária, de acordo com o Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a inflação em 1980 foi de 110,25% ao ano, alcançando em 1989 o índice de 1782,9% e 1990 1476,85%, o que caracteriza uma condição de hiperinflação, alcançada ao final da década. A **figura 15** mostra o comportamento das taxas de inflação no período de maior gravidade desse problema.

Figura 15: Gráfico com Taxas de Inflação Anuais das Décadas de 80 e 90



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Índice Geral de Preços (IGP). Gráfico elaborado pelo autor com base em na tabela disponível em www.geocities.com/aluisioambrosio/inflacao.html (acesso em 6/02/2009)

Este quadro econômico acabou por configurar uma situação de estagnação e, em alguns desses anos de retrocesso econômico no Brasil. Sallum Jr. & Kugelmas (2001 p. 08) assim resumem a situação:

A interrupção dos fluxos externos de capital, a redução de capacidade extrativa e a ampliação do endividamento público externo e interno reduziram radicalmente a capacidade do Estado desencadear qualquer nova onda de inversões que canalizasse investimentos privados para tal ou qual setor. A poupança líquida do setor público cai vertiginosamente de 4,67% do PIB em 1975 para 2,24% em 1980, tornando-se negativa em 1985. Os investimentos públicos, que correspondiam em 1975 a 4,1% do PIB, caíram para 2,3% em 1985, pequena taxa ainda assim mantida graças a um déficit de 3,08% em relação ao PIB). Estiolaram-se, aos poucos, as possibilidades do setor público induzir positivamente o sistema econômico. O Estado vê-se, cada vez mais, prisioneiro da necessidade de servir à própria dívida. Em 1985, os juros da dívida pública, externa e interna, já alcançavam mais de 10% do PIB e, não fora a emissão de novos títulos, o seu pagamento deveria consumir mais de 50% da receita do setor público. Por esta via, pode-se dizer que o conjunto dos capitalistas privados manietou o Estado com a propriedade dos títulos da dívida. Este controle, no entanto, conduz não à ampliação dos horizontes do capitalismo, mas à estagnação, pois torna passivo o que até há pouco era o seu núcleo motor.

Dentre os países Latino-americanos, a Argentina e o Brasil foram os países que mais serviram de “experiência” para as medidas de linha ortodoxa e heterodoxa, em forma de planos econômicos, exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em função das enormes dívidas externas junto ao mesmo passou a gerir a política econômica e, conseqüentemente, administrativa e social dos governos dos países devedores. Só no Brasil foram cinco os planos se considerarmos os dois do Governo de Fernando Collor que, apesar de serem implantados na década de 1990 procuravam sanar a crise estrutural da década anterior: São eles o Plano Cruzado em 1986, Plano Bresser em 1987, Plano Verão em 1989 e os Planos Collor I e II em 1990 e 1991 respectivamente, que de acordo com Pais & Fernandes (2009 p. 04), possuem a mesma base de exigências feitas pelo Fundo as quais são elencadas a seguir:

As políticas econômicas ortodoxas, em função dos desequilíbrios mais comuns destas economias, como a inflação e o desequilíbrio externo, estavam geralmente contidas nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e consistiam basicamente em:

- reduzir as despesas do Estado e equilibrar o orçamento público;*
- reduzir e controlar a quantidade de moeda em circulação;*
- liberalizar os preços de quaisquer tabelamentos;*
- liberalizar a taxa de juros, que dada à redução da oferta monetária, deverá aumentar;*
- liberalizar (geralmente desvalorizar) a taxa de câmbio;*
- eliminar todos os subsídios;*
- reduzir os salários dos setores público e privado.*

Como se pode observar, todas as medidas propostas pelo FMI possuem um caráter liberal, portanto ortodoxas, apenas a proposta referente aos salários, é que se coloca o Estado enquanto interventor, ou seja, só para rebaixar os salários é que

se quer um estado nos padrões heterodoxos. Essa redução dos níveis salariais dos trabalhadores não só pelo aumento do desemprego que já se apresentava com altas taxas, mas sim como medida econômica de combate a inflação ao provocar a redução da demanda no consumo. Embora enfraquecidos pela conjuntura econômica, os trabalhadores reagiam com manifestações e greves como pode ser verificado nas imagens das **figuras 16 e 17** seguir.

Figuras 16 e 17: Fotos de Manifestações de trabalhadores da indústria automobilística e contra “pacote econômico” em 1987



Fonte: CD-ROM: Resoluções da Conclat e dos Congressos e Plenárias da CUT 1983-2003

Todas essas medidas têm um sentido lógico de combate à inflação se o fato gerador fosse apenas o consumo, se não houvesse os gastos públicos com destaque para os elevados juros das dívidas interna e externa, pois a redução de salários aliada aos elevados juros leva a uma redução da demanda no consumo interno, porém essas medidas são também provocadoras de recessão o que, por sua vez, provoca, e assim o fez, um desemprego crescente explica Pais & Fernandes (2009 p. 04).

Aliás, uma constante das propostas ortodoxas de política econômica, sempre foi o arrocho salarial, adotado em nome do combate à inflação. Diagnosticar este tipo de política econômica não é difícil. Se a inflação e o desequilíbrio externo decorrem das distorções do mercado e do excesso de procura agregada, há que corrigir essas distorções eliminando todo e qualquer controle de preços e procurando reduzir a procura agregada, provocando uma recessão na economia. Assim, a redução das despesas do Estado, a redução da quantidade de moeda em circulação e a elevação da taxa de juros (que leva tecnicamente à redução dos investimentos)

têm como consequência reduzir a procura agregada e provocar a recessão (aumentando as taxas de desemprego e diminuindo os níveis de produção).

É importante ressaltar que durante esse período as indústrias de todo o mundo e no Brasil tinha início um processo de substituição no sistema de organização produtivo do fordismo pelo modelo flexível, o que implica, na prática, numa diminuição dos postos de trabalho na estrutura das empresas, agravando ainda mais o desemprego. Sobre essa mudança Gorender (1997 p. 05) coloca o seguinte:

As deficiências e insuficiências do fordismo salientaram-se, particularmente no quadro do primeiro choque do petróleo (1973) e da recessão cíclica de 1973-1975. Simultaneamente, acentuavam-se as dificuldades fiscais do intervencionismo estatal keynesiano e do Estado do Bem-Estar Social. A aceleração do processo inflacionário evidenciava os tropeços do regime fordista-keynesiano, no momento em que a acumulação de capital e o crescimento das forças produtivas tocavam os limites cíclicos da economia capitalista. Por fim, a introdução dos microprocessadores no interior da produção, intensificada na década de 80, tornou mais evidente a inadequação do regime fordista às inovações tecnológicas e, em especial, à automação eletrônica.

Como pôde ser verificada a crise econômica que se abateu em todo o mundo nos anos de 1980 provocou uma enorme crise social que ganhou dimensões grandiosas nos países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, tendo o desemprego como o pior e mais importante consequência da mesma, levando uma massa de milhões de pessoas à condição de miséria e de trabalhadores a marginalidade, já que o emprego informal, sem as garantias previstas em lei, e o trabalho autônomo, considerado ilegal, passaram a ser a única alternativa de sobrevivência para os mesmos.

Frente às crises econômicas e sociais os governos dos países subdesenvolvidos inauguraram nos anos de 1990 uma nova era, porém com o receituário dos mesmos mandatários (o FMI e os países centrais) sob a égide da modernidade. Essa “modernidade” foi travestida no Brasil pelo jovem “audacioso” Fernando Collor de Mello e pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que dá uma roupagem no discurso, e apenas no discurso, de uma social-democracia, inaugurava-se dessa forma o período da política com bases no ideário neoliberal e a integração do País ao mundo globalizado, cuja forma e consequências veremos adiante.

2.5. Globalização e Neoliberalismo: Uma Visão Crítica do Conjunto

Na literatura acadêmica não são poucas as definições ou características do processo de globalização, definições que não fogem da dimensão totalizadora dos fenômenos sociais, políticos, econômicos, culturais, etc. que atingem a todos e quaisquer pontos do planeta, por mais isolado que possa encontrar-se, com derivações adjetivadas como “aldeia global”, “rede mundial”, “cadeia global”, entre outras. Sobre o início do processo e sua consolidação no mundo Vieira (2001 pp. 77/78) assim explica:

A pré-história da globalização situa-se na década de 60, quando as áreas periféricas da economia mundial começaram a ser sacudidas pela expansão da empresa transnacional, pela “nova divisão internacional do trabalho”, os empréstimos bancários “baratos” no mercado do eurodólar e o “boom” petrolífero mundial. Na década de 80, após a grande crise de meados dos anos 70/80, inicia-se uma nova história: o mundo industrial é sacudido por uma profunda reestruturação capitalista, sustentada tecnicamente na revolução informática e das comunicações, tornando possível a descentralização espacial dos processos produtivos. A nova tecnologia influi em todos os campos da vida econômica e revoluciona o sistema financeiro, pela conexão eletrônica dos distintos mercados.

Em torno dos intensos debates sobre o assunto globalização que vai do ponto de vista semântico do termo, das conseqüências em todos os sentidos (sociais, econômicos, geopolíticos, etc.) até mesmo da negação de existência do processo, Sene (2007 p. 32) é enfático ao afirmar que “a globalização existe, é um fato, ou melhor, um processo histórico”. Após esta afirmação o autor assim a define e faz algumas observações (IDEM p.31/32):

A globalização não está restrita à economia, tem repercussões no plano social, na cultura, na política e algumas de suas conseqüências mais importantes estão materializadas no espaço geográfico (...) um aspecto central a ser observado é que no período da globalização está se construindo um meio técnico-científico-informacional (SANTOS 1994, 1996). Tem havido uma crescente tecnificação do espaço em escala planetária, uma crescente universalização das técnicas como fato e como processo.

Seguindo na mesma linha de pensamento, em que as definições reforçam a idéia, não só de uma totalidade mundial do fenômeno como também do fato de ela ser um fenômeno múltiplo em todos os sentidos do viver e organizar-se humano

dentro da lógica do modo de produção capitalista, destacam-se a de Ianni (2001 p. 11) que afirma:

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória.

Vieira (2001 p.p. 72/73), por sua vez, assim coloca:

A globalização é normalmente associada a processos econômicos, como a circulação de capitais, ampliação dos mercados ou integração produtiva em escala mundial. Mas descreve também fenômenos da esfera social, como a criação e expansão de instituições supranacionais, a universalização de padrões culturais e o equacionamento, a universalização de padrões culturais e o equacionamento de questões concernentes à totalidade do planeta (meio ambiente, desarmamento nuclear, crescimento populacional, direitos humanos, etc).

Vieira (IDEM p. 73) também faz a seguinte observação sobre o fenômeno:

Boaventura de Sousa Santos, por sua vez, faz uma distinção entre localismo globalizado e globalismo localizado. O primeiro se refere à globalização bem sucedida de um fenômeno local, como, por exemplo, a atividade mundial de empresas multinacionais (...) já o globalismo localizado diz respeito ao impacto específico de práticas transnacionais sobre condições locais que se desestruturam ou se reestruturam para atender aos imperativos transnacionais.

Gorender (1997 p. 01) também define “a globalização como a aceleração intensa dos processos de internacionalização e mundialização, inerentes ao capitalismo desde sua fase original nos séculos XV e XVI”, mundialização essa promovida graças aos “efeitos da terceira revolução tecnológica, centrada na informática e nas telecomunicações, com influência dominante a partir da década dos 70 do século XX”. O autor também coloca que nesse processo as empresas multinacionais surgem como agentes privilegiados nas relações com os Estados-nação.

Mais importante do que buscar ou debruçar-se sobre as terminologias a respeito do processo de globalização o qual o mundo está passando e no qual o Brasil está inserido enquanto país emergente, portanto na condição de “elo mais fraco” pela dependência econômica e financeira em relação ao capital estrangeiro, é colocar em debate as conseqüências desse processo para o mundo, em especial o

lado mais fraco que são os países subdesenvolvidos que absorvem as ações políticas, econômicas e toda a carga ideológica das forças hegemônicas do mundo capitalista. Esta carga ideológica é transmitida por idéias que parecem certas, verdadeiras, imutáveis e necessárias para o pleno e bom desenvolvimento das nações e suas respectivas populações. Sobre esse mundo globalizado Santos (2006 pp. 18/19/20) afirma o seguinte:

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

Dos três mundos colocados pelo autor o primeiro ele assim o descreve (SANTOS 2006 p.p. 19/20):

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação (...) um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal.

O discurso repetitivo e majoritário dos agentes econômicos através dos organismos internacionais, da grande imprensa e de parte dos intelectuais de várias das ciências, em com destaque para os economistas, apregoam a inevitabilidade e maravilhas do mercado global, onde o não alinhamento aos seus pressupostos de liberdade para os fluxos do capital comercial e, principalmente financeiro, e de um estado totalmente ausente do mercado soa como uma postura antimodernidade, portanto retrógrada e, em muitos dos discursos até um “pecado mortal”.

Desprezam os defensores do modelo os efeitos ruins de promoção das desigualdades sociais que se traduz em muitos casos na miserabilidade de milhões, na escalada da pobreza, da violência, da má qualidade da educação, da retirada dos direitos trabalhistas e previdenciários, enfim do desemprego e, quando o admitem o colocam sob o auspício da incapacidade do Estado em resolver os problemas sem associar o fato de este Estado agir e se organizar de acordo com as exigências das

grandes corporações nacionais e, principalmente, internacionais com uma política neoliberal, portanto submisso às leis do livre mercado (SANTOS, 2006 p.p. 75/76).

Um grande complicador vem do fato de que a globalização é freqüentemente considerada uma fatalidade, baseada num exagerado encantamento pelas técnicas de ponta e com negligência quanto ao fator nacional, deixando-se de lado o papel do território utilizado pela sociedade como um seu retrato dinâmico. Tal visão do mundo, uma espécie de volta à velha noção de technological fix (uma única tecnologia eficaz), acaba por consagrar a adoção de um ponto de partida fechado e por aceitar como indiscutível o reino da necessidade, com a morte da esperança e da generosidade. Exclusão e dívida social aparecem como se fossem algo fixo, imutável, indeclinável, quando, como qualquer outra ordem pode ser substituída por uma ordem mais humana.

É comum entre os analistas a percepção de que o fator possibilitador da intensificação dos fluxos de capitais, principalmente o capital financeiro nos diversos mercados global de maneira quase instantânea, que são as tecnologias da informática e de comunicação, também possibilitaram a facilitação dos agentes (organizações) críticos ao modelo de globalização implementado pelas potências centrais se encontrarem e unirem-se em torno de problemas comuns a cada um dos povos em lugares ou Estados-nação do planeta, é o caso do movimento, denominado em Vieira (1997 p. 80) de “*globalização por baixo*”, *conduzidos pelas forças democráticas transnacionais dedicadas à criação de uma sociedade civil global, como alternativa à economia global que está sendo desenhada pelas forças de mercado transnacionais*”. Como se vê, trata-se de um movimento, que poria ser designado como movimento social global, de combate ao maniqueísmo da cúpula do G-7 que impõem, o que o autor identifica como “globalização por cima”, globalização essa que têm promovido um aumento dos problemas sociais. É desse ponto de vista que Santos (2006 pp. 19/20) observa e adquire um posicionamento crítico, fazendo-o ter a concepção da “globalização como perversidade”.

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico (...) a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

Esta **perversidade** se concretiza na sociedade de dois modos fundamentais para a construção, no mínimo, de uma sociedade menos injusta (o possível no

capitalismo) e que as condições de uma vivência digna, onde a cada pessoa não sejam negados os direitos fundamentais de cidadania e as condições básicas de vida, portanto, não seja relegada a exclusão social¹⁸. São eles, o **papel e função que o Estado passa a exercer ao adequar-se à política neoliberal em relação às políticas sociais e o desemprego que surge em ritmo crescente sem que este modelo consiga resolver**. É importante ressaltar que em uma sociedade capitalista o trabalho, neste caso o emprego, é a única maneira de cada um buscar satisfazer as necessidades individuais e coletivas da família no que concerne aos bens materiais que sejam alimentação, moradia, vestuário, etc., inerentes a uma condição de vida com dignidade que deve ter o ser humano.

No caso da transformação sofrida pelo Estado, tanto em sua esfera administrativa quanto no papel que passa a ter, que é o de total submissão as regras do mercado, como determina um dos pressupostos colocados que ultrapassa as fronteiras do neoliberalismo e chega ao liberalismo clássico dos pensamentos nos de Locke e Smith sobre o papel e função do estado, princípios assim descritos por afirma Vieira (2001 pp. 32/34):

Nas concepções de Locke, para quem o indivíduo precede o estado. O governo, portanto, é para os indivíduos, e não o contrário. Por isso, o governo deve limitar-se a garantir os direitos civis e políticos e evitar intrometer-se na atividade econômica, onde cada um, ao prosseguir seus interesses individuais, contribuiria para o interesse coletivo pela ação da “mão-invisível” de Adam Smith, isto é, pelo livre jogo das forças de mercado.

Ao conduzir o processo de inserção do País desconsiderando as questões sociais, portanto seguindo as exigências e lógica do mercado, vários, graves e grandes conflitos se acirraram a partir dos anos de 1990 que se manifestaram em disputas judiciais e políticas por parte de partidos políticos, entidades sindicais e de organizações não governamentais diversas, mas também de forma militar com uso da força bélica pelo Estado neoliberal nos casos de greves, manifestações de rua, ações de ocupação de prédios (públicos) por manifestantes em geral, propriedade

¹⁸ Para Rogers (1995) a abordagem de exclusão social é em sua essência multidimensional, incluindo não só a falta de acesso a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça, à cidadania, ou seja, relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas. Pode-se estar excluído do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo), do trabalho regular – *part-time* e precário –, do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários, do acesso a bens e serviços – inclusive públicos. A exclusão pode vir de dentro do mercado de trabalho, com empregos ruins e instáveis gerando renda insuficiente para garantir padrão de vida mínimo, como a falta de acesso a terra, à segurança e aos direitos humanos. (DUPAS, 1998 P. 03)

agrícolas pelos trabalhadores sem-terra e no caso dos trabalhadores ambulantes com as forças policiais em função da proibição de tal atividade na maioria dos locais públicos escolhidos como pontos de comércio.

A seguir podem ser visualizadas nas **figuras 18/19/20/21** algumas manifestações durante a década de 1990 que representam a gama de conflitos, os tipos de movimentos e a forma de relacionamento ou tratamento dado pelo Poder Público.

Figuras 18,19, 20 e 21: Fotos de Manifestações, Conflitos e Mortes na Década de 90 - Brasil



Fonte: CD-ROM: Resoluções da Conclat e dos Congressos e Plenárias da CUT 1983-2003

Foi esse o clima que permeou toda a década de 1990, período em que o País integrava-se ao mercado global, período em que, segundo o ex-presidente Fernando Collor e reforçado pelo discurso do também ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil caminhava, finalmente, em direção ao primeiro mundo, a tão

almejada modernidade. Esse processo e suas conseqüências no mundo do trabalho é o que será visto a seguir.

2.5.1. Do Protecionismo Mercadológico à Concorrência Desleal: As Políticas Neoliberais e a Integração do Brasil ao Mercado Globalizado

A célebre frase do ex-presidente Fernando Collor no início de seu governo em 1990 de que *“os carros brasileiros pareciam carroças se comparados aos estrangeiros”* deu o tom do discurso que acompanharia o seu governo e do seu sucessor Fernando Henrique Cardoso, o FHC, discurso que usava e abusava da associação entre a aplicação das políticas neoliberais como pressuposto de alcançar-se à modernidade, representada na busca dos padrões econômicos e sociais dos países desenvolvidos. Além da palavra modernidade outros termos se tornaram comuns na política e na economia a partir de então, termos como flexibilização (das legislações trabalhistas e de mercado), desestatização que depois passou a ser mais comum ser designado como privatização, reforma (administrativa, política, social, etc) e choque de gestão, além, é claro, do termo competição, mais exatamente em uma das suas flexões que é competitivo.

O exemplo dos automóveis ilustrava bem o nível de desenvolvimento tecnológico e de capacidade concorrencial da indústria nacional frente à indústria estrangeira, afinal o setor escolhido é reconhecido historicamente como sendo o setor impulsionador das transformações das técnicas nos padrões organizacionais da produção, foi assim com o fordismo e está sendo também com o modelo flexível que predomina atualmente. Esta condição da indústria brasileira se configurava em função de o País ter se estruturado desde o início do processo de industrialização buscando o desenvolvimento de setores atendessem a política de substituição das importações e também, por isso mesmo, havia uma política de proteção à indústria nacional que a protegia da concorrência estrangeira, o que se denominou de “economia fechada”, uma prática comum não só no Brasil e sim em todo o mundo industrializado. As posturas da organização do modelo econômico levados a cabo pelos governos em tempos diversos é assim explicado por Averbug (BNDES, 2009 pp. 45/46)

O ritmo do processo de abertura adotado pelo Brasil na segunda metade deste século vem sendo ditado pela realidade econômica e política de cada momento. O país assumiu posturas ora protecionistas ora mais liberais, de maneira a administrar questões internas como déficits na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomáticas etc. Num primeiro período, entre 1957 e 1988, a estrutura tarifária no Brasil caracterizou-se pela vigência de dispersão, média e modal elevadas; pela incidência de redundância em toda a cadeia produtiva, decorrente da proliferação de regimes especiais de importações e de barreiras não-tarifárias; e por uma expressiva estabilidade das alíquotas. Esse período caracterizou-se pelo protecionismo atrelado à política de substituição de importações (principalmente na década de 70, devido à crise do petróleo).

Na esteira do discurso modernizante encontravam-se as reformas neoliberais colocadas pelos organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), dominados pelas potências centrais que, por meio desses, impunham os seus interesses como legítimos representantes das grandes corporações internacionais que, quase totalmente, possuem suas sedes nos países desenvolvidos. Averbug (BNDES p. 46) coloca que *“em 1990, foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação”*.

No campo econômico as ações se concentraram nos seguintes pontos:

- Abertura comercial: o País praticava mudanças vitais na política de importações de produtos industrializados dos tipos duráveis e não-duráveis, por meio da eliminação de barreiras alfandegárias (cotas e taxas de importação);
- Privatizações: o governo inicia e intensifica a venda de empresas estatais nos setores de telecomunicações, mineração, aviação (fabricação e transporte), financeiro (bancos) e, em alguns casos, de prestação de serviços como de eletricidade e de saneamento básico;
- Desregulamentação: o governo provoca mudanças na política de regulação e controle de preços dos produtos por ele controlados, criando agências reguladoras e fiscalizadoras em cada setor, particularmente nos setores em que houve privatizações;
- Capital estrangeiro: há mudanças significativas na permissão de atuação de empresas de capital estrangeiro em setores antes restritos apenas a

- empresas de capital nacional e/ou aumento da alíquota do capital estrangeiro na composição do capital total de empresas com atuação em alguns setores;
- Integração Comercial: desenvolvimento de ações no sentido de promover a integração do País na lógica do “Novo Regionalismo” que tem como base a integração aos blocos econômicos regionais, sendo eles o MERCOSUL e a ALCA;
 - Capital Financeiro/Estabilização financeira: a estabilização da moeda e o equilíbrio da balança comercial possuíam a mesma origem. No caso da estabilização da moeda havia a ancoragem ao Dólar com preço controlado pelo governo (isso ocorreu no início, posteriormente o câmbio passou a ser livre), a fixação dos preços, por sua vez, dependia da balança comercial, a qual o capital financeiro passou a ser predominante em função das altas taxas de juros e da desoneração das operações financeiras como as de aplicações nas Bolsas de valores.

Todas as medidas citadas objetivavam a abertura comercial do Brasil ao livre comércio, medidas que, a princípio foram adotadas de maneira açodada pelos governos de Collor de Mello e FHC, pois a desoneração das importações foi quase instantânea de maneira que o setor industrial brasileiro não conseguiu acompanhar na mesma velocidade o grau de concorrência dos produtos importados, caracterizando, fazendo com que, dessa forma, a integração brasileira ao livre comércio fosse caracterizada como sendo mais uma etapa da política imperialista das nações do Norte, de uma maneira mais sutil, porém mais danosa aos interesses da nação, tendo como elo mais frágil ainda a classe trabalhadora. Nesse mesmo sentido Cantor in BPG nº 82 (2005 pp. 127/128) assim se posiciona:

Una das principais armas econômicas de dominación mundial del capitalismo contemporáneo es el libre comercio, implantado em los últimos 20 años em más de 100 países em el mundo de diversas formas; mediante los Planes de Ajuste Estructural, a través de la deuda externa y del fomento de las economías primarias de exportación, com la firma de Tratado de Libre Comercio entre países imperialistas (encabezados por Estados Unidos) y algunos de sus súbditos del Sur). Se debe destacar como parte del libre comercio la imposición de planes de Ajuste Estructural com sus cláusulas de apertura de mercados, privatizaciones, desmantelamiento de los Estados, mercantilización de todos los servicios públicos, desregulación financiera y vía libre a las inversiones de las empresas multinacionales. Los Planes de Ajuste suponen, además, la desindustrialización de los países y la reprimarización de la economía.

Assim como na teoria darwinista de seleção natural, as empresas brasileiras se lograram na competição utilizando um mecanismo que dispunha com resultado mais imediato, porém passageiro, mecanismo esse que era o elo mais frágil do sistema de produção, a mão-de-obra que passou a ser alvo para um intenso rebaixamento, seja na remuneração direta dos salários ou no custo indireto da mão-de-obra como, por exemplo, da previdência social. Este embate entre capitalistas e trabalhadores ocorreria das mais variadas formas, artifícios e artimanhas, sempre, é claro, acompanhado do discurso de modernidade e de capacidade de concorrência. Sobre esse fato Delgado (2009 p. 13) afirma:

A ênfase que o custo do trabalho assumia para o empresariado diante da concorrência externa correspondia ao predomínio de uma reestruturação industrial fundamentalmente defensiva. Nesta, os aspectos salientes para o aumento da produtividade das empresas foram o rebaixamento de custos – através da dispensa de trabalhadores, induzida por mudanças organizacionais e gerenciais -, a ampliação da capacidade, por via da absorção seletiva de novos equipamentos, e as redefinições patrimoniais e empresariais, através de parcerias, fusões e transferências, para a busca de recursos tecnológicos e financeiros fora do alcance das empresas (Castro, 1997). Conforme Castro, entre as estratégias das empresas no processo de reestruturação, a "grande ausente" era o "aumento da capacidade inovativa das empresas", o que conferia "ímpeto curto" aos ganhos de produtividade, tendentes à desaceleração à medida em que fosse "amplamente difundido o uso de novos insumos e equipamentos" (Castro, 1997, 117).

Nesse sentido as entidades representativas empresariais avançaram sobre o governo a exigir reformas na legislação trabalhista amparados pelos grandes meios de comunicação em massa numa verdadeira “cruzada”, onde quem fosse contrário estava condenado a “queimar na fogueira do atraso”. A agenda de reformas do empresariado que afetaria diretamente o mundo do trabalho no Brasil, cuja base ideológica se assentava nas propostas neoliberais, consistia nas seguintes propostas:

- Jornada de Trabalho: flexibilização da jornada diária em mais de um período contínuo e a criação do “banco de horas” como alternativa às horas extras;
- Política meritocrática: instituição e ampliação da política de bônus por mérito e de produtividade;
- Contrato de trabalho: flexibilização dos contratos de trabalho em relação à suspensão temporária do mesmo;

- Previdência/aposentadoria: mudança no requisito a ser cumprido para ter direito a aposentadoria, troca-se o tempo de serviço pela implantação do tempo de serviço associado à idade mínima e extinguiram-se as aposentadorias especiais (exceção para docentes que lecionam no ensino básico).

Uma das maiores batalhas desse conjunto de propostas está a que envolve as mudanças no tempo de aposentadoria e a da mudança no sistema previdenciário, sendo que a última acabou por não se concretizar. Delgado (2009 pp. 09/10) esclarece de forma sucinta e eficaz esse evento.

*A agenda da contra-reforma da Previdência Social nos anos 90 foi defendida, em sua integralidade, pelo Instituto Liberal, associações empresariais e elites técnicas, dentro e fora do Estado. Entretanto, mesmo com a redução relativa do poder de classe dos trabalhadores assalariados nos anos 90, despertou resistências importantes. Destacam-se a CUT, associações ligadas à previdência e ao serviço público, elites técnicas vinculadas à seguridade e entidades de aposentados, atestando as proposições que salientam o papel das clientelas na contenção das políticas de retração (Pierson, 1994). A agenda da contra-reforma dispôs, além disto, de pequena receptividade no Congresso, não tendo sido sequer plenamente incorporada à proposta de emenda constitucional apresentada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Não obstante, em pelo menos um aspecto fundamental – dentre aqueles que podem afetar o caráter público da previdência social brasileira – o movimento de contra-reforma logrou sucesso, com a abolição do disposto no parágrafo 7º do artigo 201 da Carta de 1988, que previa a instalação, **pela previdência social**, "de seguro coletivo, de caráter complementar e facultativo, custeado por contribuições adicionais". A Emenda Número 20 elimina a referência a tal seguro complementar público, estabelecendo que "o regime de previdência privada, de caráter complementar, e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar" (Emenda Constitucional Número 20, artigo 202)[grifo nosso]*

Apesar das mudanças efetuadas nas legislações e da abertura comercial o mercado de trabalho continuava retraído com os índices de desemprego aumentando ano após ano, assim como os números concernentes às atividades informais. Isso ocorria por haver uma contradição na própria lógica do modelo adotado como exemplifica Averbug (BNDES, 47).

Em 1995, com o Plano Real já em vigor e as políticas de integração comercial do Mercosul em andamento, a condução da política de importações passou a se subordinar aos objetivos da estabilização de preços e proteção (mesmo que moderada) dos setores mais afetados pela recente abertura. Esses dois interesses passam a exercer pressões antagônicas, já que o primeiro demanda maior abertura da economia para as importações, enquanto o segundo baseia-se no oposto.

A opção do governo de FHC foi claramente o de estabilização da moeda, o que custou caro à classe trabalhadora com a continuidade do aumento do desemprego, fato que será tratado no próximo capítulo e na região que concentra o maior mercado de trabalho brasileiro, a RMSP, o impacto foi ainda maior, sendo um deles um reconfiguração espacial das plantas industriais e uma reorientação de sua função econômica a partir de uma reestruturação produtiva que se encontra em andamento em seu interior.

2.6. Uma Nova Territorialidade: O Desenvolvimento dos Meios Técnico-Científico-Informacionais e a Nova Função das Metrópoles

O desenvolvimento de tecnologias da informação aliada ao incremento da estrutura rodoviária através da ampliação das vias de circulação alargando-as ou abrindo outras, indica que existe uma nova fase na configuração e função da região metropolitana, uma fase onde a fronteira da região metropolitana é ampliada no que diz respeito à instalação de plantas industriais e das empresas de um modo geral e a circulação de pessoas e mercadorias. Para Sánchez (1988 p. 03), que a muito se dedica ao estudo da espacialização, ou territorialização, da indústria e das massas de trabalhadores também afirma que *“en la actualidad, esta posibilidad de generar incidencias sobre el espacio geográfico viene propiciada por la extensión, precisamente, de nuevas tecnologías, ya que ellas son las que potencian, en términos generales, unas nuevas formas de actuación social”*.

O desenvolvimento científico causou uma total transformação de técnicas usadas até então pela humanidade em todos os sentidos, nas atividades econômicas esse desenvolvimento causou um exorbitante aumento de *“la capacidad productiva del trabajo, incidiendo sobre la cantidad de trabajo humano directo necesario para la producción de una mercancía (productividad)”* (SÁNCHEZ 1988 p. 04). Nesse caso, portanto, o uso dessa tecnologia promove uma maior acumulação de capital por parte do capitalista em função da grande redução do trabalho socialmente necessário utilizado na produção, redução que é intensificada na medida em que a modernização avança.

Além desse fator no sistema produtivo no interior das empresas, o avanço das tecnologias principalmente áreas de transportes e comunicações têm possibilitado uma reorganização locacional das plantas industriais, tecnologias estas que potencializaram o setor de telecomunicação, setor importantíssimo e estratégico para qualquer tipo de empreendimento, pois cria as condições para que a informação circule quase instantaneamente e com baixo custo. Sobre o uso desse tipo de tecnologia Sánchez (1988 p. 05) expõem o seguinte:

En primer lugar puede situarse a la microelectrónica, siendo en cierta forma el ámbito que ha motivado la existencia de una nueva revolución tecnológica. Ella es la que ha posibilitado la incorporación de la electrónica a un sin fin de actividades, pero sobre todo el desarrollo de la informática, a través de un proceso de miniaturización, de potenciación y de creciente complejidad de los circuitos. Por tanto, no hay que pensar solamente en la microelectrónica como base de los 'chips', o microprocesadores, y de la informática, sino que hemos de pensar en la microelectrónica aplicada a numerosos campos, como puede ser la optoelectrónica, dentro de la cual el láser o la fibra óptica serán áreas de desarrollo importantes y de gran trascendencia, así como la base de las tecnologías de la información que llevan hacia la sociedad de la información.

A comunicação em sentido amplo, que inclui uma rede de vias de transportes como já mencionado anteriormente, é o fator chave que possibilita às empresas de modo geral, e as indústrias de diversos setores, a empreenderem a localização no espaço geográfico que melhor aprover, localização esta que será definida em função da possibilidade oferecida pelo lugar em proporcionar vantagens na disputa pelo mercado consumidor, como é observado por Sposito (2006 p. 03).

O desenvolvimento econômico e a dinâmica produtiva dependem da introdução e difusão das inovações e do conhecimento que impulsionam a transformação e a renovação do sistema produtivo, tendo em vista que a acumulação do capital traduz-se pela acumulação de tecnologias e do conhecimento científico. O fator tecnológico é imprescindível para a vitalidade da economia e a inovação tecnológica é responsável pelo rompimento e/ou aperfeiçoamento das técnicas e processos de produção que resultam em ganhos de competitividade.

Santos (1994 pp. 35/36) define o período atual do ponto de vista da técnica aplicado ao econômico da seguinte forma:

Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para a sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.

A dispersão espacial da indústria não ocorre sem obedecer a uma lógica que é a de buscar ganhos proporcionados pela economia de escala, que agora se apresenta não concentrado em um ou pouquíssimos pontos do espaço geográfico, mas sim em vários pontos ordenados em eixos de desenvolvimento, que, segundo Sposito (2007 p. 06) são “as vias de transporte de grande capacidade (...) são as autopistas, as ferrovias modernas (eletrificadas) e as infovias (cabos de fibra óptica, telefonia, rede mundial de computadores, etc.)” que existem como “corredores” pelos

quais se estende “*uma cadeia de núcleos urbanos, de diferentes tamanhos*”, continua Sposito, interligados à metrópole maior que se apresenta não mais como centro industrial apenas, mas sim com características e funções novas, e nesse caso em maior relevância, em “*locus privilegiado de inovação; (...) um ponto de grande intensidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, e um (...) nó significativo de redes, sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades*” (LENCIONI IN SILVA, 2006 p. 45).

Este fenômeno se manifesta no espaço na configuração de territórios especializados economicamente, os quais são denominados de pólos¹⁹, criando uma nova divisão territorial da produção que terá implicações diversas e, principalmente, no tipo, qualidade e quantidade de empregos, tanto nas áreas escolhidas como destino pelas indústrias como nas áreas de onde partiram (SÁNCHEZ, 1992 p. 07).

Como los procesos de producción y los de intercambio precisan de una componente espacial, el territorio también será sometido a una división funcional del trabajo, lo que permitirá manipular las escalas de actuación. También aquí podemos proyectar la doble componente de la división del trabajo, lo que dará lugar a una división técnica espacial del trabajo y una división espacial de la producción. En el primer caso, la división (técnica) espacial del trabajo posibilitará establecer especializaciones territoriales en base a cualificaciones diferenciadas de la fuerza de trabajo. Por su parte, con la división espacial de la producción prevalecerá una especialización funcional en base a la concentración espacial de sectores o ramas de producción.

No capítulo anterior o quadro esquemático das fases as quais são divididas as “longas ondas de desenvolvimento de Kondratieff”, demonstra haver um período no qual o as transformações econômicas geradas pela aplicação de novos padrões tecnológicos que provoca mudanças na organização do sistema de produção, leva a intensos conflitos políticos, institucionais, sociais e econômicos entre a massa de trabalhadores e os capitalistas, normalmente liderados pelas grandes corporações nacionais e, principalmente, internacionais. É a eterna luta inerente ao modo de produção capitalista entre o capital e o trabalho, que, dentro do espectro do modo de produção, se concretiza na busca da manutenção do emprego em condições que garantam uma vivência digna por parte dos trabalhadores.

¹⁹ Esta denominação é dada a áreas que podem se restringir ao território de uma ou mais cidades onde ocorre uma especialização na produção de um produto, reunindo toda ou quase toda a cadeia produtiva, portanto um ramo de atividade, em função da concentração de empresas do setor. Também são denominados tecnopólos territórios com as mesmas características, mas que reúne, neste caso, empresas e centros de pesquisas (laboratórios e instituições de ensino) que se dedicam à criação e desenvolvimento de novas tecnologias.

Os conflitos decorrentes das transformações em andamento se manifestam não só no campo institucional por meio da adoção de novas leis de mercado e de mediação entre o capital e o trabalho, mas também e, principalmente, no aumento do desemprego nas regiões metropolitanas, seja pela redução da necessidade de mão-de-obra pelas empresas com o incremento de novas tecnologias, seja pelas crises econômicas que levou e continua a levar um grande contingente desses desempregados a buscarem na “informalidade” (como colocam grande parte dos estudiosos) alternativas de sobrevivência, é o que ocorre com quase a totalidade dos trabalhadores ambulantes. Sobre isto Sánchez (1992 p. 09) faz a seguinte análise:

Todo proceso de innovación técnica, por lo menos tal como hasta ahora históricamente se ha producido, ha conllevado un periodo de tránsito de un modelo al siguiente, con problemas de readaptación que han llegado a incidir en las relaciones sociales, creando una serie de conflictos más o menos violentos que, a fin de cuentas, han llevado a un nuevo modelo social, en general a un nuevo modo de producción si entendemos los cambios técnicos con las suficiente profundidad como para que representasen un efectivo desarrollo de las fuerzas productivas. Esta misma situación se reproduce ahora bajo la nueva revolución científico-técnica. El debate sobre las consecuencias en el mercado de trabajo y sus efectos en el desempleo, los conflictos en el lugar de trabajo, la crisis del sector industrial clásico, el efecto sobre la sociedad, o los pactos entre empresarios, sindicatos y el Estado para ralentizar la introducción de nuevas tecnologías, todo ello son aspectos a estudiar y analizar sobre lo que el desarrollo de las fuerzas productivas representará para la sociedad actual, y los conflictos que se derivarán.

O desenvolvimento e implantação dessas tecnologias e a conseqüente reterritorialização locacional das plantas industriais tem início no Brasil em meados da década de 1970, intensifica-se nos anos de 1980 e atinge o auge na década de 1990. Mesmo estando em pleno andamento e com grande vitalidade, ele acaba por incrementar o processo de urbanização brasileiro com um novo elemento, que aumenta ainda mais a complexidade desse processo, pois o uso das novas tecnologias leva as regiões metropolitanas, que se caracterizaram por concentrar um grande parque industrial, a sofrer um processo de reestruturação produtiva de maneira que o setor secundário deixa de ser o principal setor econômico em detrimento do setor terciário que passa a ser predominante com a elevação das atividades de comércio e prestação de serviço como descreve Lencioni in Silva (2006 p. 49).

Muitas cidades brasileiras passaram a apresentar mais intensamente um desenvolvimento condizente com o metropolitano à medida que o processo de desconcentração territorial da indústria se aprofundou. Tal fato decorre das necessidades impostas pelo capital produtivo, que exige o desenvolvimento de determinadas funções para se viabilizar (...) sejam as funções de serviços avançados, seja o desenvolvimento de rede de infra-estrutura, quer material para o trânsito de pessoas e mercadorias, quer imaterial para o fluxo de informações, por exemplo.

A liderança da metrópole paulista que ocorreu graças à concentração da indústria em seu território é reafirmada no período atual por ela possuir um papel internamente e externamente diferenciado na nova dinâmica da economia mundial com a função de centro de tecnológico de informação e controle, elementos fundamentais no processo de produção. Neste aspecto, portanto, São Paulo também se mostra única no cenário brasileiro como é colocado por Santos (1994 p. 54):

Agora São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las de acordo com seus interesses. Esta nova qualidade do papel de comando da metrópole paulistana provoca (...) uma maior divisão territorial do trabalho, não só no Sudeste, mas em todo o Brasil. São Paulo destaca-se como metrópole onipresente no território brasileiro.

É importante ressaltar que embora diretamente o setor secundário apareça perdendo “espaço” na economia da metrópole, chegando a apregoarem haver um processo de desindustrialização, comparando o fenômeno que ocorre na RMSP com outros que já ocorreram em outros países, como o caso de Chicago nos EUA, a indústria continua sendo o “motor” propulsor da economia na metrópole paulista, como será explicado a seguir.

2.6.1. Uma Nova Territorialidade: Considerações Sobre a Reestruturação Produtiva da RMSP

As discussões e debates que se sucedem na produção acadêmica a respeito da função econômica a que a cidade de São Paulo e sua região metropolitana, passam a exercer atualmente ocorre nas mais diversas ciências, com destaque para a Sociologia, a Economia e a Geografia. Acca (2006 p. 02) coloca que “desde meados dos anos 1980, um crescente debate sobre o caráter industrial das

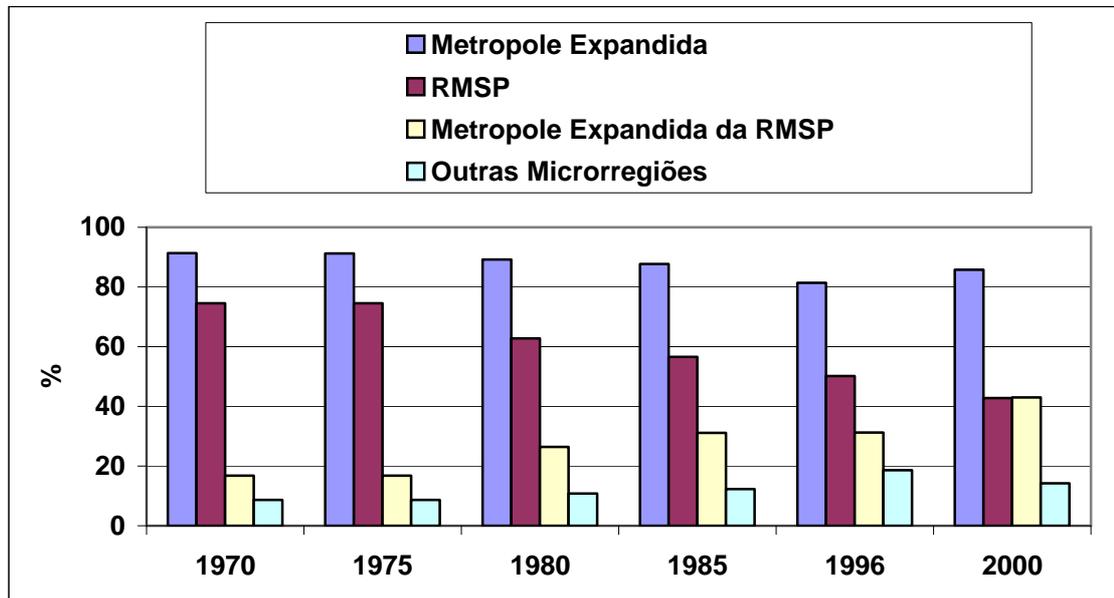
metrópoles, em geral, e da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, em particular, tem sido trazido a lume pela literatura nacional e internacional”. Dentre as ciências citadas a Geografia é a que se apresenta em melhor condição em executar uma análise com a abrangência devida, em função de seu arcabouço teórico e metodológico inserir a materialização das ações do homem, que se dão no espaço geográfico, ações acaba por configurar o espaço de maneira diferenciada, onde tanto os lugares quanto os territórios, adquirem feições e funções diversas, sendo este o norteador da pesquisa na ciência geográfica.

A conjuntura atual demonstra que estamos vivenciando processos complexos de reconfiguração e requalificação do espaço da região oriundo do processo de reestruturação produtiva pelo qual está passando a RMSP, possibilitado pelo desenvolvimento técnico-científico-informacional que propiciou às indústrias buscarem nas bordas da região, no interior do estado e até em outros estados do País um local estratégico para se instalarem objetivando um melhor desempenho na disputa no mercado consumidor. Sposito (2007 p 02) faz a seguinte afirmação sobre esse processo:

No estado de São Paulo, movimentos de desconcentração da atividade produtiva industrial vêm se acompanhando de centralização do capital na metrópole paulistana. Novos padrões de localização industrial denotam a formação de eixos de transporte e comunicações que são escolhidos pelas empresas, constituindo territórios que se diferenciam por sua densidade de investimentos e de implantação de estabelecimentos industriais com fortes componentes tecnológicos.

Os dados na **figura 22** demonstram a oscilação da produção industrial na RMSP vem decaindo desde 1970 em quase dois terços até o ano 2000, confirmando a tese de que a RMSP está passando realmente por um processo reestruturação do parque industrial onde a área correspondente a região da metrópole expandida assegura a sua condição de centro industrial associado aos serviços, assegurando-lhe um outro papel ou função econômica como coloca Bordo (2005 p. 05) que “*São Paulo é a metrópole brasileira que concentrou o maior número de atividades de gestão, controle e comando do território nacional, apresentando-se como o elo de integração do Brasil ao sistema econômico global.*

Figura 22: Gráfico com a Participação das Áreas Designadas do Estado de São Paulo no Valor de Transformação Industrial (VTI) das indústrias extrativas e de transformação



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (FIBGE). Disponível in Acca (2006 p. 23)

Lencioni In Carlos (2005 pp. 40/41) faz uma afirmação sobre a cidade de São Paulo que pode ser aplicado até certa medida na RMSP a essa nova função econômica a ser desempenhada:

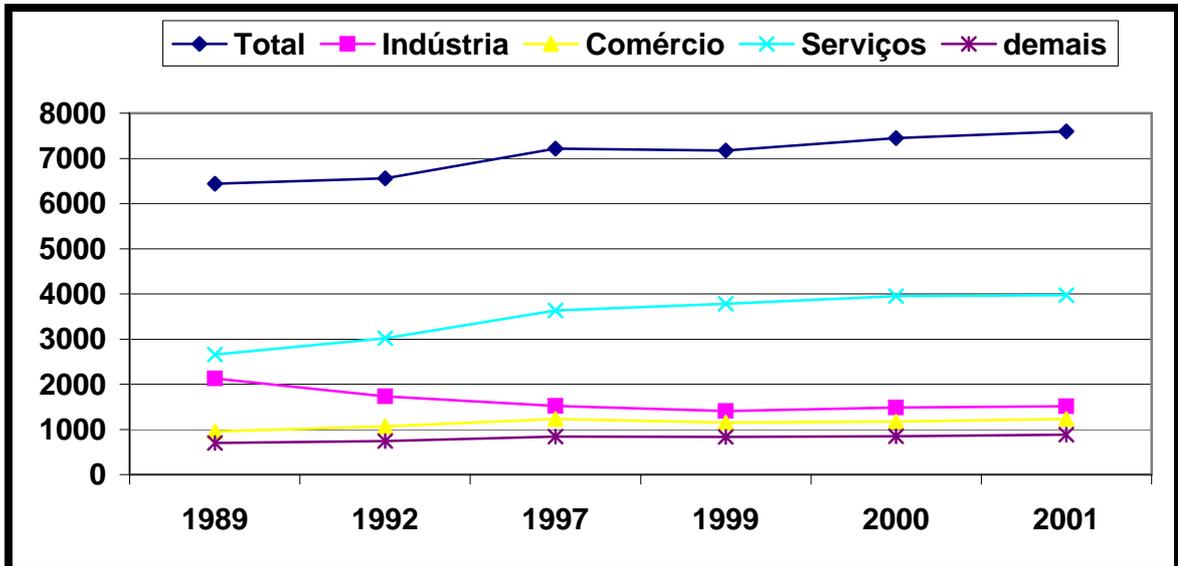
Na cidade de São Paulo o que vem ocorrendo é um processo de desindustrialização relativa que a faz desenvolver novas funções urbanas, notadamente as de serviços superiores, a faz se firmar, sobretudo, como um centro de negócios. Aí reside o coração e alma de São Paulo com seus múltiplos centros de serviços avançados, de informação, de gestão, de coordenação e de controle do capital que conformam territórios globalizados.

Quando a autora citada afirma que o que está ocorrendo é um processo de “desindustrialização relativa” está se afirmando que há um declínio da atividade industrial em comparação aos demais setores no conjunto da economia, acompanhado por um declínio da participação do emprego na indústria frente ao emprego total. Esta queda é ainda maior por está ocorrendo paralelamente uma mudança no modelo organizacional de produção e pelo incremento de novas tecnologias que desembocam no desemprego estrutural²⁰ nesse setor. Isto pode ser

²⁰ É considerado estrutural o desemprego causado por transformações “naturais”, inerentes ao próprio sistema de organização produtivo, como, por exemplo, o uso de maquinaria com tecnologia cada vez mais desenvolvida diminuindo o número de trabalhadores necessários na produção.

verificado na **figura 23** a seguir, que compreende o período de maior impacto desses dois fatores na reestruturação espacial e produtiva.

Figura 23: Estimativa dos Ocupados Segundo Setor de Atividade Econômica na RMSP de 1989 a 2001 (Por 1000)



Fonte: Convênio Dieese/Seade. PED – (Pesquisa de Emprego e Desemprego). Elaborado com base em tabela disponível in Hoffmann e Mendonça (2003 pp. 03/05)

Este processo de reestruturação produtiva marcado por uma relativa desindustrialização da parte central da RMSP tem proporcionado o surgimento de fluxos migratórios para os municípios da borda da região e para o interior do estado, principalmente para as cidades da metrópole expandida, que associado à migração de retorno e demais fatores demográficos, têm culminado em índices cada vez menores de crescimento populacional da capital e dos municípios próximos a ela.

2.6.2. A Metrópole Industrial de Serviço

Nas leituras realizadas para formulação desta dissertação chamou a atenção o texto de Rogério dos Santos Acca intitulado “A dinâmica produtiva recente da metrópole paulista: das perspectivas pós-industriais à consolidação do espaço industrial de serviços”. Nele o autor faz uma discussão a respeito da função econômica da metrópole paulistana, contestando os estudos que afirmam que “o espaço da metrópole paulista não seria mais o espaço da indústria, uma vez que as

(novas) economias de aglomeração do interior paulista e de outras regiões brasileiras dela retirariam sua centralidade em termos da dinâmica da indústria nacional” (2006 p. 02), portanto a região perdera, ou estaria, perdendo o caráter industrial, passando a ser uma metrópole pós-industrial. Sua teoria se assenta em caracterizar a cidade de São Paulo e sua respectiva região metropolitana como um espaço industrial de serviços como afirma a seguir (ACCA, 2006 p. 03).

Com efeito, a constatação empírica de que a indústria se constitui no motor do desenvolvimento territorial no Estado de São Paulo não anula o fato de que o setor de serviços avançados e o setor financeiro encontram na metrópole espaços privilegiados de localização, visto que na RMSP estão instaladas as sedes das principais multinacionais implantadas no Brasil e dos mais importantes bancos nacionais e estrangeiros. Dessa forma, sob meu enfoque de análise, os recentes movimentos de liberalização dos mercados financeiros internacionais e de desregulamentação do setor financeiro nacional apenas reforçam o papel da metrópole paulista como ponto de ancoragem dos capitais estrangeiros que atracam no Brasil. Diante disso, as configurações produtivas da RMSP baseiam-se em um tipo de arranjo híbrido no espaço socioeconômico metropolitano, já que a consolidação do setor de serviços avançados e dos circuitos de acumulação do capital financeiro não é capaz de promover uma sucessão setorial na metrópole, com a qual o segmento manufatureiro entraria em inevitável declínio como motor do desenvolvimento territorial.

Quando o autor usa a expressão “híbrido” ele se refere a uma condição criada pela nova organização do sistema de produção que promoveu um re-arranjo da organização administrativa e operacional nas indústrias de modo à “enxugar” sua estrutura, excluindo de uma série de atividades que passaram a ser terceirizada. O híbrido se refere, portanto, ao fato de ter-se as atividades que aparecem pertencente ao setor terciário da economia ligada diretamente à indústria, ou seja, houve apenas uma separação do “chão da fábrica” de muitas atividades inerentes à própria indústria e não o aumento ou surgimento significativo de atividades do setor terciário clássico como é exposto a seguir (ACCA, 2006 p. 06).

O crescimento do setor de serviços, desse modo, é indissociável da dinâmica industrial, reforçando a construção de um caráter socioeconômico híbrido na metrópole paulista, uma vez que os serviços se desenvolvem em um movimento estritamente dependente das relações de produção plasmadas no interior da indústria. Posto de outra forma, o avanço do terciário ocorre, em boa medida, como resultado de processos de reordenação produtiva na indústria, não trilhando um caminho paralelo ou contrário aos mecanismos da produção manufatureira. É importante enfatizar, assim, que os processos de reorganização das relações de produção no núcleo-base da economia paulista – entre os quais a consolidação de um setor terciário moderno metropolitano – estão fortemente relacionados às intensas transformações experimentadas pelo setor industrial nos anos 1990.

No mesmo sentido Araújo (2009 p. 21) se posiciona em relação ao novo papel da metrópole paulistana.

Na verdade, a reestruturação produtiva em curso no país, acelerada a partir dos anos 90, longe de esvaziar a Região Metropolitana como centro industrial, agregou-lhe o papel de principal centro financeiro e de grande prestador de serviços produtivos. Ou seja, além de manter níveis de concentração industrial semelhante aos de 1985, a RMSP se converteu nesse final de século no locus das sedes de grandes empresas industriais, financeiras e prestadoras de serviço do país exatamente porque é seu pólo industrial. Pode-se afirmar, portanto, que a RMSP, na última década passou não por um processo de “desconcentração”, mas sim de reestruturação industrial. Se algumas plantas (ou par te delas) foram transferidas da região, outras ali se instalaram, principalmente empresas inovadoras intensivas em ciência e tecnologia e as sedes dos conglomerados financeiros. De fato, o que (desconcentrou e) reduziu na RMSP nesse período foi o emprego, especialmente o industrial, que demanda baixo nível de qualificação.

A mesma autora (IBDEM, 2009 p. 27) também coloca o papel que a metrópole, aí nesse caso tendo o seu centro que é a cidade de São Paulo, como protagonista principal no exercício desse novo papel, ou seja, dessa nova função econômica, ao mesmo tempo em que lança um desafio que não só pode como deve ser remetido para a questão das oportunidades trabalho para seus concidadãos.

A RMSP adquire – pelo alto grau de concentração das atividades relacionadas à gestão e ao comando empresarial, financeiro e produtivo-tecnológico – condições para difundir, para o restante dos centros urbanos e metrópoles nacionais, os novos paradigmas produtivos e as decisões econômicas, financeiras e empresariais engendradas a partir dela. Além disso, adquire condições para articular interesses internos e externos no sentido de galgar posições superiores em seu desenvolvimento econômico e social. Como decorrência dessas transformações, impõe-se uma nova agenda para a gestão pública e para o planejamento regional, tendo em vista o complexo desafio imposto a RMSP: ter que ser, a um só tempo, competitiva e integradora.

CAPÍTULO III

CONSEQUÊNCIAS DOS PRESSUPOSTOS NO MUNDO DO TRABALHO

*A lua, por exemplo, ainda está
Sobre as construções novas, à noite.
Entre as coisas de cobre
Ela é a mais inútil.
As mães já contam histórias de animais
Que puxam carros, chamados cavalos.
É verdade que nas conversas dos
continentes
Eles não mais aparecem com seus
nomes:
Nas novas grandes antenas
Nada mais é sabido
Dos velhos tempos.*

(Bertold Brecht - Dos restos dos velhos

3. CONSEQUÊNCIAS DOS PRESSUPOSTOS NO MUNDO DO TRABALHO

3.1. Considerações Iniciais

Após uma exposição e análise dos fatores elencados nesta pesquisa como sendo pressupostos existentes para a conformação da enorme crise no mercado de trabalho brasileiro, em particular e com maior ênfase na RMSP por ser uma parcela do seu território o *lócus* escolhido para exemplificar uma de suas conseqüências que é o aumento do comércio informal praticado pelos trabalhadores ambulantes que, por sua vez, é decorrente do aumento do desemprego que se configurou desde meados da década de 80.

Este capítulo, portanto, será dedicado a expor de maneira mais pormenorizada exatamente as conseqüências das transformações pelo qual passou e passa o mercado de trabalho, conseqüências e transformações que obedecem a uma lógica econômica e que se concretizam nas formas de organização dos espaços nacional, regional, estadual e metropolitano, descritos genericamente até então, e também no aperfeiçoamento cada vez maior por parte das empresas no sistema de organização administrativo, da produção e locacional, com o incremento cada vez maior da tecnologia que diminui em ritmo constante a necessidade de mão-de-obra e que promovem o enorme aumento das atividades informais principalmente nos períodos de crise econômica.

Este capítulo também se tornou muito importante para a pesquisa não só pelo fato de concluir toda análise sobre os fatores que foram considerados como causadores do aumento das atividades informais e do comércio ambulante, como também pelo fato de neste exato momento o mundo estar se deparando com a primeira crise da era da globalização. Segundo alguns cientistas dos mais diversos campos do conhecimento e analistas econômicos da grande imprensa, “trata-se da maior crise da história no mundo capitalista”, não se configurando como uma “marolinha” e sim um “Tsunami” que se origina e destrutura o centro econômico mundial que é os EUA e fazendo surgir ações até então inimagináveis como a iniciativa de estatização de bancos e empresas neste país, em contrapartida ao

“socorro financeiro” empreendido pelo Estado americano aos mesmos responsáveis pela crise.

A emergência dos acontecimentos faz com que a ordem estabelecida neste capítulo não seja observada nestas considerações iniciais, pois os fatos se sucedem com uma enorme velocidade, embora indícios fortes da crise já sejam dados a cerca de dois a três anos. O assunto se torna crucial para esta pesquisa em função do nível de desemprego, a conseqüência maior dessa crise, ter aumentado de forma galopante em todo o mundo e também no Brasil. Para se ter uma idéia da velocidade dos fatos, das constantes mudanças de conjuntura e da dimensão da crise no mercado de trabalho, encontra-se a seguir as manchetes e pequenos trechos de reportagens em momentos diferentes, porém num curto espaço de tempo.

UOL Economia em 25/09/2008 - DESEMPREGO CAI PARA 7,6%, SEGUNDO MENOR TAXA DA SÉRIE: O desemprego caiu mais que o esperado em agosto e foi o segundo menor da série histórica do IBGE, iniciada em 2002. a taxa ficou em 7,6% em agosto, inferior aos 8,1% registrados em julho e aos 9,5% de agosto do ano passado (...) em números absolutos, a população ocupada já abrange 21,8 milhões de trabalhadores, número 0,7% maior que o verificado em julho e 3,7% superior ao de agosto do ano passado. Entre eles, 9,6 milhões têm carteira assinada no setor privado, alta de 5,8% sobre um ano atrás.

Folha de São Paulo (artigos selecionados do The New York Times) em 23/02/2009 – TRABALHADORES INQUIETOS, EMPREGOS SOMEM E CRESCE A INSEGURANÇA: Dos advogados de Paris aos operários da China e ao guarda-costas da Colômbia, as fileiras de desempregados incham rapidamente mundo afora. A perda global de postos de trabalho pode atingir assustadores 50 milhões até o final de 2009, segundo a Organização Mundial do Trabalho. A crise já ceifou 3,6 milhões de empregos norte-americanos.

Embora a primeira citação se refira ao Brasil e a segunda a outras partes do mundo, é de se saber que o desemprego ilustrado como exemplo em outros países também ocorre aqui com intensidade semelhante, por tratar-se de um país totalmente integrado e dependente do capital externo, principalmente o financeiro e que, como sempre, apresenta desdobramentos ruins para a classe trabalhadora.

3.2. Aumento do desemprego e do “trabalho autônomo” dos ambulantes a partir da década de 1980: uma análise crítica por meio de dados estatísticos.

O movimento de migração com destino a RMSP, que na verdade constituía na mobilização da força de trabalho cumpriu o papel que este fenômeno tem no processo de acumulação do capital, ou seja, o de constituir o exército de reserva de mão-de-obra num dado momento histórico. Naquele instante, portanto, a população migrante surgia como solução e algo positivo na lógica do sistema capitalista, apesar de já apresentar alguns problemas para a “ordem social” como a mendicância, a favelização, aumento da criminalidade, dos congestionamentos, etc.

O mesmo não pode ser dito em relação aos anos de 1980 e 1990, ao contrário, desde o final da década de 1970 a indústria brasileira já apresentava sinais de esgotamento do modelo de organização produtivo que, apesar de o País está direcionado numa política macroeconômica denominada de “fechada”²¹, passou a sofrer as conseqüências, de forma retardada, da crise econômica mundial que teve como marco principal a “crise do petróleo” nos anos de 1970, a conjuntura econômica caracterizada pela “estagnação”²² nos anos de 1980 e pela reestruturação produtiva nos anos de 1990. Como afirma Araújo (2009 p. 21).

No Brasil, o surgimento e o florescimento dos setores de produção flexível e a internacionalização maciça decorrente do capitalismo moderno produziram impactos na reestruturação tecnológica da RMSP que foram sentidos, com maior intensidade, somente na década de 90.

Sobre as a conjuntura deste período e as dificuldades enfrentadas pelo Estado Cunha e Dedecca (2001 p. 12) discorrem o seguinte:

Se, por um lado, a migração induziu um crescimento elevado da população metropolitana, é inquestionável que, por outro lado, ela garantiu força de trabalho para o processo de expansão

²¹ Entende-se por economia fechada as posturas de alguns países que adotam uma política econômica de controle de entrada de capital, produtivos e financeiros, e, principalmente, de mercadorias oriundas do exterior.

²² Foi à denominação dada pelos economistas a situação conjuntural da economia, observada nos anos de 1980 nos países subdesenvolvidos, onde havia as condições de estagnação da produção pela redução do consumo e, ao mesmo tempo, um quadro de inflação. Este quadro surge como uma novidade nas teorias econômicas até então.

(do capital). A preocupação com esse movimento aparece, na segunda metade dos anos 70, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o crescimento acelerado da população e a recorrência dos baixos salários passava a exigir investimentos elevados em infra-estrutura social, tornando altamente complexas as políticas de transporte, habitação, saneamento, educação, saúde e outras. Em segundo lugar, porque a perda de vigor da economia não era acompanhada por um ajuste proporcional e imediato do fluxo migratório e mesmo do crescimento da População em Idade Ativa (PIA), fato que agravava os problemas de emprego inerentes a uma situação de desempenho econômico lento. Essas dificuldades se ampliaram nos anos 80, quando a metrópole conhece anos de recessão violenta seguidos de outros marcados por uma recuperação instável de sua economia. Assim, o nível de emprego industrial ao final da década era semelhante ao do início do período, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) havia crescido a uma taxa média de 4,0 por cento a.a. (Pacheco & Dedecca, 1992).

Essa enorme crise social patrocinada pelas consecutivas crises econômicas nos anos 80 e que culminou com um galopante aumento nos níveis de desemprego tem nas áreas urbanas, sendo mais escandalosamente nas grandes metrópoles como São Paulo e sua região metropolitana, seu palco principal, um espaço impar, pois ao concentrar empresas e gente conseqüentemente concentra-se a mazela oriunda dessas crises econômicas de maneira mais visível. Sobre a cena que retrata o momento atual Santos (2006 p. 132) assim declara:

A sociedade urbana pode escapar aos intérpretes, nas faculdades; ou aos seus vigias, nas delegacias de polícia. Mas não aos atores vivos do drama, sobretudo quando, para prosseguir vivendo, são obrigados a lutar todos os dias. Haverá quem descreva o quadro material dessa batalha como se fosse um teatro, quando, por exemplo, se fala em estratégia de sobrevivência, mas na realidade esse palco, junto com seus atores, constitui a própria vida concreta da maioria das populações. A cidade, pronta a enfrentar seu tempo a partir do seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara do seu tempo e do seu espaço e de acordo ou em oposição aos "donos do tempo", que são também os donos do espaço.

Quando é colocado que “a cidade cria e recria uma cultura”, é possível associar isso ao fato de o desemprego elevado ter levado um enorme contingente de trabalhadores a atuarem como trabalhadores ambulantes exatamente como uma manifestação da conformação econômica que passou a se configurar a partir daquele momento.

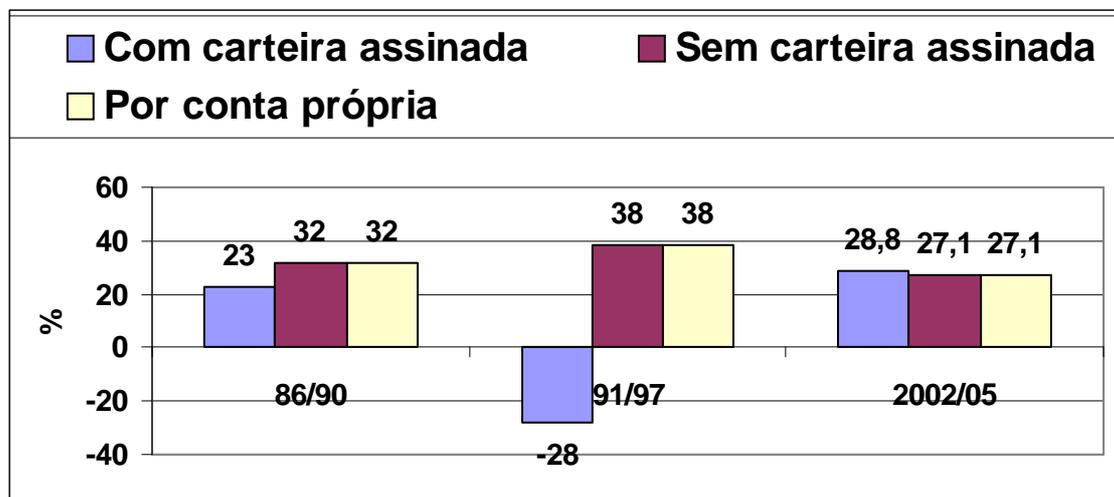
Como já informado anteriormente, o período que foi delimitado para analisar o fenômeno escolhido nesta pesquisa, o aumento da atividade do trabalho autônomo no comércio ambulante “informal” exemplificando-se por meio do trabalho dos ambulantes nos trens da CPTM e conseqüentemente dos conflitos decorrentes de tais atividades, será a partir da década de 1980 por ser a partir desse momento que convergem os vários fatores levantados por essa pesquisa (urbanização acelerada,

mudança do padrão de organização do processo de produção fabril, abertura do mercado nacional sem critérios com a integração no processo de globalização, mudanças locacionais das plantas industriais com as mesmas migrando para o interior ou outras regiões do país, desemprego, entre outros). Fatores esses que atingiram em cheio o mundo do trabalho nas mais diversas dimensões como resumidamente é colocado por Pamplona (2001 p. 195).

O mercado de trabalho no Brasil reflete nos anos 90 tanto o esgotamento de um modelo de desenvolvimento industrial, e das opções de política econômica daí decorrentes, enquanto um conjunto de transformações internas de natureza estrutural provenientes de tendências presentes no cenário internacional. Nesse contexto, o mercado de trabalho urbano no Brasil passa a apresentar a maioria dos sintomas presentes no mercado de trabalho dos países industrialmente avançados, agravados por problemas brasileiros tradicionais, como o subemprego herdado do passado. Assim, podemos constatar na década de 90 os seguintes fenômenos: crescimento de desemprego aberto; aumento do desemprego de longa duração; crescimento do desemprego oculto; aumento da proporção de desempregados chefes de família; queda do desemprego industrial; crescimento do emprego no setor de serviços, com muitas ocupações em atividades de baixa produtividade; aumento da proporção de ocupados em pequenas empresas; aumento da participação dos trabalhadores ocupados sem carteira assinada; aumento do trabalho por conta própria; mudança na atuação do movimento sindical. É um quadro que pode ser resumido em aumento do desemprego e precarização do trabalho.

A **figura 24** demonstra por meio dos percentuais o aumento da informalidade nas relações de trabalho tendo em vista os percentuais relativos aos trabalhadores sem carteira assinada, bem como o aumento ainda maior dos trabalhadores que passaram a exercer atividades por conta própria, em sua maior parte voltadas para o comércio, dentre os quais o comércio ambulante.

Figura 24: Gráfico das Formas de Vínculos no Mercado de Trabalho Brasileiro



Fontes: IBGE para os dados de 1986 a 1997. www.tem.gov/observatorio/Prod13_2007. (Acesso em 28/07/09) para os dados referentes a 2002/05

O cenário colocado na citação de Pamplona tem início já em meados da década de 80 culminando no fato de a modalidade de comércio ambulante tornar-se uma prática não só comum como também muitíssimo numerosa, passando a fazer parte da paisagem dos grandes centros urbanos em todo tipo de espaço público que tivesse como característica principal ser local de concentração ou de passagem de um grande contingente de pessoas.

3.2.1 Causas do Aumento do desemprego e do “trabalho autônomo” dos ambulantes na RMSP

Araújo (2009 p. 21) ao se reportar às transformações e crise pelo qual passou o Brasil, com certeza se referindo a década de 80, faz a seguinte colocação sobre seus impactos na RMSP:

A RMSP, centro da produção industrial e também centro político de organização dos diversos atores sociais –trabalhadores, empresários, intelectuais e políticos –, sofreu de forma mais aguda os efeitos da crise – de financiamento do setor público e da produção industrial –, com graves conseqüências ao seu desenvolvimento futuro. Contudo, durante esses anos, gestaram-se profundas transformações estruturais no aparato produtivo e no mercado de trabalho que se realizaram na década de 90.

A cidade de São Paulo assim como as cidades adjacentes que compreendem a RMSP também passaram a refletir esta realidade econômica e social por qual atravessava o Brasil no momento, ou seja, os espaços públicos como ruas, lagos, praças, pontos e terminais de ônibus, estações e interior dos trens, entre outros locais foram sendo ocupados por um número cada vez maior de ambulantes em conseqüência de um desemprego galopante provocado naquele momento pela crise econômica que se acentuava no momento, como é observado por Singer (2003 p. 34):

As mudanças ocorridas principalmente nos anos 80, de crise inflacionária, e as dos anos 90, em que aquela crise somou-se a abertura do mercado brasileiro às importações e a globalização financeira (...) afetaram São Paulo de modo particular, porque esta metrópole, ao contrário das demais, ainda constitui um grande centro industrial.

Portanto, essa grande crise do emprego no período que se estende de meados da década de 1980 até princípios de 2000, e que neste momento, ano de 2009,

ressurge como um fantasma a assombrar o presente e o futuro²³, pode ser explicado por três fatores que se manifestaram predominantes na sua eclosão e posterior agravamento, o que causou enorme aumento das atividades do comércio ambulante nas grandes áreas urbanas, em particular a RMSP, que acaba sofrendo o impacto maior em função de ser o maior centro industrial do País. Segundo Oliveira (2006 p. 30) também coloca os mesmos três fatores para compreender a dinâmica da economia atual.

A análise das principais características da economia brasileira privilegiará três aspectos: a) a reestruturação produtiva como reflexo das mudanças na política macroeconômica; b) os efeitos da ascensão do pensamento liberal sobre a divisão territorial do trabalho no Brasil e, em especial, sobre a gestão urbana; e c) os contornos do mercado de trabalho diante desse conjunto.

Os fatores colocados por esta pesquisa são: a crise do modelo de organização produtivo, o Fordismo/Taylorismo, e sua substituição pelo denominado modelo flexível já em meados da década de 1970 nos países desenvolvidos e aqui no Brasil na década de 1990, diminuindo significativamente a necessidade de mão-de-obra em todos os ramos de atividade com maior ênfase no setor industrial; o desenvolvimento do meio-técnico-científico-informacional que possibilitou uma nova territorialização das plantas industriais, provocando na RMSP uma reestruturação produtiva com uma descentralização destas para além das fronteiras metropolitanas e regionais; por ultimo, e não menos importante, o que é denominado nesta pesquisa como “modelo político-econômico” que na verdade corresponde ao ideário neoliberal seguido pela elite governante e dominante do País durante o processo de inserção no processo de globalização, portanto trata-se das ações políticas que se concretizam em ações governamentais nas esferas econômicas (investimentos em infra-estrutura, privatização, abertura de mercado, etc.) e institucionais (modificações nas leis trabalhistas, desregulamentação do mercado, etc.) e que acabam por promover os dois primeiros fatores elencados.

²³ Por se tratar da primeira crise do período da globalização, os teóricos, principalmente os economistas, dão como incertos os resultados a serem obtidos se usarem “remédios” já aplicados em crises passadas, assim como também a quantidade de tempo em que a mesma perdurará.

3.2.2. Conseqüências da Reestruturação Produtiva

É importante ressaltar que durante o mesmo período em que se atravessava a crise econômica (e até em função desta) o setor industrial, muito concentrado na RMSP, passava por grandes transformações no modelo de organização da produção e também imprimia uma nova dinâmica locacional, fatos esses já apresentados e analisados nesta pesquisa.

O desenvolvimento das tecnologias da informação (meio informacional), mencionado no parágrafo anterior, aliado também ao desenvolvimento dos meios de transportes possibilitou e provocou no interior da RMSP uma reestruturação produtiva marcada pela diminuição no conjunto das atividades econômicas concernentes ao setor secundário, sendo que, por outro lado houve aumento das atividades terciárias como já demonstrado e comprovado com dados.

Estas transformações que se concentraram no País entre meados dos anos 80 e toda a década de 90 teve reflexo direto no mercado de trabalho da região. Essas transformações se concretizaram numa mudança do perfil do mercado de trabalho onde de forma que o setor secundário (de transformação) passa a perder vertiginosamente espaço no número de trabalhadores empregados em detrimento do setor terciário, principalmente as atividades de comércio e serviços que crescem de maneira grandiosa e rápida. Araújo (2009 p. 22) expõem de forma objetiva essas transformações no mercado de trabalho:

A natureza excludente das transformações em curso sinalizam para a tendência, em formação, de uma estrutura ocupacional polarizada, caracterizada pelas altas taxas de crescimento, em termos relativos, das ocupações em serviços auxiliares e produtivos, que contêm parcela significativa das ocupações que exigem ensino médio e superior, e, em termos absolutos, dos postos de trabalho em prestação de serviços pessoais, com baixas qualificação e remuneração.

Dando continuidade ao uso da linguagem visual e artística como instrumento de comunicação, a **figura 25** que, de forma excelente, representa não só as opções de trabalho disponível à grande massa de imigrantes que “sonharam” com a possibilidade de ascensão social por meio de um “bom emprego” na grande cidade, como também a disputa no mercado de trabalho por uma vaga, mesmo em profissões mal remuneradas. Em muitos casos da lista de profissões listadas na ilustração, os trabalhadores são admitidos por cooperativas de trabalhadores, muitas delas criadas como forma de burlar as leis trabalhistas, ou mesmo as empresas

especializadas em prestação de serviços de segurança, limpeza e portaria de prédios e condomínios, que contratam profissionais sem observar todos os direitos previstos no Código de Leis do Trabalho (CLT), remuneram com baixos salários e comumente decretam falência para sonegar o pagamento dos direitos trabalhistas e de rescisão de contrato de trabalho.

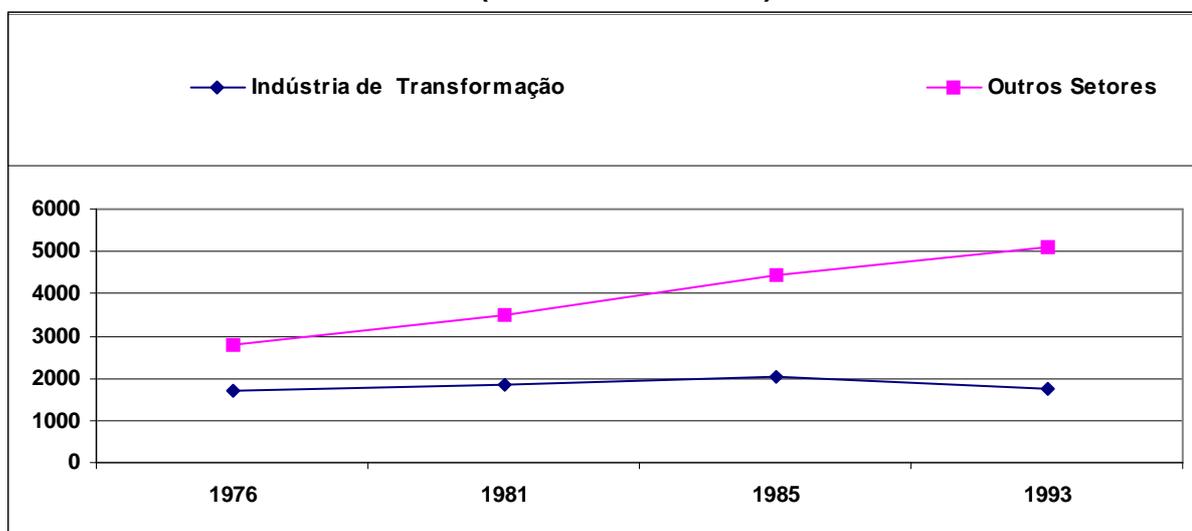
Figura 25: Charge “Opção de Trabalho”



Fonte: Martins e Vanalli (1996 p. 64)

Os dados da **figura 26** podem conduzir a uma representação desta realidade de mudanças no mercado de trabalho na RMSP.

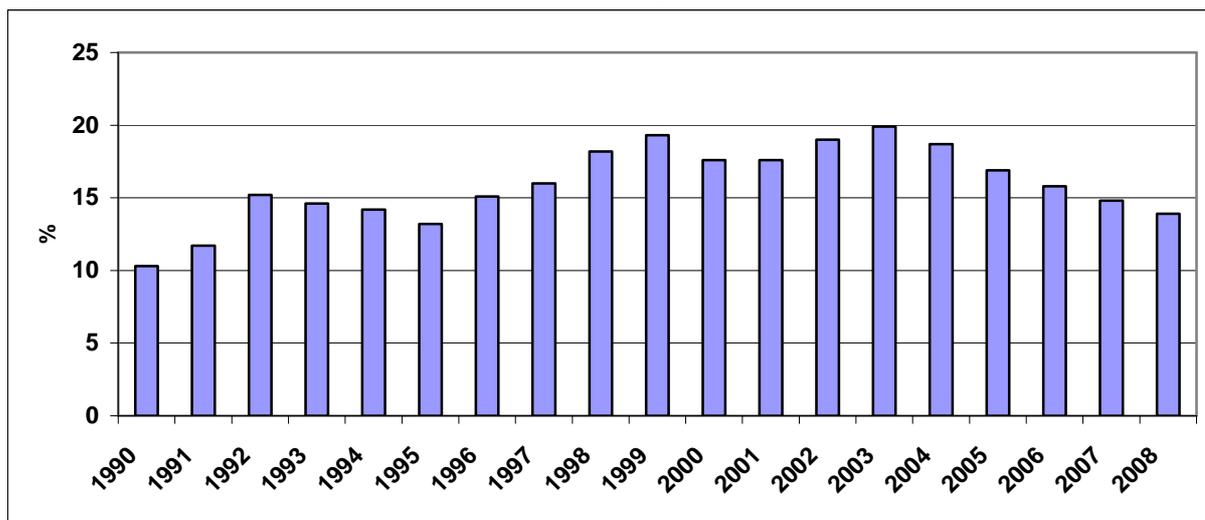
Figura 26: Gráfico dos Trabalhadores Ocupados Segundo Setores da Economia na RMSP (em 1.000 Pessoas)



Fontes: IBGE. PNAD 1976,1981,1985 e 1993. in Singer (2003 p. 38)
Campolina e Diniz (2007 p 08)

O período onde as transformações, tanto do ponto de vista da modernização das plantas industriais como também da reorganização territorial das mesmas, coincide com a mais crítica situação do mercado de trabalho, que é sentida em todo o País, mas com maior intensidade na RMSP, uma crise no qual o desemprego chega a patamares nunca antes alcançados, como pode ser verificado na **figura 27**.

Figura 27: Gráfico das Taxas de Desemprego RMSP



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE. Pesquisa de emprego e desemprego

Pamplona (2001 p. 240) faz de forma sintética seguinte análise dos efeitos de todo o processo de crise econômica, globalização e reestruturação produtiva na RMSP.

No caso da RMSP, parece-nos que não se deve necessariamente confundir “crise do emprego industrial” com “crise na indústria”. A indústria metropolitana está perdendo sua capacidade de generalizar boas oportunidades de emprego, mas não está perdendo sua importância econômica. A reestruturação produtiva da indústria da RMSP não deve ser confundida com o seu desaparecimento. Quanto ao mercado de trabalho da RMSP, talvez esteja mais sofrendo um processo de “precarização polarizante”, na qual uma queda majoritária da qualidade do emprego, decorrente entre outras de alteração do emprego industrial, penalize certos segmentos muito mais que outros, não impedindo que alguns segmentos minoritários sejam diferenciados. Esta “precarização polarizante” também não pode ser vista como simples resultado da globalização econômica, mas de uma combinação de reestruturação produtiva, exposição drástica da indústria à competição externa e baixo crescimento econômico.

3.3. Do Taylorismo/Fordismo ao Modelo Flexível: a Substituição do Sistema de Organização da Produção Para Enfrentar a Concorrência

O fim da Segunda Guerra Mundial inaugura um período de prosperidade nunca visto no mundo capitalista, de tão próspero tanto no campo social quanto no econômico esse período é denominado por economistas de “anos dourados”. O desenvolvimento econômico nas nações industrializadas ou em processo de industrialização possuía dois fatores que promoviam as condições de um desenvolvimento nas duas esferas, a econômica e a social. O primeiro fator era macroeconômico e consistia na implantação de políticas de Estado oriundas da teoria de Keynes, é o que ficou conhecido como Estado Keynesiano ou Keynesianismo cujo resumo sobre o mesmo consta no capítulo I, com objetivo tácito de promover uma situação de equilíbrio entre produção e consumo (sustentação da demanda efetiva) e o capital e trabalho, situação essa que “*só é conseguida por meio de ações diretas do Estado na formulação de políticas econômicas como o controle dos juros, os investimentos públicos, o fomento das atividades através de empréstimos, entre outras*” (OS PENSADORES – KEYNES, 1978 p. XII). O segundo fator era o Taylorismo/Fordismo e que consistia numa forma, ou como alguns colocam, num modelo, sistema ou paradigma tecnoeconômico de produção com as conforme descrição de Pamplona (2001 pp. 33/34):

Este paradigma taylorista-fordista, ou simplesmente chamado de fordismo, baseava-se na produção fabril em série e de grande escala. Frederic Taylor em seus “Princípios de Administração” recomendava que as tarefas a serem executadas fossem divididas em operações simples, rotineiras e minuciosamente prescritas pela gerência. As funções de administração (intelectuais) eram rigidamente separadas das funções de produção (manuais). O emprego extensivo de mão-de-obra não qualificada era assim permitido e estimulado. Pouco depois, Henry Ford introduzia a linha de montagem no processo de produção, possibilitando a produção em massa de produtos padronizados com produtividade crescente, que permitiu queda nos preços dos bens, elevação dos salários reais e intensificação do consumo.

Gorender (1997 p. 02) afirma que “*As inovações de Ford visaram ao mesmo objetivo da chamada organização científica do trabalho sistematizada por Frederick Taylor, ou seja, a eliminação dos tempos mortos no processo de trabalho a fim de alcançar grande volume de produção a custos baixos*”. Dando continuidade, o autor citado também descreve o processo de produção fordista da seguinte maneira (IDEM p.03):

Separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, reservando o primeiro exclusivamente aos diretores e gerentes, enquanto o segundo caberia aos trabalhadores no chão da fábrica (...) Concentrando-se nas tarefas manuais, o trabalho deveria seguir uma rígida norma de movimentos, visando à máxima economia de tempo (...) Com a esteira de montagem, as tarefas produtivas puderam ser parceladas ao extremo, numa repetição rotineira sem fim. Ao mesmo tempo, peças, componentes e produto final foram padronizados. Reunindo contingentes de milhares de trabalhadores em cada planta, tornou-se possível alcançar economias de escala (...) A homogeneização dos trabalhadores em nível baixo de qualificação veio acompanhada pela homogeneização massificada do produto, também no nível baixo de preço e qualidade padronizada.

A conjunção desses dois fatores favoreceu durante certo período de tempo uma condição de estabilidade não só econômica como também social, retratado nos filmes estadunidenses como o “modo de vida americano”, que consistia no fato de “uma família feliz” (formada normalmente por um casal com dois filhos) onde o pai era possuidor de um bom e estável emprego, casa própria, bens de consumo como eletrodomésticos e, é claro, um automóvel, sinal de status e de realização de um sonho. Essa conjuntura de estabilidade social e econômica assim como o seu esfacelamento é descrito por Pamplona (2001 p. 31) da seguinte maneira:

O desemprego era baixíssimo, o salário real crescia, os sindicatos ganhavam força, as proteções e os serviços sociais se generalizavam, o trabalhador se transformava num “consumidor afluente”, o assalariamento garantia inserção e identidade social. No entanto, a partir de meados da década de 70, esta trajetória de prosperidade foi interrompida. O “sucesso do fordismo” começa a se esvaziar. O déficit público se eleva rapidamente, a produtividade cai, a lucratividade diminui, o salário real deixa de crescer, os investimentos diminuem, o crescimento econômico cessa, aparece à inflação, a intensa mobilidade social ascendente é obstruída.

A partir de então o modelo que durante três quartos do século XX possibilitou o desenvolvimento econômico das nações desenvolvidas e dos países subdesenvolvidos escolhidos pelo capital internacional como destino dos investimentos entrava em colapso quando da crise do petróleo, a qual podemos caracterizar como a segunda crise de amplitude mundial, crise esta que colocou em cheque a capacidade dos Estados nacionais abalados pela crise fiscal que se alastrou e pela concorrência externa, fruto da própria internacionalização da economia. Além da política de financiamento do desenvolvimento industrial o Estado se viu limitado em cumprir sua parte no “pacto social” firmado onde a ele cabia os serviços básicos aos cidadãos no modelo de Estado de Bem-Estar Social. Gorender (1997 p. 03) expõem essa realidade.

As deficiências e insuficiências do fordismo salientaram-se, particularmente no quadro do primeiro choque do petróleo (1973) e da recessão cíclica de 1973-1975. Simultaneamente, acentuavam-se as dificuldades fiscais do intervencionismo estatal keynesiano e do Estado do Bem-Estar Social. A aceleração do processo inflacionário evidenciava os tropeços do regime fordista-keynesiano, no momento em que a acumulação de capital e o crescimento das forças produtivas tocavam os limites cíclicos da economia capitalista. Por fim, a introdução dos microprocessadores no interior da produção, intensificada na década de 80, tornou mais evidente a inadequação do regime fordista às inovações tecnológicas e, em especial, à automação eletrônica.

Para muitos cientistas que seguem a linha evolucionista, estava por terminar mais um dos ciclos de desenvolvimento das “grandes ondas de Kondratieff, portanto, significava também que outro paradigma tecnológico estava começando e, no melhor estilo de uma análise determinista, estaria este novo paradigma a induzir as transformações que viriam a seguir, as quais são vivenciadas neste momento. É importante ressaltar que ainda tem-se uma série de dúvidas do ponto de vista epistemológico ou na maneira de classificar essas transformações enquanto um fenômeno do modo de produção capitalista, sobre este impasse Pamplona (2001 p. 38) coloca:

Há um crescente consenso nas ciências sociais - Economia Política, Sociologia, Ciência Política, Geografia, história – de que o período que se estende de meados da década de 70 aos dias de hoje representa uma transição de uma fase de desenvolvimento capitalista para uma outra fase distinta e nova. Termos como “transformação”, “crise estrutural”, “transição”, “reestruturação”, “mudança de paradigma” são cada vez mais usados para descrever o presente. Esta nova e emergente era capitalista tem ganhado “apelidos”, conferidos especialmente pelo mundo acadêmico, que procuram descrevê-la, como afirma Amin (1994 b, p. 1). Alguns destes “apelidos” são: era “pós-moderna”, era “pós-coletiva”, era do “quinto Kondratieff”, era “pós-fordista”

Pamplona (IDEM P. 39) também descreve as principais características do novo padrão ou modelo de organização da produção ou, como está sendo colocado nesta pesquisa desde o início, um novo “processo de organização da produção” denominado de flexível.

As transformações técnicas também se caracterizam por processo de produção flexíveis, de propósitos múltiplos, poupadores de energia, informatizados e automatizados; pela busca do aperfeiçoamento constante da qualidade dos produtos; pela diminuição do uso de matérias-primas tradicionais e o aumento do uso de matérias-primas mais elaboradas; pela significativa redução da incorporação de trabalho não-qualificado e pela valorização do trabalho altamente qualificado. As novas tecnologias estão sendo acompanhadas de mudanças na forma de organizar a produção que geram especialização e desverticalização produtiva com formação de redes de subcontratação.

Moraes Neto utiliza outras denominações para o modo flexível, o *just-in-time* e “*ohnoista*”. No primeiro caso ele assim o faz ao colocar que a palavra chave desse sistema de organização da produção é ajustar seja o estoque, o tempo de trabalho e do trabalhador a necessidade da demanda, o maquinário, etc. Nesse sentido o mesmo (2009 p. 06) explica:

A operação eficiente do sistema ohnoista exige, portanto, um funcionamento “afinado” à perfeição entre o método just-in-time e seus desdobramentos inevitáveis e necessários: o estoque zero, o defeito zero, através do Total Quality Control, o Kaizen ou melhoramento contínuo, a multifuncionalidade (com seu corolário, o layout celular linearizado), e a “troca rápida” de ferramentas”.

É importante salientar que o hoje denominado “modelo flexível” teve como base o modo de organização do processo de produção desenvolvido na fábrica japonesa da Toyota, por isso denominado de Toyotismo. De acordo com Gorender (1997) et alli as características desse modelo são as seguintes:

- Substituição da economia de escala (produção em massa) pela economia de escopo (produção em lotes menores com preços competitivos), diversificando e tornando o produto mais atraente para o consumidor;
- A produção é confiada a equipes de trabalho (grupos de trabalho ou células de produção) e não mais ao indivíduo isoladamente;
- Estabelecimento de metas de produção a serem cumpridas com relação à quantidade e qualidade do produto, fato esse que proporciona a eliminação dos setores de inspeção de qualidade e de reparos no final da cadeia de montagem;
- Os operários integrantes de cada equipe de trabalho devem ser polivalentes em sua seção, ou seja, flexíveis, e também conhecedores da dinâmica das demais, possibilitando a rotação entre os afazeres tornando o trabalho mais interessante;
- Os operários integrantes de cada equipe de trabalho devem ser responsáveis pela conservação e conserto das ferramentas e máquinas de sua seção, eliminando o setor de manutenção;
- Organização dos estoques de matérias-primas e de produtos prontos para o mercado consumidor, assim como entre as seções da própria fábrica com a produção das partes do produto são ajustadas com base no *just in time* (JIT). Ou seja, os estoques e a produção são organizadas de acordo com as necessidades mediante um planejamento prévio da demanda, eliminando a estocagem de modo geral e, dessa forma, diminuindo o capital investido na produção, bem como acelerando o retorno daquele que fora aplicado;
- Organização horizontalizada na empresa, eliminando grande parte das funções de chefia e subchefia que caracterizava a hierarquia do modelo fordista;

- Flexibilização também do maquinário para que o mesmo seja adaptado as mudanças de lotes de produção mais curtos e, dessa maneira também serem usadas o maior tempo possível em sua vida útil.

A essas características foram somadas as do modelo germânico que caracteriza o que se concebe atualmente de modelo de produção flexível. A seguir as tais características agregadas do modelo que se originou nas indústrias automobilísticas da Alemanha;

- Uso de tecnologia do mais alto nível;
- Emprego predominante de operários qualificados;
- Aumento do processo de terceirização de tarefas antes realizadas no interior das fábricas e contratação de trabalhadores de empresas prestadoras de serviço para realização de tarefas não ligadas a cadeia de produção;
- Jornada de trabalho flexível seja diária, semanal ou mensal;
- Grande preocupação com a qualidade e, por isso houve a implantação dos Centros de Controle de Qualidade.

3.3.1. Do Taylorismo/Fordismo ao Modelo Flexível: A Substituição do Sistema Produtivo e as Implicações no Mercado de Trabalho

Nos países subdesenvolvidos essas mudanças passaram a ser feitas a partir da década de 1990 quando da integração desses países ao mercado globalizado, foi assim com o Brasil, citando novamente um mesmo trecho de Gorender (1997 p. 08) onde afirma *“a abertura do mercado, no começo dos anos 90, colocou as empresas brasileiras em xeque, diante da concorrência dos produtos estrangeiros. Tornou-se imperativo e urgente inovar (...) nas novas circunstâncias, a organização japonesa do trabalho passou a ser levada a sério”*. Como coloca Moraes Neto (2009 p. 02):

A incompatibilidade entre a produção em fluxo contínuo e a produção “fordicizada” torna-se manifesta quando se trata de discutir a organização do trabalho. Dada sua natureza tecnológica, a indústria de fluxo contínuo encaminha a organização do trabalho (na medida do incremento do grau de automação) no sentido de maior grau de polivalência, qualificação técnica e responsabilidade dos operadores, de redução dos níveis hierárquicos e incremento da troca de informações entre eles, de aumento do grau de integração vertical e do fortalecimento do trabalho em grupo.

O fato comum nos dois tipos de países é que tanto o próprio desenvolvimento tecnológico que desenvolve maquinários cada vez mais modernos quanto o modo

de organização no “chão da fábrica” afetaram e afetam, já que as mudanças estão continuamente se processando, uma diminuição da oferta de empregos, uma mudança também na qualidade do trabalho, ao passo que se passa a exigir uma maior e melhor formação do trabalhador, formação essa que deve ser técnica e educacional (formação escolar). Sobre essa realidade do mercado de trabalho na era do pós-fordismo Pamplona (2001 p. 48) afirma que:

Além da globalização e da preocupação crescente com a competitividade externa que ela traz, as mudanças técnicas associadas à Terceira Revolução Tecnológica estão também promovendo mudanças estruturais no mercado de trabalho. É indiscutível que as novas tecnologias baseadas na microeletrônica e na informação e as novas formas de organização da produção estão rapidamente poupando mão-de-obra por unidade produto. Assim, o crescimento econômico não é mais capaz de gerar o mesmo número de empregos, especialmente bons empregos, que gerava no passado.

Mesmo os países apresentando índices positivos de crescimento econômico, ainda assim não se consegue produzir uma quantidade de empregos de acordo com a necessidade, o que caracteriza a situação do desemprego como um fenômeno estrutural e não conjuntural como alguns discursos proferidos na década de 1990 queriam fazer crer, como afirma novamente Pamplona (2001 p. 52).

O desemprego tem se tornado um drama permanente, que é agravado a cada fase recessiva. Talvez não seja possível falar de “crescimento sem emprego”, mas é inegável que as mesmas taxas de crescimento do passado não criam o mesmo número de empregos no presente. O desemprego assumiu uma natureza fundamentalmente estrutural e não é mais contornado com a conjuntura expansiva.

A opção em trabalhar nas atividades informais é uma consequência direta da crise no mercado de trabalho. Durante esses períodos esta alternativa sofre uma elevação no número de empreendimentos e de pessoas dedicada às mesmas, como uma forma temporária ou definitiva de garantir o sustento seu e da família. Pamplona (2001 p. 195) também coloca de forma sucinta as várias consequências na economia e no mercado de trabalho que usa o caso brasileiro para ilustrar também o que ocorreu e ocorre em qualquer dos países subdesenvolvidos que sofreu as mudanças tal qual aqui.

O mercado de trabalho no Brasil reflete nos anos 90 tanto o esgotamento de um modelo de desenvolvimento industrial, e das opções de política econômica daí decorrentes, quanto um conjunto de transformações internas de natureza estrutural provenientes de tendências

*presentes nos cenários internacionais. Neste contexto, o mercado de trabalho urbano no Brasil passa a apresentar a maioria dos sintomas presentes no mercado de trabalho dos países industrialmente avançados, agravados por problemas brasileiros tradicionais, como o subemprego, herdados do passado. Assim, podemos constatar na década de 90 os seguintes fenômenos: crescimento do desemprego aberto; aumento do desemprego de longa duração, crescimento do desemprego oculto; aumento da proporção de desempregados chefes de família; queda no emprego industrial; aumento da proporção de ocupados em micro e pequenas empresas; aumento da participação nos ocupados de trabalhadores sem carteira assinada; **aumento do trabalho por conta própria [grifo nosso]**; mudança na atuação do movimento sindical. É um quadro que pode ser resumido em aumento do desemprego e precarização do trabalho.*

De forma sintética Araújo (2009 p. 23) coloca em forma de itens todas as principais mudanças no mercado de trabalho da RMSP:

- ao terciarizar inúmeras atividades, criando novos serviços ligados à produção e/ou intensificando os já existentes;
- ao reduzir o pessoal ocupado, excluindo do processo de produção industrial parcela significativa dos trabalhadores que irão se deslocar, em certa medida, para ocupações no setor de serviços – de menores qualificação e remuneração e com vínculos mais precários de trabalho;
- ao inovar os processos de produção e os produtos, agregando novos métodos e técnicas, bem como criando relações mais intensas entre fornecedores e clientes, sinalizando para possibilidades de integração intersetorial no processo de produção;
- ao concentrar a produção de setores inovadores e mais dinâmicos da produção nacional e estadual – o complexo metalmeccânico e as indústrias intensivas em ciência.

3.4. Migração, Desemprego e Trabalho Autônomo Informal na Metrópole Paulistana

Não é necessário aprofundar-se em argumentos em função do notório conhecimento que se tem das diferenças regionais existentes no Brasil para se ter a certeza de que fluxos migratórios continuarão existindo com destino as áreas urbanas, tendo como principal destino as cidades que se apresentam com dimensões metropolitanas, fluxos esses formados por uma população com características sociais que dificulta sua absolvição como mão-de-obra no competitivo mercado de trabalho. Como afirma Santos (1994 p. 123):

As metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e por sua própria composição orgânica do espaço, poderão continuar a acolher populações pobres e despreparadas. Por conseguinte, os próximos anos, quem sabe até os próximos decênios, marcarão ainda um fluxo crescente de pobres para as grandes cidades, ao passo que as cidades médias serão o lugar dos fluxos crescentes das classes médias. Em resumo, a metropolização se dará também como “involução”, enquanto a qualidade de vida melhorará nas cidades médias.

Afirmarões como esta deixa esses espaços, como a RMSP, ainda mais contraditório nos aspectos sociais e complexo na dinâmica populacional, pois em função das características econômicas as regiões metropolitanas concretamente exercem o papel de absorver esse contingente, pois *“quanto maiores e mais populosas, as cidades são mais capazes de abrigar uma gama mais extensa de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecendo, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista do econômico”* (SANTOS, 1994 p. 121).

Nesse sentido a RMSP continua sendo vista por um número grande de possíveis migrantes como *locus* de possibilidades de ascensão social pela via do trabalho, se não de promotora de uma ótima condição de vida, ao menos garantidora de condições mínimas de sobrevivência para o indivíduo que normalmente já vive em condições precárias e, às vezes subumanas, no lugar de origem.

Um dos agravantes levantados por Araújo (2009 p. 25) que afetou e ainda afeta diretamente os níveis de oferta de vagas no mercado de trabalho metropolitano é o seguinte:

O caráter heterogêneo da indústria metropolitana faz com que a estratégia de inovação das empresas apresente um gradiente amplo de situações. Acrescenta-se a essa característica estrutural a circunstância conjuntural negativa, pois a reestruturação das empresas industriais realizou-se em um ambiente recessivo, fazendo com que as estratégias adotadas fossem marcadas por um componente fortemente defensivo (Coutinho e Ferraz, 1994), que privilegiou inovações nos processos de trabalho com mudanças organizacionais e enxugamento do emprego derivado de ajustes nos fatores de produção.

Uma das hipóteses levantadas nesta pesquisa relaciona o elevado nível de migração advinda da região NE do País, composta por uma população com as mesmas características socioeconômicas do passado, ou seja, vindas da zona rural, com elevadas taxas de analfabetismo, não “familiarizados” à dinâmica do processo de produção industrial ou de uma economia urbana/metropolitana. Tudo isso acompanhado neste período iniciado, na década de 90, por uma maior exigência de formação e especialização sobre a mão-de-obra a ser utilizada pelo novo modelo de gestão baseado no modelo flexível que é totalmente diferente do modelo fordista na exigência de uma qualificação como descreve Moraes Neto (2009 p. 03).

A linha de montagem caracteriza-se por apresentar tarefas projetadas com ciclos extremamente curtos, refletindo a aliança entre o uso exacerbado da arma manufatureira por excelência da divisão parcelar do trabalho e a aplicação dos métodos tayloristas; e pela atribuição de funções parcelares dotadas de conteúdo praticamente nulo a trabalhadores de uma maneira permanente, ou seja, rotina e monotonia. Evidentemente, os requerimentos de qualificação para uma performance eficiente nessas atividades de trabalho eram extremamente exíguos (...) A eficiência do sistema fordista exige escassas doses de qualificação dos trabalhadores e de envolvimento dos mesmos com o sucesso da produção e da empresa; exige-se dos trabalhadores que cumpram as tarefas de exíguo conteúdo prescritas pelos gestores da produção.

Esse fluxo migratório foi escolhido não só por ser o mais volumoso em número de pessoas, mas também pelo fato de que “o caso nordestino, portanto, talvez seja o que melhor espelhe a situação que se supõe estar vigente no processo migratório da Região Metropolitana de São Paulo” como afirmam Cunha e Dedecca (2001 p. 06). A quantidade de migrantes oriundos dessa região manteve-se elevado em todos os momentos desde que a RMSP passou a ser o principal destino da população migrante do país.

Portanto, é um grupo que pode ser analisado tanto pelas características homogêneas que possui durante todo o processo, quanto pelo fato de ter enfrentado os vários quadro situacionais da densidade demográfica, do processo de ocupação do território em toda a região, inclusive e, principalmente, na ocupação das áreas

mais distantes do núcleo metropolitano, que é a cidade de São Paulo e, também em diferentes conjunturas econômicas, como, por exemplo, no período que engloba as décadas de 1980 e 1990, marcadas por uma das maiores crises econômicas vivenciadas.

De acordo com levantamento realizado a situação dessa população migrante que continuou a vir em grande quantidade, com perfil social não compatível com as exigências desse novo modelo de organização da produção e, por conta disso, tem levado a um agravamento dos “problemas urbanos”, dentre eles o aumento do comércio ambulante com sua atuação em função das dificuldades em ingressar no mercado de trabalho.

Portanto, a Zona Oeste da RMSP, em especial as cidades atravessadas pelo trecho da linha férrea que é objeto de estudo desta pesquisa, sofreram, talvez, ainda mais com o desemprego, em função de sofrerem um adensamento populacional elevado justamente nesse período, entre as décadas de 1980 e 1990. A **figura 27** deixa evidente o nível de desemprego maior neste extrato da população.

Figura 27: Tabela das Taxas Anuais de Crescimento da População Ocupada Segundo Setores de Atividades Econômicas e Condição Migratória Anos de 1992 e 1998 (em %)

	Não Migrante	Migrante 3 anos	Migrante 3 a 9 anos	Migrante mais de 10 anos	Total
Ind. de Transformação	-1,6	-6,4	-4,2	-1	-1,8
Ind. De Construção	1,9	4,7	-0,9	-2,3	-0,3
Terciário - Comunidade	3,6	7,3	2,3	1,5	3
Terciário - Empresas	4,2	5,6	2,4	2,1	3,5
Terciário - Pessoas	3,1	0,2	3,6	1,6	2,5

Fonte IBGE. PNAD 1992 e 1998 elaborada por Cunha & Dedecca

Faze-se necessário fazer não um reparo e sim um esclarecimento sobre a questão da relação estabelecida entre o processo de migração e desemprego. Não é concebido o simples fato de a migração ser responsável pelo elevado índice de desemprego, o fato explorado por essa pesquisa é o de relacionar a permanência dos elevados números de migrantes oriundos da região NE em um momento de crises econômicas de caráter conjuntural e estrutural que afetam a economia do País e, conseqüentemente, da RMSP de forma mais adversa para a geração de

postos de trabalho. Sobre essa relação Cunha & Dedecca (2001 p. 12) assim se posicionam:

O papel da migração no mercado de trabalho local continuou sendo recorrente [analisado com] a visão que vincula os problemas de emprego à presença de "estrangeiros". A redução da capacidade de retenção de força de trabalho pelo setor industrial metropolitano, explicada pela reorganização violenta do setor imposta pela política de abertura econômica, reforçou a crença do peso desfavorável da migração sobre os problemas de emprego. Mas cabe perguntar: o que nos informam os dados sobre migração e trabalho na Região Metropolitana nos anos 90? Apesar da redução do fluxo migratório, pode-se a ele imputar os problemas de emprego da região?

Os mesmos em seguida respondem às questões colocadas da seguinte maneira (IDEM p.22).

Pode-se afirmar que, hoje, os problemas de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo decorrem do baixo dinamismo econômico, que se mostra insuficiente para gerar postos de trabalho em quantidade compatível com uma taxa de crescimento da PEA significativamente mais baixa, no período recente. Também, merece destaque o fato do crescimento da PEA estar condicionado ao incremento vegetativo da população, não havendo indícios que a migração atual possa estar na raiz do problema de trabalho no espaço local.

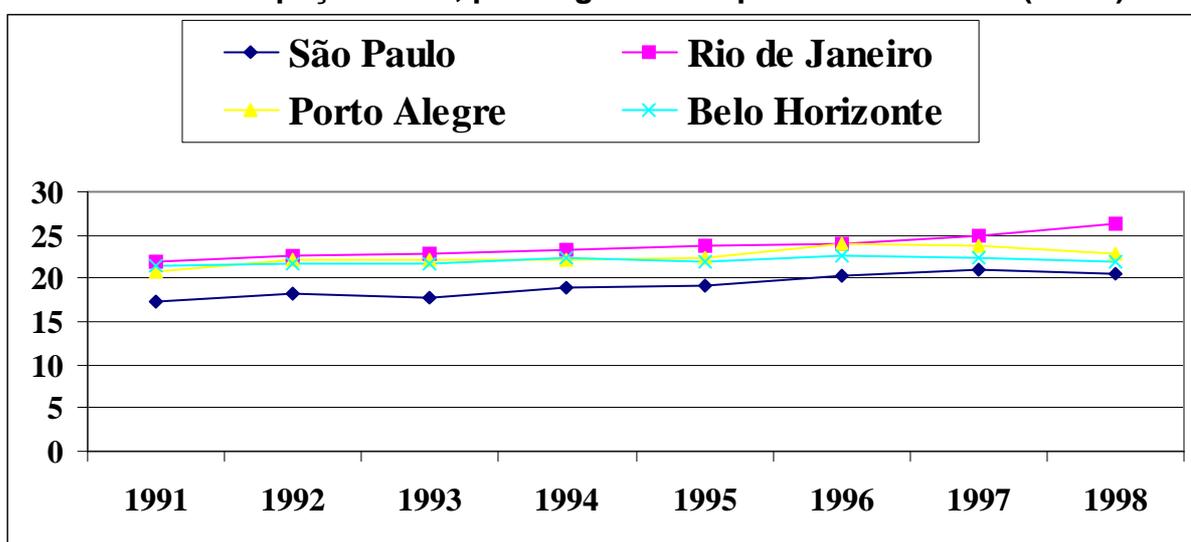
Um fato no que diz respeito à mobilidade populacional no Brasil já fora colocado no capítulo anterior que é o fenômeno da migração de retorno. Como pode ser verificado na figura 11 (mapa dos fluxos migratórios), em função de uma relativa desconcentração da indústria por todo o território nacional, com graus de intensidades muito diferentes, é possível verificar que os atuais fluxos e suas respectivas intensidades, demonstrando assim, a diversificação de tais correntes em grande parte do território brasileiro. Fica claro também que continuam intensos os fluxos entre os estados das regiões Nordeste em direção a São Paulo, com a novidade de que os fluxos agora ocorrem de maneira geral, nos dois sentidos, o que proporciona certo equilíbrio e demonstra que a dispersão industrial aliada a outros fatores proporcionou esta realidade na mobilidade populacional do país, onde novas correntes migratórias surgiram e outras ganharam expressão.

3.5. De Biscateiro a Vendedor Ambulante: A Crise do Emprego e o Aumento Trabalho Autônomo Informal

Os números que utilizados até então neste capítulo podem ser analisados por diversos ângulos e, conseqüentemente podem dar margem a uma série de conclusões diferente. De acordo com o observado nesta pesquisa esses mesmo números também demonstram a realidade que se configurou nas atividades informais de modo geral no Brasil na década de 1990 quando, definitivamente, houve uma estagnação em alguns setores e até retração como é o caso da indústria de transformação.

A **figura 28** a seguir evidencia a dimensão do crescimento da informalidade nas economias de algumas das regiões metropolitanas localizadas nas regiões Sul e Sudeste, portanto as mais desenvolvidas economicamente, devendo, para fins dessa pesquisa, ser dada uma atenção maior para o desempenho da RMSP que é representada no mesmo.

Figura 28: Gráfico da Participação dos Trabalhadores Por Conta Própria na Ocupação Total, por Região Metropolitana – 1992/99 (em %)



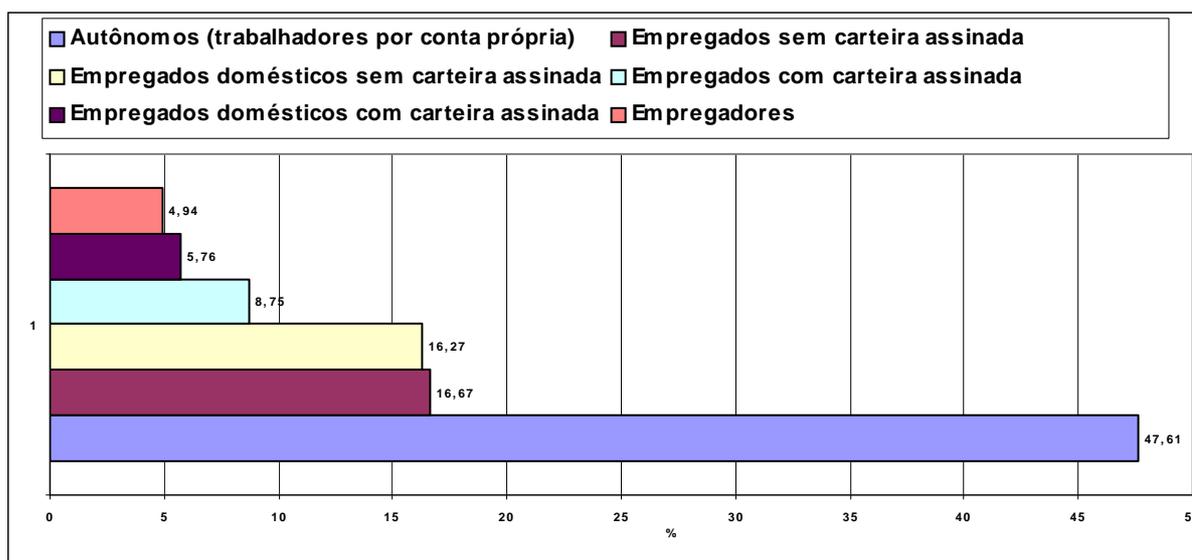
Fonte: PME/IBGE e Ministério do Trabalho/IPEA (1999). In Melo & Teles (2000 p. 12)

Compreendendo o setor informal de acordo com o definido pelo IBGE como colocado por Beloque (2007 p. 46) de que “compreende [apenas moradores de áreas urbanas] que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas” desconsiderando seu caráter de legalidade referente a registros em órgãos públicos, torna-se necessário então

pormenorizar os números relativos não à atividade ambulante, mas ao conjunto das atividades informais já que não há nenhuma pesquisa que coloque com mais precisão apenas esta modalidade de atividade das consideradas informais.

No entanto, sabendo que a atividade de comercialização por parte do ambulante é uma atividade de trabalho autônomo sendo, portanto exercida normalmente por um indivíduo de forma autônoma, os dados de uma pesquisa de 2005 expressas na **figura 29** pode oferecer essa dimensão do trabalho autônomo e, com isso, pode dar a idéia da dimensão também dessa modalidade no Brasil, o que, por sua vez também pode ser relacionada as dimensões para a área de correspondência desta pesquisa.

Figura 29: Gráfico com a Participação dos Segmentos do Setor Informal no Brasil - 2005



Fonte: Revista Ciência Hoje nº 234, vol. 39 p. 23. Elaboração própria

Estes números são mais claros quando evidenciados de forma absoluta e não percentualmente. De acordo com pesquisa realizada em 2003 pelo IBGE sobre economia informal os números são grandiosos:

- Das 10.525.962 empresas não agrícolas²⁴ cerca 88%, ou 10.335.962 pelo percentual faziam parte do grupo colocado, segundo seus critérios, estava na condição de informalidade;

²⁴ É importante lembrar que para o IBGE o universo da informalidade compreende pequenas empresas urbanas com até cinco empregados e todos os envolvidos, inclusive o indivíduo é denominado de empresa ou empreendimento.

- A força de trabalho empregada pelo setor cresceu 8% entre os anos de 1997, data da última pesquisa, e 2003;
- 88% da força de trabalho empregada nesse setor é formada por trabalhadores por conta própria, portanto autônomos. Isso significa um número de 9.095.646 trabalhadores ao empregar-se o percentual;
- 33% desse total, um pouco mais de 3 milhões de autônomos, se dedicam a trabalhar no comércio e serviços de reparação;
- 49% desses, cerca de 1,5 milhões de trabalhadores, tem as vias públicas como local de trabalho.

Sobre o último item colocado, cerca de 1,5 milhões de trabalhadores ocupando as ruas para de alguma forma garantirem o seu sustento, cabe um aparte: não é de se esperar que os conflitos sejam de pequena dimensão, portanto é de se compreender o tamanho do problema que os administradores principalmente da esfera municipal possuem nas mãos. Maior ainda é saber que mesmo com a economia apresentando sinais de recuperação não há no horizonte uma perspectiva de resolução do que é encarado como problema em função de que essa atividade começa a se tornar não temporária e sim definitiva enquanto oportunidade de trabalho/emprego, outra questão é que esse desenvolvimento econômico não se traduz na mesma dimensão em número de vagas no mercado de trabalho.

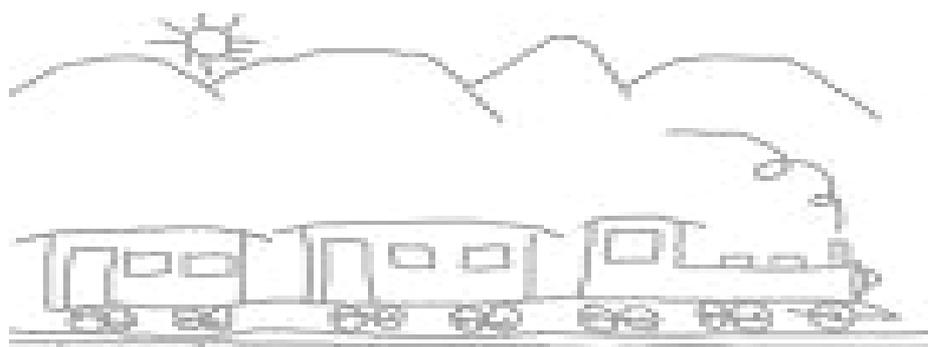
Retornado a outra fonte utilizada na pesquisa, a Ciência Hoje, de acordo com a reportagem da revista o total de trabalhadores ocupados em 2005 era de 67,22 milhões, com isso o total de que se encontravam no setor informal correspondia a 30,18 milhões, ou 44,89% do total. Destes 67,22 milhões 47,67%, como colocado no gráfico, corresponde ao número de trabalhadores autônomos, ou seja, uma enorme “massa” de 14,37 milhões formada por crianças, jovens e adultos, muitos deles com idade e aptos para o exercício de qualquer atividade laboral, portanto sendo parte da População Economicamente Ativa (PEA)²⁵ e que passaram a usar as ruas e os transportes coletivos como locais de trabalho para vender os seus produtos dos mais variados tipos e origens, competindo dessa forma com o comércio “formal” e confrontando-se com as leis de proibição de tais atividades. Se o quadro

²⁵ A População Economicamente Ativa corresponde ao contingente da população de um país ou outra forma de divisão territorial, que se encontra apta no quer diz respeito à idade para ingresso no mercado de trabalho.

apresentado pelo gráfico anterior mostra esta uma situação ruim da realidade correspondente a todo o País, há de se supor que a situação da RMSP apresente-se de forma mais grave em função de a mesma concentrar grande parte da produção em todos os setores econômicos e, conseqüentemente, de um grande contingente da PEA nacional.

É uma parte considerável dessa “massa” que irá ocupar também os trens vendendo os mais variados tipos de produtos, de doces a brinquedos, de bebidas a remédios, aproveitando o espaço que diariamente é ocupado por uma leva de trabalhadores, estudantes e passageiros em geral, portanto com um “mercado potencial” enorme, com grande rotatividade de consumidores durante o dia inteiro, assim como rotativo e seu trânsito (do ambulante), seja para vender de vagão em vagão, seja para fugir do “rapa” dos seguranças ou da Polícia Ferroviária que nos últimos anos têm passado a agir de forma mais “eficaz” na repressão a esta atividade, fazendo valer a lei e a ordem no território restrito da CPTM, uma ordem que segue os padrões das leis de mercado estabelecidas pela sociedade capitalista, sendo incorporadas pelo Estado que se responsabiliza por impor essa ordem que, como é inerente ao sistema, possuem contradições econômicas e políticas, ao reprimir e criminalizar um lado e proteger, mesmo na ilegalidade, o outro como o comércio Permitido e “legalizado” que dos quiosques existentes nas estações e que não cumprem como deveriam uma série de exigências legais. É isso que será exposto no capítulo a seguir.

CAPÍTULO IV



O TREM COMO ESPAÇO/TERRITÓRIO DE TRABALHO, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES



4. O TREM COMO ESPAÇO/TERRITÓRIO DE TRABALHO, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

4.1. Considerações Iniciais

Esse último capítulo será dedicado a descrição, análise e conclusão do fenômeno de aumento e consolidação da atividade do trabalho autônomo do comércio ambulante no *lócus* escolhido para retratar de forma concreta desse fenômeno. É importante colocar que não se trata de um estudo de caso ou ainda de um estudo de síntese a partir desse fenômeno no trem, trata-se de uma pesquisa que fez uma análise de um fenômeno que ocorre no trem, nas ruas e praças de grandes e médias cidades e nas regiões metropolitanas enquanto resultante de uma lógica contraditória economicamente e socialmente. O trem foi escolhido em função de algumas especificidades não só que o diferencia dos demais espaços públicos normalmente pelos ambulantes, mas principalmente pelo fato de que ele torna mais latente e visível as contradições existentes na sociedade pelo fato de ter a ação direta de uma empresa pública, a CPTM, portanto o Estado agindo exatamente de acordo com a lógica de mercado do sistema capitalista.

A maior parte das descrições, análises e conclusões colocadas neste capítulo relativos à dinâmica de trabalho, as formas de organização dos trabalhadores ambulantes, a ação dos agentes de segurança, a origem e tipos de produtos comercializados, a forma de atuação e organização do comércio legalizado entre outras questões levantadas são feitas a partir de alguns poucos documentos oficiais extraídos do site oficial da CPTM, de órgãos de comunicação e, em sua maior parte, com base na pesquisa de campo realizada a partir de um questionário padrão respondido por cinquenta trabalhadores ambulantes em três pontos de concentração diferentes e em horários também diferentes.

No contato estabelecido com os ambulantes também foram conseguidos alguns relatos pessoais colhidos junto aos mesmos e que também serviram de base para algumas conclusões a respeito de fatos que envolvem principalmente as ações dos agentes de segurança no trato com os ambulantes. Entretanto não há nenhum registro de declarações oficiais ou de pessoas da Companhia em toda a pesquisa

em função de a mesma não autorizar entrevistas ou registros de qualquer forma, embora tenha sido solicitado ao departamento de comunicação da mesma. Igualmente, acrescento que os registros fotográficos foram obtidos informalmente, porém com autorização das pessoas que aparecem nas mesmas, exceto é claro dos agentes de segurança.

A exposição do papel das atividades consideradas informais na economia do País, a relação do poderes e órgãos públicos em todas as esferas servem exatamente para cumprir o papel nesta pesquisa de estabelecer esta relação entre o macro e o micro, ou como normalmente é colocado, do global com o local.

Descrever o processo de ocupação da sub- região Oeste da RMSP, o cotidiano dos trabalhadores ambulantes, como se organizam e o que comercializam, por outro lado a ação dos agentes de segurança e a implantação do comércio formal no território sob a administração da mesma empresa que combate o comércio ambulante ignorando ou não se preocupando em saber das irregularidades (ilegalidades) mostram e comprovam que é contraditória a postura e a visão da empresa, que por sua vez representa também representa a contradição existente na sociedade sobre a postura e visão de toda ela sobre o comércio ambulante. É com esse sentido que este capítulo foi escrito, não só como uma finalização de uma pesquisa, mas como a exposição de uma realidade que é resultante da dinâmica que conta com vários pressupostos que já foram devidamente explorados nos capítulos anteriores.

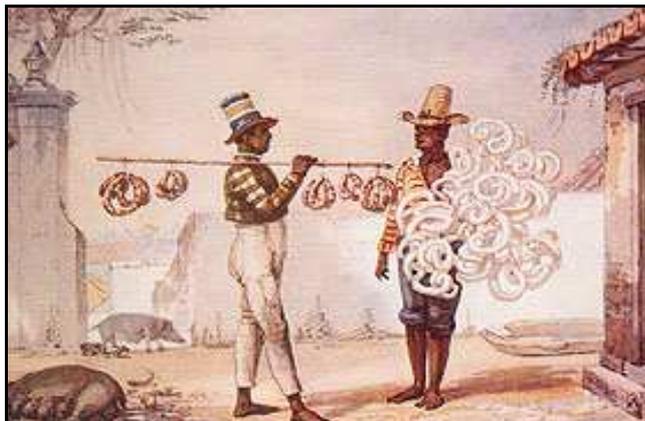
4.2. Desemprego e “Trabalho Autônomo” dos Ambulantes: Um Pequeno Histórico da Existência e dos Conflitos

O último tópico do capítulo anterior tratou do aumento do desemprego e do trabalho informal, sobre as causas e concepções desse aumento nos últimos tempos NORONHA (2003 p. 115) faz a seguinte análise:

Até o final dos anos de 1980 a "informalidade" (ou subemprego) era percebida principalmente como um problema endêmico pela maioria dos especialistas (...) Predominava a suposição de que a "informalidade" era um legado de uma economia semi-industrializada, cujo fim era uma questão de tempo e desenvolvimento. Contudo, em termos de mercado de trabalho, é razoável supor, a partir dos índices de desemprego amplamente divulgados pelos institutos de pesquisas econômicas, que o início dos anos de 1990 representou uma ruptura no movimento crescente de formalização do trabalho juntamente com o processo de abertura econômica imposta pelos grandes centros econômicos aos países emergentes como receiptário para o desenvolvimento. Desde então, tem crescido a "informalidade (...) para alguns analistas, trata-se de uma nova safra de contratos atípicos, os quais rompem com os padrões de "sociedade assalariada". "Novos processos de trabalho" e tecnologias demandariam novas formas de contratos e modalidade de atividades.

A atividade do comércio ambulante sempre esteve presente no cotidiano da economia brasileira, aliás, sempre foi comum em todos os momentos da história desde sua integração no “mundo” capitalista. As **figuras 30/31/32** a seguir são suficientes para retratar estes diferentes momentos de nossa história no que concerne a este tipo de comércio que outrora não só era comum, como também necessário para o abastecimento de gêneros alimentícios e utensílios domésticos principalmente nas grandes cidades, por ter essa função e vivenciar-se outro momento histórico esta atividade não era concebida enquanto prática ilegal ou informal como atualmente.

Figuras 30, 31 e 32: Fotos do Comércio Ambulante em Diferentes Momentos.





Fontes: www.colegioavicena.com.br/ / www.miniweb.com.br/ <http://1.bp.blogspot.com>

A caracterização da atividade na condição de informalidade só veio ocorrer quando alguns centros urbanos passaram a ser um *lócus* de grande concentração populacional e de empreendimentos capitalistas do tipo comercial, financeiro e industrial que se estabeleciam em pontos fixos com leis de regulação oriundas de todas as esferas de poder (federal, estadual e municipal). Sendo a atividade comercial uma atividade cuja legislação e fiscalização ocorre em grande parte pela esfera municipal, os poderes dos grandes centros urbanos passaram a estabelecer uma regulação também para o comércio ambulante e exercer conjuntamente o papel de fiscalizador e repressor de tal atividade. Esta situação dos governos municipais é exemplificada e melhor compreendida enquanto processo histórico a partir dos trechos extraídos de bela reportagem de Rosa Maria da E. Coutrin na Revista Ciência Hoje (nº 234, vol. 39 p. 26) sobre o comércio ambulante em Belo Horizonte que expõem o seguinte:

Desde os primeiros anos após a fundação de Belo Horizonte, o governo municipal buscou formas de arrecadar impostos com o trabalho do ambulante, ao mesmo tempo que tentava controlar suas atividades. A Lei nº 53, de 30 de setembro de 1911, foi a primeira que se referiu a esse tipo de comércio. Naquela época, conforme determinava a legislação, os vendedores transitavam pelas ruas dos grandes centros e não podiam ficar parados em um local só (por isso eram chamados de ambulantes).

Os conflitos que outrora tinham como pano de fundo as questões da ocupação das ruas e impedimento do trânsito de pessoas, da sujeira, da existência de alguns

trabalhadores não legalizados por não terem a permissão como possuíam alguns, a dita sonegação pelo não recolhimento de taxas e impostos, entre outras amputadas aos trabalhadores ambulantes, hoje são somadas mais duas que criminalizam de forma violenta não só a atividade como também coloca sob a condição suspeito e com rótulo de “bandido”, de forma generalizada, todos que atuam nas atividades informais, principalmente no comércio ambulante. Sobre essa ação por parte do estado e de parte da sociedade Coutrin (IDEM p. 27) é categórica em sua afirmação:

Se antigamente acusava-se o ambulante de sujar a rua, abrigar em seu meio malandros e prostitutas e de concorrer com o comércio local, hoje a acusação passa por crime muito grave: o consumo e o tráfico de drogas. A alegação dessa prática justifica a ação policial repressiva, apoiada pela população e pelo governo, contra todos os vendedores informais, indistintamente, que insistem em ocupar um “espaço que não é o deles”.

Assim como o foco dos conflitos em certa medida modificou o mesmo aconteceu com o tipo de mercadoria comercializada pelos trabalhadores ambulantes como pode ser verificado na **figura 33** retirada da mesma reportagem, preservando dessa forma a o sentido de comparação conseguida de forma clara pela reportagem (IDEM p. 27).

Figura 33: Ilustração de Lista com Alguns Tipos de Produtos Normalmente Comercializados pelos Ambulantes em 1936 e 1997

Espécies	Taxa (em réis)
Armarinhos e miudezas.....	3.000\$000
Armas de fogo.....	3.000\$000
Artigos para fumante.....	1.000\$000
Bebidas de qualquer natureza.....	3.000\$000
Bergalhas.....	500\$000
Brinquedos.....	1.000\$000
Capas e sobretudos.....	2.000\$000
Casimiras.....	5.000\$000
Chapéus de sel. sombrinhas.....	1.000\$000
Colchas, toalhas etc.....	2.000\$000
Doces e pastéis.....	500\$000
Fazenda e tecidos de lã ou de seda.....	3.000\$000
Gravatas.....	2.000\$000
Meias e tecidos de malha.....	1.000\$000
Pele.....	2.000\$000
Perfumarias.....	1.000\$000
Relógios.....	1.000\$000
Sorvetes e refrescos.....	1.000\$000
Roupas feitas.....	2.000\$000
Aves de luxo.....	500\$000
Ferragens.....	1.000\$000
Séias.....	2.000\$000

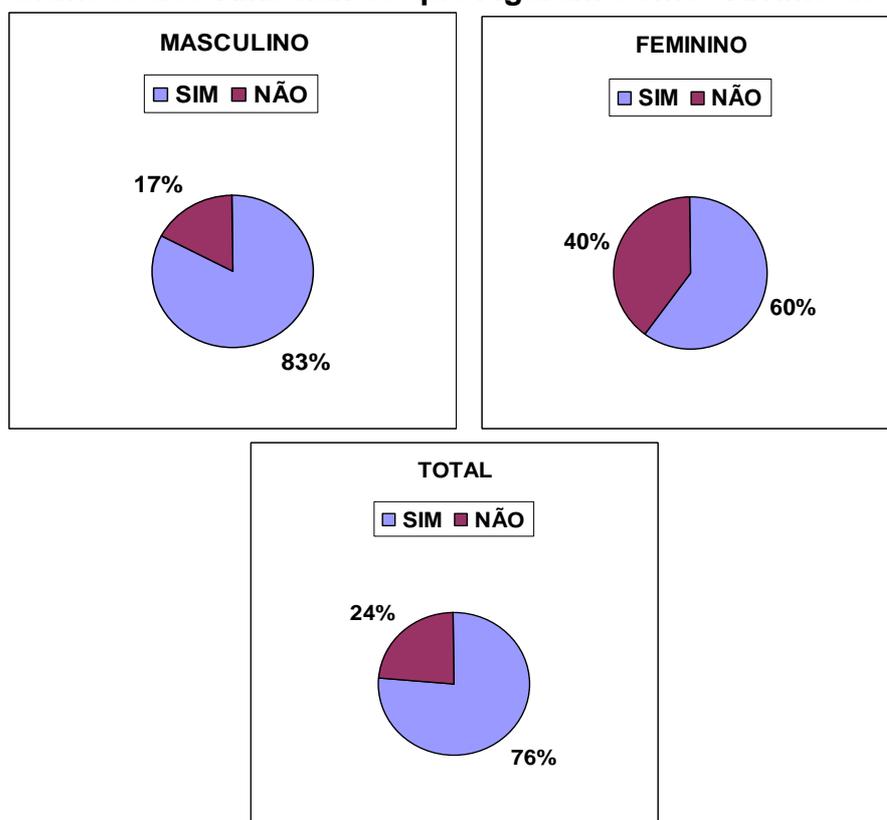
PRODUTOS
Alhos/temperos
Balas/doces/chocolates/pipocas doces
Bijuterias
Brinquedos
Cintos/bolsas/mochilas
Consertos e peças para guarda-chuva
Consertos e peças para relógios
Enfeites para o lar/fitas e laços
Frutas
Lanternas/pilhas
Material escolar
Óculos
Raízes
Roupas/sapatos/sandálias/acessórios/lenços
Sombrinhas e guarda-chuvas
Utensílios domésticos

Fonte: Revista Ciência Hoje nº 234, vol. 39 p. 27.

4.2.1. Desemprego e “Trabalho Autônomo” dos Ambulantes: Questões Conjunturais e Estruturais que Explicam o Momento Atual

As conjecturas exploradas até então deixam claro que a prática da atividade do comércio ambulante não só é antiga e algo “natural” na dinâmica da economia brasileira, como também é uma atividade desenvolvida nos últimos tempos de forma autônoma por indivíduos que majoritariamente estão ou foram colocados à margem do “mercado de trabalho formal”. Esta condição de excluído, entretanto, não o impede de desenvolver esta atividade não só como uma alternativa para garantir a sobrevivência individual e da família, já que a categoria dos trabalhadores ambulantes é composta em sua maioria por pais e mães de família, mas também como uma atividade de trabalho como qualquer outra que se encontra na “formalidade”. Essa condição de “pais” e “mães” de família dos trabalhadores ambulantes fica evidente nos percentuais elevados daqueles que ao serem indagados na pesquisa de campo “sobre ser ou não arrimo de família”, ou seja, ser ou não a principal renda de sustento da família como é representado na figura 34.

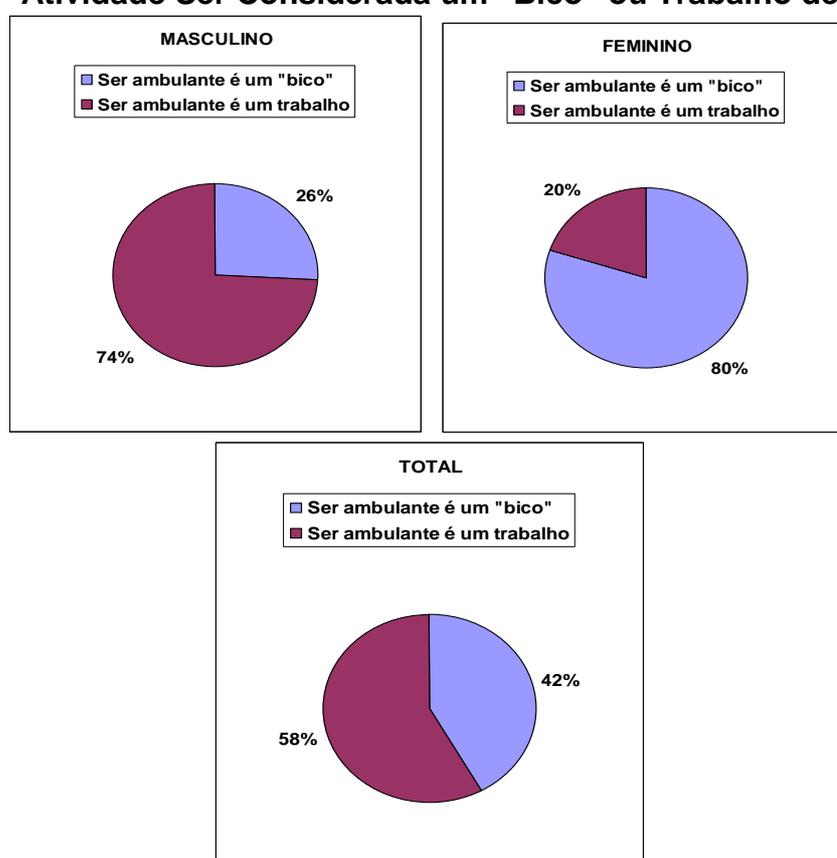
Figura 34: Gráficos dos Ambulantes que Figuram Como “Arrimo de Família”



Fonte: Elaboração e coleta de dados de autoria própria.

É fato que num primeiro momento O próprio vendedor ambulante encara sua atividade como um trabalho momentâneo, como algo passageiro até que uma oportunidade de trabalho formal apareça. Mas é fato também que, com o passar do tempo a atividade não só se torna permanente como também passa a ser admitida pelos mesmos como um “trabalho” e não um “bico”. Esta visão de que a atividade como vendedor ambulante é um “bico” é compartilhada pela maior parte das pessoas e, supõe-se da maioria dos órgãos públicos, o que talvez surja como um dos maiores empecilhos para desenvolver políticas públicas mais consistentes de organização, incentivo e legalização ou regulamentação de tais atividades. Retomando a questão da visão do próprio vendedor ambulante em relação a atividade que exerce, no gráfico da figura 35 vê-se que a maioria deles consideram a atividade como um trabalho. Por sua vez, quando os dados são mostrados por sexo o grupo os homens majoritariamente consideram-na como um trabalho, ao contrário das mulheres, talvez pelo fato de também ser o grupo que apresenta o maior índice de ser o principal responsável pela renda familiar (arrimo de família).

Figura 35: Gráficos da Visão dos Trabalhadores Ambulantes Sobre sua Atividade Ser Considerada um “Bico” ou Trabalho de Fato



Fonte: Elaboração e coleta de dados de autoria própria.

Como sendo uma das atividades que faz parte do setor terciário da economia, o aumento da mesma em relação às atividades do setor primário e secundário, de maneira geral, têm associado o seu crescimento em todos os países, que assim como o Brasil passam por transformações em sua economia. Trata-se de uma evolução “natural” no desenvolvimento do modo de produção capitalista que depois de atingir a maturidade do desenvolvimento industrial, este, por sua vez, vai perdendo espaço em detrimento as atividades do setor terciário. Nesse sentido a perda de postos de trabalho na indústria em função dessa perda de importância e do desenvolvimento tecnológico que imprime novas técnicas e dinâmicas que necessitam cada vez menos de mão-de-obra seria, a princípio, compensadas pelo desenvolvimento das atividades terciárias. Esse fenômeno ocorreria sem conflitos se houvesse um equilíbrio linear das forças produtivas no mercado, fato este que concretamente e por uma natureza do sistema não há.

Portanto, a massa de trabalhadores que exerce formas alternativas de trabalho configura-se como um mecanismo que aplaca de maneira significativa às carências oriundas do longo tempo no qual esses trabalhadores ficam sem possibilidade de um “emprego formal”. Com isso verifica-se que não há contradição nesse fenômeno a partir da lógica do modo de produção capitalista, ao contrário há sim é uma complementaridade entre os setores que formam a economia urbana como afirma Oliveira (2006 p 52) ao citar o entendimento de Milton Santos sobre tal situação.

Santos defendeu que a dinâmica de crescimento desigual e combinado da economia, de um lado, incorpora parcela das pessoas no mercado de trabalho efetivo e, de outro lado, expulsa parte da mão-de-obra daquele mercado relegando-as às condições de subemprego, desemprego ou marginalidade. Isso significa, entretanto, o descolamento entre um suposto setor “moderno” em contraposição a outro “atrasado ou tradicional”, como assevera a teoria dualista. Mas, ao contrário, estabelece-se uma dinâmica complementar e ambígua que une o que o autor chamou de circuito superior (privilegiado) ao inferior (dependente).

Se o desemprego aparece como algo estrutural, portanto seguindo um ritmo constante na medida em que há um constante desenvolvimento tecnológico dos meios de produção, ele também surge de forma cíclica na medida em que há no desenvolvimento do modo de produção capitalista, uma uniformidade temporal na conformação de crises econômicas que culmina, nos períodos de duração das mesmas, em elevadas taxas de desemprego, pois as atividades econômicas como um todo entram em declínio não gerando uma quantidade de vagas proporcional ao

número de trabalhadores da PEA. É nesse cenário, descrito a seguir por Oliveira (2006 p. 32), que as atividades consideradas informais adquirem corpo em relação a valores e em números de trabalhadores.

O papel do setor Terciário como amortecedor do desemprego, que já era nítido desde os anos 60 (Hofmann, 1980), tornou-se indispensável com o esgotamento do crescimento econômico lastreado na estratégia de substituição de importações, nos anos 80. A partir de então, a economia nacional vem sendo caracterizada por períodos de expansão intercalados por outros de declínio dos negócios. Tal dinâmica, que no passado era conhecida como “stop and go”, atualmente ganhou um apelido em português mais bem-humorado: “o vôo da galinha”.

4.3. O Trem Como “Microcosmo” da Realidade Econômica e Social Recente

Qualquer estudo relacionado ao tema economia informal, é o caso do comércio ambulante, torna-se deveras abrangente e impreterivelmente associado à dinâmica da economia em nível macro. Nesse sentido fazer um recorte espacial, ao definir o ramal férreo denominado de 8-Diamante e realizar um breve estudo socioeconômico e demográfico dos municípios “cortados” pelo mesmo, bem como fazer um recorte temporal ao delimitar a década de 1980 como marco inicial dos estudos relativos a este fenômeno, foi o meio encontrado para realizar uma análise mais concreta dos efeitos que esses fatores macro-econômicos causam na sociedade como um todo e em uma sociedade metropolitana, como é o caso da RMSP.

A realidade existente nesse período é composta por fatores diversos, já devidamente explicitados e analisados nos capítulos anteriores, e que se entrelaçam tal qual uma teia e se complexificam na medida em que complexas são as causas que os impulsionam e as conseqüências que derivam de sua existência. Uma realidade que na área circunscrita da pesquisa une e se coadunam seguintes fenômenos de âmbito macroeconômico e que se relacionam diretamente ao fenômeno do desemprego e conseqüente aumento das atividades do setor informal como um todo e do comércio ambulante especificamente:

- Intensificação na aplicação de novas tecnologias e substituição do padrão de organização produtivo pelas empresas de modo geral que reduz significativamente a necessidade de mão-de-obra que na RMSP é agravada pela interiorização, ou ocupação de área da “metrópole expandida”, por parte das indústrias empreendendo uma nova dinâmica locacional;
- Crises econômicas sucessivas e uma inserção no processo de globalização, de uma maneira que pode ser “suavemente” classificada como açodada e equivocada, expondo as empresas nacionais a uma competição com os agentes econômicos estrangeiros que culminou na eliminação ou processos de oligopolização de setores inteiros por parte do capital estrangeiro, aumentando assim o grau de internacionalização das empresas nacionais e, portanto, sua dependência;

- Migração ainda intensa em direção a RMSP composta por uma população com características que dificultam sua inserção no mercado de trabalho e concomitantemente ao processo migratório um desemprego que apresenta índices galopantes durante as duas décadas delimitadas.

Enfim, pode se caracterizar esta realidade com o misto de crise econômica e crise social, que embora já se tenha bem explicado anteriormente, vale a pena fazer um resumo deste quadro por meio das palavras de Oliveira (2006, pp. 47/48).

O ajuste imposto aos países pobres pelo FMI e pelos países centrais em decorrência da crise da dívida externa, nos anos 80, traduziu-se no declínio acentuado da atividade econômica e em pressões sobre a capacidade de recomposição dos salários. O estreitamento do mercado interno levou as empresas a adotarem estratégias de racionalização produtiva que implicaram no declínio da demanda por mão-de-obra (...) a despeito da instabilidade causada pelo descontrole dos índices inflacionários, o desemprego e a deterioração das condições de trabalho, na segunda metade dos anos 80, apresentou taxas de crescimento relativamente modestas quando comparadas aquelas observadas na década seguinte.

A década seguinte que do ponto de vista das condições de trabalho, salário e direitos trabalhistas, bem como do poder de ação dos movimentos sociais pode ser, neste caso, considerada como uma “década perdida”, perdas essas provocadas por medidas que fazem parte do arcabouço teórico e prático do programa neoliberal levado a cabo pelos governos que se sucederam neste período. Assim continua Oliveira (IDEM) com sua narrativa, agora sobre esta década:

As orientações macroeconômicas inspiradas no pensamento liberal que foram implementadas, principalmente na década de 1990, implicaram em mudanças profundas na estrutura produtiva nacional. Importantes cadeias produtivas foram atingidas pela entrada facilitada de produtos estrangeiros. O aumento da concorrência contribuiu não apenas para eliminação das empresas com baixa produtividade, mas também incentivou a modernização de plantas industriais e das formas de organização do trabalho que culminaram na destruição de expressivo número de postos de trabalho no setor industrial.

Sobre a crise que se faz presente no momento atual, mas que na verdade é mais uma das sucessórias crises que tomaram corpo desde os anos de 1970 e que atinge magnitudes internacionais, são na verdade “picos” de uma crise única criada pelos antagonismos de uma proposta econômica que têm como maior pressuposto a financeirização da economia em detrimento à produção, a concentração de riqueza

extrema em detrimento das condições sociais (e até da de consumidor) de pobreza, também, extremada. Sobre esta dinâmica Santos (2006 p. 35) afirma:

O processo da crise é permanente, o que temos são crises sucessivas. Na verdade, trata-se de uma crise global, cuja evidência tanto se faz por meio de fenômenos globais como de manifestações particulares, neste ou naquele país, neste ou naquele momento, mas para produzir o novo estágio de crise. Nada é duradouro.

Quando neste item da pesquisa há a proposta de conceber o território dos trens como sendo um “microcosmo”, um recorte espacial micro onde essas questões macro se materializam, está se referindo concretamente na existência de uma “massa” considerável de trabalhadores exercendo o ofício de ambulante, formada por trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. A figura 36 retrata de maneira simples e objetiva esta relação entre o desemprego e a atividade de comércio ambulante.

Figura 36: Charge “Desemprego e Comércio Ambulante: Uma Relação de Causa e Efeito

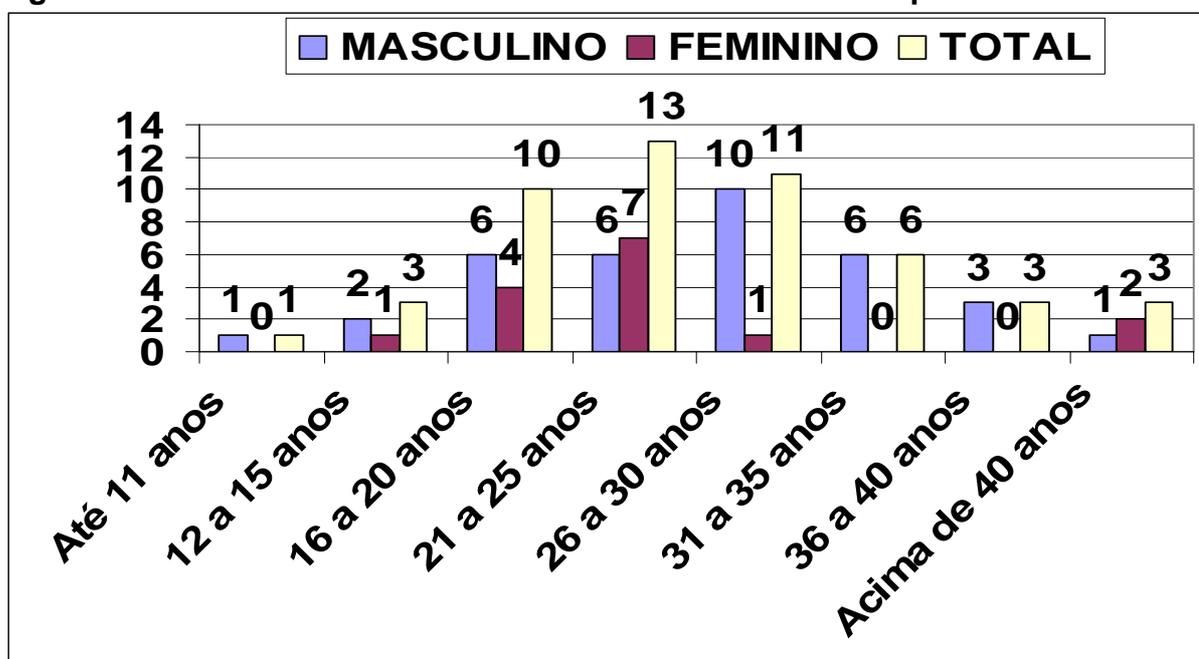


Fonte: <http://www.secbhrm.org.br/desemprego.jpg> (acesso em 26/05/2009)

Ao exercerem tal atividade os trabalhadores autônomos no comércio ambulante se vêem podados e perseguidos em nome de uma dita e necessária ordem social e

econômica que regulam toda e qualquer atividade econômica, os espaços públicos e as ações dos indivíduos por meio de leis e normas que visam zelar pela ordem, a moral e os bons costumes, mas que não necessariamente garante direitos primordiais como o de assegurar um trabalho digno e a garantia de sobrevivência. De acordo com pesquisa realizada junto aos mesmos o gráfico da figura 37 comprova a tese de que a “massa” que compõem o universo dos trabalhadores ambulantes realmente são, de acordo com critérios utilizados para a composição da PEA, aptos a integrarem o mercado formal.

Figura 37: Gráfico dos Trabalhadores Ambulantes do Trem por Sexo e Idade



Fonte: Elaboração e coleta de dados de autoria própria.

Quando é colocado a questão da “moral e bons costumes” nas análises e discussões a respeito do comércio ambulante não é uma questão meramente de retórica, é sim uma questão concreta e de grande importância, tendo-se em vista que nos acalorados discursos um dos principais argumentos usados para condenar tal atividade do ponto de vista moral (e não financeiro) está no fato de não pagarem impostos como os comerciantes legalizados.

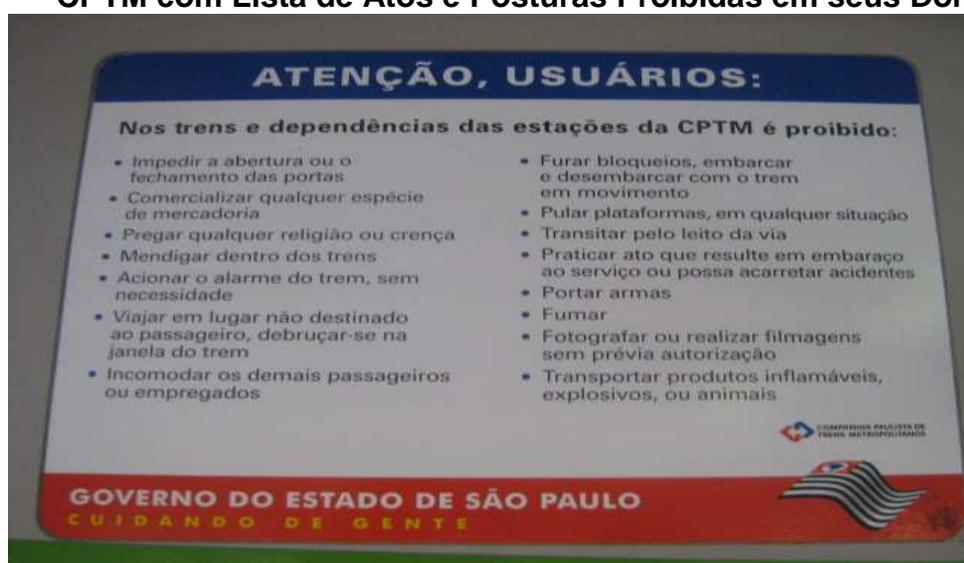
4.4. Caracterização do Território dos Trens e a Ocorrência do Comércio Ambulante

Sendo diversificada a atividade de comércio ambulante em relação à estratégia de venda, aos tipos de produtos comercializados e aos locais escolhidos para atuarem desde o aquecimento dessas atividades em meados da década de 80 e sua intensificação ainda maior na década seguinte, ficaria “comum” analisar as mesmas nas ruas e praças. A escolha dos espaços internos dos trens e estações da CPTM (o que inclui a as calçadas das estações que estão também sob a administração e responsabilidade da Companhia), localizados em uma área que faz parte da RMSP ocorreu em função desses espaços possuírem características que os tornam ímpares e importantes para compreender a intensidade desse fenômeno com maior clareza. As razões e características são as seguintes:

- Trata-se de uma pequena porção da região mais rica, populosa e industrializada do País, o Sudeste, portanto constituindo-se como um recorte espacial que possibilita a compreensão da dinâmica macro-econômica e das relações socioeconômicas e políticas que permeiam o tema central da pesquisa;
- O trecho escolhido, ramal 8-Diamante (Itapevi/Júlio Prestes), está localizado em uma área da RMSP que teve um maior adensamento populacional durante o período em que o País atravessava por uma sucessão de crises econômicas, décadas de 1980/90, e por transformações na distribuição territorial das indústrias em função da reestruturação produtiva, que é um dos fatores colocados como impulsionadores do aumento da atividade do comércio ambulante;
- O espaço restrito da CPTM configura-se como um território no sentido clássico, ou seja, pode ser concebido como um “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (SOUZA IN CASTRO ET ALLI, 2006 p. 97), tendo em vista que além das leis e normas que vigoram em todo o país, o espaço restrito sob a administração e controle da companhia possui um conjunto de normas específicas a serem obedecidas pelo conjunto das pessoas que transitam nesse espaço, além da existência de uma força policial e de segurança que atua de forma autônoma, zelando para que tais normas sejam cumpridas, como pode ser conferido nas figuras 38/39 ao final dos itens elencados;

- A exemplo do que ocorre em algumas áreas da cidade de São Paulo, que se configura como uma metrópole moderna assim como outras, há uma complexidade ao tratar-se do conceito e ação concreta dos indivíduos que disputam com o “poder formal” da Companhia o “poder de domínio” e “ação” sobre o território da CPTM. Configura-se nesse espaço o que é denominado como “**território flexível**” por Souza (CASTRO ET ALLI, 2006 p. 87), onde em algumas estações específicas (que serão mencionadas adiante) ou em horários específicos há uma “*flutuação*” ou troca momentânea do “*poder dominante*”.

Figura 38: Foto de Comunicação Existente no Interior dos Trens e Estações da CPTM com Lista de Atos e Posturas Proibidas em seus Domínios



Fonte: Foto de autoria própria

Figura 39: Foto de Integrantes da Polícia Ferroviária da CPTM



Fonte: www.cptm.sp.gov.br/e_atendimento/acoes_seg/ (acesso em 26/05/2009)

A dinâmica da atividade em si, da organização dos ambulantes para o trabalho e a forma de atuação do poder público por meio dos agentes de segurança são causas e efeitos das contradições existentes na sociedade capitalista baseada em princípios neoliberais como a atual, tornado o território dos trens um espaço privilegiado por tornar concretas as ações do Estado nas relações com os trabalhadores ambulantes e com o comércio formal existente no mesmo espaço.

4.4.1. Pequeno Histórico da Atividade do Comércio Ambulante nos Territórios da Ferrovia

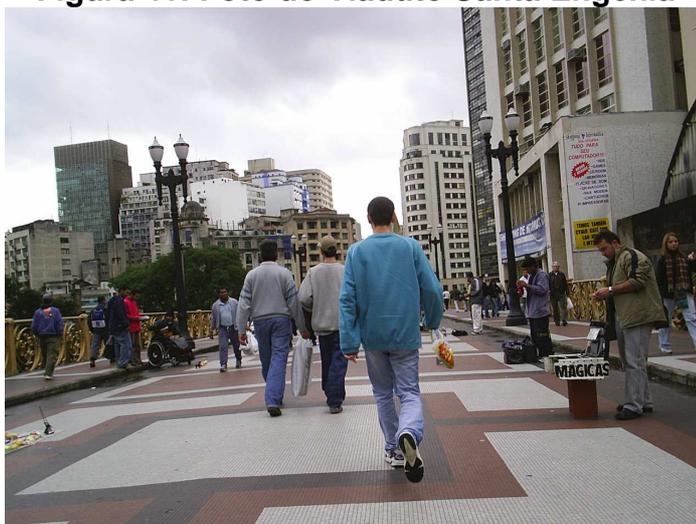
Como foi colocado no primeiro tópico a atividade de trabalho dos ambulantes sempre fez parte da economia, sem ser considerada ilegal ou informal durante um determinado período histórico. Uma característica inerente a esse tipo de atividade, aliás a qualquer tipo de atividade comercial, é a necessidade que se tem de localização estratégica em locais com intenso trânsito de pessoas, esta necessidade compreende tanto para os que desenvolvem tal atividade em pontos fixos ou móvel como os trabalhadores ambulantes. Estes espaços acabam por se tornarem os centros dessas atividades e conseqüentemente centros de conflitos entre os trabalhadores do setor informal e o poder público. As figuras 40/41 a seguir coloca dois desses locais como exemplos de pontos estratégicos e de constantes conflitos, ambos localizados no centro antigo de São Paulo.

Figura 40: Foto da Rua 25 de Março Maior Centro de Comércio Popular do País



Fonte: jrholland.files.wordpress.com/2009/05/ (acesso em 7/08/2009)

Figura 41: Foto do Viaduto Santa Efigênia



Fonte: www.saojudasnu.blogspot.com.br/ (acesso em 7/08/2009)

O uso e ocupação dos espaços relacionados aos transportes coletivos público como terminais rodoviários e ferroviários sempre existiram desde que eles existem, pois em qualquer cidade, principalmente as de porte médio e grande, os terminais ou pontos de parada de ônibus ou estações de trem são pontos de intenso fluxo de pessoas, ou seja, potenciais clientes. Nesse caso não só as áreas dos terminais são utilizadas como locais de comercialização pelos ambulantes o interior dos meios de transportes, trens e ônibus, também são espaços para o exercício da atividade como pode ser visto nas imagens das figuras 42/43 a seguir.

Figuras 42 e 43: Fotos da Prática do Comércio Ambulante nos Espaços Relacionados ao Transporte Público



Fontes: terminaldopapicu.files.wordpress.com/2009/05/reportagem_8.jpg

De acordo com narrativas de algumas pessoas com idade um pouco avançada e que vivenciaram um período no qual o uso do trem era mais utilizado como meio de transporte para viagens entre cidades e até estados, já havia a presença de vendedores no interior dos trens que comercializavam artigos como cigarros, fumo, balas, sorvete (picolé), doces, etc., em condição de legalidade perante as companhias administradoras e proprietárias ou, em alguns casos, havia a permissão de alguma “chefia” para que alguns indivíduos pudessem vender seus produtos entre um “parada” e outra pegando carona nas composições.

É importante colocar que as viagens nessa época percorriam longos percursos, diferenciando-se em muito da modalidade de transporte a qual é analisada nesta pesquisa que comumente é denominado de trem de subúrbio e que serve como meio de locomoção para uma população que pratica a migração pendular²⁶ entre os municípios da “franja” das regiões metropolitanas como as do Rio de Janeiro, São Paulo e demais existentes no País, e a cidade central ou demais áreas da região que concentram as atividades econômicas e conseqüentemente do emprego.

Essa realidade do trem de subúrbio onde o número de passageiros é grandioso (de acordo com dados da CPTM são cerca de 1,96 milhão de passageiros diariamente) torna o espaço das estações, suas imediações e o interior das composições num espaço ideal e, portanto, tentador para qualquer pessoa que deseja trabalhar na atividade de comércio ambulante mesmo tendo que enfrentar a repressão constante dos agentes de segurança. Nas figuras 44/45 abaixo vê-se a existência do comércio no interior dos trens.

Figuras 44 e 45: Fotos de Vendedor Ambulante e Passageiro Consumindo



Fontes: replica21.com/archivo/artistas/d/c_draeger/draeger_01.jpg e do próprio autor.

²⁶ A migração pendular compreende os processos migratórios de uma população que se desloca diariamente entre cidades localizadas próximas, um fenômeno comum nas regiões metropolitanas.

Durante muito tempo, até meados da década de 80 de acordo com observações empíricas resgatadas da memória, o comércio ambulante nos trens era praticado majoritariamente por pessoas que apresentavam aparentemente alguma dificuldade em ingressar no mercado de trabalho. Duas das dificuldades muito comuns, é o que deu para interpretar pelo volume de pessoas com tais características, era o fato de ser portador de alguma deficiência física ou ser muito idoso e por isso não conseguia mais emprego ou necessitava de complemento nos rendimentos. Além desse grupo, outro que foi e continua sendo numeroso é o formado pelas crianças e adolescentes que desenvolvem tal atividade em auxílio a um parente (pai ou mãe normalmente) ou trabalham individualmente para ajudar na renda familiar ou simplesmente conseguir comprar alguns objetos de consumo que não pode ser comprado pelos pais.

Atualmente esse perfil dos trabalhadores ambulantes que atuam nos trens está muitíssimo modificado, com exceção é claro do grupo das crianças e adolescentes. Esse novo perfil está associado aos fatores já bem colocados e explorados na pesquisa e que passaram a exercer influencia sobre o mercado de trabalho, de forma que a atividade do comércio ambulante, mesmo considerada ilícita e muito arriscada para o ambulante principalmente na questão financeira com a grande repressão que se instalou nos últimos anos, surja como uma alternativa efetiva de trabalho e de garantir a sua sobrevivência.

Esse novo perfil, a dinâmica de trabalho e o aumento e consolidação da atividade do nesse setor irão ser expostos, explicados e analisados a seguir a partir da representatividade desse fenômeno pelos trabalhadores autônomos que atuam no comércio ambulante praticado no interior dos trens da CPTM. Para tanto foram realizados “recortes” temporal (décadas de 80/90 e período atual) e espacial, tendo em vista que houve uma delimitação no trecho referente ao ramal 8-Diamante da CPTM localizado na sub-região Oeste da RMSP que será apresentada sem maiores aprofundamentos na seqüência.

4.5. Histórico e Caracterização dos Municípios da Sub-Região Oeste da RMSP “Cortados” Pelo Ramal 8-Diamante da CPTM

A complexidade da dinâmica social e econômica no capitalismo por vezes surpreende pela forma de aparente naturalidade com que os fenômenos ocorrem. Atualmente pode-se considerar que embora haja uma concentração em um espaço maior como os das áreas metropolitanas de pessoas e atividades econômicas, há, contraditoriamente, uma especialização desse espaço, ou seja, *“uma vez estabelecida, a economia urbana integra as diferentes partes do território, ao especializá-las produtivamente, tornando-as interdependentes”* (SINGER, 2002 p. 17).

Esse fenômeno da “especialização econômica” do espaço em função da territorialização e concentração em alguns deles das plantas industriais não é novo no que diz respeito à RMSP, esse processo que já fora devidamente explicitado no segundo capítulo, teve repercussões no adensamento populacional de forma diferenciada nas sub-regiões, ou seja, a ocupação e o ritmo de crescimento das cidades não se deram de maneira uniforme em relação ao período nem aos números de habitantes, eles obedeceram a essa dinâmica de territorialidade criada a partir da distribuição dos setores das indústrias. Essa dinâmica é sintetizada por Bordo (2005 p. 05) ao afirmar que *“do ponto de vista espacial, o crescimento concentrado na Grande São Paulo ocorreu, principalmente, nos municípios localizados no entorno da capital paulista, notadamente no ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema).*

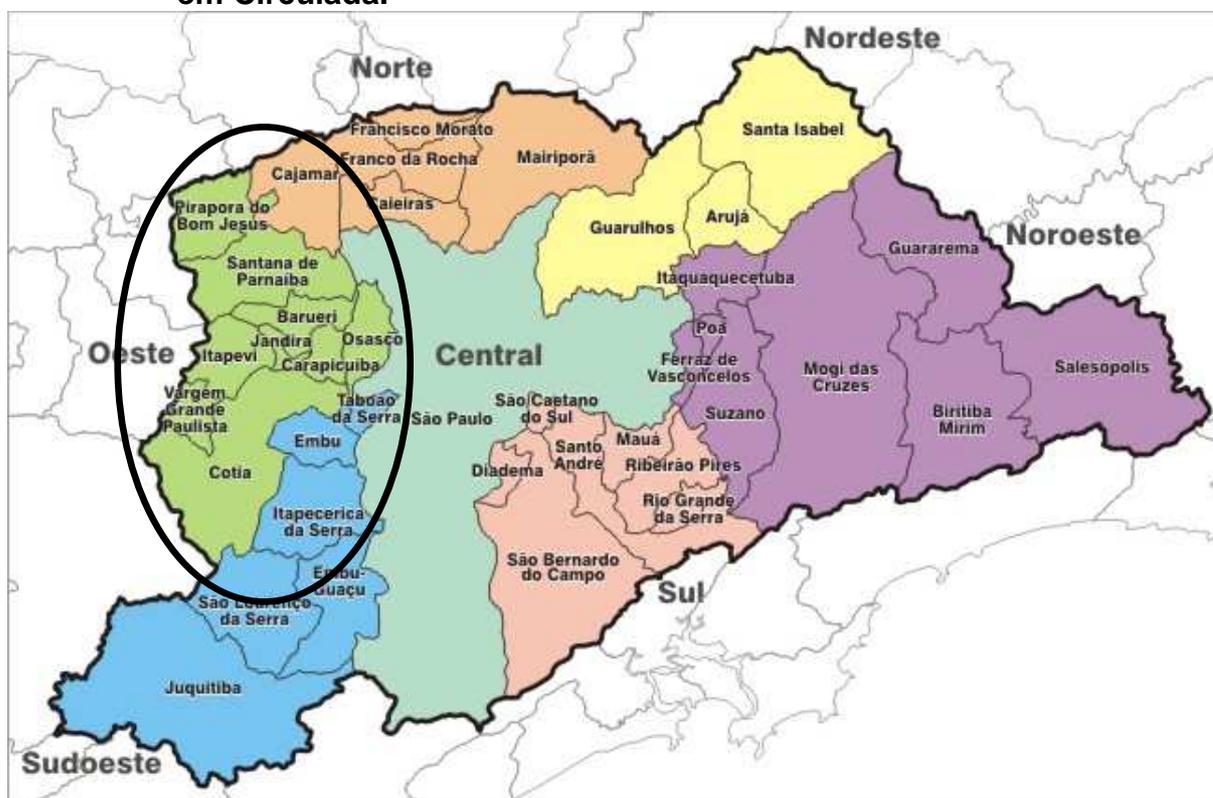
Sobre o deslocamento da população da região central e principalmente da periferia da capital paulista para a periferia formada pelos municípios da região metropolitana tem-se a compreensão de que os processos e problemáticas surgidas são numerosos e graves. Sobre esse processo Verás (2001 p. 3) faz a seguinte constatação e afirmação:

Em processo de desconcentração metropolitana, as cidades menores da periferia da região vêm revelando expressão populacional crescente, aumentando para cerca de 40% seu peso no conjunto da metrópole, enquanto o Município de São Paulo, que já representou 72% em 1970, hoje concentra cerca de 60% dos habitantes da RMSP. Fluxos maciços de migrantes pobres dirigem-se às periferias da metrópole, criando zonas densas com alojamentos

precários (favelas e loteamentos clandestinos), e porções deterioradas e centrais abrigam formas de inquilinato social (cortiços, nas mais variadas modalidades).

Com relação à área onde está focada a pesquisa, a Sub-região Oeste da RMSP formada pelos municípios em destaque na figura 46 abaixo, deu início a um crescimento significativo a partir dos anos 70 alcançando uma grande intensidade nos anos 80 e 90²⁷, crescimento esse protagonizado predominantemente por uma população caracterizada economicamente como de baixa renda.

Figura 46: Mapa da Região Metropolitana de São Paulo com a Sub-região Oeste em Circulada.



Fonte: http://www.stm.sp.gov.br/hotsite_expansao/mapa_rmsp.jpg (acesso em 10/08/2009)

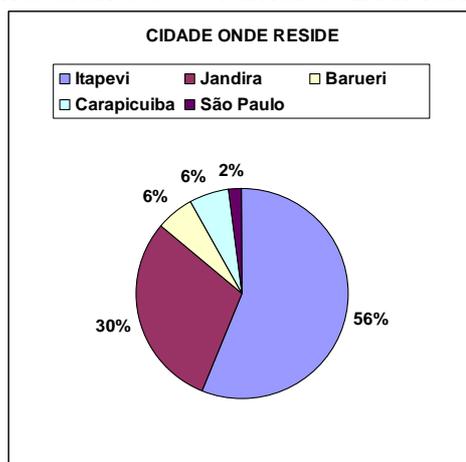
O trem foi peça fundamental no adensamento populacional na sub-região Oeste da RMSP a partir da década de 70. A interligação entre Itapevi, que está no

²⁷ Apesar de fazer referências ao processo de urbanização brasileiro como um todo, a pesquisa focou as três décadas pelo fato de que foi neste período que a Sub-região Oeste da RMSP recebeu o maior contingente populacional como consequência do enorme fluxo migratório ocorrido para São Paulo neste período. Como é afirmado em Santos (1994 p. 29-30-54) “somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana de 1960 (...) a mais rica de todas, São Paulo, é a que tem maior poder de atração. Basta dizer que, entre 1970 e 1980, a região metropolitana de São Paulo recebe, sozinha, 17,37% do total de migrantes do país.”

extremo da área metropolitana em tal direção, com a estação Júlio Prestes, localizada no chamado centro velho da capital paulista, pela rede ferroviária através do ramal 8-Diamante da CPTM atravessa os municípios de Jandira, Barueri, Carapicuíba e Osasco, ligando estes ao centro da capital, sendo, portanto, um dos principais vetores do elevado crescimento populacional dessas cidades. Pessoas e até famílias inteiras, que apesar de estarem inseridos no mercado de trabalho de outras localidades, encontraram e encontram ainda hoje a facilidade de viabilizar soluções de moradia a baixo custo, constituindo-se num atrativo para o crescimento populacional, já que permite o acesso ao centro de São Paulo (Júlio Prestes, Barra Funda e estação da Luz) com relativa facilidade, integrando-se à rede de metrô.

Além de fazer um recorte espacial em relação às sub-regiões, é necessário nesse momento realizar um outro que delimita a área de abrangência nos municípios citados parágrafo anterior que são os “cortados” pelo ramal 8-diamante da sub-região Oeste da RMSP excetuando a capital, tendo em vista que, de acordo com a pesquisa, o grupo pesquisado é formado por moradores praticamente apenas dessas cidades, sendo majoritariamente dos municípios da do “fim da linha” do ramal 8 como está a mostra na figura 47 a seguir.

Figura 47: Gráfico das Cidades Onde Residem os Ambulantes do ramal 8- Diamante da CPTM



Fonte: Coleta de dados e elaboração próprios

A população que fez morada nesses municípios era, e ainda o é, composta amplamente por migrantes, em sua maioria nordestinos, descendentes de uma primeira geração destes e grupos deslocados pelo poder público por meio de programas habitacionais, mas que possuem as mesmas características

socioeconômicas em função da origem comum. O contingente populacional dos mesmos mais que triplicaram nas três últimas décadas sem que houvesse condições de assegurar um adequado planejamento urbano compatível com a expansão urbana ocorrida. Muitas áreas públicas foram invadidas, áreas livres foram ocupadas por favelas, loteamentos clandestinos e irregulares foram implantados e alguns foram regularizados sem a infra-estrutura necessária.

Esta expansão da estrutura urbana das cidades caracteriza-se pelo assentamento de população de baixa renda, ao longo da estrada de ferro, ocupando inicialmente as áreas próximas à estação e mais favoráveis ao assentamento humano. As áreas restantes dos municípios foram parceladas em chácaras que nas últimas três décadas foram novamente parceladas normalmente em lotes de 125m², expandindo dessa maneira as manchas urbanizadas para áreas sem infra-estrutura ou localizadas em locais não propícios à ocupação como várzeas de córregos e rios ou encostas de morros com declividades elevadas.

Esse ritmo de crescimento ocorria por ser este o espaço que restou para ser ocupado a um custo acessível nos preços de aluguéis dos imóveis ou para a compra de lotes em loteamentos, em sua maioria, clandestinos e irregulares. A situação se agravava também pelo fluxo que, embora tenha diminuído permaneceu em números absolutos ainda grandes, sendo esses novos migrantes normalmente acolhidos pelos parentes ou conterrâneos da mesma cidade de origem, vindos na primeira leva. Estas condições são sintetizadas a seguir nas palavras de Camargo (1976 p. 17):

Se examinado o desenvolvimento da cidade do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, verifica-se um levado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. É a distância entre a riqueza, representada nas moradias suntuosas dos "Jardins", e a pobreza dos bairros de trabalhadores, carentes dos serviços urbanos básicos – transporte, água, esgoto, habitação (...) o próprio contraste entre o grau de desenvolvimento econômico da grande São Paulo – medido pelos níveis globais de acumulação – e a presença de situações de pauperismo recoloca em discussão o que se entende por "situação privilegiada" da metrópole paulistana.

4.5.1. Caracterização Econômica.

Dentre os municípios que compõem a Sub-região Oeste da RMSP teve-se e têm-se ainda características econômicas muito diferenciadas: Pirapora do Bom

Jesus ainda se caracteriza pela atividade turística; Vargem Grande Paulista ainda têm a produção agrícola como principal atividade, Carapicuíba, Barueri, Jandira e Itapevi entrecortados pela estrada de ferro e a cidade de Cotia pela rodovia Raposo Tavares, possuem atualmente uma base econômica industrial importante, base esta que só ganhou peso e importância a partir da década de 1980, ao contrário de Osasco que, como já fora colocado, industrializou-se em período bem anterior.

De acordo com a lógica de distribuição territorial das plantas industriais na RMSP houve apenas uma exceção na sub-região Oeste que foi a cidade de Osasco, isso pode ser compreensível até em função de sua proximidade fronteiriça com São Paulo, proximidade essa que até 1922 seu território era um dos sub-distritos da capital. Portanto, os demais municípios da sub-região não foram no *boom* do processo de industrialização (décadas de 50/60/70) contemplados com uma industrialização em níveis que podem ser considerados importantes, pois as empresas que neles existiam eram poucas e se dedicadas às atividades de extração mineral e do ramo alimentício como, por exemplo, a indústria de cimento Santa Rita em Itapevi (talvez a maior empresa do conjunto das quatro cidades da área estudada) e alguns frigoríficos na mesma cidade além de Jandira e Carapicuíba.

Esta dinâmica da economia da sub-região Oeste causou, entre outras coisas, uma menor oferta de vagas no mercado de trabalho, não só pelo fato de não possuir indústrias, mas também pelo fato de sua inexistência tornar a economia da área pouco dinâmica nos outros setores, o que poderia absorver um contingente de mão-de-obra. Nesse sentido os municípios desse eixo da RMSP foram caracterizados como cidades dormitórios fazendo com que houvesse uma homogeneidade nesses municípios em relação à população que a ela se destinou para efetivar moradia, criando uma espécie de “especialização” da mão-de-obra.

Esse fenômeno de territorialização da mão-de-obra ocorreu no espaço da RMSP de forma diferenciada nas sub-regiões em função do processo de territorialização das indústrias acabaram por territorializar a oferta da mão-de-obra que pode ser qualificadas em “altamente especializada” (ou qualificada), “especializada” e “não-especializada” para o trabalho nos diversos ramos da indústria. Na prática trata-se da “divisão espacial do trabalho e da produção” que acaba repercutindo nas condições de vida dessa população que passam a compor a paisagem da “franja” da capital e da região metropolitana de forma a representar também as diferenças sociais a partir das contradições sócio-espaciais, diferenças

essas determinadas pela baixa renda salarial de seus membros como afirma Sánchez (1979 p. 09):

A través del salario se estructuran espacios (sociales y geográficos) claramente delimitados como soporte de la división social. Se observamos cómo dentro de la división social, se reproduce la fuerza de trabajo, vemos que el salario se compone de factores que, valorados de diferente forma, y a conveniencia del capital, dan como resultado una división social jerarquizada en la que se asienta la reproducción (...) Entre otros, un factor que se manipula es el del establecimiento de costes de producción-reproducción diferenciales, a los que se hacen corresponder salarios diferenciales, sea a través de la división social o de la división espacial del trabajo. El salario diferencial en el espacio permite los desplazamientos empresariales buscando el máximo excedente. Cabe suponer que este espacio socialmente diferenciado (cartográficamente representable), en el que se dan necesidades socialmente diferenciadas y que requieren unos salarios de reproducción a su vez diferenciados, deberá ser mantenido por el modo de producción dominante como fuente espacial de explotación.

Nesse processo de divisão espacial do trabalho e da produção coube num primeiro momento aos municípios da sub-região Oeste ser destina como local de moradia para uma população com menor qualificação para o mercado de trabalho, principalmente para o setor industrial, aliás, um setor da indústria que pela proximidade da estação Júlio Prestes empregou um grande contingente da força de trabalho oriundas desse eixo da RMSP até o final da década de 80 e início dos anos 90 foram as empresas do setor têxtil localizado no bairro do Bom Retiro. No demais, a outra parte que constituía a maioria da PEA da sub-região majoritariamente dedicava-se a atividades do setor da construção civil, prestação de serviços em funções de baixa remuneração e pouca ou nenhuma qualificação como serviços domésticos, porteiros, entregadores, vigilantes, entre outras.

É importante fazer uma menção ao município de Barueri que em função da instalação do condomínio fechado destinado moradia para a classe alta, considerado até a década de 90 como de “alto luxo”, e que trouxe agregado atividades comerciais, de serviços e um pequeno parque industrial (pequeno em dimensões de área e não em volume de negócios e tamanho das empresas) fez com que o município tivesse em partes uma modificação em sua qualificação e função econômica, passando a ser considerada um cidade industrializada comparável a Osasco. É importante ressaltar que embora haja uma nova função econômica para a cidade ela não foi suficiente para modificar de forma substancial o quadro socioeconômico da população que vive aquém dos altos muros com proteção de rede elétrica dos condomínios Alphaville/Tamboré, quadro que não

pode ficar numa leitura simples do números elaborados por médias sobre a situação socioeconômica dos municípios da área estudada que consta nos anexos.

A abertura do Rodoanel, obra que aparece como a principal dos últimos tempos neste setor no setor de transportes na RMSP, está criando uma nova dinâmica locacional em seu interior, e, especificamente na área correspondente a Sub-região Oeste, tem iniciado uma nova fase em seu processo de industrialização, adensamento populacional, enfim em sua função econômica, fase esta caracterizada pela implantação em sua maioria de empresas ligadas ao setor de prestação de serviços, sendo o principal ramo de logística já que está área, ainda dispõem de uma enorme área disponível para empreendimentos empresariais, além de segurança, limpeza, etc.).

Essa nova fase de desenvolvimento, portanto, acaba por não coadunar com a necessidade do mercado de trabalho, pois esses tipos de empreendimentos empresariais exigem pouca mão-de-obra, portanto não ameniza significativamente os índices de desemprego na mesma, além de necessitar de baixa qualificação com uma conseqüentemente baixa remuneração, tornando os empregos pouco atraentes se comparados, por exemplo, a renda obtida no comércio ambulante. Isso pode ser uma das causas da pertinência dessa atividade em elevado número mesmo quando o mercado de trabalho apresenta uma melhora na oferta de vagas, isso foi observado nas conversas “informais” que foram estabelecidas junto aos ambulantes que atuam nos trens.

4.6. O Aumento da Atividade “Informal” no Território dos Trens

A década de 80, como foi exposto no capítulo II, foi um marco no desenvolvimento econômico do País por interromper uma trajetória que se mostrava ascendente desde meados do século XIX, uma década marcada por crises sucessivas que fizeram eclodir a partir de sua metade no aumento dos níveis de desemprego que na década seguinte atingiram níveis nunca antes alcançados. Até então a atividade de comércio praticado pelos trabalhadores ambulantes existia como sempre existiu, porém não era significativo principalmente em espaços metropolitanos como a RMSP por haver até então uma oferta de vagas no mercado de trabalho que absorvia a contento a mão-de-obra existente nesse espaço.

Esse equilíbrio que atingiu quase uma situação de pleno emprego tornava a atividade informal como a do comércio ambulante pouco atraente ou desnecessária para a esmagadora maioria da classe trabalhadora. A mudança da conjuntura econômica fez não só essa visão modificar como as mesmas passaram a se tornar às únicas alternativas para obtenção de algum rendimento que garantisse o sustento. Proliferou-se com enorme rapidez o número de trabalhadores autônomos que ofereciam como serviço àquilo que praticava antes nas empresas; oficinas de costura nas garagens e dependências das residências que marcava como um exemplo o processo terceirização pelo qual estava passando a economia; o número de camelôs e ambulantes que passaram a permear as principais ruas, viadutos e praças da região central de São Paulo e todos os locais com potencial para a prática de tais atividades, acirrando e resultando nos intensos conflitos com o poder público como pode ser visto nas figuras 48/49.

Figuras 48 e 49: Fotos de Conflitos e Protestos que envolvem os Ambulantes



Fontes: 3.bp.blogspot.com/ e estadao.com.br/fotos/ (acesso em 03/08/2009)

Na modalidade do comércio ambulante, uma atividade que é diferenciada da atividade do camelô por possuir algumas especificidades na sua forma de organização as quais foram especificadas no capítulo I, não foi diferente. Uma enorme “massa” de trabalhadores autônomos passou seguir eventos como shows, manifestações de rua, eventos esportivos ou qualquer outro que reunisse multidões, bem como procurar e delimitar um espaço como roteiros de ruas ou o território dos trens como é o caso do *lócus* da pesquisa, para desenvolverem suas atividades, uma quantidade que cresceu na mesma medida em que aumentavam os níveis de desemprego seja em função de demissões de trabalhadores ou pela dificuldade dos novos migrantes e dos jovens ainda sem experiência em ingressar no mercado de trabalho.

No território dos trens um número cada vez maior de pessoas passaram a “engrossar” o contingente desse grupo, com as mais diversas idades e com as mais variadas experiências profissionais, ou então sem experiência alguma. Um território que até então não tinha por parte da Companhia uma preocupação maior com esse tipo de evento em função do número pequeno dos praticantes e por ser uma atividade praticada por “aqueles que necessitavam de ajuda” no sentido filantrópico do ato.

Esse contingente que cresce e permanece grande são crianças e adolescentes que complementam a renda familiar ou trabalham para adquirir pertences de próprio uso e que os pais não conseguem comprar; jovens que apresentam atraso escolar e inexperiência profissional ou adultos com pleno vigor para ingressar em qualquer atividade do mercado de trabalho, mas que apresentam também dificuldades seja pela falta de vagas, pela defasagem escolar ou por não possuírem em suas experiências anteriores qualidades suficientes exigidas nesse novo sistema de organização da produção ou até por que suas profissões já são raras nas empresas ou até não mais existem.

Se até meados da década de 80 os trabalhadores ambulantes se resumiam a deficientes físicos, idosos e crianças os números eram de algumas dezenas. De acordo com projeções fornecidas pelos próprios ambulantes e pelos donos dos estabelecimentos comerciais que abastecem os mesmos, denominados de docerias ou “bolachinhas”, atualmente o número de ambulantes que atuam só no ramal 8-Diamante é de aproximadamente 200 trabalhadores. É bom que se diga que esse número é menor do que a cerca de 2 a 3 anos quando a CPTM resolveu intensificar

com maior rigor as ações de combate ao esse tipo de comércio, segundo os mesmos esse número nessa época era de aproximadamente 500 trabalhadores que se alternavam em horários e dias de trabalho como ficará explicado adiante.

Adiante também, nos próximos subitens desse tópico, serão apresentados números extraídos da pesquisa de campo junto aos integrantes dessa gama de trabalhadores ambulantes do trem, e que não só pode como deve ser usado para ter-se a devida noção do quadro socioeconômico desse contingente de trabalhadores, bem como da forma de organização de trabalho e das dificuldades enfrentados pelos mesmos.

4.6.1. Um Perfil Socioeconômico: Quem São os Trabalhadores do Comércio Ambulante dos Trens

Um procedimento que deixa fria a análise científica sobre questões sociais é o fato de apresentar os dados e transformar em números abstratos aquilo que é concreto e sentimental. No decorrer desta pesquisa várias frases e expressões procuraram transmitir ao leitor desta pesquisa uma posição de que se está tratando de seres humanos, de pessoas nas condições de pais e mães de família, já que 52% dos entrevistado no trem declararam serem casados, que buscam de alguma forma saciar a si a aos seus as necessidades básicas inerentes a sua condição de ser humano. Este contingente de trabalhadores também é formado por crianças, adolescentes e jovens que cultivaram e cultivam sonhos e realizações profissionais e por algum motivo, necessidade em ajudar a renda da família, comprar “coisas” que os pais não podem oferecer, gravidez precoce que obrigou a trabalhar. Enfim, embora as informações apareçam em forma de dados é importante que se tenha sempre a concepção de que está por trás dos mesmos sentimentos e emoções.

Dentro do universo escolhido para exemplificar o fenômeno do aumento e consolidação do comércio ambulante, os trabalhadores ambulantes dos trens da CPTM que atuam no ramal 8-Diamante, foram escolhidos 50 pessoas, sendo 35 homens e 15 mulheres, números esses compreendidos como suficiente e proporcional ao número de trabalhadores que possibilita uma análise representativa a contento desse universo, a partir de uma análise empírica que foi realizada de antemão.

Das informações coletadas na pesquisa de campo junto aos mesmos, algumas características já foram citadas e que podem ser consideradas nesse perfil socioeconômico. Uma primeira a ser citada é o fato de os trabalhadores ambulantes considerarem a sua atividade como um trabalho e não como algo temporário, ou seja, um “bico”. Esta visão pode estar relacionada ao fato de enxergar que essa atividade pode ser uma atividade integrada à economia “formal”, portanto uma oportunidade igual as demais de trabalho ou então por falta de perspectiva profissional no mercado de trabalho formal em função de alguns pressupostos como baixa escolarização ou formação técnica por meio de cursos profissionalizantes como foi verificado na pesquisa de campo, cujos dados estão a seguir nas figuras 50/51 em números absolutos em relação a um total de 50 pessoas como já esclarecido:

Figura 50: Gráfico do Nível Escolar dos Ambulantes que Atuam nos Trens

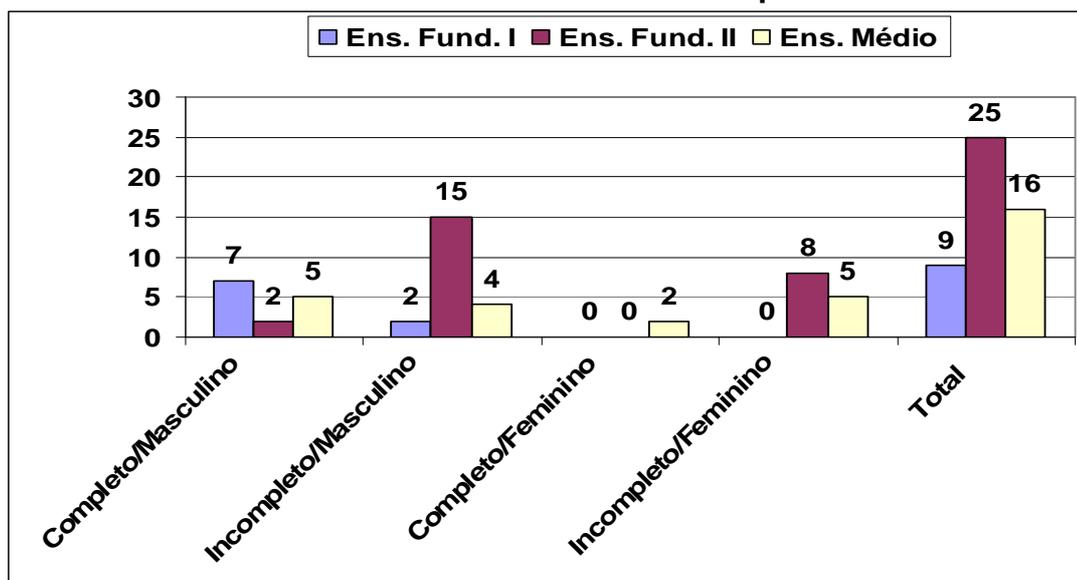
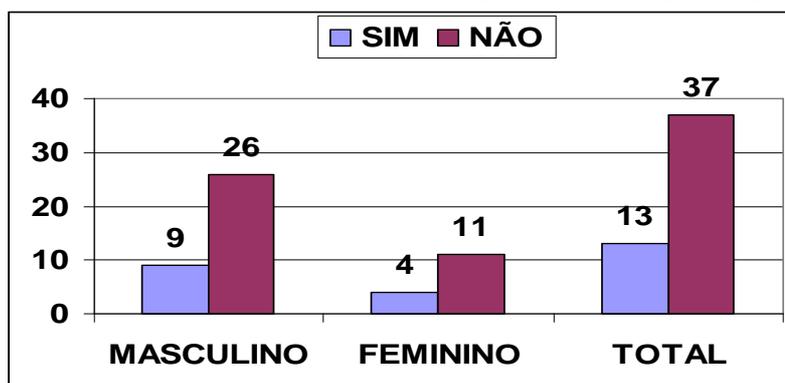


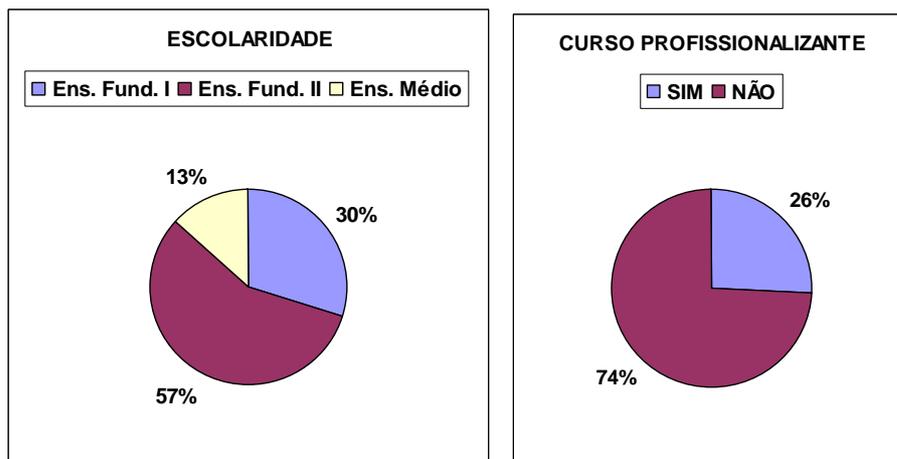
Figura 51: Gráfico com Índices dos Ambulantes Possuem Cursos Técnicos



Fonte: Coleta e elaboração Próprias

Quando se restringe a análise ao universo dos trabalhadores ambulantes do sexo masculino, cujo percentual de 74% considera a atividade que exerce no comércio ambulante como trabalho, os índices são levados a uma confirmação de tal hipótese como é verificado na figura 52.

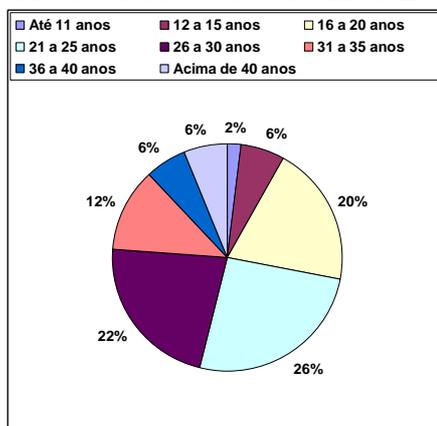
Figura 52: Gráficos da Escolarização²⁸ e Formação Profissional dos Ambulantes do Sexo Masculino



Fonte: Coleta e elaboração Próprias

A associação que esta pesquisa estabeleceu entre a questão do desemprego, seja ele motivado pelas dificuldades de ingresso dos jovens no mercado de trabalho ou pelo fato de os ambulantes serem trabalhadores que ficaram desempregados, é passível de confirmação ao verificar-se os dados constantes das figuras 53/54 relativos à idade e ao tempo em que estão exercendo essa atividade nos trens.

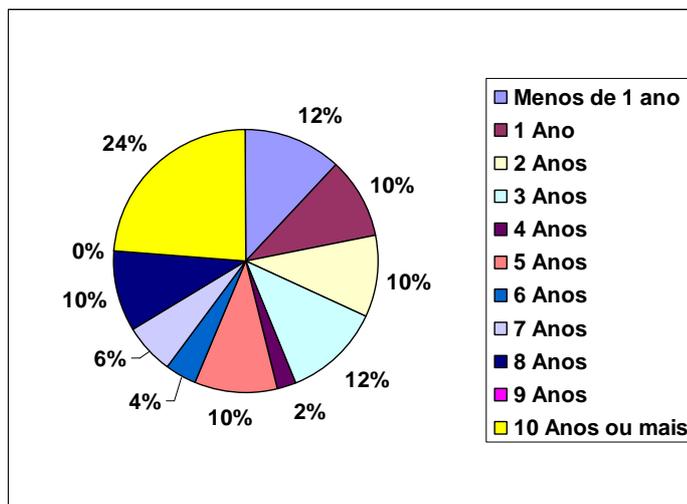
Figura 53: Gráfico em Percentuais das Faixas Etárias dos Ambulantes



Fonte: Coleta e elaboração próprias

²⁸ Ainda de acordo com dados da mesma pesquisa 86% dos ambulantes não estão estudando.

Figura 54: Gráfico do tempo em que Trabalhadores Ambulantes Atuam nessa Atividade nos Trens



Fonte: Coleta e elaboração próprias

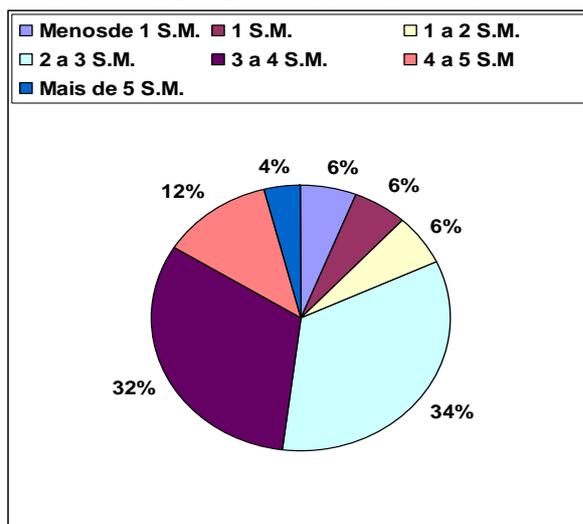
Neste último gráfico fica evidente que uma parcela considerável do contingente dos trabalhadores ambulantes que trabalham nos trens da CPTM ingressou nessa atividade num período cujos índices de desemprego encontravam-se muito altos (como consta do último tópico do capítulo III). Se considerarmos que o mercado de trabalho demonstrou certa recuperação nos últimos 5 anos, portanto desde 2004, aqueles que iniciaram nessa atividade em tempo igual ou superior a esse o fizeram em função do desemprego, nesse caso o percentual daqueles que estão com esse tempo ou mais trabalhando como ambulante alcança 54% de acordo com o levantamento realizado. Essa relação entre o desemprego e o trabalho como ambulante também é reforçada pelo percentual de 70% dos entrevistados declararem que essa atividade não foi o primeiro emprego.

Por sua vez, quando é analisado o gráfico relativo à idade das pessoas que trabalham como ambulantes se vê nitidamente que a esmagadora maioria não só se encontram na faixa etária correspondente a PEA como também se encontram com idades consideradas ideais para o mercado de trabalho. Se considerarmos a faixa ideal para o mercado de trabalho entre 21 e 40 anos o percentual atinge 66%, ao ampliar com a faixa de idade a partir dos 16 anos (uma idade muito comum para o ingresso dos jovens da periferia no mercado de trabalho) esse percentual chega a 86%.

Com famílias compostas em média por cinco integrantes a realidade da rotina do trabalho seja em qualquer função ou condição chega muito cedo para grande

parte dos moradores das cidades periféricas da RMSP, buscando qualquer renda, no início submetem-se a condições trabalho ruins e salários baixos. A baixa qualificação profissional, aliada à realidade do mercado de trabalho atual que disponibiliza para essa “massa” de trabalhadores funções pouco valorizadas e com vínculos de trabalho precários, a renda obtida por uma grande maioria não consegue ser suficiente para atenderas necessidades da família a contento, ficando muito distante do valor estipulado pelo DIEESE como salário mínimo necessário²⁹, que neste mês (julho/09) está estipulado em R\$ 1.994,82, portanto mais de quatro vezes o salário mínimo vigente de R\$ 465,00. Este valor estipulado pelo DIEESE também se encontra acima de da renda familiar de 84% dos ambulantes do trem segundo os dados da figura 55.

Figura 55: Gráfico da Renda Média por Família dos Trabalhadores Ambulantes do Trem



Fonte: Coleta e elaboração próprias

De acordo com os dados coletados, expostos e analisados até então, o rapaz da figura 56 a seguir que foi um dos ambulantes entrevistados e que aceitou ser fotografado trabalhando (nesse instante acabando de adentrar no vagão pela janela

²⁹ Salário mínimo necessário: Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedado sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada Mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário. (Fonte: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>)

devido a proibição transportar mercadorias normalmente vendida nos trens e para economizar passagem) pode ser considerados uma síntese do trabalhador ambulante dos trens e, arriscaria dizer de todo o contingente dos trabalhadores informais que atuam nas mais diversas modalidades e espaços do país.

Figura 56: Foto de Trabalhador Ambulante no Interior do Trem da CPTM



Fonte: Coleta e elaboração próprias

4.7. Organização do Trabalho e dos Trabalhadores Ambulantes no Território dos Trens

Antes de iniciar a exposição das formas de organização dos trabalhadores e do trabalho dos ambulantes é necessário se reportar ao território dos trens ao qual essa pesquisa delimitou com uma maior precisão. O ramal 8-Diamante possui 24 estações, iniciando na estação Júlio Prestes, no bairro dos Campos Elíseos na cidade de São Paulo, até a estação de Amador Bueno, um dos bairros da cidade de Itapevi. O trecho final que se estende após Itapevi não foi considerado nesta pesquisa pelo fato de o mesmo ter outra forma de administração e cuidados por parte da CPTM, como o acesso livre dos passageiros e encontrar-se em quase abandono por parte da Companhia.

Perfazendo um total de 35,3 Km entre a estação Júlio Prestes e Itapevi e transportando um total de 386 mil passageiros de acordo com dados do site da CPTM extraídos em 07/08/2009, o território dos trens delimitado é representado a seguir nas figuras 57/58 que mostram primeiramente o mapa ferroviário da RMSP e posteriormente um recorte ampliado do ramal 8-Diamante.

Mapa do Transporte Metropolitano





Fonte: http://www.cptm.sp.gov.br/E_IMAGES/geral/Mapa_popup.asp

O rapaz retratado na foto do tópico anterior que adentrou no trem pela janela após ter pulado um muro com mais de dois metros de altura, não o fez apenas para não pagar a passagem, o fez também por ser proibido o acesso de passageiros portando qualquer tipo de produto que os seguranças identifiquem como sendo mercadorias comumente comercializadas nos trens pelos ambulantes, ou até considerem como potenciais mercadorias a serem comercializadas.

As cenas com agentes de segurança verificando caixas, bolsas e recipientes e proibindo o acesso de pessoas com esse tipo de produto tornou-se comum nos últimos anos, sendo quase impossível o embarque nas estações reconhecidas e consideradas como pontos de aglomeração dos ambulantes. O tal muro ultrapassado pelo ambulante foi em uma das cinco estações onde os mesmos costumam se aglomerar, a estação “Sagrado Coração”, a penúltima do ramal 8-Diamante no sentido Itapevi, cuja imagem da figura 59 está mostrando o tal muro e a presença, que é constante e mais numerosa nesse caso, de seguranças patrimoniais contratados de empresas particulares de prestação de serviço.

Figura 59: Foto da Estação Sagrado Coração



Fonte: Coleta e elaboração próprias

Além da estação Sagrado Coração as outras quatro onde estrategicamente os trabalhadores ambulantes se reúnem são Engenheiro Cardoso, Jardim Silveira, General Miguel Costa (mais conhecida como Km 21) e Lapa. Uma estação também estratégica para os ambulantes, não como ponto de reunião e sim de troca de composição para retorno, que é a estação Santa Terezinha escolhida por apresentar pouco movimento e, por isso, pouca vigilância além de uma localização que favorece a fuga em caso de perseguição dos seguranças, por ser ampla a área ao seu redor.

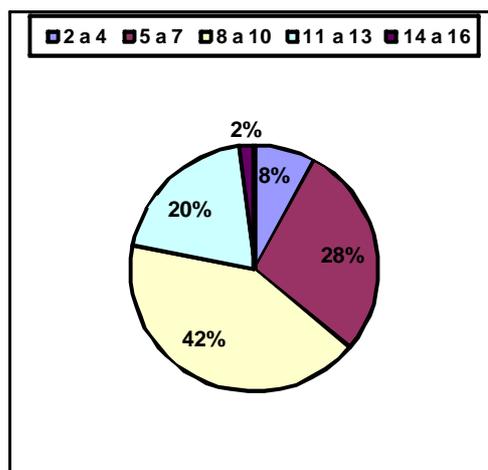
As cinco estações citadas como sendo ponto de reunião dos ambulantes desse ramal são estratégicas pelos seguintes motivos: possuem pontos de venda das mercadorias comercializadas, sendo as principais as estações do Sagrado Coração, Jardim Silveira e Km 21; possuem algum tipo de fragilidade na segurança que possibilita o acesso aos trens; se firmaram a muito tempo, mais de décadas, como pontos de reunião dos ambulantes e, por isso, tem uma infra-estrutura de apoio como locais que vendem alimentação a crédito.

Essa rotina de encontro em locais específicos acaba por proporcionar uma forma de organização espontânea e involuntária dos trabalhadores ambulantes, uma organização que objetiva defender-se, ou melhor, “driblar” a segurança (o que será mais detalhado adiante) para conseguir comercializar nos trens, montar uma rede para compra de mercadorias a preço mais barato e, principalmente solidarizar-se financeiramente quando o “rapa”³⁰ apreende as mercadorias de algum deles. Nessa troca de idéias e informações há um consenso, o desejo de poder trabalhar livremente no território dos trens e das estações, no entanto não há entre eles nem uma tentativa em organizar-se para esse fim nem em procurar alguma entidade que buscasse organizar esse objetivo.

O cotidiano do ambulante que trabalham nos trens além de ser marcado por uma tensão que tem aumentado muitíssimo nos últimos anos em função do aumento da fiscalização por parte da companhia, também é marcado por uma rotina de trabalho, que embora não seja obrigatória a necessidade faz com que a jornada de trabalho seja longa, como pode ser confirmado na análise dos dados da figura 60.

³⁰ O “rapa” é uma designação da ação dos fiscais ou de autoridades no ato de apreensão das mercadorias na linguagem dos trabalhadores autônomos em geral que atuam nas ruas, como ambulantes e camelôs.

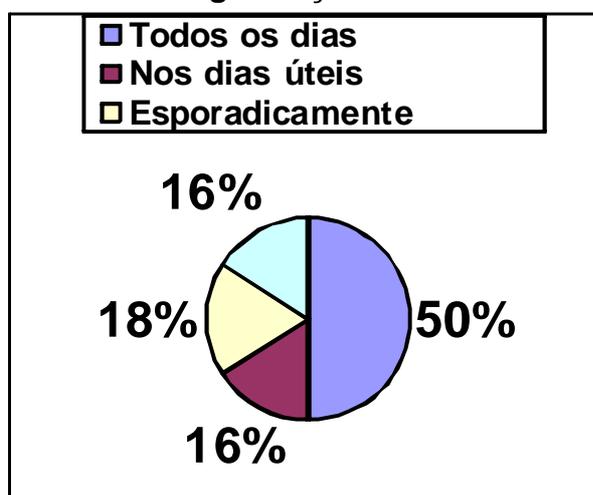
Figura 60: Gráfico da Quantidade de Horas de Trabalho Diário dos Ambulantes



Fonte: Coleta e elaboração próprias

Essa longa jornada diária não é mantida linearmente pelos trabalhadores, ela é cumprida em horários diversos sendo mais comum as jornadas que concentram o trabalho no período da manhã e a noite após as 18:00 horas, sendo o horário noturno o mais numeroso em quantidade de ambulantes pelo volume de vendas e pela ausência dos seguranças contratados que encerram seu turno nesse horário. A forma de organizar a jornada de trabalho ocorre em função dos dias, ou seja, dependendo da maneira e do objetivo da renda obtida no exercício da atividade a rotina semanal de trabalho é diferente. Os dados da figura 61 mostram a distribuição desses trabalhadores em sua atuação semanal, sendo aqueles que trabalham apenas esporadicamente e nos finais de semana os que vêm e atuam no comércio ambulante apenas como complemento de renda ou como um “bico”.

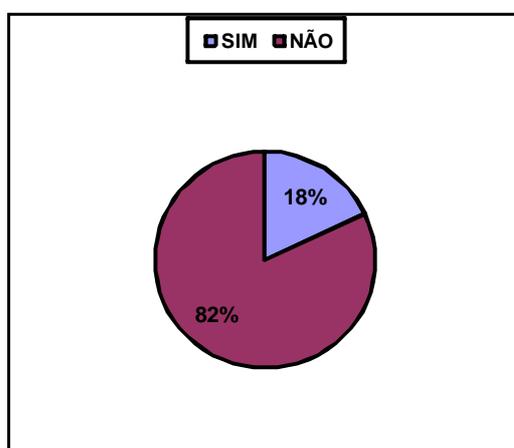
Figura 61: Gráfico dos Dias de organização da Jornada de Trabalho na Semana



Fonte: Coleta e elaboração próprias

Outro fenômeno comum na organização da rotina de trabalho é o feito pelos trabalhadores ambulantes que também trabalham em empresas, ou seja, possuem empregos formais e atuam como ambulantes como forma de complementação da renda e que são significativos numericamente como é comprovado na figura 62 a seguir. Esses trabalhadores costumam concentrar aos trabalhos durante a madrugada, chegando a dar duas viagens sendo a última com destino ao emprego e, posteriormente estende sua jornada no período noturno.

Figura 62: Gráfico dos trabalhadores que Possuem outra Atividade de Trabalho Além do Trem



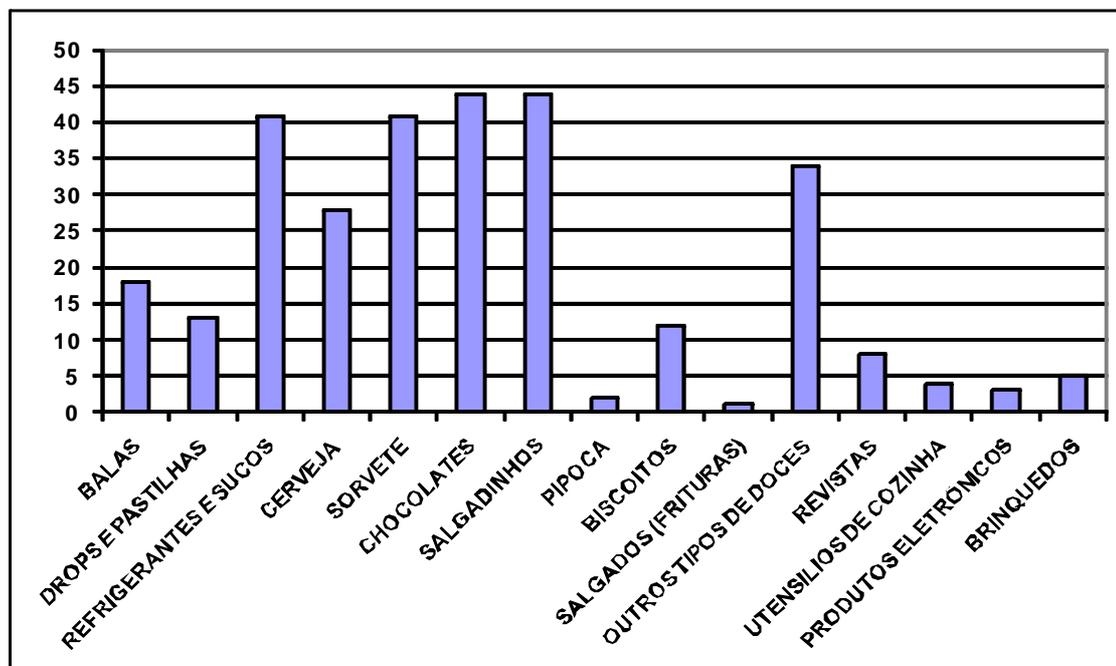
Fonte: Coleta e elaboração próprias

4.7.1. Caracterização dos Produtos e Dinâmica de Abastecimento

Uma das primeiras leituras feitas quando da escolha do tema e do *lócus* onde se concentraria a pesquisa foi uma crônica intitulada “Tem de tudo no shopping trem, até amendoim He-Man”. Não é só no imaginário popular ou em crônicas como essa que o comércio ambulante nos trens é numeroso em quantidade de trabalhadores e diversidade de mercadoria, realmente há uma grande diversidade de produtos comercializados no trem, produtos que surgem de acordo com a moda do momento e por ser uma moda não mais aparecerá, produtos que são mais consumidos de acordo com a estação do ano, com o calendário festivo e até escolar, produtos que se encontram em oferta durante muito tempo em alguma grande rede atacadista ou varejista, um doce ou guloseima lançado recentemente, porém alguns produtos são ano após outro comercializados pelos trabalhadores ambulantes dos trens com variações durante o ano, por exemplo, o sorvete e a

cerveja (denominado por eles como “lata”) no verão e o chocolate no inverno. Na figura 63 consta uma lista com os produtos mais comercializados no trem a partir de uma lista pré-estabelecida depois de uma observação empírica.

Figura 63: Gráfico dos Produtos Comercializados Pelos Ambulantes no Trem



Fonte: Coleta e elaboração próprias

Uma característica já colocada que diferencia o trabalhador ambulante do camelô é a mobilidade espacial que o primeiro possui ao exercer a sua atividade. O trabalhador ambulante pode até ter um roteiro fixo, mas não um ponto fixo para exercer a função. Para que possa ter essa agilidade o trabalhador ambulante não só necessita como comercializa normalmente produtos que possuem facilidade para ser transportado como é demonstrado na figura 64/65.

Figuras 64 e 65: Fotos dos Ambulantes Trabalhando no Interior dos Trens





Fonte: Própria autoria

São normalmente produtos pequenos que podem ser transportados em grande quantidade e possibilitam um lucro proporcionalmente grande, portanto deve ser muito rentável e com grande apelo comercial para uma rápida vendagem. As figuras 66/67 mostram os produtos mais comercializados num período em que se atravessava a estação de verão, produtos que representam muito bem o tipo de produto comum no comércio ambulante recorrente no território dos trens da CPTM, que curiosamente representa também produtos comuns em todos os ramais.

Figuras 66 e 67: Fotos dos Produtos Normalmente Comercializados nos Trens pelos Ambulantes



Fonte: Autoria própria

Essa exigência da mobilidade também resulta em outra estratégia por parte dos trabalhadores ambulantes quando comercializam produtos muito volumosos, pesados ou de grande valor que é o de deixar um “ponto” de apoio com as mercadorias sob a guarda de outra pessoa ou, o que é mais comum, algum fornecedor monta uma estrutura para atender tal necessidade. Aliás esta função já é bem cumprida pelos estabelecimentos comerciais que se localizam estrategicamente nas estações de concentração dos mesmos, o que possibilita a tática que é utilizada de transportar um volume que dê conta de vender em curto espaço de tempo e também de percurso, evitando dessa forma ter um grande prejuízo sofrer apreensão por parte dos agentes de segurança. Nas figuras 68/69/70 a seguir estão retratados estabelecimentos que abastecem esses trabalhadores nesses pontos estratégicos.

Figuras 68 e 69: Fotos de Estabelecimentos Comerciais que Abastecem os Ambulantes do Ramal 8-Diamante nas Estações Km 21 (Carapicuíba) e Sagrado Coração (Jandira)



Figura 70: Foto de Estabelecimento Comercial que Abastece Ambulantes do Ramal 8-Diamante na Estação Itapevi



Fonte: Autoria própria

Uma questão de extrema importância que se estabelece nesta atividade, que a princípio é considerada como marginal pelas leis que regulam a economia, é a relação não só direta como também necessária entre este setor da economia com o denominado e considerado “formal” da economia. Esta relação surge dentro de uma lógica contraditória que é inerente ao próprio sistema, uma lógica que ao mesmo tempo em que exige a existência de um poder regulador que viabiliza a garantia de uma ordem econômica e da proteção da propriedade privada, contesta este poder quando entende que o mesmo interfere na “sagrada lei de mercado”. Seguindo essa lógica da livre concorrência e de aproveitar toda e qualquer circunstância para obter lucro empresas do setor formal direta e indiretamente estabelecem relação com esse setor.

Um exemplo dessa relação é exemplificada nos produtos comercializados pelos ambulantes, produtos fabricados e distribuídos por grandes empresas e conglomerados internacionais e que não deixariam ou deixam de comercializar seus produtos mesmo sabendo que o mesmo é destinado a esse setor. Aliás, um dos apelos que determina o tipo de produto mais aceito pelos consumidores no trem é exatamente o apelo comercial que é feito pelas grandes empresas nos meios de comunicação de massa como pode ser verificado em imagens das figuras 66 e 67.

Estabelecendo uma relação direta entre os setores formal e informal no caso do comércio ambulante nos trens tem-se a estratégia de grandes empresas do setor comercial e até redes varejistas e atacadistas que estabelecem uma relação direta de venda com as “docerias” e “bolachinhas” que abastecem os ambulantes que atuam nos trens. Esta relação direta ocorre normalmente, o que pode se considerar que esses pequenos estabelecimentos mostrados nas últimas imagens funcionam como uma espécie de entrepostos comerciais junto aos ambulantes, um entreposto necessário pela economia de tempo principalmente em função da dinâmica repressora empreendida pela companhia que exige o transporte de pouca mercadoria e de rapidez no abastecimento.

De acordo com informações transmitidas pelos trabalhadores ambulantes e confirmadas pelos proprietários das docerias as empresas que estabelecem essa relação direta são lojas de grandes conglomerados como Carrefour, Atacadão, Macro e Wall-Mart, além de estabelecimentos atacadistas como “O Bom Baiano” localizado no bairro da Luz e o “Manos” no Braz. Dentre os estabelecimentos citados a seguir um registro fotográfico nas figuras 71/72/73 confirmam essa condição de grandiosidade e de funcionamento na condição de formalidade de uma dessas empresas para atender essa dinâmica de abastecimento.

Figura 71: Foto do Meio de Transporte Usado na Entrega de Mercadorias Revendidas pela Loja de Doces “Manos”



Figura 72 e 73: Foto do Interior da Loja de Doces “Manos”



Fonte: Autoria própria

Uma das estratégias usadas pelas empresas citadas, principalmente os atacados de doces, é usar as docerias que abastecem o comércio ambulante dos trens como forma de “desaguar” (termo mercadológico para designar venda rápida) mercadorias que estão prestes a vencer a data de validade. Nessa empreitada o contato é feito pela grande empresa “formal” junto as docerias, que em sua maioria são também informais, e oferecem os produtos a preço de custo e até abaixo do custo quando a quantidade é grande e o prazo de validade é curto. É graças a esse tipo de relação que atividades da economia formal conseguem reduzir ou eliminar prejuízos, assim como também é por meio delas que o comércio ambulante consegue ter um vigor enorme junto aos consumidores.

Essas operações são também responsáveis por levantar uma situação de suspeita sobre a qualidade e origem dos produtos devido ao baixo preço que são comercializados pelos ambulantes. Essas suspeitas passam a ser alvo de especulação e, propositadamente passam a ser exploradas exaustivamente, neste caso pela CPTM, no combate a essa modalidade de trabalho por meio de mensagens constantes direcionadas aos passageiros, sendo um dos instrumentos utilizados nos conflitos eternos entre o poder público e os ambulantes.

4.8. Um Território em Disputa: Os Conflitos Entre os Trabalhadores Ambulantes e a CPTM

No caso dos trens há uma diferenciação fundamental que o potencializa para a atividade comercial que é a quantidade de potenciais consumidores concentrados em um espaço relativamente pequeno. Outra questão não só diferente, mas também curiosa, é proporcionado pela mobilidade das pessoas as quais são alvos do comércio que, diferentemente dos espaços das ruas e praças, é realizada pelo meio de transporte e não pelas pessoas, trata-se de um espaço fluido, em movimento e em constante transformação, onde o “consumidor” não está de passagem e sim o meio de locomoção.

Outro fator importante que diferencia o espaço público dos trens dos demais está no fato de que há uma legislação específica sobre o interior das composições, das estações e até trechos de partes das áreas próximos à linha férrea, criando um verdadeiro território nos moldes ratzeliano e, conseqüentemente espaço de ação dos agentes da administração e de segurança da Companhia. Esta concepção de território e a ação desses agentes acaba, inclusive, por confirmar e assentar essa característica em pressupostos clássicos que determinam esta categoria da geografia como é explicitado por Haesbart (2004 p. 01):

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territórium quanto térreo-territor ((terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar.

É importante ressaltar que a prática da coibição dessas atividades, que se dá muitas vezes de forma violenta, contraria inclusive ações e idéias criadas e fomentadas pelo próprio poder público, idéias surgidas por influencia do pensamento neoliberal, como a política de incentivo ao “empreendedorismo” dos pequenos produtores e comerciantes. Ações em forma de cursos e orientações de como deve ser organizada uma empresa são ministradas junto a pessoas ou empreendimentos denominados de pequenos empreendedores ou empresários, muitos dos quais atuando em atividades consideradas do espectro da economia informal.

A agressividade usada normalmente no combate a atividade de comércio ambulante utiliza a propaganda negativa como a de levantar suspeitas sobre a qualidade e origem do produto até a afirmação de que se trata de produtos oriundos de atividades criminosas sendo as mesmas originárias de roubos e furtos. Esse tipo de acusação visa atingir os trabalhadores ambulantes do ponto de vista moral alcança seu auge no intenso “bombardeio” de entidades empresariais, de setores da economia formal atingidos mais diretamente na disputa pelo mercado, dos meios de comunicação e de órgãos públicos que, a princípio defendem a manutenção do *status quo*, ou seja, os interesses de grandes empresas e conglomerados econômicos.

Esse bombardeio que se faz por meio de campanhas veiculadas pela grande mídia e pelos diversos meios de comunicação ao noticiarem apenas acontecimentos negativos, é materializado junto aos ambulantes dos trens com as constantes e diárias inserções feitas por uma voz suave (geralmente feminina) nos alto-falantes das estações e que, sem meias palavras afirma - *“não incentive o comércio ambulante nos trens. Esse tipo de comércio é proibido no interior dos trens e das estações. Além disso, os produtos comercializados são de origem duvidosa, podendo ser oriundos de roubos e furtos”*.

Nesse tipo de ação que visa criminalizar esses trabalhadores por meio de uma intensa campanha ela acaba por associar, de forma indiscriminada, a origem de todos os produtos comercializados ao crime organizado ou como sendo oriundo de roubos e furtos, bem como todo trabalhador ambulante como um fora da lei, um criminoso de grande periculosidade como fica claro no texto a seguir extraído do Site oficial da CPTM do *link* de segurança:

Um número expressivo de operações de rondas é empregado no combate ao insistente comércio irregular ambulante no interior dos trens, prática proibida por lei, mas alimentada por usuários que se arriscam na compra de produtos origem e qualidade duvidosas, sem perceberem que estão adquirindo uma eventual doença ou problemas com a Justiça.

Na figura 74 vê-se um procedimento de ronda realizado por agentes da Ferroviária que é a força militarizada do território dos trens.

Figura 74: Foto de Agentes da Polícia em Ronda no Interior de um Trem



Fonte: WWW.cptm.sp.gov.br

O poder público de forma geral e com maior intensidade a esfera municipal, passou a adotar estratégias para conter e coibir o comércio ambulante nas ruas e praças adotando várias medidas como a construção de camelodromos ou “mercados de artigos populares”, concessão de pontos para aqueles que trabalham de forma fixa em um determinado local e o aumento do número de fiscais que passaram a atuar junto com forças militarizadas (polícia e guardas municipais). A CPTM hoje uma empresa de capital misto e em vias de privatização por meio do artifício da concessão, também se armou para a “guerra” com os trabalhadores ambulantes nos mesmos moldes adotando algumas medidas como as elencadas a seguir:

- Contratação de empresa privada de segurança com a distribuição de agentes em todas as estações; aumento do policiamento com uso do efetivo da Polícia Ferroviária;
- Intensificação de “rondas” (grupos de agentes) específicas para apreender mercadorias e, em alguns casos, inclusive, efetuar a prisão de quem estiver praticando a comercialização no interior dos trens ou estações;
- Proibição de embarque para transporte nos trens de caixas usadas como recipientes de produtos também de produtos que podem ser

comercializados pelos ambulantes e, mais recentemente, uso de cachorros adestrados por parte de seguranças como uma das medidas mais intimidadoras de combate ao comércio ambulante nos trens. Esse fato é comprovado na figura 75 que mostra um dos registros fotográficos realizados na pesquisa de campo, reafirmando novamente, não autorizada pela Companhia.

Foto 75: Agente de Segurança de Empresa Contratada pela CPTM Realizando vigilância em uma das Estações



Fonte: própria autoria

Apesar de não conseguir declarações oficiais por parte de funcionários da companhia, extra-oficialmente algumas declarações conseguidas no campo junto a policiais e agentes de segurança dão conta que o principal alvo da intensificação da segurança por meio de policiamento e vigilância ostensiva é o combate ao comércio ambulante no interior dos trens e estações. Este fato se torna evidente na intensa perseguição e na política de criminalização que sofre esta atividade ao colocá-la no mesmo nível de delitos cometidos no território dos trens como os de tráfico de drogas, roubos e furtos como fica evidente com este trecho escrito também retirado do *Site* oficial da CPTM.

SEGURANÇA - 10/02/2009 08:40

Com o objetivo de intensificar a segurança em suas dependências, no ano passado a CPTM [Companhia Paulista de Trens Metropolitanos] realizou 1.710 operações especiais. O número superou a meta estabelecida para o exercício e praticamente dobrou em relação a 2007,

quando foram realizadas 759 operações. As blitzes aconteceram em parceria com as polícias Civil e Militar (...) Implementadas pela Gerência de Segurança da CPTM, as ações têm caráter preventivo, visando oferecer segurança e tranquilidade ao usuário do sistema, inibindo delitos e comportamentos ilegais como o consumo e porte de entorpecentes, furtos e atos de vandalismo, além do comércio dentro das composições e estações.

Como é colocado pela companhia, as ações foram e estão sendo são cada vez mais intensificadas e fazem parte de todo um projeto de reestruturação do sistema no que concerne a qualidade de prestação de serviço, pois a mesma está em fase de preparação por concessão à iniciativa privada por um prazo estimado de 30 anos, sendo o ramal 8-Diamante o primeiro a ser transferido para a administração de alguma concessionária. O trecho a seguir que trata de um balanço das operações evidenciam essa grandeza do comércio ambulante em todo o sistema em todo o território sob a administração da CPTM, uma grandeza que se traduz no número de apreensões e de produtos apreendidos.

Em 2008, foram efetivadas 35.216 apreensões de mercadorias, resultando na retirada de circulação de 1.159.817 itens de produtos ilícitos, comercializados ilegalmente no interior dos trens. No primeiro quadrimestre de 2009, já foram efetuadas 14.447 apreensões de mercadorias, resultando na retirada de 372.691 itens de produtos ilícitos, comercializados de forma ilegal no interior dos trens da CPTM.

Ao dividir o total das apreensões pelo ano chega-se a 96 apreensões diárias. Sabendo-se que é uma minoria que diariamente é surpreendida com a apreensão tem-se, dessa forma, uma dimensão do volume de pessoas envolvidas nessa atividade em todo sistema ferroviário. Em relação ao território específico da sub-região Oeste da RMSP os números também são significativos, de acordo com o mesmo texto “Nas Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda foram recolhidos 557.525 produtos, em 12.339 ações”.

Além de desenvolver formas de burlar as rondas e agentes de seguranças em geral procurando horários com menor presença dos mesmos ou montando uma rede de comunicação que passa a acompanhar os agentes para comunicar aos demais sobre seus posicionamentos, como já fora detalhado em um dos tópicos anterior, os trabalhadores ambulantes também trabalham com a “contra-informação”. Essa contra-informação tem como base às ações dos próprios agentes de segurança que, segundo os ambulantes, praticam atos ilícitos como uso exagerado da violência chegando a espancamentos e até mortes e principalmente o desvio de mercadorias

apreendidas para o próprio consumo ou comercialização para outras pessoas. Essa postura inclusive contraria uma das afirmações mais presentes nas mensagens e textos do *link* de segurança da companhia onde se ler que “os produtos apreendidos são contabilizados, descritos em formulário próprio e encaminhados para instituições filantrópicas”.

O fato é que essa intensificação da repressão ao comércio ambulante nos trens tem dado resultado, pois é comprovado, embora empiricamente, que houve uma grande diminuição do número de ambulantes atuando nos trens, diminuição que se tornou maior neste último ano. Essa diminuição além de ser sentida nos trens com a diminuição de ambulantes também é sentida pelo fechamento de alguns dos pontos de abastecimento dos mesmos nesse período especificado sendo comprovado pelas figuras 76/77 a seguir com fotos que foram tiradas num período de um ano de um dos comércios que fechou suas portas.

Figuras 76 e 77: Fotos de Loja Comercial na Estação Sagrado Coração



Fonte: Autoria própria

Sem que se faça juízo de valor seja dos trabalhadores ambulantes ou dos administradores da CPTM, o fato é que o território dos trens vivencia diariamente intensos conflitos que se materializam nas ações dos agentes de segurança na eterna perseguição aos trabalhadores ambulantes seja diretamente com as rondas, ou seja, utilizando mecanismos indiretos como a propaganda que visa formar uma imagem negativa do indivíduo e dos produtos por eles comercializados ou até lançando mão de artifícios modernos como o monitoramento por câmeras de vídeo. Conflitos que na verdade materializam os conflitos invisíveis que são aqueles que

nascerem das contradições sociais, econômicas e políticas do sistema capitalista que se moderniza não só na técnica ou na tecnologia, mas também e principalmente nas formas de produzir miséria e miseráveis que teimam em continuar vivendo, de preferência, utilizando o trabalho como uma forma digna de fazê-lo.

4.8.1. Um Território na “Legalidade”: O Comércio Legalizado no Território dos Trens

Após uma releitura da crônica citada que aborda o comércio ambulante no interior dos trens têm-se uma certeza, na época em que se deu sua elaboração não havia os quiosques, stands e bancas que lotam os espaços das estações de todo o sistema ferroviário metropolitano, se esta realidade existisse na época um dos títulos possíveis talvez fosse uma afirmação - “o espaço dos trens é um shopping” - tamanha é a magnitude da quantidade de estabelecimentos e da variedade de produtos comercializados por eles. As figuras 78/79/80 a seguir dão essa dimensão com alguns exemplos.

Figura 78: Foto de Conjunto de Lojas na Estação Barra Funda



Figuras 79 e 80: Fotos de Quiosques da Estação Barra Funda



Fonte: Autoria própria

A iniciativa de disponibilizar os espaços das estações para empreendimentos comerciais teve início nas estações do metrô, inicialmente surgindo apenas lojas de roupas e calçados concentradas nas estações Sé e São Bento. Há cerca de três anos os espaços das estações da CPTM também passaram a fazer parte do projeto com a estação da Barra Funda tornando-se o maior foco com um número elevado de estabelecimentos em função da grande quantidade de passageiros, pois a mesma foi transformada no principal ponto de baldeação de passageiros dos trens e o metrô, o que a fez a segunda em movimento de todo o sistema ferroviário metropolitano.

Embora os quiosques, stands e bancas estejam estabelecidos no território sob a administração da CPTM e também do Metrô o contrato de locação para uso do espaço não é feito junto a elas, pois a Empresa Metropolitana de Transportes urbanos (EMTU),³¹ a qual as duas companhias são submetidas administrativamente, terceirizou estes espaços a uma empresa particular que re-aloca os mesmos para os donos dos estabelecimentos.

De quase tudo se comercializa nestes espaços como, roupas, calçados, bijuterias, artigos para fumantes, jornais, revistas, brinquedos, artesanato, mas principalmente produtos alimentícios como salgados (frituras), lanches, sucos

³¹ A Empresa Metropolitana de Transportes urbanos (EMTU)³¹ é uma espécie de agência reguladora dos transportes públicos no âmbito das regiões metropolitanas do estado de São Paulo e responsável direta pela administração das companhias ligadas ao transporte ferroviário, no caso a CPTM e o metrô.

refrigerantes, biscoitos e, principalmente balas e bombons. Por coincidência uma boa parte dos produtos comercializados nesses estabelecimentos são exatamente os mesmos tipos de produtos normalmente comercializados pelos ambulantes no interior dos trens, com exceção da cerveja, como pode ser comprovado nas figuras 81/82/83.

Figuras 81, 82 e 83: Fotos de Produtos Comercializados nos Quiosques da Estação Barra Funda



Fonte: Autoria própria

Como locais de grande importância e estratégicos para o comércio em função do intenso fluxo de pessoas esses estabelecimentos estão espalhados em todas as áreas estações desse ramal ferroviário e inclusive nas plataformas de embarques e nas calçadas das estações, até por que, como já fora colocado, o território dos trens compreende os limites de suas calçadas, sendo estas partes do território também fiscalizadas pelos agentes de segurança em relação ao comércio ambulante. Na figura XX a seguir vê-se um dos quiosques instalados em uma das estações, nesse caso uma das estações que é ponto de reunião e de abastecimento dos trabalhadores ambulantes desse ramal, com um detalhe, a funcionária que está trabalhando não é registrada, de acordo com declaração “informal” da mesma. Além desta ILEGALIDADE outras mais serão colocadas no próximo e último tópico.

Figura 85: Foto de Quiosque na Calçada da Estação Km 21



Fonte: Autoria própria

4.8.2. Um Território Contraditório: A Dúbia Postura e Interpretação Sobre Ilegalidades no Comércio Praticado no Território dos Trens

Muitas vezes foi dito nesta pesquisa sobre o desenvolvimento contraditório e harmônico do sistema capitalista, contradições e harmonias que se concretizam em fenômenos macros e micros, mas que independente da dimensão ou esfera são fenômenos que se encontram interligados tal qual uma teia, uma rede onde cada um deles direta ou indiretamente é causa ou consequência e vice-versa. A própria

existência de atividades tidas como informais e ainda seu aumento e consolidação a ponto de vir a ser vislumbrada não como uma alternativa ao desemprego e sim como uma forma de trabalho efetivo. Do ponto de vista da existência de atividades diferentes na só na organização e objetivos Oliveira (2006 p. 57) coloca o seguinte:

A economia não obedece a um comportamento linear e contínuo no qual os setores tidos como modernos vão paulatinamente tomando o lugar das atividades tradicionais levando ao crescimento econômico, a elevação da produtividade e à melhoria das condições de vida da população tal como é estabelecido nas teorias de base dualista.

Portanto, a existência dos trabalhadores ambulantes não deveria ser encarada como algo negativo e ruim e sim como algo que faz parte do próprio sistema e nesse sentido deveria ser analisado de forma a promover de alguma iniciativa de integração dessa atividade na denominada “formalidade”. Talvez a estratégia de possibilitar a instalação de pequenas lojas e quiosques nas dependências das estações fosse uma tentativa forma de fazer essa integração, no entanto o que se vê é exatamente o contrário, pois desde o início dessa iniciativa nunca houve uma consulta ou tentativa de aproximação junto aos trabalhadores ambulantes que já atuavam nos trens, a prioridade, segundo informações dos ambulantes e de pessoas da administração da Companhia extra oficialmente, foi desenvolver a atividade com empresas devidamente legalizadas e que pudessem fornecer um padrão de qualidade.

Com esse tipo de iniciativa ficam evidentes algumas contradições provocadas diretamente por quem a princípio deveria criar essas condições de integração. No Caso da CPTM e EMTU, enquanto órgão do governo do estado de São Paulo, um estado que desde o início do projeto neoliberal no Brasil tem levado a cabo na sua forma de administrar os princípios desse projeto, cujo discurso se destaca na defesa do empreendedorismo e da inclusão social.

Essa contradição que se limita ao campo teórico, acaba por se refletir no cotidiano do território por meio do acirramento no combate e perseguição a atividade ambulante e seus integrantes, ao passo que não se vê nenhum tipo de postura em relação as irregularidade, verdadeiros crimes contra as leis que regulam a atividade comercial cometidos pela maioria dos estabelecimentos instalados nas dependências da CPTM.

Na pesquisa de campo, embora não tivesse autorização da CPTM para fazê-lo no interior de suas dependências, foram feitas incursões junto aos estabelecimentos e funcionários que neles trabalham para indagar sobre a organização desse comércio formal. A primeira irregularidade encontrada foi o fato de apenas 01 funcionário entre os cerca de 12 que prestaram informações em “o” ter um vínculo formal com carteira assinada, por coincidência uma gerente de uma das redes de quiosques que comercializa biscoitos, sucos e refrigerantes. Portanto, no combate ao comércio ambulante, uma atividade de trabalho informal, não se tem preocupação com a proliferação do emprego informal.

Uma das questões mais apregoadas pelos comerciantes do setor formal da economia é o de que a concorrência é injusta em função das obrigações fiscais que os mesmos têm, ao contrário dos trabalhadores ambulantes. Uma das obrigações vê-se que não cumprem que é o de não recolher as taxas e impostos relativos às relações trabalhistas, a outra irregularidade presenciada e comprovada é o de que em nenhum dos estabelecimentos que foram perguntados se tinham a disposição para emissão ou que emitissem quando da efetuação da compra não possuíam nem máquinas nem talões de notas fiscais. Isso compromete o consumidor quanto a garantias e origem da compra, assim como a origem das mercadorias comercializadas pelos estabelecimentos que, em alguns casos são reconhecidamente (por todos na sociedade) como sendo produtos comercializados em centros de contrabando que trabalham com produtos contrabandeados, portanto de “origem duvidosa” como relógios e demais produtos mostrados nas figuras 86/87.

Figura 86: Foto de Relógios “Normalmente” Identificados como Produto contrabandeado



Figura 86: Foto de Produtos Diversos “Normalmente” Identificados como Produtos Contrabandeados



Fonte: Autoria própria

Essas contradições conseguem ser muito bem retratadas nas palavras de Santos (2006 p. 107) a seguir;

Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. Dentro desse quadro, a política das empresas – isto é, sua policy – aspira e consegue, mediante uma governance, torna-se política; na verdade, uma política cega, pois deixa a construção do destino de uma área entregue aos interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromissos com a sociedade local.

Algumas situações superam quaisquer palavras e expressões a respeito das contradição que envolvem a questão da atividade informal de forma geral e mais exatamente do comércio ambulante. Uma das situações é a iniciativa do Governo Federal em criar uma alíquota mais baixa e menos burocrática com vistas a inserir no sistema previdenciário público trabalhadores da economia informal, que dentre os exemplos mais citados de trabalhador são os ambulantes. A outra situação envolve diretamente a CPTM quando da expulsão do território dos trens de alguns desses trabalhadores em outro ramal, no trecho de reportagem a seguir constata-se nas próprias palavras e nas ações do poder público após a retirada dos trabalhadores na contradição (em **negrito**) maior que é reconhecer a existência destes agentes econômicos ao mesmo tempo em que persegue, combate e criminaliza.

SEGURANÇA - 04/11/2008

*A CPTM e a Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos realizaram operação conjunta, na última sexta-feira [30/10], contra o comércio irregular. Agentes de segurança da CPTM, fiscais da Prefeitura e a Guarda Municipal removeram vários vendedores ambulantes que estavam instalados, irregularmente, na calçada e no acesso da estação Antonio Gianetti Neto, na Linha 11-Coral [Luz – Estudantes], liberando assim a circulação de pedestres (...) No total, foram apreendidas cinco barracas com produtos variados. Todos os camelôs retirados receberam uma notificação dos fiscais sobre a proibição do comércio ambulante no perímetro da estação. **Em seguida, eles foram orientados a procurarem a prefeitura para serem cadastrados, a fim de uma possível regularização, para ocuparem uma área destinada ao comércio informal.***

Essa reportagem acaba por representar o “espírito” dessa relação conflituosa motivada pela existência dessas atividades que aumentaram e se consolidaram na realidade econômica atual e que esta pesquisa procurou analisar e debater as causas e conseqüências das mesmas em relação à economia e as condições e relações sociais.

Considerações Finais

No desenvolvimento evolutivo da humanidade a atividade do trabalho, ou seja, o exercício de qualquer atividade coordenada objetivando a sua sobrevivência individual ou coletiva tornou-se o elo entre o homem e a natureza. Sobre a importância dos meios naturais disponíveis e necessários para a sobrevivência do homem e do trabalho enquanto ato de autoconstrução enquanto ser humano e meio de humanização dessa natureza Antunes (2004 p. 13) por meio de palavras de Lenin assim coloca:

O trabalho é a fonte de toda a riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

O desenvolvimento das técnicas possibilitou uma supremacia do homem nesta relação chegando-se a ponto de uma quase total sujeição da natureza a esses. O desenvolvimento das técnicas também encaminhou paulatinamente os indivíduos a uma especialização no exercício das atividades, porém durante quase todo o período de sua existência em sociedade o trabalho era tido ou destinado como ofício exercido com objetivo primeiro de garantir a sobrevivência individual, da família ou do clã de cada sujeito.

O sistema escravista foi a primeira forma de organização social e política que separou o indivíduo dos meios de produção, aliás, colocou o próprio indivíduo na condição de meio de produção, tendo em vista que o mesmo não era nem “dono de si próprio” sendo ele uma “ferramenta”. O capitalismo foi, sem sombra de dúvidas, o modo de produção que consolidou essa separação de uma maneira tal que passa a ser denominada como alienação entre os trabalhadores e os meios de produção e, dessa forma, promover um ciclo que tem como base à exploração da classe trabalhadora como descreve Marx (ANTUNES, 2006 p. 09).

O trabalho assalariado livre é a manifestação da substância do valor na economia capitalista: a exploração do tempo de trabalho, com base na constituição da divisão do trabalho em duas partes: o trabalho necessário (salário suficiente para que o trabalhador reponha suas energias e

volte a trabalhar no período seguinte) e o trabalho excedente (parte do tempo de trabalho que fica para o capitalista, como trabalho não pago daquilo que foi produzido pelo trabalhador).

Nesse sentido o trabalho ganha outra função e a ter um novo papel social na dinâmica da economia nos moldes do sistema capitalista, ele passa a ser compreendido também como emprego, ou seja, como uma atividade de trabalho exercido por um indivíduo a partir de uma remuneração paga por outrem, portanto havendo a necessidade de existência de duas pessoas no mínimo que estabeleçam uma relação por meio de um contrato formal (dentro da legalidade) ou não formal (sem proteção da legislação). Portanto o trabalho na sociedade capitalista tem o papel de reprodutor do capital como bem coloca Marx (ANTUNES, 2006 p. 27):

A força de trabalho é, na sociedade capitalista dos nossos dias, uma mercadoria como qualquer outra, mas, certamente, uma mercadoria muito especial. Com efeito, ela tem a propriedade especial de ser a força criadora de valor, uma fonte de valor e, principalmente com um tratamento adequado, uma fonte de mais valor do que ela própria possui.

A presente pesquisa se debruçou exatamente sobre uma questão que na atualidade é o centro dos debates em torno do trabalho/emprego, esse debate se dá com relação ao seu futuro do ponto de vista de sua existência nos moldes que conhecemos tanto do ponto de vista das funções (profissões) quanto, e principalmente, do ponto de vista institucional. Uma das transformações das várias que ocorreram no denominado “mundo do trabalho”, diz respeito especificamente às novas modalidades de atividades exercidas como alternativas ao desemprego que surge por razões conjunturais e estruturais.

A compreensão dessa nova realidade do mercado de trabalho foi realizada a partir de uma reflexão sobre sua adequação a uma realidade marcada pelo constante avanço da tecnologia que torna obsoleta e dispensável e exigindo uma menor quantidade de força de trabalho com uma maior exigência de qualificação em muitos setores da economia. Essa compreensão também levou em consideração o processo de urbanização pelo qual sofreram as cidades do terceiro mundo, a exemplo de São Paulo e sua região metropolitana, fruto de uma política macroeconômica de “integração” dos países subdesenvolvidos ao mercado mundial e que trouxe para os grandes centros urbanos um exército de excluídos para servirem como mão-de-obra barata, mas que nos momentos das décadas de

60/70/80, conseguiam colocação no mercado de trabalho. Esta realidade que relaciona estas questões macroeconômicas e o processo de urbanização com o mercado de trabalho, mais exatamente com a busca pelo emprego pode ser sintetizada nas palavras de Scherer in Carlos (2005 p. 198) a seguir:

Quando portanto me disponho a falar sobre o trabalho, na cidade, estou falando sobre uma das formas cruciais sob as quais o sistema cria e recria suas condições de dominação. Neste processo, a cada passo devemos analisar as questões locais levando em consideração a totalidade física e social constituída pela rede urbana internacional. É pertinente, porém, enfocarmos a cidade de modo diferenciado porque é nas cidades que está ocorrendo a reprodução da mão-de-obra e do exército de reserva – que embora hoje não seja tanto o industrial e o proletário, pois está cada vez mais no terciário, ainda é um exército de reserva e por enquanto ainda indispensável para o funcionamento do Sistema como um todo.

Como é colocado na citação uma das transformações que também sofrem as cidades com características metropolitanas como São Paulo é a reestruturação produtiva, uma reestruturação do ponto de vista locacional e do processo produtivo ou organizacional administrativo que acaba por piorar as possibilidades de inserção de grande parte dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. O resultado desse quadro socioeconômico teve como principal conseqüência o aumento das atividades informais como a do comércio ambulante em todos os espaços públicos incluindo o território dos trens como bem explicitado em toda a pesquisa e mais exatamente neste último capítulo.

O crescimento, e mais, a consolidação das atividades como o comércio ambulante ocorre e ganha uma dimensão ou status para uma grande maioria que nelas trabalham de atividade de trabalho efetivo, ou seja, trabalhar em atividades como essas deixam de ser apenas algo passageiro e passando a se consolidar quantitativamente e qualitativamente enquanto maneira fixa de exercer uma profissão e assim garantir o sustento familiar. Na mesma medida em que essas atividades avançam quantitativamente os conflitos a acompanham, conflitos esses, com certeza, originados por uma visão linear, única sobre a conformação do mercado de trabalho e mais exatamente sobre o que é trabalho e emprego como coloca Scherer in Carlos (2005 p. 199):

Sobre a visão do trabalho no capitalismo e Singer comentando sobre a confusão entre desemprego e falta de função “a maneira habitual de refletir apóia-se na de suposição que só há um modo de ganhar a vida, aquele no qual o trabalhador vende a sua capacidade de produção ao capital.

Numa conjuntura econômica que afeta duramente o mercado de trabalho por razões econômicas e de estrutura do sistema seria o caso de se pensar na possibilidade de uma revisão na forma de encarar e proceder, principalmente por parte do Poder Público, em relação às atividades consideradas e denominadas informais. Afinal as grandes cidades e regiões metropolitanas como a RMSP que foi a área escolhida para análise, e mais especificamente o território dos trens como parte desse espaço urbano, deveriam ser repensadas do ponto de vista administrativo, econômico, político e social não para o confronto, o conflito a não aceitação dessas atividades como algo pronto e acabado, pois esses espaços possuem as condições necessárias para proporcionar as possibilidades de um número grande de cidadãos garantirem de forma justa e legal condições de uma vivência com dignidade do ponto das necessidades materiais como é novamente colocado por Scherer in Carlos (2005 p. 201).

Neste sentido, as enormes e super povoadas metrópoles dos países subdesenvolvidos representam um potencial também enorme de trabalho e de consumo; se de um lado, no desempenho do seu papel de exército de reserva, os cidadãos mantidos na exclusão constituem elemento de equilíbrio para um determinado sistema econômico, não há porque não usá-los como capital diferenciado numa maneira diferente de produção e circulação de mercadorias.

Quando este tema foi pensado e a pesquisa foi desenvolvida houve sempre um propósito, o de levar as pessoas que a ela tiverem acesso uma situação de reflexão, de debates e revisões de posicionamentos no sentido de “descriminalizar” e possibilitar o desenvolvimento das atividades hoje consideradas informais, portanto ilegais, como a dos vendedores ambulantes dos trens tornado-a uma atividade de trabalho integrada a chamada economia formal (como sempre foi), sem que enfrente as dificuldades que ora enfrenta que se origina no campo institucional. Esta proposta vem de encontro a uma realidade socioeconômica seguindo a lógica dos padrões capitalistas do desenvolvimento de sua economia que juntamente com o modelo de organização do sistema produtivo e o próprio mercado de trabalho estarem passando por metamorfoses as quais se tem não uma tendência, mas sim uma certeza, que é a de enorme redução da necessidade de mão-de-obra”.

As atividades informais como a dos trabalhadores ambulantes, por conseguinte, seriam formas não só de sobrevivência do indivíduo, mas também de sua manutenção do indivíduo enquanto consumidor e, até, dentro da lógica capitalista,

de manutenção de um exército de reserva de mão-de-obra em último caso uma resposta concreta ao desenvolvimento do sistema que leva a um crescimento das atividades do setor terciário ao mesmo tempo em que redireciona as forças (dos governos e dos trabalhadores) do conflito para o trabalho e um conseqüente melhora na vida de milhares de pessoas que não mais serão injustamente perseguidos por buscarem uma forma honesta de garantir a sobrevivência por meio do trabalho como finalmente resume Scherer in Carlos (2005 p. 202).

A grande cidade é anônima, cheia de consumidores, cheia de infra-estrutura, cheia de mão-de-obra, o que falta? Falta usar estes fatores num processo de planejamento que se coloca radicalmente sob a perspectiva da economia popular. (...) Se trabalharmos de outra perspectiva não chamaremos de informal o montante de trabalho real e virtual presente em nossas cidades e sim procuraremos novas formas jurídicas para seu relacionamento com as demais esferas de produção global.

BIBLIOGRAFIA

ACCA, Rogério dos Santos. **A dinâmica produtiva recente da metrópole paulista: das perspectivas pós-industriais à consolidação do espaço industrial de serviços.** Revista *Dados*, ISSN 0011-5258 - versão impressa. Dados v.49 n.1 Rio de Janeiro 2006

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho.** Editora Expressão Popular. São Paulo, 2004.

ARAUJO, Maria de Fátima Infante. **Reestruturação produtiva e transformações econômicas: Região Metropolitana de São Paulo.** Artigo do capítulo de conclusões da tese de doutoramento da autora (Araujo, 2001), defendida junto ao Instituto de Economia da Unicamp. São Paulo, 2009.

AVERBUG, André. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90.** BNDES. *Revista/averbug/VP.* Acesso em fevereiro de 2009.

BELOQUE, Leslie Denise. **A cor do Trabalho informal.** Tese de doutorado apresentado no programa de Ciências Sociais da PUCSP. São Paulo, 2007.

BORDO, Adilson Aparecido. **Os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do estado de São Paulo, Brasil.** *Scripta Nova* ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B.21.741-98 Vol. IX, núm. 194 (79), 1 de agosto de 2005.

C. OLIVEIRA, Sanderson. **A crise financeira nos anos 80.** Acesso em janeiro de 2009 pelo endereço eletrônico "midia independente.org/ES/blue/2005/02/308819.shtml". São Paulo, 2005.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira: ET Alli. **São Paulo 1975: crescimento e pobreza.** Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. 4ª Edição – São Paulo: Editora Loyola, 1976.

CANTOR, Renan Vega; ET Alli. **Guerra y libre comercio: los dos soportes Del imperialismo actual.** Boletim Paulista de Geografia / seção São Paulo: Associação dos geógrafos brasileiros. – Nº 82, setembro de 2005.

CARLOS, Ana Fani A.. **A cidade.** 6ª edição – São Paulo: Contexto (repensando a Geografia), 2001.

----- **Espaço e indústria.** 9ª edição – São Paulo: Contexto (repensando a Geografia), 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). **Dilemas urbano: novas abordagens sobre a cidade.** 2ª edição São Paulo: Editora Contexto, 2005.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. **Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904).** Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Disponível em: www.ub.es/geocrit/b3w-34.htm, 1997.

----- **Geografia e complexidade.** *Scripta Nova*, Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 34, 15 de fevereiro de 1999.

----- **Geografia: ciência da complexidade (ou da reconciliação entre natureza e cultura).** Boletim Paulista de Geografia / seção São Paulo: Associação dos geógrafos brasileiros. – Nº 83, dezembro de 2005.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 8ª edição Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2006.

CUNHA, José Marcos Pinto da; DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Migração e trabalho na Região metropolitana de São Paulo – Brasil: uma abordagem mais justa!** *Scripta Nova*, Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 94 (81), 01 de agosto de 2001.

DEDECCA, C. S.. **"Desregulação e desemprego no capitalismo avançado"**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE, 1996.

DELGADO, Ignácio Godinho. **Inserção Econômica internacional, padrão de custeio de políticas sociais, coalizão e empresariado no Brasil.** Resumo simplificado da tese de doutorado “Empresariado e Política Social no Brasil: O Desafio Redistributivo”. UFMG setembro de 1999. Revista Teoria e Sociedade, da UFMG. Acesso em janeiro de 2009.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.

DINIZ, Clélio Campolina; DINIZ, Bernardo Campolina. **A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções.** Revista eure (Vol. XXXIII, Nº 98), pp. 27-43, Santiago de Chile, mayo de 2007.

DUPAS, Gilberto. **Alógica da economia global e a exclusão social.** *Revista eletrônica “Estudos Avançados”*. ISSN 01013-4014, versão impressa. Estud. av.v.12n.34 São Paulo, setembro/dezembro de 1998.

EGLER, Claudio A. G.. **Que fazer com a geografia econômica neste final de século?** Trabalho apresentado no Simpósio Internacional “Lugar sócio-espacial”, publicado nos textos LAGET 5 p. 5-12. São Paulo, 1994.

FERNANDES, António Jorge; PAIS, Cassiano. **A Economia Brasileira na Década de 80: consequências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado.** Universidade de Aveiro, Departamento de Economia; Gestão e Engenharia Industrial – 3810- 193, Aveiro-Portugal. Acesso em fevereiro de 2009

GORENDER, Jacob. **Dossiê globalização.** *Revista eletrônica “Estudos Avançados”*. ISSN 0103-4014. Versão impressa Estud. av.v11 n. 29. São Paulo, janeiro/abril, 1997.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **Teorias e conceitos: uma contribuição para o debate crítico em geografia.** Boletim Paulista de Geografia / seção São Paulo: Associação dos geógrafos brasileiros. – Nº 83, dezembro de 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. – 16ª Edição. – São Paulo: Edições Loyola, 2007.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 6ª edição Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana 2003**. www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003. Acesso em junho de 2009.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Anuário da qualificação social e profissional 2007 - Subprojeto III**. www.mte.gov.br/observatorio/Prod13_2007.pdf. Acesso em 2009

JORNAL DIÁRIO DA REGIÃO. Edição de 12/13 de agosto de 2006.

JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO. Edição de 25 de janeiro de 2009.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Edição de 23 de fevereiro de 2009.

KEINES. Joan Maynards. **Coleção os Pensadores**. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1978.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. (tradução: Rubens Eduardo Frias). São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. **Migrantes**. 2ª Edição – São Paulo: Contexto (Coleção Repensando a Geografia), 1996.

MONBEIG, Pierre. **Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo**. Boletim Paulista de Geografia / seção São Paulo: Associação dos geógrafos brasileiros. – Nº 81, dezembro de 2004.

MORAES NETO, BENEDITO RODRIGUES DE. **Fordismo e toyotismo: trabalho e tecnologia na produção em massa**. Disponível em www.pucsp.br/~diamantino/Fordismo%20%20Toyotismo.htm. Acesso em junho de 2009.

MORIM, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. – 3ª edição. Tradução de Eliane Lisboa. – Porto Alegre, 2007.

NORONHA, Eduardo G. **"Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2003, vol.18, Nº3, p.111-129. ISSN 0102-6909.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Região Metropolitana de São Paulo: Caracterização Geral**. Disponível em observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/. Acesso em janeiro de 2008.

OLIVEIRA, Alberto de. **Território e mercado de trabalho: discursos & teoria**. São Paulo: editora UNESP, 2006.

PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, 2001.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. 2ª reimpressão São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

REVISTA “CIÊNCIA HOJE” - SOCIOLOGIA. Ano I nº 01. São Paulo: Editora Escala. 2007.

REVISTA “CIÊNCIA & VIDA”. Revista de divulgação da Confederação brasileira da indústria. Volume 39, nº234. Rio de Janeiro. Jan/fev de 2007.

REVISTAS “INDÚSTRIA BRASILEIRA”. Revista de divulgação científica da SBPC. Ano 7, nº78/78ª. Brasília agosto de 2007.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SALLUM, Brasílio Jr; KUGELMAS, Eduardo. **O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80**. Estudos Avançados Print ISSN 0103-4014. Estud. av. vol.5 no.13 São Paulo Sept./Dec. 2001.

SÁNCHEZ, Joan-eugeni. **Comentarios a la división espacial del trabajo y de la producción**. Reproduzido de *Minius*, nº. 1, 1992, p. 9-25; Versão ampliada. (Original: 07-1991). Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sv-28.htm>, 1992.

----- **Poder y espacio**. *Cuadernos críticos de geografía humana. Universidad de Barcelona*. ISSN: 0210-0754. Depósito legal: B. 9.348-1976. Año XII. Nº 78, noviembre de 1988.

----- **Espacio y nuevas tecnologías**. *Cuadernos críticos de geografía humana. Universidad de Barcelona*. ISSN: 0210-0754. Depósito legal: B. 9.348-1976. Año IV. Nº23, septiembre de 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1994

----- **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

----- **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13ª edição São Paulo: Editora Record Ltda., 2006.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Região Metropolitana de São Paulo**. Acesso em dezembro de 2007.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. 3ª Edição – São Paulo: Contexto, 2007.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2ª Edição – São Paulo: Contexto, 2002.

----- **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 6ª edição – São Paulo: contexto, 2003.

SINGER, Paul; POCHMANN, Márcio; ET Alli (Org.). **Mapa do trabalho informal**. CUT – Central Única dos Trabalhadores e Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Desiree guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho (Org.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre as ciências**. Porto (Portugal): Edições Afrontamento, 1988.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. – São Paulo: editora UNESP, 2004.

----- **Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no Estado de São Paulo**. *Scripta Nova*, Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Volume XI, Nº 245 (69), 01 de agosto de 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria encarnação Beltrão; SABORZO, Oscar. **Cidades médias: produção do espaço**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VERÁS, Maura Pardini Bicudo. **Tempo e espaço na metrópole: breves reflexões sobre assincronias urbanas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>, vol. 15, nº. 1, p. 3-12. ISSN 0102-8839, jan./mar. 2001.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. – 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

ANEXOS



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO: GEOGRAFIA
MESTRANDO: JOSÉ CARLOS BRITO SILVA
ORIENTADOR: Dr. GUSTAVO COELHO

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA JUNTO AOS TRABALHADORES AMBULANTES NOS TRENS DA CPTM (RAMAL 8-DIAMANTE), COM A FINALIDADE DE MONTAR UM PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS MESMOS PARA A PESQUISA INTITULADA “TRABALHO AUTÔNOMO E CONFLITOS: O COMÉRCIO AMBULANTE NO TERRITÓRIO DOS TRENS”.

Nome (fictício): _____

Idade: _____ **Sexo:** () M () F **Local de Nascimento:** _____
Estado: _____ **Região:** N() NE() CO() SE() S() **Cidade onde reside:** _____

Qual o número de integrantes na família: _____ **Você é arrimo da família?** () Sim () Não

Qual a renda total da família?

() Menos de 1 s.m. () 1 s.m. () 1 a 2 s.m. () 2 a 3 s.m. () 3 a 4 s.m.
 () 4 a 5 s.m. () Mais de 5 s.m.

ESCOLARIDADE:

Estuda atualmente? () Sim () Não

Qual o seu grau de escolaridade?

E.F. I - () Incompleto () Completo
 E.F.II - () Incompleto () Completo
 E.M. - () Incompleto () Completo
 Superior - () Incompleto () Completo

Já fez algum curso profissionalizante? () Sim () Não
Quantos: _____

Esse(s) curso(s) destinava(m)-se a trabalhar em que tipo (e setor) empresa?

() Indústria (produção) () Indústria (manutenção) () Comércio () Administrativo
 () Empresa de prestação de serviço () Prestação de serviço (autônomo)

VIDA PROFISSIONAL

O comércio ambulante no trem é o primeiro “emprego”? () Sim () Não

Além de ambulante, você tem outro emprego? () sim () Não

(Se a resposta anterior for positiva responda as quatro seguintes)

Qual a profissão: _____

A qual setor da economia a empresa pertence:

() Indústria () Comércio () Prestação de Serviço

Trabalha com registro em carteira? () Sim () Não

Em qual nível está o seu salário mensal: () Menos de 1 s.m. () 1 s.m. () 1 a 2 s.m. () 2 a 3 s.m. () 3 a 4 s.m. () 4 a 5 s.m. () Mais de 5 s.m.

Qual(is) profissão(ões) que já exerceu anteriormente?

Tempo de trabalho nas outras profissões: _____

Aproximadamente, qual o salário recebido no último emprego?

() Menos de 1 s.m. () 1 s.m. () 1 a 2 s.m. () 2 a 3 s.m. () 3 a 4 s.m.
() 4 a 5 s.m. () Mais de 5 s.m.

ROTINA DE TRABALHO

Há quanto tempo trabalha como ambulante no trem?

() Menos de um ano () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos
() 5 anos () 6 anos () 7 anos () 8 anos ou mais

Dias em que trabalha:

() Todos os dias () Nos dias úteis () Esporadicamente () Só finais de semana
() Durante o período de férias escolares () Nos finais de anos

Quantas horas em média de trabalho diário:

() de 02 a 04 horas () de 05 a 07 horas () de 08 a 10 horas
() de 11 a 13 horas () de 14 a 16 horas

Horário em que trabalha (assinale mais de um se os períodos forem diversos):

() Madrugada () Manhã () Tarde () Noite

Quais os tipos de produtos que normalmente comercializa?

() Balas () Drops e pastilhas () Refrigerante e suco () Cerveja
() Sorvete () Chocolate () Salgadinhos () Pipoca () Biscoitos
() Salgados e demais produtos alimentícios () Doces em geral
() Revistas () Utensílios de cozinha () Utensílios de higiene e limpeza
() Brinquedos () Remédios () Produtos eletro-eletrônicos

Outros produtos não listados:

Que renda média mensal obtém com o comércio no trem?

() Menos de 1 s.m. () 1 s.m. () 1 a 2 s.m. () 2 a 3 s.m. () 3 a 4 s.m.
() 4 a 5 s.m. () Mais de 5 s.m.

Como você encara a atividade de vendedor ambulante no trem?

() Como "bico" () Como trabalho

Se houvesse oportunidade de emprego com carteira assinada (emprego formal) com salário semelhante à renda que consegue como ambulante ilegal no trem, qual seria a sua opção?

() Continuaría como ambulante () Aceitaria o emprego formal

Se houvesse oportunidade de emprego com carteira assinada (emprego formal) com salário semelhante à renda que consegue como ambulante e atividade de comércio fosse legalizada, qual seria a sua opção?

() Continuaría como ambulante () Aceitaria o emprego formal

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)